UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

INÁCIO SALDANHA

CATEGORIAS EM TRÂNSITO: CLASSIFICAÇÕES DA SEXUALIDADE E A EMERGÊNCIA DA "BISSEXUALIDADE" EM BELÉM NOS ANOS 1980 E 90

Campinas
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

INÁCIO SALDANHA

CATEGORIAS EM TRÂNSITO: CLASSIFICAÇÕES DA SEXUALIDADE E A EMERGÊNCIA DA "BISSEXUALIDADE" EM BELÉM NOS ANOS 1980 E 90

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profª Drª Regina Facchini

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO INÁCIO DOS SANTOS SALDANHA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. REGINA FACCHINI.

Campinas
2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Saldanha, Inácio, 1997-
Sa31c Categorias em trânsito : classificações da sexualidade e a emergência da "bissexualidade" em Belém nos anos 1980 e 90 / Inácio dos Santos Saldanha.
– Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Regina Facchini.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto deFilosofia e Ciências Humanas.

1. Sexualidade – Brasil. 2. Bissexualidade. 3. Antropologia social - Amazônia. 4. AIDS (Doença) - Aspectos sociais. 5. Vida intelectual - Belém(PA). I. Facchini, Regina, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Categories in transit : classifications of sexuality and the emergence of "bisexuality" in Belém in the 1980s and 90s
Palavras-chave em inglês:
Sexuality - Brazil
Social anthropology - Amazon
Bisexuality
AIDS (Disease) - Social aspects
Belém - Intellectual life
Área de concentração: Antropologia Social
Titulação: Mestre em Antropologia Social
Banca examinadora:
Regina Facchini [Orientador]
Julio Assis Simões
Telma Amaral Gonçalves
Sérgio Luis Carrara
Data de defesa: 03-02-2023
Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0003-2188-9905
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/6948840363126701

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 03 de fevereiro de 2023, considerou o candidato Inácio dos Santos Saldanha aprovado.

Profa. Dra. Regina Facchini (Orientadora)
Prof. Dr. Júlio Assis Simões (Examinador Externo – Titular)
Prof. Dr. Sérgio Luís Carrara (Examinador Externo – Titular)
Profa. Dra. Telma Amaral Gonçalves (Examinadora Externa – Titular)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de um longo e difícil, mas também prazeroso processo, que só chegou ao final e pôde assumir a forma atual através do apoio de diversas pessoas e instituições. Mais do que um projeto pessoal e uma etapa de minha formação, trata-se do esforço de uma contribuição ao coletivo e que só foi possível através da construção de uma coletividade. Agradeço por ajudarem a tornar aquela estranha ideia inicial uma realidade.

À minha mãe, Edna Coelho dos Santos, pelo amor, pelo esforço e pela preocupação que teve por mim e pelos meus estudos, mesmo quando nossos interesses se distanciaram. Sem o seu enorme trabalho diário, eu não teria chegado nem perto de imaginar este projeto. Sua inteligência, dignidade e sensibilidade são um exemplo, que me acompanha onde eu vou. Todo o meu esforço sempre é por ela, também. A meu irmão Valter, colega de quarto e de vida, pelas leituras, conversas, brincadeiras e sonhos compartilhados. Gostaria de poder agradecer a todas as pessoas de quatro gerações da família Coelho dos Santos que me permitiram chegar aqui, desde os que me levaram e me ensinaram nos primeiros anos da escola, até os que seguraram a minha mão quando precisei para cursar a universidade, ou que me ajudaram a ir para Campinas.

Seria preciso usar todas as páginas desta dissertação para citar todos os meus primos, tios, tios-avós e sobrinhos e como eles me ajudaram, ensinaram, inspiraram e animaram; felizmente essa não é a única oportunidade que terei de fazer isso. Cito nominalmente, porém, meus padrinhos de batismo, José Carlos e Maria de Nazaré, cuja contribuição para a minha trajetória acadêmica e moral são inestimáveis. E a minha avó Raimunda Gonçalves (em memória), que nunca esquecerei, pelo imenso amor de que sempre sentirei falta, e por ter levado seus filhos para a escola e iniciado a nossa história. Também a Preta, Lola e Dengoso, os amores de minha vida, três cachorros que marcaram nossas vidas e que me deram conforto em muitos momentos solitários e difíceis em que me encontrei nos últimos anos. Lola e Dengoso morreram quando eu estava em Campinas, muito longe de nossa casa no Pará. Eu escrevo estas páginas com o sofrimento de perdê-los, mas também com todo o carinho que eles me deram.

Ao meu pai, Valter Saldanha, agradeço o enorme trabalho e resiliência que tornaram possíveis que minha trajetória escolar me levasse à universidade. Assim como quando terminei meu trabalho de conclusão na graduação, não consigo deixar de lembrar com gratidão das minhas professoras do ensino fundamental menor na escola pública: Dilkeia Amorim, quem primeiro me estimulou a escrever, e Maria Raimunda Oliveira (Mariinha, em memória), pela forma inovadora com que olhava o ensino e a vida. Perdemos a tia Mariinha quando eu estava

em Campinas, fazendo mestrado e um estágio docente na Unicamp, e ela sabia que isso também era fruto de seu trabalho.

Ainda no bairro do Curuçambá, em Ananindeua, agradeço a Selma Barra pela amizade e pelo ânimo. E a Maria Amoedo (em memória), pessoa extraordinária que tive o privilégio de ter como amiga. Dona Maria se preocupou em me ajudar, conversar e orar por mim. Sou muito grato pelas palavras sábias que compartilhou comigo sobre a vida e sobre a minha avó, e pelas suas orações, que retribuo. No outro lado de nosso rio, os parentes e amigos da comunidade ribeirinha de Igarapé Grande mudaram a minha vida quando resolveram ajudar um jovem a concluir os estudos. A eles eu devo um futuro e um passado. Permitiram-se descobrir e me encantar com a pesquisa, e encontrar e amar a minha origem. Ainda que meus interesses de pesquisa tenham seguido outras direções, é isso o que dá sentido a tudo o que faço hoje.

Agradeço também ao curso de história da UEPA, especialmente a Venize Rodrigues, sua primeira coordenadora e minha primeira orientadora. Venize me provocou e me incentivou para que eu me tornasse um pesquisador independente e que tivesse ousadia. Ainda na UEPA, agradeço a Ana Lídia Nauar, quem primeiro me apresentou aos estudos de gênero. A Tiago Vaz, o meu introdutor à metodologia científica, com quem tive o orgulho de reencontrar como colega e poder contar com conselhos seus em meu mestrado. E a Andrea Pastana, um exemplo da sensibilidade e da coragem que um professor deve ter, a primeira pessoa que me disse para tentar aquela minha ideia inusitada de pesquisa, quando eu a procurei meio perdido numa manhã de sábado.

Agradeço aos amigos e às outras pessoas especiais que tive nos últimos anos, que incentivaram, perguntaram ou mesmo leram meu projeto de pesquisa ou me ajudaram a relaxar e me distrair. Fizeram muita diferença Jaciara Santos, Ana Paula Gomes Barbosa, Diego dos Prazeres, Juliano Bentes, Larissa Bouth, Dayana Ribeiro, Amanda Gonçalves, Camila Borges, Paulo Henrique Santos, Ysiadnne Ribeiro, Danyllo Bemerguy, Lucas Vitoriano, Morgana dos Santos, Vinicius Braga, Gustavo Mendes, Walber Brasil, Ariel Teixeira, Denilson Rodrigues e sua família.

A Lana Macedo, Cristina Cancela e Fabiano Gontijo, pelas leituras sinceras de meu projeto de pesquisa, dicas, atenção e conselhos.

Ao Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade (GAEBI) por ter tornado possível o que parecia impossível para mim. Pelo acolhimento, pelo carinho, pelo reconhecimento, pelos aprendizados, pelos encontros, pelas parcerias, por tornar vivamente coletivo o que antes era profundamente solitário, desde as alegrias até as frustrações. À Helena Monaco, Danieli Klidzio, Talitta Cancio, Mateus Batal, Jamilie Souza, Victor Romero, Felipe

Damacena, Layla Vitorio Peçanha, Maria Cristina Costa, Shiro P. Takeuti, Lobélia Rodrigues, Dani Vas, Thaynan Bandeira, Elisa Volpato, Estela Ortiz, Samantha Rufino, Quiara Camargo, Daniel Castro, Walter Mastelaro Neto. Através do GAEBI, também a Diego Calmon, Beatriz Hermans, Nanda Rossi e Victor Enger. Um agradecimento especial a Beatriz Cruz, por idealizar o GAEBI e nos permitir construir uma história, sentir menos sozinhos e amadurecer juntos. Devo pessoalmente a esse grupo mais do que sou capaz de expressar.

A José Santos, quem primeiro me estimulou a prestar uma seleção de mestrado fora do Pará, ideia que parecia impensável até então. E a Jinx Vilhas. Sem a amizade, o amor e a parceria de Jinx, essa pesquisa e minha própria trajetória não teriam tomado os rumos que tomaram. Quem me ajudou mais diretamente a ingressar na Unicamp, quem me apresentou o novo mundo do sudeste do país e quem mais teve que aguentar o meu gênio e as minhas dificuldades nessa nova fase foi Jinx. Serei sempre profundamente agradecido por tudo e espero ser capaz de retribuir um pouco em minha amizade. Também sou imensamente grato a Adriana e Rafaela Vilhas por abrirem as portas de sua casa para mim e me receberem em Campinas. E a Zoe e Julie, as cachorrinhas com quem pude morar quando estava longe demais de meus cachorros. À querida Alexandrae Crawford, por tornar a minha estadia em Campinas mais rica, leve e divertida.

A Regina Facchini, minha orientadora, por acreditar em mim e se empolgar com esse projeto. Pude contar com uma orientação criteriosa, gentil, inteligente, carinhosa e desafiadora, que trouxe mais qualidade e confiança para o meu trabalho. Devo a Regina leituras rigorosas, conselhos sensíveis, apoio material e burocrático, dicas valiosas, oportunidades de aprendizado, visitas atenciosas, respeito mútuo e a preocupação comigo e com as condições adversas em que a pesquisa muitas vezes se encontrou. No e-mail no qual me apresentei a ela (que por alguma razão o Google acabou não enviando), agradeci pelos seus esforços para que a luta por nossos direitos inclua as pessoas bissexuais, que temos como referência em nossos próprios esforços contra o apagamento ainda hoje. Repito o agradecimento, dessa vez sabendo que ele não irá se perder.

No mestrado, participei do grupo de pesquisa coordenado por Regina e Isadora Lins França, professora que não deixou de contribuir para o desenvolvimento deste projeto em vários momentos. Nesse grupo, agradeço as leituras, comentários, perguntas, dicas, sugestões e conversas de Bruno Nzinga Ribeiro, Jeferson Batista da Silva, Elis Rosa, Guilherme Oliveira, Brume Dezembro Iazzetti, Macarena Modesto, Analice Paron, Mateo Cardenas, Aline Ribeiro, Tayná Mesquista, Thiago Falcão, William Rosa, Gleicy Mailly da Silva, Mariana Azevedo, Paulo Victor Leite Lopes, Francisco Miguel e Nicolas Wasser. Não apenas contribuindo

diretamente com o meu trabalho, mas com os seus próprios e com suas próprias questões, aprendi muito. Um agradecimento especial nesse grupo a Déa Bertran Muñoz, Tui Xavier Isnard e Carla de Castro Gomes, pelas suas leituras generosas de meu texto de qualificação, e a Caobe Rodrigues de Sousa, pelas inúmeras conversas e pela amizade que me permitiu encontrar um par com questões pessoais e culturais tão próximas das minhas, em um lugar tão distante.

À Unicamp e ao seu Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, por acolher a mim e ao meu projeto em sua sólida agenda de ensino e pesquisa, oferecendo um rico ambiente intelectual e uma estrutura que fez toda a diferença na execução e na qualidade deste trabalho. Aos professores e professoras com quem cursei suas disciplinas, que também foram fundamentais: Joana Cabral de Oliveira, Ronaldo de Almeida, Antonio Guerreiro Júnior, Regina Facchini, Carla de Castro Gomes, Gleicy Mailly da Silva, Francisco Miguel, Gustavo Rossi, Isadora Lins França, Nicolas Wasser, Paulo Victor Leite Lopes e Thiago Coacci.

À coordenação e à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, especificamente, pelo apoio sem o qual eu não teria cursado e finalizado o mestrado. Pela sua política exemplar de atribuição de bolsas por critério socioeconômico, pelos auxílios de campo e pelo Programa de Estágio Docente (PED), que me permitiu complementar minha renda e ter experiências de aprendizado e ensino que marcaram minha trajetória. Agradeço a Christiano Key Tambascia pela sensível supervisão no PED e a meus colegas de estágio, João de Regina, Bruna Lousado e Vitória Firmino.

Aos colegas que compartilharam as salas de aula virtual comigo, alguns dos quais tive a felicidade de encontrar: ingressantes do programa de antropologia social de 2021 ou da turma de seminário de tese do programa de ciências sociais em 2022. Devo conversas, ideias, leituras e sugestões a Jeferson Batista da Silva, Júlia Vargas, Adriel Torres, Letícia Vicentin, Lucia Sestokas, Aidan Valentina, João de Regina, Rodrigo Baroni, Bruno Nzinga Ribeiro, Maísa Fidalgo, Tayná Mesquita, Iaci Jara, Caobe Rodrigues, Analice Paron, Pietro Rocco, Marina Ribeiro, Bruno Campelo-Pereira, Amanda Serafim, Alana Barros, Júlio Estendar. Especialmente a Raphael Cardoso Brito, amigo desde o primeiro minuto e colega de mestrado e de projetos a quem desejo todo o sucesso e amor do mundo.

Com Bruno Campelo-Pereira, idealizei e organizei um miniciclo de estudos sobre darwinismo social no primeiro semestre de 2021. Com Raphael Cardoso Brito, um miniciclo sobre sexualidade e cultura no segundo semestre do mesmo ano. Os encontros reuniram várias pessoas já citadas aqui, a quem agradeço novamente por me ajudarem a repensar questões de nossa sociedade e avançar em questões que surgiram em minha pesquisa. Espero ter contribuído

de alguma forma com os seus projetos também. No miniciclo sobre sexualidade e cultura, foi muito importante para nossos debates e ideias a participação de Henry Fragel. Na Unicamp, ainda conversei, aprendi e pensei com Natália Padovani, Natália Lago, Isaura Maia, Adriely Clarindo, Sebastián Aguirre, João Custódio, Juliana Farias, Lorena Mochel, Cil Veiga, Joaquim Araújo, Isabelle Chagas, Núbia Ramalho e Patrícia Matos Albuquerque, aos quais agradeço.

Agradeço a Gustavo Córdoba por me ajudar a encontrar um lugar para morar em Campinas e um meio de complementar a minha renda, tornando possível a minha estadia na cidade. E a Shiro P. Takeuti por me acolher, ajudar e tornar possível o meu retorno ao Pará nos últimos meses do mestrado.

Ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, pela oportunidade de tornar o meu projeto uma realidade junto à sua refinada agenda de debates. Agradeço especialmente à coordenadora Karla Bessa, à secretária Ana Carolina Canabarra e à bibliotecária Adriana Rodrigues, minha colega de sala de trabalho e pessoa sensível e dedicada com quem tive a alegria de dividir o espaço da Biblioteca Beth Lobo por vários meses. Sinto que é importante e simbólico ter encontrado as portas desse núcleo abertas para pensar as questões que este trabalho se propõe a pensar.

Aos membros titulares da banca que aceitaram avaliar a defesa de minha dissertação: Telma Amaral Gonçalves, Sérgio Carrara e Júlio Simões. Vejo Telma como uma contribuidora do GAEBI, com a sua abertura para a necessidade de debater novos temas em sala de aula, e alguém a quem sou grato pelas contribuições e pelo reconhecimento em diferentes ocasiões. Júlio e Sérgio contribuíram imensamente para este trabalho no exame de qualificação, com suas leituras generosas, correções precisas e sugestões originais. Agradeço também a Roberto Marques e Roberto Efrem Filho, pela gentileza, confiança e interesse em serem membros suplentes da banca.

Falando em Júlio, agradeço também aos professores de outras instituições nas quais cursei disciplinas, aproveitando a repentina oportunidade das atividades remotas. Na USP, a Júlio Simões, Lilia Schwarcz, Marília Ariza, Larissa Nadai e Paulo Augusto de Alcântara. Na Fiocruz, a Eliza Toledo. Na UFRGS, a Benito Bisso Schmidt. Benito também é um dos articuladores da Rede de Historiadores LGBTQI+, na qual eu tive a oportunidade de ingressar e de travar contato com outras pessoas com interesses de pesquisa semelhantes. Agradeço, na Rede, especialmente a Bruno Oliveira, Rhanielly Pereira, Ana Paula Gomes Barbosa, Paulo Henrique Santos, Rudi Rossato, Paulo Vitor Guedes, Ronald Canabarro e Alberto Schmitz, com quem entrei em contato através do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, do grupo Dignidade.

Agradeço aos pesquisadores e colegas que encontrei, conheci e com quem aprendi em congressos e outros eventos científicos, pelos seus comentários, incentivos, conversas e provocações. A Vanessa Leite, Daniel Stack, Bruno Puccinelli, Guilherme Passamani, Vinícius Zanoli, Tony Leão da Costa, Amarildo Ferreira Júnior, Thiago Coacci, Michele Pires Lima, Júlio Simões, Mauro Brigeiro, Roberto Efrem Filho, Elizabeth Sara Lewis, Fernando Seffner, Maria Leão, Ismar Inácio dos Santos Filho, Santiago de Paiva, Melissa Jaeger, Rita Colaço, Remom Bortolozzi, Victor Lean do Rosário, Eli Pinheiro, Gleidson Gomes, Rosângela Quintela, Eric Fraga, Raphael Bispo, Vanessa Sander, Amiel Vieira. Também a Guillermo Vega Sanabria e Moisés Lino e Silva, pelas trocas e comentários enriquecedores.

A Mílton Ribeiro tenho muito a agradecer: a confiança, o auxílio, as informações, as boas conversas, o estímulo, as dicas e conselhos. A Ramon Reis, pelo auxílio e pela conversa de inestimável valor. Mílton e Ramon são referências para mim e tiveram a difícil tarefa de abrir um caminho que eu e outros pesquisadores paraenses percorremos hoje. Por isso, fico contente de ter podido contar com eles nesse processo.

Às pessoas que participaram da pesquisa e tornaram ela possível, pelo tempo, sensibilidade e confiança de compartilhar suas memórias comigo, algumas delas muito íntimas. A Telma Amaral Gonçalves, por abrir todo um horizonte para esta pesquisa através de sua trajetória, que eu espero ter reconhecido e inserido com justiça nessas páginas. A Ronaldo Trindade, pela gentileza e perspicácia com que abriu as portas de sua casa e dividiu sua vida e sua obra comigo. A Jacqueline Chanel, pelo seu incansável interesse democrático, inclusive em contribuir para a ciência, com a qual eu tive a honra de poder contar em meu estudo. A Ernani Chaves, pelo seu exemplo de ousadia intelectual, pelos contatos e histórias fascinantes e pela sua generosidade e paciência em permitir que eu trouxesse as suas próprias questões para perto das minhas. A Anaíza Vergolino, pela sua coragem em desbravar o desconhecido e permitir que eu conte parte dessa (nossa) história hoje; também pelo seu interesse, curiosidade e sensibilidade com a minha pesquisa. A Alaíde Oliveira eu sou muito grato por confiar em mim e me levar até sua filha, para que eu entrevistasse. Agradeço a Adelaide Oliveira por me receber abertamente, contribuindo com suas importantes lembranças e indicações. A Wlad Lima, pelo aprendizado, pelos pontos de vista originais e pelas histórias e provocações; ser um pesquisador que pesquisa pesquisadores e "pesquisar" uma pesquisadora que também pesquisa pesquisadores foi uma experiência única, que levarei comigo para além deste trabalho.

A Chico Vaz, cuja participação foi fundamental para o andamento deste estudo, mesmo sem a entrevista que tanto tentamos marcar. Agradeço a ele pelas conversas e por me autorizar a acessar o seu arquivo pessoal. Devo a ele e ao Comitê Arte Pela Vida muito aprendizado,

descanso, ideias e momentos que marcaram de forma definitiva essa etapa de minha formação. No Arte Pela Vida, um agradecimento especial a Amélia Garcia. A Luzia Álvares, por me receber no GEPEM, conversar e me presentear com suas memórias, suas ideias e seus livros.

Agradeço a James Green por tirar um tempo para conversar comigo no meio de sua mobilização contra um golpe de estado no Brasil, mobilização cuja importância eu não deixo de reconhecer e agradecer. Sim, sua conversa rica e generosa me ajudou muito e amadureceu vários pontos deste texto. A Lani Ka'ahumanu, pelo seu ativismo bissexual pioneiro e pelas diversas conversas, histórias, fotos, textos e exemplares da *Anything That Moves* que me enviou. A Arnaldo Domínguez, pela educação, gentileza e paciência admiráveis com que respondeu a minhas perguntas e procurou os documentos e informações que lhe pedi.

Agradeço também aos amigos que me receberam nas capitais do sudeste. Em São Paulo: Jorge Luiz, Anelise Fróes, Talitta Cancio, Gabriel Rocha e João Custódio, todos com histórias e mundos inteiros para dividir comigo. No Rio de Janeiro, a Gabriel Galvão pela energia inspiradora e pela forma livre de encarar o mundo; aquela viagem foi uma experiência definidora em minha pesquisa e em minha vida, e eu devo ela a você e a sua mãe. Em Vila Velha e Vitória, ao anjo Julian Bohrz, pelo seu tempo, seu espaço e sua promessa de casamento. Em Belo Horizonte, a Gabriel Bandeira, com quem pude respirar da pesquisa também em São Paulo.

Aos membros das bancas de seleção de doutorado do PPGAS e do PPGCS da Unicamp, que me questionaram e me provocaram com uma inteligência e um interesse que contribuíram para o próprio trabalho do mestrado em seu estágio de finalização: Omar Ribeiro Thomaz, Maria Filomena Gregori, Karla Bessa, José Maurício Arruti e Heloísa Pontes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Por isso, agradeço à agência pelo financiamento sem o qual eu não teria realizado esta pesquisa, através da bolsa concedida pelo processo nº 88887.604846/2021-00.

Às colegas da Frente Bissexual Brasileira, especialmente a Fernanda Coelho, Roney Rodrigues, Talitta Cancio, Dani Vas, Bruna Klein, Fernanda Fedatto e Janine Oliveira. Aos colegas da *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, o periódico discente do PPGAS, especialmente a Jinx Vilhas, Júlia Vargas, Isabela Cassis Augusto, Giovanna Paccillo, Luiza Serber, Shiro P. Takeuti e Brume Dezembro Iazzetti.

A Walter Mastelaro Neto pelas conexões que fez entre o GAEBI, o Coletivo Brasileiro de Assexuais (Abrace) e a Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), permitindo que nós

pensássemos nossas questões de forma aproximada e relacionada. A Thais Emilia dos Santos, pela conversa e pelos conselhos quando me recebeu na sede da ABRAI, em sua casa.

Aos colegas pesquisadores Victor Lean do Rosário, Santiago Joaquin Insausti, Alana Albuquerque de Castro e Camila Dias Cavalcanti, por compartilharem seus trabalhos, suas histórias e suas questões comigo. Aos colegas que criaram o Núcleo de Estudos sobre Bissexualidade da UFF de Rio das Ostras (NEBi), pela confiança e por ampliarem o fortalecimento dos estudos sobre esse tema no Brasil. A Antonino Condorelli, o grupo de pesquisa Descolonizando a Comunicação e o Departamento de Comunicação Social da UFRN, por apoiarem o GAEBI no projeto de realização de um seminário nacional e permitir que construíssemos um espaço coletivo para avançar e amadurecer. A Vitória Gurjão e Gabrielly Martins, em nome de toda a organização do primeiro evento que vi em Belém sobre bissexualidade, em 2019, que marcou para sempre minha trajetória. Agradeço também a elas por me permitirem contribuir para as suas próprias formações.

Às instituições em que pesquisei ou que visitei, através dos funcionários que as mantém em atividade ou que me receberam e me auxiliaram. Na Unicamp, em Campinas, ao Arquivo Edgard Leuenroth, à Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e à já citada Biblioteca Beth Lobo, do Pagu. Em Manaus, à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), onde tive a felicidade de ser recebido pelo meu competente e simpático xará Inácio Oliveira Neto. No Rio de Janeiro, à Biblioteca Nacional, à Fiocruz e à UFRJ. Em São Paulo, à USP. Em Belém, às bibliotecas da UFPA e do Museu Paraense Emílio Goeldi. Os funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) em Belém foram especialmente atenciosos em me receber e me colocar em contato com Anaíza. E à Fundação Cultural do Pará, em especial a Biblioteca Pública Arthur Vianna, a sua hemeroteca e o seu setor de reprografia: aqui, cito especialmente a competência e a gentileza de Simone Moreira.

Estes agradecimentos são um reconhecimento do esforço e da sensibilidade de pessoas e instituições que se encontram em diferentes partes do Brasil e do mundo. Espero que este trabalho possa devolver um pouco da confiança e do interesse que foram dados a mim e ao meu projeto, e que nos estimule a seguir buscando novas questões, novas respostas e novos mundos.

Resumo

A cidade de Belém do Pará tem sido pensada como um campo empírico que foi fundamental para a análise dos processos de mudança nos sistemas de classificação da sexualidade no Brasil. A categoria "bissexual", ainda que menos estudada, aparece nesse debate como um elemento controverso. Este estudo dialoga e almeja contribuir com a literatura nacional e internacional sobre sexualidade ao tomar a liminaridade dessa categoria como ponto de partida para analisar essas mudanças, e o faz a partir de uma reflexão crítica sobre as diferenças regionais do país. Tem como objetivo contribuir para a compreensão de processos de mudança nas classificações da sexualidade e das categorias com as quais opera, sobretudo a categoria "bissexual", considerando seu caráter relacional e disputado. O recorte empírico é o da cidade de Belém entre as décadas de 1980 e 90, período de ampliação do debate público sobre a sexualidade na cidade, com a eclosão da epidemia de HIV/Aids, o desenvolvimento de espaços segmentados de sociabilidade, pesquisas sobre sexualidade e a organização de movimentos locais de homossexuais, mulheres prostitutas e combate à epidemia. A metodologia consiste em um mapeamento de espaços, sujeitos e debates que permita uma análise das categorias presentes, seus usos e seus trânsitos. Este procedimento cruza a realização de entrevistas de pessoas envolvidas nos espaços de discussão da sexualidade e a análise de sua produção intelectual, arquivos pessoais e os dois jornais de maior circulação na cidade no período: *O Liberal* e *O Diário do Pará*.

Palavras-chave: Sexualidade - Brasil; Bissexualidade; Antropologia social - Amazônia; AIDS (Doença) - Aspectos sociais; Vida intelectual - Belém (PA)

Abstract

The city of Belém do Pará has been thought of as an empirical field that has been fundamental to the analysis of the processes of change in the classification systems of sexuality in Brazil. The category "bisexual", although less studied, appears in this debate as a controversial element. This study dialogues and aims to contribute to the national and international literature on sexuality by taking the liminality of this category as a starting point to analyze these changes and does so from a critical reflection on the regional differences in the country. It aims to contribute to the understanding of processes of change in classifications of sexuality and the categories with which it operates, especially the category “bisexual”, considering its relational and disputed character. The empirical scope is the city of Belém between the 1980s and 1990s, a period of expansion of the public debate on sexuality in the city, with the outbreak of the HIV/AIDS epidemic, the development of segmented spaces of sociability, research on sexuality and the organization of local movements of homosexuals, women prostitutes and the fight against the epidemic. The methodology consists of a mapping of spaces, subjects and debates that allows an analysis of the categories present, their uses and their transits. This procedure crosses the interviews of people involved in the spaces of discussion of sexuality and the analysis of their intellectual production, personal files and the two newspapers with the largest circulation in the city in the period: O Liberal and O Diário do Pará.

Keywords: Sexuality - Brazil; Bisexuality; Social anthropology - Amazon; AIDS (Disease) – Social aspects; Intellectual life - Belém (PA).

Lista de siglas e abreviações

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

ABRAI – Associação Brasileira de Intersexos

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

ANTESSAP – Associação das Mulheres Prostitutas do Estado do Amapá

AGB – Associação Gay de Belém

AIDS, SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome)

AL – Alagoas

ANPUH – Associação Nacional de História

AZT – Azidotimidina

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAN – Conjunto Arquitetônico de Nazaré

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CEDENPA – Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará

CEP-CHS – Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

CESEP – Centro de Serviços Educacionais do Pará

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COAS – Centro de Orientação e Apoio Sorológico

COVID-19 – Doença de Coronavírus de 2019 (Coronavirus Disease 2019)

CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSM-IV-TR – Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais

DVG – Divisão de Vigilância Geral da Polícia Militar

EUA – Estados Unidos da América

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GAEBI – Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade

GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista

GAPA-PA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS do Pará

GAPA-SP – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS de São Paulo

GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará

GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero "Eneida de Moraes"

GHATA – Grupo de Homossexuais Thildes do Amapá

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

HEMOPA – Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana (Human Imunodeficiency Virus)

HSH – Homens que fazem Sexo com Homens

ICM – Igreja da Comunidade Metropolitana

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Pará

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISER – Instituto de Estudos da Religião

LGBTI+, LGBT, GLBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexos e outros grupos

MG – Minas Gerais

MHB – Movimento Homossexual de Belém

NEBI – Núcleo de Estudos sobre Bissexualidade

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

MPB – Música Popular Brasileira

OCR – Reconhecimento Ótico de Caracteres (Optical Character Recognition)

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

PARAVIDDA – Grupo pela Valorização, Integração e Dignificação do Doente da Aids

PB – Paraíba

PCB – Partido Comunista do Brasil

PE – Pernambuco

PELA VIDDA – Pela Valorização, Integração e Dignidade dos Doentes de Aids

PPGAS – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPS – Partido Popular Socialista

PQP – Um Jornal Para Quem Pode

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero

RJ – Rio de Janeiro

SDDH – Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos

SENABI – Seminário Nacional de Estudos Bissexuais

SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas

SENALESBI - Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará

SP – São Paulo

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UDEV – Utilizador de Drogas Endovenosas

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIPOP – Movimento Universidade Popular

USP – Universidade de São Paulo

Lista de figuras, mapas e quadros

Figura 1: Escala Kinsey de avaliação heterossexual-homossexual 52
Figura 2: O eixo da sexualidade de Michael Storms 53
Figura 3: Belém no documentário *Umbanda* (1977) 91
Figura 4: São Paulo no documentário *Umbanda* (1977) 91
Mapa 1: Croqui de Belém 100
Figura 5: Miss Brasil Gay no Lapinha 105
Figura 6: Ernani Chaves autografa *Foucault e a Psicanálise* no lançamento do livro 126
Figura 7: *Genet, o Palhaço de Deus* 128
Figura 8: *Genet, o Palhaço de Deus* 128
Quadro 1: Pacientes com HIV/Aids e diarreia por "fator de risco" 151
Figura 9: Charge que remete ao pânico em torno da aids 153
Figura 10: Charge que remete ao pânico em torno da aids 153
Figura 11: Eloi Iglesias em foto de divulgação do show *Liberô Geral contra o Apartaids* 158
Figura 12: Ação de prevenção na Praça da República 160
Figura 13: Ação de prevenção na UFPA 160
Figura 14: Gapa-PA se reúne no Vadião 161
Figura 15: Gapa-PA realizando uma campanha na rua 161
Figura 16: Marcha pelos direitos de gays, lésbicas e bissexuais em Washington 175
Figura 17: Marcha pelos direitos de gays, lésbicas e bissexuais em Washington 175
Figura 18: Oxumaré representado como duas cobras 183
Figura 19: Gudrun Landgrebe e Mathieu Carrière beijam-se em *Uma Mulher em Fogo* 186
Figura 20: Grace Jones 187
Figura 21: Madonna 187
Figura 22: Michael Jackson 187
Figura 23: Divulgação do espetáculo *Foi Boto, Sinhá* 188
Figura 24: Divulgação do espetáculo *Foi Boto, Sinhá* 188
Figura 25: Mosaico de Ravena se apresenta em um festival de verão na Ilha de Mosqueiro 190
Figura 26: Eloi Iglesias se apresenta em um festival de verão na Ilha de Mosqueiro 190
Figura 27: Adelaide Oliveira no Go Fish 194

Sumário

Introdução 20
1. “Por que bissexualidade?” 25
2. Belém e seus espelhos: cidades e sexualidades no Brasil 30
3. Procedimentos metodológicos 32
4. Mapa dos capítulos da dissertação 38
Capítulo 1 - “Bissexualidade” e produção de categorias da sexualidade 41
1. Inventando a “bissexualidade” / Inventando a sexualidade 42
2. A (bi)sexualidade reclassificada 52
3. Classificações da sexualidade (masculina) no Brasil 58
4. Quando as categorias emergem 63
5. A aids e a “bissexualidade latina” 73
6. As amazonas na Escala Kinsey 79
7. Universidade e sexualidade na ditadura 85
Capítulo 2 - Belém sai do armário: classificações, mudanças e processos políticos 95
1. “Mulheres”, “homens” e “giletes” 95
2. “Curtir as delícias de uma cidade bonita, aberta e bem transada” 102
3. A politização da “homossexualidade” 109
4. De Foucault a Genet 120
5. A nostalgia do “bofe” 131
Capítulo 3 - O “bissexual” visto por entendidos: aids e ambiguidade 141
1. A aids e suas categorias 141
2. Cruzando a “ponte bissexual” 153
3. Contra o Apartaids 158
4. Ser “bissexual” ou estar “homossexual” 170
5. Apagamento 176
6. Polissemia 181
7. Sentidos de ambiguidade 186
8. No escuro do quarto 196
Considerações finais: Somos fatalmente dualistas? 201
Referências 205

Introdução

O objetivo central deste estudo é analisar processos de mudança nas formas de classificar a sexualidade, tomando como objeto empírico a produção da categoria "bissexual" na cidade de Belém do Pará, entre as décadas de 1980 e 90. Debruço-me, neste sentido, sobre diversas formas de atuação e produção de saberes e de categorias, por meio de entrevistas e da análise de conteúdo de jornais, acervos pessoais, documentos de movimentos sociais e trabalhos acadêmicos produzidos nesse contexto ou relacionados a ele.

Tanto a categoria privilegiada - "bissexualidade" - quanto o recorte geográfico - Belém - são escolhas menos comuns nos estudos sobre sexualidade. Trata-se de um investimento na análise dos modos de apreensão e classificação da ambiguidade, da marginalidade e do trânsito, seja ele por diferentes atores ou por diferentes lugares, para compreender como nos tornamos quem somos e como nossa sexualidade ganha sentido. É uma pesquisa, portanto, sobre um momento e um lugar em que não existiam "LGBTI+" como concebemos atualmente, nos quais estavam começando a circular certas noções de sexualidade e gênero e um "movimento homossexual" ainda era uma ideia nova. Termos como "homofobia" pareciam tão recentes e de circulação talvez ainda mais limitada que a "pansexualidade" em nosso tempo. Em vez de uma ofensiva conservadora em oposição a governos e movimentos de esquerda, como tivemos na última década, o momento político era de redemocratização do país após uma ditadura de mais de duas décadas.

O período selecionado previamente para o estudo foi entre os anos de 1984 e 1996. O primeiro ano era o das primeiras menções à categoria "bissexual" e notícias regulares sobre a aids na imprensa local. A epidemia tem sido apontada na literatura como um catalisador da circulação dessa categoria (PERLONGHER, 1987; PARKER, 1991, 1994). O último ano antecede o que eu identifiquei na literatura como o início de uma mudança importante: um governo de esquerda na prefeitura de Belém, com a eleição de Edmilson Rodrigues, que promoveu uma aproximação entre o Estado, os movimentos sociais e as manifestações culturais que se relacionavam diretamente à sexualidade (FRANCO, 2018). Criando conselhos de participação popular, cedendo uma sala no prédio de um órgão público para o movimento homossexual e o movimento de prostitutas, e passando a apoiar a Festa da Chiquita (importante evento que abordarei oportunamente ao longo da dissertação), a atuação da prefeitura municipal nesse sentido foi importante, um tanto controversa e ainda pouco estudada.

Por considerar o nível de complexidade que essa questão somaria a uma pesquisa de mestrado, optei inicialmente por definir o período da pesquisa como um todo ao que corresponde às primeiras iniciativas de mobilização da sexualidade anteriores a esse estreitamento das relações com o Estado e contemporâneas da epidemia de HIV/Aids. Como veremos, o material de campo acabou indicando uma desestabilização dessa cronologia, seja pela relevância da epidemia, seja pela historicidade da relação com o Estado. Uma vez que não foi possível ampliar o volume de jornais consultados dentro do tempo de realização do mestrado, o período consultado não mudou. Os outros materiais, de arquivos, entrevistas e visitas, inevitavelmente escaparam a esse período e mesmo ao conjunto de duas décadas que veio a circunscrever o trabalho, o que nos ajuda a pensar outras cronologias possíveis. As décadas de 1980 e 90, então, são apresentadas como o período estudado tal como são circunscritas na memória social.

Acredito que olhar para esse período no contexto belenense pode nos ajudar a compreender não apenas o trânsito de categorias, seus usos e atores nessa cidade, mas também por e para outros lugares do Brasil e para além dele, ontem e hoje. Assim como atualmente, a categoria "bissexual" não circulava massivamente e nem correspondia a uma identidade amplamente reconhecida. O volume crescente de estudos sobre "bissexualidade" no Brasil tende a explorar esse tema metodologicamente reunindo interlocutores em um contexto urbano ou em um ambiente "misto" de "LGBTI+" (LEWIS, 2012; KLIDZIO, 2019; CALMON, 2019; SOUZA, 2021; CRUZ, LIMA, CARNEIRO, 2022) ou focalizando espaços voltados para pessoas autoidentificadas como "bissexuais", especialmente no âmbito do movimento social (LEÃO, 2018; JAEGER, 2018; MONACO, 2020a, 2020b; VAS, 2021). Estas abordagens estão associadas à politização da "bissexualidade" no país nas últimas décadas. Este trabalho explora a possibilidade de estudar essa categoria através de sua circulação em um contexto histórico no qual essa politização ainda não se deu. O estudo volta-se, então, para o contexto focalizado, considerando os processos que envolvem o silêncio e a marginalização de uma categoria em relação a outras.

Um contraste muito importante de ser estabelecido para a leitura desta dissertação, é sobre o que pensamos quando ouvimos a palavra "bissexual". Não me refiro à sua polissemia, que também é abordada neste trabalho. Na atualidade, tem sido cada vez mais comum pensar em "bissexuais" como um grupo social definido ou mesmo como uma população. Isto se deve ao desenvolvimento do movimento LGBTI+ nas últimas décadas e à reivindicação da "bissexualidade" como uma identidade política associada a relações políticas específicas. Considero que esses desdobramentos são parte dos processos históricos que envolvem a

categoria “bissexual” no Brasil. Esta pesquisa toma para si o desafio de se voltar para um campo empírico no qual a *ideia* de “bissexualidade” ainda não estava sendo mobilizada dessa forma.

O movimento bissexual e os estudos sobre “bissexualidade” no Brasil, principalmente desde os anos 2000, têm se esforçado em difundir a visão de que esta é uma categoria que deve ser considerada quando pensamos a sexualidade social e politicamente. Eu sou uma das pessoas que têm se juntado a estes esforços. Uma vez que os espaços que têm sido construídos para atividades coletivas nesse sentido têm se multiplicado e se fortalecido, especialmente desde que se passou a valorizar algum nível de autonomia em relação aos debates sobre a “homossexualidade”, uma nova questão vem sendo colocada: como conversar e contribuir para as questões mais gerais das quais a categoria “bissexual” parece estar se afastando? Este trabalho desdobra essa pergunta ao levantá-la em direção a um contexto no qual falar em “população bissexual” e “bifobia” parecia impensável. A categoria “bissexual” sempre foi, antes de tudo, uma *ideia*.

Para Durkheim (1996), as categorias com as quais compreendemos a realidade não foram inventadas imediatamente por nós mesmos e são inescapáveis para o nosso pensamento, devido à nossa relação constitutiva com a sociedade. Segundo ele, em vez de pensar a partir delas, o pesquisador pode pensar sobre elas e analisá-las. Através do estudo das categorias poderíamos compreender a mentalidade humana. Marcel Mauss (2003), um de seus parceiros de reflexão, se uniu a um esforço coletivo de pensar as categorias como símbolos gerais que foram adquiridos muito lentamente pela humanidade. Durkheim e Mauss estavam interessados em estudar categorias capazes de possibilitar compreensões abrangentes sobre aspectos sociais, através de dados cultural e historicamente muito diversos. Hoje, muito tempo depois, o desafio de um momento quase inicial dos estudos sociológicos se expande para além da linha pressuposta da natureza e para categorias de surgimento e circulação mais específicos. Segundo Mauss: “A humanidade edificou seu espírito por todos os meios: técnicos e não técnicos, místicos e não místicos, servindo-se de seu espírito (sentido, sentimento, razão), servindo-se de seu corpo; ao acaso das nações e de suas obras ou de suas ruínas” (2003, 343).

A categoria “bissexual” pode ser compreendida como um elemento muito específico de uma ordem classificatória muito situada. Para Michel Foucault (2014), o surgimento da sexualidade em sua relação com a formação histórica do sujeito no ocidente e de novas formas de poder envolveu a elaboração de saberes, regras, instituições e as classificações que usamos hoje para nos definir. Este trabalho toma como perspectiva que uma categoria envolvida neste processo de surgimento da sexualidade está envolvida nos trânsitos, conflitos e processos históricos nos quais a sexualidade se desdobra, no conjunto de relações entre diferentes atores

e saberes, e nas relações constitutivas entre diferenças como sexualidade, gênero, raça, regionalidade e nação. Em vez de nos permitir mirar apenas o específico, a categoria "bissexual" poderia nos ajudar a olhar para questões mais amplas no que diz respeito à sexualidade e à sua relação com a sociedade.

Por estas razões, optei por procedimentos metodológicos que envolveram a reunião de um material diverso e relacionado a atores ou documentos de várias formas de atuação: da imprensa, da universidade, do teatro, da música, do cinema, do movimento homossexual, do movimento de prostitutas, dos movimentos de esquerda, do movimento negro, do Estado, dos bares e boates. Como veremos a seguir, esse trabalho de campo não implicou e nem almejava a reunião de um material equiparável entre todos esses espaços na cidade de Belém. Em vez disso, foram valorizados os trânsitos e a comunicação de atores por entre os diferentes espaços como forma de acessar a circulação de convenções e classificações da sexualidade e de categorias com as quais ela opera. A categoria "bissexual", em vez de ser isolada, foi pensada em relação a esse processo mais amplo e a outras categorias, e é abordada a partir de uma contextualização geral das mudanças e dos aspectos históricos do campo.

Pensar a emergência de uma categoria implica, no caso desta pesquisa, olhar para as mudanças. Ian Hacking (1999) argumentou que as lógicas das relações sociais mudam com o tempo e criam condições para que novas classificações se tornem possíveis através da interação entre atores múltiplos como jornalistas e profissionais de saúde, por exemplo. Segundo ele, há ideias que aparecem no contexto dessas classificações e que podem vir a ser rearranjadas pelas pessoas classificadas ou moldadas de acordo com a recepção em contextos locais.

Essa forma de olhar para a questão, envolvendo um processo de classificação em que definimos diferentes "tipos" de pessoas, se insere no que é geralmente conhecido como "construcionismo", pensado em oposição ao "essencialismo", a noção de que essas categorias correspondem a uma realidade da própria sexualidade e do gênero que está presente de modo independente de processos históricos e diferenças culturais. Mais recentemente, perspectivas de construção social têm sido desenvolvidas para além dessa oposição, em que noções relacionadas à natureza são todas objeto de escrutínio, seja o sexo, o gênero ou a sexualidade (FAUSTO-STERLING, 2001).

No que diz respeito à categoria "bissexual", a sua desvalorização se estende para as atividades de pesquisa, e por isso temos um ínfimo número de estudos que se voltaram para sua produção e circulação no Brasil e mesmo no mundo (SALDANHA, 2022). Existe no Brasil, porém, uma linhagem de interpretação que remonta ao interesse na "homossexualidade" e

relaciona diferenças de classe e região a processos históricos próprios da realidade brasileira, e que envolve Belém como um campo empírico privilegiado e a própria categoria "bissexual".

Em 1974, o antropólogo Peter Fry visitou a periferia de Belém para estudar as relações culturais entre a "homossexualidade masculina" e os cultos afro-religiosos. Essa observação deu origem a uma teoria sobre as formas de classificação da sexualidade no Brasil, que, para ele, eram múltiplas e estavam em estado de tensão. Segundo Fry (1982c), a categoria "bissexual" aparecia como um elemento novo e marginal no movimento homossexual que se formava na época. Ao longo da década de 1980, porém, o advento da epidemia de HIV/Aids colocou a categoria "bissexual" no centro de um debate de alcance mais abrangente que o movimento homossexual. Se a aids fora inicialmente associada aos "homossexuais", o crescimento no número de infecções em mulheres casadas e crianças criou o imaginário de uma "ponte bissexual", na qual sujeitos considerados "promíscuos" supostamente encarnavam um perigo social. A adoção da categoria "bissexual" no debate epidemiológico e na imprensa brasileira incomodou estudiosos como Richard Parker e Néstor Perlongher, que a viram como parte de uma classificação estrangeira e que parecia muito próxima do controle médico e muito distante da realidade cultural e sexual do Brasil, onde noções como "gilete" e "panachê" circulavam em contextos populares de leques mais amplos de categorias. Sabemos hoje que as categorias sustentadas pelo movimento social saíram em vantagem nessa disputa, mas também que se expandiram, se transformaram e se multiplicaram (CARRARA, 2016; AGUIÃO, 2018; FACCHINI, 2020).

Essas categorias (e diferentes definições delas) não são igualmente familiares para todas as pessoas, pois elas não estiveram sempre presentes em nossa sociedade. Isso porque foram produzidas e têm circulado de formas diferentes a depender de contextos políticos, geográficos e históricos. É para ressaltar este ponto que utilizo, ao longo deste trabalho, as aspas para me referir às categorias que ganham sentido ao longo do período que analiso aqui, a não ser quando faço referência ao nome de um movimento social ou a um campo de estudos, como o movimento homossexual ou os estudos bissexuais.

Mesmo com as mudanças, parece haver algumas questões que são contínuas, como vemos nas formas de lidar com a categoria "bissexual" encontradas pelas jovens interlocutoras da antropóloga Danieli Klidzio (2019) no interior do Rio Grande do Sul e as da antropóloga Helena Monaco (2020a) em espaços virtuais de ativismo "bi" da cidade de São Paulo. O que há em comum nessas distintas realidades é a dificuldade dessas pessoas em ter a sua identidade compreendida, reconhecida e (mais ainda) respeitada, seja por pessoas autoclassificadas "heterossexuais", seja por "gays" e "lésbicas". A necessidade de encontrar espaços de

acolhimento e a falta de pertencimento coletivo das pessoas a que se direcionaram suas pesquisas nos fazem perguntar o que há na "bissexualidade" que provoca dois grupos situados socialmente como opostos entre si. Se as categorias da sexualidade e do gênero circulam pelo espaço e pelo tempo, a dificuldade com que se lida com a categoria "bissexual" é um caminho possível para entender como acontece essa circulação.

Sendo os estudos de Fry e dos pesquisadores que estavam próximos dele, de certa forma "fundadores" de um campo nas ciências sociais e na história (especialmente sobre a "homossexualidade"), várias pesquisas importantes mergulharam na produção de categorias da sexualidade, levando a um acúmulo nesse debate, ainda que nem sempre com a mesma distribuição geográfica. Essas pesquisas vêm apontando a relação entre atores de movimentos sociais, universidades, imprensa, Estado, artes e mercado nesse processo, inclusive no trânsito desses atores por entre esses diferentes espaços. Proponho, porém, voltar ao lugar onde (supostamente) tudo começou.

1. "Por que bissexualidade?"

Era agosto de 2017. Eu, um estudante de 20 anos de idade, entrei na sala da psicóloga da universidade. Ela preparou seu caderno e eu comecei a falar de meus dramas, como nas semanas anteriores. A psicóloga falava pouco, mas tentou me aconselhar em algum momento da sessão. Eu não precisava estar tão aflito, estava passando por uma fase em que ainda descobria quem eu era. Se eu gostava de homens ou de mulheres, por exemplo. Minha relação de confiança com ela se quebrou naquele exato momento. Eu estava começando a me identificar como uma pessoa "bissexual", e parte do que fazia sentido nisso para mim era que muitas pessoas não entenderiam do que isso se trata. Estava em um momento de intenso contato com espaços que começavam a pipocar pela internet com debates sobre "bissexualidade" em termos políticos, muito em torno de críticas às ideias de que essa forma de sexualidade é uma expressão de indecisão, imaturidade ou problemas de personalidade.

Jamais questionei a competência da profissional que me atendia, à qual sou muito grato. Em vez disso, passei a questionar, cada vez mais, por que determinadas formas de viver, pensar ou classificar a sexualidade se tornam menos inteligíveis que outras. Foi o começo de uma jornada de muitos aprendizados, e, também, muito dura. A primeira versão do projeto de pesquisa que originou este trabalho foi elaborada em setembro de 2018; olhava para a "bissexualidade" apenas em termos de identidade e era inspirada na esparsa bibliografia que encontrei sobre o tema no Brasil, uma vez que eu não lia em língua inglesa. Nessa versão do

projeto eu me propunha a pensar os processos históricos de produção dessa categoria a partir da ideia de *bifobia*, noção oriunda do movimento social que foi incorporada por pesquisadores. Estudante da jovem Universidade do Estado do Pará (UEPA) em Belém, minhas opções de pós-graduação em ciências humanas estavam na Universidade Federal do Pará (UFPA), a maior instituição do tipo na região Norte do país, e a única em que eu poderia tentá-lo, dada a impossibilidade econômica de me deslocar para outro estado. Eu estava me formando em história e foi nessa área que primeiro tentei ingressar no mestrado. A reação não poderia ter sido pior.

Se cheguei a ouvir que ninguém entendia o meu projeto e que era melhor não tentar, a mais comum das dúvidas era por que pesquisar "bissexualidade". Por que não transexualidade? E por que falar em questões específicas dessa categoria? Haveria mesmo questões específicas? Eu não estava inventando essas coisas? Será que eu encontraria mesmo algo? Eu estaria interessado em um "falso modismo" e não passaria na seleção de mestrado. Quanto a este último ponto, eu realmente não passei. Mas a experiência rendeu alguns aprendizados. No Brasil, o crescimento recente dos estudos sobre diversidade sexual e de gênero no campo disciplinar da história tem se dado principalmente através da teoria queer, recebida muitas vezes como sinônimo de desnaturalização das identidades.

Meus esforços de leitura desse segmento teórico, e o incômodo com o seu silêncio para com o tema específico que me interessava (a "bissexualidade"), coincidiram com as minhas primeiras leituras em língua inglesa e o contato com os *Bisexual Studies*, inicialmente a partir de autores divulgados pelo movimento bissexual brasileiro, como Kenji Yoshino (2000) e Shiri Eisner (2021). Eu tentaria o mestrado pela segunda vez, enquanto procurava emprego e estudava para concurso. Com condições materiais bastante limitadas na época, dava aulas de reforço e baixava os materiais em uma *lan house*, para lê-los em casa. Por conta da dificuldade no acesso à internet, perdi a inscrição para o mestrado em antropologia e tentaria, novamente, na história. Era 2019 e eu soube através de um amigo da criação de um Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade, o GAEBI, por estudantes de psicologia da UFPA. Após a primeira reunião, participávamos apenas eu e a coordenadora, Beatriz Cruz, e depois que fiquei sem comunicação (um período sem celular, após um roubo), o grupo parou suas atividades e se desfez.

Àquela altura, eu sistematizava algumas observações de modo independente e apresentava em eventos, o que me levou à surpresa de ser convidado (mesmo sem ter nenhuma publicação) para proferir uma palestra em um evento no dia da visibilidade bissexual (23 de setembro) organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais "Marielle Franco" da UEPA.

Nessa ocasião, muito importante para minha trajetória e minha insistência em meu projeto de pesquisa, estava nítida a dificuldade das pessoas de encontrar referências para falar sobre o tema em Belém e o encanto das pessoas presentes em ouvir pela primeira vez alguém falando em "bissexualidade" em termos políticos, históricos e teóricos. Apesar de confrontado e questionado na entrevista do mestrado sobre o realismo e a exequibilidade da minha pesquisa, cheguei à última fase da seleção e permaneci na lista de espera.

Assim chegamos a 2020 e à terceira tentativa. Comecei a trabalhar com o movimento cultural em minha cidade e me envolvi nas mobilizações em torno dos editais da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, com o início da pandemia de Covid-19, colaborando com artistas e fazedores de cultura quilombolas. Os primeiros meses de distanciamento social, medida preventiva contra o avanço da pandemia, serviram para que eu me aprofundasse mais na leitura de clássicos dos estudos sobre "homossexualidade" no Brasil. Foi durante a pandemia que a Semana Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Semanacs/Unicamp), em cuja organização estava um amigo meu, divulgou o perfil abandonado do GAEBI em uma publicação de referências sobre LGBTI+ no Instagram. Com esse episódio, entrei em contato com Beatriz e resolvemos juntos reativar o grupo, agora em formato remoto. Para nossa surpresa, começaram a aparecer pessoas de diversas partes do país, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, do Amazonas ao Espírito Santo. O GAEBI viria a se tornar uma rede e um espaço de acolhimento e troca intelectual para jovens pesquisadores de diferentes lugares que também encaravam dificuldades para pesquisar esse tema, sendo muitas vezes desencorajados ou mesmo ridicularizados. Foi nessa época que, encorajado por amigos paulistas e cariocas, resolvi tentar programas no sudeste do país, me inscrevi na seleção do mestrado em antropologia social da Unicamp e fui aprovado. No Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, o projeto amadureceu e se voltou ao interesse de pensar classificações e categorias, debatendo as literaturas sobre "homossexualidade" e "bissexualidade" de forma crítica.

O ano de 2021 foi de muitas transformações, não apenas com a minha mudança para Campinas e a implementação de uma bolsa da Capes, mas também pelo fortalecimento do debate sobre "bissexualidade" no Brasil e pela formação de redes e multiplicação de espaços dedicados ao tema. Além do GAEBI, que passou a reunir pesquisadores, a recente Frente Bissexual Brasileira estenderia seu campo de atuação, reunindo desde o ano anterior coletivos e ativistas independentes. Passamos a colaborar, coletivamente, em eventos e debates que nos fizeram avançar como antes parecia impensável para pessoas acostumadas a se sentir isoladas em suas atuações. Nesse sentido, a realização do I Seminário Nacional de Estudos Bissexuais

(SENABI), em dezembro de 2021, foi um marco importante para o que ainda começava a ser pensado como um campo de estudos. O evento foi promovido pelo GAEBI em parceria com o departamento de comunicação da UFRN. Em 2022, entrei para a Frente Bissexual Brasileira e tive a oportunidade de presenciar, em um encontro do Conselho Nacional Popular LGBTI+ em São Paulo, a emocionante assinatura da resolução 08/2022 do Conselho Federal de Psicologia, que orienta profissionais de saúde mental em um atendimento sensível a pessoas bissexuais e "outras orientações não monossexuais", condenando associações dessas pessoas com indecisão, imaturidade ou transtornos mentais.

Ao longo desses últimos quatro anos, nas apresentações orais que tenho feito em eventos científicos, tenho visto as pessoas presentes muitas vezes substituir as perguntas iniciais de "por que estudar a bissexualidade?" para "mas porque nos classificamos tanto?". Isso acontece geralmente quando se mostra que a categoria "bissexual", mas do que uma intermediária entre homo e heterossexualidade, é uma fonte de tensão que lança dúvidas sobre a própria inteligibilidade de uma sexualidade baseada no desejo por um único gênero.

A compreensão da sexualidade humana por meio de uma oposição binária tem sido fortemente criticada nas últimas décadas, mas a posição da "bissexualidade" nesse debate tem sido ambígua e, em certa medida, controversa. Essa é uma observação possível apenas depois que transpomos a ideia enganosa de que não existem debates sobre o tema, o que, como já discutiram Elizabeth Sara Lewis (2012) e Helena Monaco (2020a), está mais relacionado à invisibilidade do tema no campo geral dos estudos de gênero e sexualidade e nos próprios movimentos sociais em que a sexualidade tem sido mais fortemente trabalhada, como os LGBTI+ e os feministas. Olhando para a produção coletiva de conhecimento (seja nos movimentos, seja nas universidades) sobre bissexualidade no Brasil, percebemos uma tendência a se aproximar de noções já desenvolvidas nesses âmbitos em contextos de língua inglesa, como *bifobia* e *apagamento*. A primeira ideia faz referência direta a violências associadas à orientação "bissexual" que se diferiria da "homossexual" (LEWIS, 2012). A segunda, a um conjunto de processos também violentos, porém mais associados à invisibilidade e à própria negação da existência da bissexualidade em termos gerais (CAVALCANTI, 2007).

Porém, em relação aos estudos sobre homo e "heterossexualidade", a "bissexualidade" tem recebido menos atenção. Embora tenha crescido o alcance das discussões desenvolvidas pelo ativismo bissexual nas últimas décadas, como nas noções de "bifobia" e "apagamento", permanecem sendo realizadas pesquisas que buscam "descobrir" se realmente existem homens bissexuais, a partir de pressupostos de que a "homossexualidade" é inata (RIEGGER,

CHIVERS, BAILEY, 2005) e diagnósticos que associam a "bissexualidade" a transtornos mentais, por ela supostamente não corresponder a uma identidade em si.[1]

A partir da difusão de perspectivas pós-estruturalista e/ou dos estudos queer, tornou-se comum, nos estudos de gênero e sexualidade, pensar criticamente as oposições binárias auto-excludentes estabelecidas nas classificações de sexo, gênero e sexualidade (macho-fêmea, homem-mulher, heterossexual-homossexual). Primeiro, porque nelas se baseiam relações de violência e desigualdade entre os dois grupos formados, e segundo porque apagam (também de forma violenta) posições de fluidez e ambiguidade comuns à complexidade humana (FAUSTO-STERLING, 2002).

Os discursos políticos contemporâneos orientados a partir da categoria "bissexual", assim como seus desdobramentos teóricos, têm apontada para ela como uma daquelas que tensionam essas oposições, revelando a limitação e a arbitrariedade das classificações binárias em relação às quais se situa. Partindo dessa preocupação política do movimento bissexual com a concepção de que pessoas bissexuais sofrem violências, têm experiências e produzem sentidos próprios, os *Bisexual Studies* têm argumentado que a categoria "bissexualidade" seria ignorada na maioria dos estudos sobre gênero e sexualidade exatamente pela dependência em relação a esse "binarismo" (YOSHINO, 2000; ANGELIDES, 2001; EISNER, 2021). O aparente desinteresse científico pela bissexualidade, assim, seria parte de uma grande disputa pelos seus sentidos e pela sua própria inteligibilidade. Essa controvérsia pode, então, nos ajudar a entender as formas polares de classificação, suas contradições e, principalmente, sua mobilidade, para além de uma compreensão apenas da "bissexualidade".

Olhando retrospectivamente, o campo de estudos sobre diversidade sexual e de gênero e suas relações com processos históricos foi mais amplamente estudado por antropólogos, com uma participação crescente de historiadores. Existe em parte dessa bibliografia, porém, uma tendência a buscar uma linearidade no que vem sendo chamado de "homossexualidades", muitas vezes definida como uma expressão que *traduz* no passado as categorias "gays", "lésbicas" e "travestis", esquecendo-se de "bissexuais" (RODRIGUES, 2012; GREEN,

[1] Sobre isso, Melissa Bittencourt Jaeger cita um relato colhido em um espaço do ativismo bissexual na cidade de São Paulo: "Para exemplificar isso, ela relatou o caso de uma menina de Minas Gerais a qual buscou terapia pelo SUS para lidar com uma situação de estupro. 'A meta da terapia era descobrir se ela era hétero ou lésbica' pois a terapeuta acreditava que ela era bissexual por ter sido estuprada. Nicole também comentou que muitas pessoas bissexuais recebem diagnósticos errados de transtornos mentais que estão relacionados a um 'senso instável de identidade' ou a "comportamentos sexuais de risco" como Transtorno de Personalidade Borderline e Transtorno de Humor Bipolar. Em outros casos, se a pessoa tem o diagnóstico desse transtorno, a bissexualidade é considerada como um sintoma [...]. Talvez essa interpretação tenha relação com o 3º critério de diagnóstico para Transtorno da Personalidade Borderline presente no DSM-IV-TR (2002). Este critério se refere a "instabilidade acentuada do self" e afirma como exemplo de instabilidade a *mudança de identidade sexual*". (JAEGER, 2018, p. 82-83, grifo meu).

QUINALHA, 2019; QUINALHA, 2021). A disputa em torno dessa categoria não é nova, mas a sua presença nos esforços de pesquisa sobre o passado sim. No recorte cronológico que nos interessa aqui, devemos concordar que a categoria "homossexual" era sim, entendida como abrangente, mas também devemos considerar que havia conflitos e discordâncias sobre isso e que eles não podem ser ignorados em favor das nossas convenções políticas atuais. Podemos nos voltar para elas e nos perguntar como estas mesmas convenções e convicções se formaram. Os problemas de definição da questão da fluidez, e a categoria "bissexual" que se associou a ela, são necessários para entendermos como a própria ideia de "homossexualidade" (e a própria sexualidade) se transformou com o tempo.

2. Belém e seus espelhos: cidades e sexualidades no Brasil

A questão da alteridade regional tem ainda uma dimensão importante nesse trabalho pela minha própria trajetória pessoal e profissional. Nascido e criado em Ananindeua, cidade que faz parte da região metropolitana de Belém, eu cresci encarando a capital e os espaços que venho a analisar nesta pesquisa como um "centro", em contraste com a minha posição e identificação na "periferia". No período em que estudo os espaços urbanos belenenses (como a universidade), minha família vivia como ribeirinha em uma zona então rural, hoje um bairro pobre de aspecto híbrido, sem acesso a ensino superior e conquistando aos poucos o acesso à televisão e à energia elétrica. Enquanto eu tentava as seleções de mestrado em programas de pós-graduação no Pará, parecia óbvio para mim que eu procurava estudar um contexto que era muito diferente do meu, e no qual eu me sentia quase um completo estranho, mesmo com (ou devido a) minha presença frequente. Esse princípio foi tensionado quando entrei na Unicamp e meus colegas de instituição demostraram entender que eu pesquisava um campo ao qual eu pertencia e no qual estou inserido, por se tratar de minha "região" ou de meu "contexto local".

Indagações sobre o meu projeto de pesquisa me deixaram muito inquieto, como quando alguém achou que eu estava me "desculpando" por ter um contato pessoal com o campo, e que eu colocava as vantagens disso em meu texto como muito pontuais, sem reconhecer a potencialidade analítica dessa questão. Em outra ocasião, foi afirmado que eu era muito próximo dos sujeitos da pesquisa. Não tenho a intenção de desqualificar essas observações, pelo contrário, acredito que há um ganho no deslocamento que fiz para uma instituição de outra região na medida em que isso me permite balancear as diferenças regionais e as formas pelas quais elas são produzidas na interpretação da sexualidade.

A ideia de que eu, por ser da mesma região, estou no mesmo contexto cultural ou sou mesmo próximo do meu campo e de seus sujeitos, se baseia puramente em pressupostos regionalistas. Estes não são totalmente equivocados, mas dão conta apenas de uma parte da forma como a regionalidade é produzida, relacionalmente. Afinal, se eu sou tão paraense quanto a cidade de Belém, ela era também o mais distante de mim que eu conhecia. Se ela era o "centro" para mim, encontrei a mim mesmo em um lugar de olhar para ela como uma "periferia". Isso foi além de uma confusão de minhas sensações pessoais de empatia e antipatia com o campo que acompanharam todo o processo de pesquisa, implicou também em entender como as desigualdades são produzidas de forma complexa. Essa experiência me levou a repensar o que seria Belém e as até então tão distantes Rio de Janeiro e São Paulo. A mudança para Campinas também me possibilitou visitar as capitais sudestinas (São Paulo, Vitória, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) e questionar alguns pressupostos das diferenças regionais que aparecem tanto no campo de minha pesquisa, quanto no campo de estudos na qual ela se insere.

As ideias de diferença regional estão ligadas a processos históricos, econômicos e geopolíticos, mas também às relações entre os sujeitos que produzem essa diferença em uma escala interpessoal. Segundo Pierre Bourdieu (2012), a região pode ser produzida por processos de estigmatização e sua imagem reavaliada por seus habitantes. Isso é importante para ponderarmos, em discursos que confrontam a estigmatização de Belém, ou da região amazônica à qual ela é associada, a incorporação do pressuposto de que essa região existe e que a estigmatização é um ato injusto e que não corresponde a uma realidade. Anne McClintock (2010) argumentou que as regiões são produzidas também por imagens sexuais, e sua perspectiva é importante para analisarmos como categorias da sexualidade podem ser incorporadas ou recusadas em sua relação com contextos locais.

Existe uma comparação recorrente entre as cidades de Belém e São Paulo e ela está presente tanto na bibliografia quanto no campo empírico. Ela não é feita apenas em decorrência das desigualdades absolutas; a posição de Belém como um centro ou uma periferia também é estabelecida contextualmente. Nesse sentido, a circulação de categorias está relacionada a trânsitos e contatos que há entre essas e outras cidades. O antropólogo Guilherme Passamani (2018), ao estudar a cidade de Corumbá, no Pantanal sul-mato-grossense, percebeu em seu campo uma relação de alteridade mais forte e direta não com São Paulo, mas com o Rio de Janeiro, em decorrência de aspectos históricos e cotidianos específicos que ligam essas cidades e os imaginários produzidos sobre elas. Esse movimento permite para complexificar a forma como temos entendido a diversidade sexual e de gênero no "Brasil", especialmente a partir do maior volume de estudos que temos disponíveis sobre as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

3. Procedimentos metodológicos

Pesquisar categorias da sexualidade em Belém demandou um mapeamento do campo no qual essas categorias circulavam, identificando os atores e espaços da universidade, do mercado, das artes e do movimento social. Já existe alguma produção sobre a história do movimento LGBTI+, sobre a produção de conhecimento científico sobre diversidade sexual e de gênero, da cena teatral e de drag queens e sobre o mercado de bares e boates. Porém, estes trabalhos tendem a olhar para seus campos isoladamente, de forma que as conexões entre eles sejam menos observadas. No caso da produção de conhecimento científico, especificamente, as publicações existentes são apresentações e reflexões do que foi efetivamente publicado, ainda sem estudos que versem sobre as relações e processos para além e por trás dos textos. Acredito que a trajetória de um campo não pode ser considerada apenas em torno da produção publicada e disponibilizada, pois as condições de pesquisa, as conexões estabelecidas pelos autores e mesmo os projetos frustrados compõem também um campo de estudos. Por essa razão, resolvi incluir os pesquisadores como atores de um campo mais abrangente de ação, procurando apontar a relação da universidade com outros espaços através dos trânsitos e das relações daqueles que nela estavam operando mudanças.

Também por isso, as minhas participações em eventos, debates, presença em defesas, mesas e visitas a outras instituições (às quais eu posso incluir a própria Unicamp, ainda desconhecida por mim até quase a metade do mestrado, que cursei de forma remota devido à pandemia de Covid-19), não eram apenas momentos de encontro e reflexão com "pares". Ao estranhar a pós-graduação depois de dois anos fora da universidade e me propor a pensá-la como um campo teórico e empírico, me permiti ver a mim mesmo e a outros pesquisadores como sujeitos através dos quais a universidade muda e interage. A própria ideia de "pares" pode ser problematizada, quando percebo as diversas diferenças e distâncias entre pesquisadores e as diversas semelhanças e proximidades entre pesquisadores e outros atores. Se Marilyn Strathern (2014) falou na existência de dois campos no fazer etnográfico, um de interações teóricas e outro de interações empíricas, esta distinção se borrou nesta pesquisa. Não havia um "voltar do campo". Nas diversas vezes que eu fui a eventos acadêmicos presenciais e remotos, para a Unicamp em Campinas, para São Paulo, Belém ou para minha própria casa em Ananindeua, eu estava sempre indo ao campo.

Realizei sete entrevistas semiestruturadas com pessoas que atuaram em diferentes espaços da cidade, conversas informais, participação em eventos e análise de conteúdo de uma

produção intelectual de tipo variado, de arquivos pessoais e de jornais da época. Não consegui entrevistar nenhuma pessoa que se identificava como "bissexual", o que conduziu o conjunto da pesquisa ao nível da circulação e da atribuição de sentido dessa categoria. Visitas e conversas que objetivavam identificar, contatar e convencer pessoas a participarem da pesquisa ofereceram informações e sugestões muito importantes, mesmo quando as entrevistas não foram realizadas. A interação com pesquisadores e ativistas, de Belém, de outras partes do Brasil e de outros países também renderam conversas informais muito significativas, especialmente quando algumas dessas pessoas estiveram ou eram mencionadas no campo. A reunião de um conjunto variado de materiais permitiu sistematizar mudanças, conflitos e variações que envolvem essa e outras categorias, compondo um panorama significativo de relações entre o meu recorte empírico, seus processos históricos e suas convenções e classificações da sexualidade.

Os jornais são os dois periódicos diários de maior circulação em Belém entre as décadas de 1980 e 1990: *O Liberal* e *O Diário do Pará*. Ambos eram instrumentos bastante utilizados pelos grupos políticos locais em suas disputas contínuas, com veiculação de conteúdos de jornais "nacionais" (especialmente de São Paulo) e "internacionais" (Nova York). O volume de suas publicações diárias, então, era editado segundo parâmetros das elites do Pará às quais estavam ligados. Isso não quer dizer, porém, que seus discursos e autores fossem homogêneos, ou que seus leitores fossem passivos.

Os números dos jornais da década de 1980 estão digitalizados e foram acessados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Já os da década seguinte foram acessados presencialmente na hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna, ligada à Fundação Cultural do Pará, em Belém. Foram consultados livros e artigos de pesquisadores de gênero e sexualidade do Pará, como produções do campo. Mas também, para informações complementares sobre relações e trânsitos de pessoas de Belém com outras partes do país, e leitura de livros que só estavam disponíveis em arquivos, consultei documentos de movimentos negro, cultural e homossexual na Biblioteca Central da UFPA, no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp[2], na Biblioteca de Obras Raras também da Unicamp e na coleção de números do jornal *Lampião da Esquina* digitalizada pelo grupo Dignidade.

As minhas experiências de arquivo foram experiências de campo. O espaço físico, a relação com os funcionários, as regras e procedimentos, o estado do acervo, meus encontros com amigos, os incômodos, contatos com outros pesquisadores e a distância e a dificuldade do

[2] No AEL, foram consultados os fundos da Turma OK, do grupo Outra Coisa, do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), de Peter Fry e do Grupo Gay da Bahia.

trajeto definiram muitas coisas (WELD, 2014; FARGE, 2017; DIRKS, 2015). Por exemplo, onde eu me sentia à vontade e conseguia trabalhar de forma mais eficaz, ou não. Mas também estranhar as matérias de jornal sobre a concepção e a construção do mesmo prédio em que eu estava consultando os periódicos. Mesmo entre os arquivos digitalizados, estas questões eram válidas. Nenhum dos acervos correspondia a uma reprodução fiel do passado, mas sim a um conjunto de regras, histórias, faltas e silêncios que iam desde a editoração dos jornais até a arbitrariedade da disponibilidade atual de seus números (FOUCAULT, 2008). Matérias recortadas, páginas rasgadas, números desaparecidos, meses inteiros que não constavam ou pouco constavam nos acervos, imagens indisponíveis, ou informações pouco legíveis não foram poucas e me deparei com elas inclusive em momentos cruciais deste trabalho. O conjunto de material que recolhi é, assim como o que acessei, o produto de um processo muito específico.

Uma vez que os procedimentos da pesquisa incluíram a participação de seres humanos, meu projeto de pesquisa foi submetido para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Unicamp, com o número do CAAE 54186721.8.0000.8142. O projeto foi aprovado pelo parecer nº 5.187.011. Assim, todas as entrevistas foram precedidas de assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Considerei as memórias, elaboradas através de meu contato com os sujeitos do estudo, como "narrativas", que só existem no contexto da pesquisa, e não como relatos ou registros objetivos do passado (POLLAK, 2010; ALBERTI, 2012; MECCIA, 2014). As entrevistas não visavam apenas o conteúdo das repostas, mas também as reações de meus entrevistados, sua própria produção intelectual e as emoções envolvidas no encontro de ambos os lados. As entrevistas procuraram contemplar diferentes formas de atuação relacionadas à sexualidade na cidade de Belém, e principalmente sujeitos que transitaram por mais de uma delas.

A primeira pessoa que entrevistei foi a antropóloga Telma Amaral Gonçalves, professora da UFPA (onde a entrevistei) e que foi estudante de graduação em ciências sociais e de especialização em teoria antropológica durante o período estudado. Seu TCC de graduação, defendido em 1989, tem sido apontado como o primeiro trabalho sobre "homossexualidade" realizado no Pará e por alguém ligado a uma instituição paraense. Embora hoje seja uma intelectual próxima do movimento LGBTI+, na época sua relação com o tema se limitava a amizades e curiosidade com a questão do preconceito. Conversei com ela especificamente sobre a sua experiência de pesquisa, considerando a pesquisa como uma relação social em si, mas suas respostas levaram a um amplo horizonte das mudanças na universidade no que diz respeito aos estudos de gênero e sexualidade, à implementação da pós-graduação e a suas dinâmicas regionais.

O antropólogo Ronaldo Trindade, professor do Instituto Paulista de Sexualidade, era na primeira metade da década de 1990 um estudante de graduação em história da UFPA, onde participou ativamente do movimento estudantil, e um frequentador assíduo de bares e boates voltados para o público "homossexual", tendo tido um contato com o movimento homossexual local. Eu já havia entrado em contato com ele poucos anos antes, pois foi uma das pessoas que procurei quando elaborei meu projeto de pesquisa. Sabia, portanto, de seu trânsito por diferentes espaços que me interessavam, e por isso solicitei uma entrevista, que ele me concedeu em sua casa em São Paulo. Ronaldo tentou pesquisar "homossexualidade" quando estava em Belém e na história, mas só conseguiu anos mais tarde, quando migrou para São Paulo e para a antropologia. Quando o entrevistei, ele havia acabado de ser aprovado em um concurso para professor substituto na UnB, mostrou-me seus livros e comentou sobre a sua experiência de mobilidade em um momento bem diferente da minha própria.

Jacqueline Chanel, ou apenas Jacque Chanel, é uma mulher trans e atualmente pastora da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) em São Paulo; é considerada pela literatura a fundadora do movimento homossexual de Belém no começo da década de 1990, quando ainda não se identificava como uma pessoa trans. Eu a entrevistei em uma galeria em São Paulo, tendo contato com muitas histórias fascinantes e que inspiraram muitas reflexões, que ela compartilhou comigo com gentileza e confiança. Jacque também tem um belo trabalho de assistência nas praças da capital paulista, cidade que eu ainda conhecia quando a encontrei.

Anaíza Vergolino é professora aposentada da UFPA, onde também se formou, e, atualmente, a primeira mulher a presidir o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, onde me recebeu. Participou dos debates pelo reconhecimento das ciências humanas na UFPA e foi uma figura importante para estudos pioneiros sobre "homossexualidade" em Belém, seja como orientadora na UFPA, seja como orientanda em seu mestrado na Unicamp. Levei alguns livros para ela no momento da entrevista, quando apontou nas páginas algumas pessoas, lembranças e questões. Posso situar sua atuação, para os objetivos desta pesquisa, principalmente na década de 1970. Anaíza teve uma grande confiança em mim durante a entrevista e foi curiosa com os rumos que a pesquisa estava tomando. Aquela foi também uma curiosa experiência de encontrar uma paraense que contribuiu para um debate sobre sexualidade com sua pesquisa na abertura do mestrado em antropologia da Unicamp, quando eu entrava no mesmo mestrado 50 anos depois e interessado nessa história. Anaíza me ajudou a entender como os trânsitos e suas incertezas, expectativas, violências e desigualdades são mais importantes para compreendermos a nossa história do que imaginamos.

Entrevistei duas vezes o professor de filosofia Ernani Chaves, da UFPA, uma vez em uma sala do programa de pós-graduação em psicologia, ao qual ele é ligado, e outra em sua casa no bairro da Pedreira, em Belém, onde ele compartilhou comigo muitas informações novas sobre os livros, autores e tradutores que apontava em sua estante. Ernani foi uma das primeiras pessoas a levantar o debate sobre "homossexualidade" na UFPA na década de 1980, mas também para além dela, principalmente no grupo de teatro Cena Aberta. Também frequentou boates entre o fim da década de 1970 e início de 80. Sua tese foi dedicada a uma cidade chamada "Berlim do Pará, às margens do Tietê", fazendo referência aos trânsitos de sua trajetória, especialmente em seu doutorado em São Paulo, quando era professor em Belém e realizou um estágio doutoral em Berlim. Quase trinta anos depois, em uma entrevista, afirmou que se esqueceu naquele momento de uma cidade fundamental: Soure, na ilha do Marajó, onde nasceu, à qual sempre volta e cujo ambiente ribeirinho pode ter inspirado a imagem do rio na dedicatória da tese e em sua própria trajetória. É especialista em Foucault e tradutor de Freud, além de estudioso de Nietzsche e Benjamin; também é dotado de humor e cheio de histórias interessantes, além de um leitor crítico e independente. Fiz uso também de outras entrevistas que Ernani fez ou concedeu em momentos diferentes, além de textos publicados por ele em jornais.

Ernani Chaves colocou-me em contato com Chico Vaz, que me recebeu com ânimo e com quem tentei inúmeras vezes realizar uma entrevista. Ele é o fundador do Comitê Arte Pela Vida, grupo que apoia pessoas vivendo com HIV em Belém desde 1996, e que se tornou recentemente uma ONG. Antes disso havia sido ator no Cena Aberta nos anos 1980 e "drag queen" na Banda Bagaço, que se apresentava com a artista Babeth Taylor nos anos 1990. Ainda que eu não tenha conseguido entrevistá-lo, os vários dias em que estive em eventos e na loja do grupo, conversando e ajudando ele e os demais membros, foram fundamentais para esta pesquisa. A aproximação com esse cotidiano foi também o processo de imersão mais próximo do campo que tive para além das entrevistas e de meus próprios trânsitos. Chico também me autorizou a consultar seu arquivo pessoal, que estava cedido para os antropólogos Ramon Reis e Mílton Ribeiro para um projeto de escrita da história do Arte Pela Vida, e que ambos foram solícitos em me ajudar a acessar. Neste arquivo consultei fotografias, recortes de jornais, documentos de diversos movimentos sociais, cartazes, catálogos de festivais de teatro, todos valiosos. Optei por preservar a privacidade de cartas e exames médicos, deixando de consultá-los.

No Arte Pela Vida eu conheci Alaíde Oliveira, que coincidentemente era mãe de uma pessoa que teve uma participação interessante no campo, e a quem ela teve a gentileza de me

levar e apresentar. Adelaide Oliveira é jornalista desde sua entrada na universidade no início dos anos 1990. Em meados daquela época, foi também a jovem sócia de um bar chamado Go Fish, no centro de Belém, um epicentro de sociabilidade para onde convergiram fenômenos musicais, "drag queens", tendências de mercado e novas categorias. O Go Fish já era apontado como um espaço importante pela literatura local desde a década de 1990, e representava também o avanço de bares e boates segmentados para territórios de maior prestígio social. Adelaide me concedeu uma entrevista muito à vontade em sua loja, com confiança, disposição e muitas dicas valiosas.

Wlad Lima é atriz e psicoterapeuta, além de uma pessoa que reflete com maturidade e originalidade sobre ser lésbica, negra, pesquisadora e gorda. É também professora aposentada da UFPA, mas no período enfocado por esta pesquisa era como atriz que se destacava, participando de diversos grupos teatrais, dentre os quais o Cena Aberta. Também foi voluntária na década de 1990 do Paravidda, um grupo de apoio a pessoas que vivem com HIV em Belém. Encontrá-la em seu porão experimental foi uma das experiências de pesquisa mais ricas e intensas que já tive, quando minhas próprias questões e leituras de literatura e de mundo eram provocadas.

Ao longo dos pouco mais de quatro anos entre a elaboração inicial do projeto de pesquisa e a finalização deste trabalho, o material de campo e a literatura consultada mudaram de forma. Olhando para um tema e para um recorte empírico relativamente pouco explorado, vi muitas vezes a publicação de um novo trabalho sugerir uma reorganização do conhecimento que temos, seja sobre "bissexualidade", seja sobre a diversidade sexual em Belém e na Amazônia e em seus processos históricos. Com relação à "bissexualidade", a formação do GAEBI em 2019, e a sua "nacionalização" em 2020, permitiu a criação de um debate coletivo e de experiências novas de ensino, aprendizado, fortalecimento e reinvenção que compartilhei junto de jovens (mas não apenas) pesquisadores. Com relação ao recorte regional, estamos vivendo também um momento de florescimento e multiplicação de estudos que trazem sempre coisas novas, explorando processos e sujeitos que ainda são em certa medida obscuros em alguns casos.

A própria temporalidade de meu campo mudou ao longo dos últimos anos. Em uma das primeiras vezes que mostrei o meu projeto de pesquisa a alguém, no fim de 2018, lembro que uma professora comentou emocionada a minha coragem de enfrentar um desafio como esse quando havia uma expectativa tenebrosa para pessoas como eu. A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república aprofundou uma crise econômica e uma crise de futuro, especialmente a partir da pandemia de Covid-19 em 2020. Iniciando o mestrado com as

atividades presenciais suspensas, vi as informações do campo e da literatura sobre um passado otimista e ascendente se chocarem com um estado atual de enfraquecimento e insegurança por parte de pesquisadores, ativistas e instituições do próprio campo. Em um dos últimos meses do mestrado e do governo Bolsonaro, eu mesmo fui um dos milhares de pesquisadores ameaçados por uma suspensão do pagamento de bolsas da Capes. Este trabalho é finalizado em um momento no qual não apenas o presente e o futuro, mas também o passado ganha novos sentidos mais uma vez.

4. Mapa dos capítulos da dissertação

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo focaliza o debate construcionista sobre a sexualidade e enfatiza que a categoria "bissexual" é tão antiga quanto esse próprio processo histórico, e que sua presença (ou ausência) tem sido importante para a produção da sexualidade, e para formação da oposição entre "homossexualidade" e "heterossexualidade". Este capítulo tem a forma de um percurso geográfico, acompanhando os trânsitos dessas categorias desde a Europa ocidental até Belém, passando pelos Estados Unidos e pelo sudeste brasileiro. Em vez de propor uma circulação em cadeia, tensiono uma suposta continuidade entre estes locais. Começo pelo debate internacional que tem analisado mais profundamente a produção dessas categorias em sua origem. Em seguida, exploro as observações de Peter Fry sobre o Brasil e seus desdobramentos nas últimas quatro décadas, inclusive no sentido retrospectivo. Chamo a atenção para o modo como convenções sobre "região" têm sido importantes para pensar as categorias da sexualidade no Brasil, especialmente a partir da contribuição de Fry e do advento da epidemia de HIV/Aids. Encontramos, por fim, uma Belém ainda pouco estudada no que diz respeito aos processos históricos que envolvem a sexualidade.

Um panorama desses processos de mudança na capital do Pará entre as décadas de 1980 e 90 é o tema do segundo capítulo. Seus objetivos são contribuir para a ampliação de nosso conhecimento sobre as convenções e classificações da sexualidade neste contexto histórico e suas relações com outros, e permitir a análise do surgimento de algumas categorias especificamente, como a "bissexual". Jornais, bares, boates, universidade, teatro, crítica de cinema e movimento homossexual são ambientes que se cruzam entre si, com seus correspondentes de outros locais e com fenômenos históricos na composição de um mapa da circulação de categorias em Belém.

O terceiro capítulo reflete mais adensada e detalhadamente sobre o modo como a categoria “bissexualidade” emergiu ao longo dessas mudanças. Este também tem a estrutura de um deslocamento. Iniciamos na epidemia de HIV/Aids e em sua relação com diferentes espaços e atores na produção de classificações e convenções, chamando a atenção para a presença da categoria “bissexual” em seu vocabulário. Problematizo, a partir de meu campo, duas noções importantes, ainda que de formas diferentes, no debate sobre “bissexualidade”: o conceito de apagamento e o princípio de polissemia. A partir daí, descrevo a circulação dessa categoria para além do contexto epidemiológico, em sua relação com processos políticos, tendências comportamentais, outras categorias da ambiguidade, convenções de região e saberes científicos.

"A tradição muito antiga do *homo androgynus*, isto é, que o homem original, o indivíduo inicialmente criado, era bi-sexual: uma quimera".

Samuel Taylor Coleridge, 1823

"Desde que tomei conhecimento da noção de bissexualidade, considero esse fator decisivo e acho que, sem levar em conta a bissexualidade, dificilmente poderemos chegar à compreensão das manifestações sexuais que realmente se observam no homem e na mulher".

Sigmund Freud, 1905

"A indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península. Espécie de bicontinentalidade que corresponde em população assim vaga e incerta à bissexualidade no indivíduo"

Gilberto Freyre, 1933

"Chegou o tempo, creio, em que podemos reconhecer a bissexualidade como uma forma normal de comportamento humano"

Margaret Mead, 1975

Capítulo 1
"Bissexualidade" e produção de categorias da sexualidade

A bibliografia sobre "bissexualidade" tende a apresentar o seu desenvolvimento através da produção de diferentes sentidos para o termo ao longo do tempo (MacDOWALL, 2009; LEWIS, 2012; EISNER, 2021). A categoria teria permanecido como um ponto ambíguo em classificações binárias de macho-fêmea, masculino-feminino, homossexual-heterossexual, tais como estas se originaram respectivamente desde o século XIX, uma a partir da outra. Porém, devemos reconhecer que a emergência de um novo sentido de "bissexualidade" na história não suplanta os sentidos anteriores, a não ser quando há esforços nesse sentido – o que só veio a acontecer com o fortalecimento de um movimento bissexual recentemente. Há algo de muito pertinente na polissemia do termo "bissexual" para se pensar a categoria e sua relação com essas classificações, em cuja formação apareceu a própria ideia de sexualidade. Neste capítulo, reflito a partir de um debate panorâmico sobre as classificações da sexualidade como algo que se transforma ao longo do tempo no mundo e no Brasil, chamando a atenção para como a categoria "bissexual" aparece nele. Como fez o historiador Steven Angelides (2001) em relação à Europa, aos Estados Unidos e à Austrália, argumento que o seu desenvolvimento (e o seu "apagamento", se assim podemos dizer) expressa o próprio processo histórico de formação da sexualidade; mas chamo atenção para as questões que podemos levantar ao pensar esse processo em espaços geográficos diferentes.

Este capítulo tem a forma de um sobrevoo geográfico, uma viagem. Parto da Europa e de seus poetas, cientistas e ativistas que encontraram na (bis)sexualidade um tema de debate entre o século XIX e o início do XX, e cruzo o oceano atlântico para chegar aos seus colegas que atingiram maior visibilidade e relevância nos Estados Unidos no decorrer das décadas seguintes. Não deixo de considerar os debates retrospectivos sobre os processos históricos e elaborações teóricas que os envolvem. Chegando ao Brasil, apresento o debate sobre as categorias da sexualidade iniciado pelo antropólogo Peter Fry e seus e suas colegas nas décadas de 1970 e 80, atualizando os desdobramentos que tivemos nesse sentido, especialmente nos campos da antropologia e da história. Assim, saliento como relações de regionalidade e outras diferenças têm sido importantes para esse debate, inclusive com a crescente e controversa presença da categoria "bissexual" no caso brasileiro com o início da epidemia de HIV/Aids. Por fim, chegamos a Belém do Pará, no norte do país, onde discuto algumas questões empíricas e teóricas a partir das experiências de Peter Fry e Anaíza Vergolino na década de 1970.

Em geral, busco mostrar como as mudanças nas convenções e classificações da sexualidade se dão através de disputas políticas e por sujeitos com diferentes formas de atuação, que transformam as categorias produzidas e se transformam através delas. Entre essas formas de atuação, está a própria pesquisa, o que nos provoca a borrar a fronteira entre o teórico e o empírico e pensar os autores como pessoas de carne e osso, interagindo com processos históricos em campo.

1. Inventando a "bissexualidade" / Inventando a sexualidade

A noção de que a sexualidade constitui algo distinto do gênero é objeto de grande debate (RUBIN, 2017; BUTLER, 1994). Essa perspectiva tem se ancorado na análise de sujeitos definidos a partir de práticas sexuais e no acirramento de disputas políticas em torno do sexo nas últimas décadas. O debate sobre a sexualidade humana como uma expressão da natureza ou da cultura foi fundamental para os estudos sobre o tema realizados nas ciências humanas ao longo do século XX; nesse sentido, a controvérsia sobre o "homossexual" como um papel social (*homosexual role*) foi uma das mais importantes (VANCE, 1995). Os chamados construcionistas levantaram a defesa de que a sexualidade pode ser historicizada e que ela surgiu em um momento histórico recente.

Em um trabalho considerado pioneiro, a socióloga Mary McIntosh (1968) percebeu diferenças culturais e históricas que impediam que a categoria "homossexual" pudesse ser considerada universal. Em um contexto em que a "homossexualidade" era considerada um diagnóstico, ela percebeu também como era difícil para os profissionais definirem um paciente quando a sexualidade era sempre múltipla e complexa. Se alguns psiquiatras diagnosticavam seus pacientes como "bissexuais" quando havia uma frequência de relações com homens e mulheres em sua vida, McIntosh percebia como essa categoria também era difícil de definir:

> Junto com muitos outros autores, ele [o psiquiatra Irving Bieber] introduz a noção de um terceiro tipo de pessoa, o "bissexual", para lidar com o fato de que os padrões de comportamento não podem ser convenientemente dicotomizados em heterossexual e homossexual. Mas isto não resolve o problema conceitual, uma vez que a bissexualidade também é vista como uma condição (a menos como uma resposta passageira a situações incomuns como o confinamento em uma prisão com pessoas do mesmo sexo). Em qualquer caso não há uma discussão prolongada sobre a bissexualidade; o tema é geralmente mencionado de forma breve para limpar o terreno para a consideração da "verdadeira homossexualidade" (McINTOSH, 1968, p. 183, tradução minha).

Vários trabalhos históricos, antropológicos e sociológicos foram realizados nas décadas seguintes, mais sobre a "homossexualidade" (como mostra FAUSTO-STERLING, 2002) do que sobre a "heterossexualidade" (KATZ, 1995) ou a "bissexualidade" (ANGELIDES, 2001).

O problema colocado pela "verdadeira homossexualidade" acaba se confundindo com o da "bissexualidade". Mas a categoria "bissexual" se desenvolveu inicialmente antes de uma noção de sexualidade como algo distinto do gênero. A produção dessas classificações são um processo histórico de disputas políticas, especialmente em torno de gênero, raça e exploração colonial. Ao enfatizar esse aspecto, faço coro à ideia de Anne McClintock (2010) de que estas diferenças se constituem mutuamente.

Existem referências a termos semelhantes a "bissexual" correntes na Europa no século XVII: "bisexed" e "bisexous", na língua inglesa, isto é, ter os dois sexos. Segundo Lachlan MacDowall (2009), eles estavam ligados a uma noção de que a própria humanidade poderia ser descrita nesses termos. Embora haja pouco investimento de pesquisa nesse sentido, podemos pressupor que a formação de uma categoria que remetia a uma constituição ambígua contrastava com práticas classificatórias correntes até então na Europa, no que diz respeito ao homem e à mulher. O poeta inglês Samuel Taylor Coleridge fez referência, em uma longa nota de rodapé de um aforismo publicado em 1823, à "tradição muito antiga do *homo androgynus*, isto é, que o homem original, o indivíduo inicialmente criado, era bi-sexual: uma quimera" (COLERIDGE, 1848, p. 204, grifo do original, tradução minha). Tratava-se de um argumento seu em um debate moral sobre a natureza dúbia do homem, com inteligência de origem divina e vontade de pecar. Coleridge relacionava essa crença a mitologias gregas, egípcias e semíticas sobre androginia primordial nas quais ele não acreditava (seu pretexto era cristão); assim como nessas mitologias, o sentido que ele deu "bi-sexual" é de uma dualidade relacionada a dois polos coerentes em oposição, e não como um polo coerente em si. O termo era grafado como forma de não repetir "andrógino", com um hífen que indica sua baixa usualidade. Não era uma categoria que remetia ao desejo, mas à constituição de um ser. Além disso, também não era uma categoria necessariamente científica.

A emergência histórica da ideia de "bissexualidade" coincide historicamente (e pode ser relacionada) ao surgimento de novas convenções e classificações relacionadas ao sexo a partir do século XVII. A descrição feita por Coleridge marca uma transição na qual taxinomias europeias modernas passam a estranhar o que parece ser uma continuidade em outras culturas, interpretando essa continuidade como algo primordial ou antigo. Como argumentou Michel Foucault (1999), as mudanças históricas no âmbito das ideias que se deram na Europa levaram ao surgimento de novas categorias, algumas consideradas agora fundamentais, aprofundadas pelos discursos científicos. A valorização da distinção aparece como uma das mudanças que afetaria as lógicas classificatórias, tornando a ambiguidade um problema a ser enquadrado. A essa altura da história, como mostraram Arthur Lovejoy (2005) e o próprio Foucault, a figura

do “homem” e o seu lugar na natureza estavam entre as principais questões sobre as quais esse problema era colocado.

MacDowall, seguindo a pista argumentativa de Steven Angelides (2001), apontou que a ideia de “bissexualidade” entrou no campo científico através da obra do anatomista Robert Bentley Todd em 1859. Angelides defendeu que essa entrada foi constitutiva do próprio campo teórico do evolucionismo naquele momento, que coincidia com a ascensão do que ficou conhecido como “dimorfismo sexual”. Segundo Thomas Laqueur (2001), o dimorfismo sexual apareceu historicamente na medida em que as estruturas sexuais de homens e mulheres passaram a ser vistos como correspondentes a duas coisas não só diferentes, mas também opostas, estáveis e incomensuráveis. Isso se deu a partir de meados do século XVIII, mesmo momento em que o naturalista Carl von Linneu publicava os estudos em que lançou uma importante classificação dos seres vivos que se baseia na reprodução, na qual o “homem” (ele e seus sucessores usavam o masculino para se referir à nossa espécie) foi incluído pela primeira vez no que ele acabou chamando de “quadrúpedes”. Suas imagens e descrições da reprodução de plantas foram consideradas pornográficas na França (FARA, 2003), mas tiveram uma enorme influência nas décadas seguintes.

Se Linneu colocou o sexo no centro da vida, ele também ajudou a estender os estudos naturais ao homem e a suas “raças”, as quais ele dividia conforme o continente de origem (CHARMANTIER, 2020). Os modelos de classificação de Linneu em espécies e gêneros, embora se pretendessem neutros, tomavam parte em disputas políticas importantes, como a controvérsia em torno da amamentação, que o levou a substituir o termo “quadrúpede” por “mamífero”, estabelecendo essa atividade como uma função feminina natural (BENTO, 2017). Foi em meio e através dessas disputas que a categoria “bissexual” se estabeleceu nos discursos científicos.

Charles Darwin e Alfred Wallace (1858) ajudaram a amadurecer a classificação dos seres vivos quando desenvolveram e apresentaram, juntos, novas ideias sobre a variação das espécies por um processo evolutivo. Esta foi uma teoria que ganhou força com os avanços na embriologia comparativa, especialmente com Ersnt Haeckel (1946), grande entusiasta das reflexões de Darwin que percebeu como os embriões de vertebrados (sejam humanos, vacas, gatos ou outros) não se diferem. Haeckel se tornou um dos maiores expoentes da teoria da recapitulação, a de que o desenvolvimento de um indivíduo passa por estágios que se assemelham aos do desenvolvimento de sua própria espécie. É importante dizer que as ideias de cientistas como Darwin ou Linneu foram desenvolvidas com o suporte material e intelectual das políticas imperialistas da Inglaterra e da França. Seus estudos exaustivamente comparativos

dispunham de um catálogo cada vez mais amplo e detalhado de seres vivos de todas as partes do mundo, beneficiando-se das viagens de exploradores das quais artistas e cientistas participavam (CHARMANTIER, 2020).

O aperfeiçoamento da classificação dos animais e das plantas, as evidências da separação dos continentes e das eras glaciais e geológicas, e o maior conhecimento das sociedades ditas "primitivas" foram fundamentais para o desenvolvimento das teorias evolucionistas, que não deixavam de considerar com centralidade aspectos "raciais". Tanto é que em seu livro *A Origem do Homem*, "para saber se o homem é uma espécie modificada de outra", Darwin (1974, p. 14) lançou mão dos estudos antropológicos da época para verificar se *ele* estava a se transformar. Em um momento de intensos debates levantados pelos movimentos de mulheres, teses como as dele reforçaram o quanto a suposta inferioridade da mulher era um dado natural, que se manifestava em diferentes espécies e culturas (mesmo que com uma lista crescente de "exceções"). Da mesma forma, em um momento de pressão pelo fim da escravidão, de avanço do imperialismo sobre a África e a Ásia e dos primeiros esforços efetivos nesse sentido na Oceania, os evolucionistas elaboravam escalas evolutivas dos povos (para eles, "raças") conhecidos.

Angelides argumentou que a noção de uma "bissexualidade originária" serviu, no pensamento evolucionista, para delimitar a origem das diferenças humanas, no âmbito do sexo/gênero ou da "raça".[1] Segundo ele, essa noção ganhou forma quando o embriologista russo Aleksandr Kovalevsky. Foi ele quem "descobriu" que as ascídias, um animal que estudava no Mar Ártico, não são moluscos. As ascídias não se parecem com vertebrados, mas Kovalevsky percebeu que elas possuem em seu estágio larval uma estrutura semelhante a uma notocorda, isto é, uma estrutura análoga à coluna vertebral. As ascídias, agora indicando um elo evolutivo entre vertebrados e invertebrados, são hermafroditas. Isso não era pouco relevante para a teoria da recapitulação, que seguia a tendência linneana de situar a reprodução como centro da classificação dos seres vivos. Darwin (1974) incorporou essa contribuição ao considerar a origem indiferenciada das formas de vida, inclusive as humanas, pela evidência de resquícios de uma fase "andrógina" ou "hermafrodita" no processo evolutivo cujo estudo ele próprio ajudou a aperfeiçoar. Podemos ler hoje essa profusão de termos como parte de um processo de formação de uma categoria definida; por isso é digno de nota que em seu clássico *A Origem das Espécies*, Darwin (2018, p. 119) usava "unissexual" como antônimo de "hermafrodita" para se referir às espécies animais.

[1] Cabe lembrar que, como "raça", podiam ser englobadas pelos discursos científicos da época as diferenças de classe, etnia, nacionalidade e região (SOMMERVILLE, 1994; DARWIN, 1974).

Os seres “bissexuais”, então, seriam os menos evoluídos, distantes do alto grau de diferenciação sexual do homem moderno. A “bissexualidade” também seria encontrada no feto humano, quando a diferenciação sexual ainda não estaria completa, em um momento em que as semelhanças entre os embriões de diferentes anfíbios tornavam-se cada vez mais conhecidas. Foi sobre isso que Richard von Krafft-Ebing, um eminente estudioso da sexualidade naquele tempo, falou ao afirmar que o indivíduo “é originalmente bissexual, mas na luta entre os elementos masculinos e femininos, um ou outro é conquistado e um ser monossexual se desenvolve, o qual corresponde ao tipo de estágio atual da evolução” (KRAFFT-EBING, 2011, p. 437-438, grifo meu). A categoria “monossexual” situava nos discursos científicos o nível de diferenciação sexual do homem em contraste com a indiferenciação “bissexual” dos estágios anteriores do desenvolvimento. O ser humano maduro, portanto, seria homem ou mulher, “heterossexual” ou “homossexual”, de uma determinada raça, classe ou origem, mas nunca “bissexual”.

Angelides defende que essa posição da “bissexualidade” em relação à “monossexualidade” foi fundamental para consolidar certas hierarquias sociais que estavam ameaçadas no período por formas variadas de ativismo: o feminismo, o movimento abolicionista e o uranismo, este último o antecessor do movimento homossexual. Foi em meio a essas disputas políticas que os discursos científicos situaram o homem branco no topo da escala evolutiva. Essa escala estava fortemente relacionada à ideia de diferenciação sexual, e assim a mulher branca, as pessoas negras e os “uranistas” eram apontadas como mais próximas de uma “bissexualidade” e, assim, menos evoluídas, inferiores e passíveis de dominação.

Jonathan Ned Katz (1995) observou que as palavras “homossexual” e “heterossexual” se consolidaram como correspondentes opostas apenas na década de 1890, ao menos na literatura científica. Este é o período da republicação de *Psychopatia Sexualis*, obra seminal de Krafft-Ebing (2011). O livro consiste em um catálogo psiquiátrico de desvios sexuais apresentados, então, como patologias. Embora tenha usado o termo “sodomia” para se referir a certas práticas na primeira edição do livro em 1886, Krafft-Ebing falaria em outra edição oito anos mais tarde em indivíduos “homossexuais”. Sua interpretação se baseava na oposição entre práticas saudáveis e práticas patológicos (baseada, por sua vez, na oposição entre homens e mulheres). Nessa nova edição foi acrescentada uma nova categoria: “hermafroditismo psíquico”, a perversão que se caracterizava quando, havendo atração “pelo mesmo sexo, a atração pelo sexo oposto está presente” (KRAFFT-EBING, 2011, p. 446). Para ele, o hermafroditismo psíquico apresentaria uma tendência para a “homossexualidade”, e não nos causa surpresa que ainda hoje essa interpretação seja comum em relação à categoria que passou

a ser descrita dessa forma: “bissexualidade”.

O filósofo Michel Foucault foi quem apontou com mais precisão que nesse debate científico pela verdade sobre a vida e o sexo emergia um sujeito com sexualidade, fenômeno novo na história que se expressava no surgimento de figuras como o próprio “homossexual”. Foucault ofereceu uma contribuição à teoria da construção social com a sua tese de que a sexualidade surgiu como um dispositivo de controle de forma concomitante à subjetividade no Ocidente. Há um trecho exaustivamente citado em seu livro em que diz que “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2014, p. 48). Ele também estendeu o seu projeto de historicizar a sexualidade pelo campo das ideias para outros contextos históricos. No que diz respeito aos gregos antigos, argumentou sobre a classificação dos homens em relação à fluidez do desejo da seguinte maneira:

> Bissexualidade dos gregos? Se quisermos dizer com isso que um grego podia, simultânea ou alternadamente, amar um rapaz ou uma moça, que um homem casado podia ter seus *paidika*, que era corrente, após as inclinações “para rapazes” na juventude, voltar-se de preferência para as mulheres, então, pode-se muito bem dizer que eles eram “bissexuais”. Mas se quisermos prestar atenção à maneira pela qual eles refletiam sobre essa dupla prática, convém observar que eles não reconheciam nela duas espécies de “desejos”, “duas pulsões”, diferentes ou concorrentes, compartilhando o coração dos homens ou seus apetites. Podemos falar de sua “bissexualidade” ao pensarmos na livre escolha que eles se davam entre os dois sexos, mas essa possibilidade não era referida por eles a uma estrutura dupla, ambivalente e “bissexual” do desejo. A seus olhos, o que fazia com que pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são “belos”, qualquer que seja o sexo (FOUCAULT, 1984, p. 168, grifo do original).

É interessante notar que, ao definir as diferenças classificatórias entre o seu contexto histórico e o dos gregos antigos, Foucault toma como exemplo um sentido específico que a categoria “bissexual” teve em seu próprio contexto. Da mesma forma que remetia a outros assuntos além do desejo há muito tempo, a “bissexualidade” seria mobilizada politicamente nas décadas seguintes de forma a se distanciar na noção de que compreende dois desejos distintos, e se aproximar da forma como ele descreve o “apetite” independente do “sexo”. A diferença estaria, então, para além disso. Em sua relação com os valores, regras, sujeitos e poderes que são produzidos historicamente e através dos quais suas próprias categorias ganham sentidos específicos (mesmo que não necessariamente definitivos). Porém, se Foucault entendia a “bissexualidade” da segunda metade do século XX como a combinação de dois desejos, está implícito que ele percebia como a ordenação e a classificação da sexualidade em seu contexto histórico era definida com base na oposição de duas categorias abrangentes:

"homossexualidade" e "heterossexualidade".

Engajamentos críticos com a sua obra têm apontado o pouco espaço dado às disputas políticas relacionadas a gênero, raça e imperialismo que configuram o surgimento da sexualidade em sua análise (SOMMERVILLE, 1994; STOLER, 1995; ANGELIDES, 2001; McCLINTOCK, 2010). Especificamente com relação à emergência da "homossexualidade", o papel da ciência moderna nesse processo foi bastante questionado. Para Foucault, essa figura é criada discursivamente através dos saberes médicos e jurídicos, em que as resistências e os movimentos de revalorização do "homossexual" são parte do processo, como em sua noção de poder em que a verdade pode ser disputada, mas ainda com a primazia do saber como forma de controle. Angelides pontua como a caracterização do "homossexual" pelos cientistas pode ser e tem sido vista também como uma reação a uma primeira caracterização por essas próprias pessoas e seus defensores, como Károly Mária Kertbeny e Karl Heinrich Ulrichs. Acredito, porém, que a ordem dos fatores não altera o resultado neste caso. A invenção dessa nova forma de classificar a sexualidade foi um processo, em que diferentes atores estiveram em diálogo (o que condiz com a comparação que Foucault faz do poder com uma "conversa"). O saldo foi, conforme resume Angelides, que:

> Emergiu durante esse período uma significante e nascente distinção entre papel sexual (comportamento ativo/passivo e masculino/feminino) e a escolha do objeto sexual. A sexualidade foi individualizada e produzida como um componente adicional e de alguma forma distinto da ontologia individual [...]. Alguém seria então conceitualizado como um homem *e* como heterossexual ou homossexual, ou como uma mulher *e* como heterossexual ou lésbica" (ANGELIDES, 2001, p. 24, tradução minha, grifos do original).

Em um texto intitulado *Forgetting Foucault*, o historiador David Halperin (2002) analisou detidamente o trecho de *A vontade de saber* em que Foucault falou da passagem do "sodomita" para o "homossexual". Halperin chamou atenção para o fato de que a definição apresentada para o "sodomita" é a das práticas discursivas institucionais, e não a de como as pessoas praticavam e entendiam suas práticas sexuais. Foucault não estava falando, então, de atitudes populares e íntimas, mas de mudanças ou contrastes nas definições de legislações de diferentes estados e municipalidades ou do direito canônico em relação às definições científicas que surgiram a partir do século XIX. As diversas categorias que circulavam antes na Europa são muitas vezes usadas como um argumento (principalmente de autores essencialistas, mas não só) contra a teoria de Foucault. Entretanto, o que vemos nestes casos são categorias que remetem a sujeitos nos quais a sexualidade não é um fator distinto do gênero no processo de classificação. O que Foucault quer dizer ao afirmar que a sexualidade surge como produto do poder/saber científico no século XIX é que antes ela não era um aspecto distinto da

subjetividade, e que antes a ciência não desempenhava esse papel na produção de sujeitos.

Halperin nos oferece um exemplo dessa confusão no debate historiográfico sobre o "kinaidos" e o "cinadeus", categorias dos antigos gregos e romanos que foram inicialmente lidas por historiadores como sinônimos de "homossexual" enquanto um tipo específico de pessoa (no caso, homens) considerada desviante. Tratar-se-ia de um desviante de gênero, em cujo processo de classificação o desejo não existia como um aspecto distinto: a preferência por ser penetrado no ato sexual por um homem (característica muito usada para descrever essas pessoas) se juntava a outras características entendidas como "femininas". Podemos ver este mesmo contraste em casos parecidos no debate entre essencialistas e construcionistas, como os "fanchonos" do mundo ibérico e as "mollies" do mundo anglo-saxão na modernidade. Sabemos que os "homossexuais" (e os subtipos que se desenvolveram a partir deles, os "gays" e "lésbicas") também vêm acumulando diversas e supostas características de traços físicos, estilos e vestuários que são associados e reivindicados por eles, uma vez que a sexualidade segue tendo uma íntima relação com o gênero. Porém, sua classificação enquanto um grupo é feita primariamente pelo "objeto de desejo", ainda que a ele se relacionem outras características para a categoria que os define, não sem contestação e não com a mesma centralidade.

No caso das pessoas classificadas como "bissexuais", um conjunto de características adicionais não existe, ou é levantado de forma muito dispersa, subjetiva e controversa. Não há, por exemplo, "música bissexual", "roupa bissexual" ou "corte de cabelo bissexual", como são pensados elementos do tipo para "heterossexuais" ou "gays" e "lésbicas", uma vez que a classificação da sexualidade (e sua relação com o gênero) vem privilegiando a oposição homossexual-heterossexual e que a categoria "bissexual" assume uma posição ambígua dentro dessa lógica (SOUZA, 2021). Esta é a razão pela qual o ativismo bissexual contemporâneo tem se esforçado por criar símbolos culturais como esses, e talvez também a razão pela qual estes símbolos não estejam tendo êxito em circular massivamente.

Retornando às "mollies" e aos "fanchonos", alguns estudos, mais recentemente, vêm olhando para essas e outras categorias como "identidades trans". Esse é um tipo de análise que considera o quanto a sexualidade não aparecia como um fator distinto do gênero na forma como essas pessoas eram classificadas, mas que desconsidera como a categoria "trans" tem sido elaborada política e cientificamente nas últimas décadas também em uma gradual distinção entre gênero e sexualidade (KULICK, 2008; BENTO, 2017). Como assinalado pela antropóloga Carolyn Epple (1998), ao criticar essa interpretação sobre categorias indígenas hoje agrupadas na identidade política "two-spirit", a definição como "identidades trans" é a expressão de esforços políticos de construção de memória e fundamentação de demandas, mas

que pode encobrir as dinâmicas sociais, os processos históricos, as trajetórias pessoais e as relações de poder nas quais as pessoas estudadas estão ou estavam inseridas (e, ao menos no caso das relações de poder, os próprios pesquisadores nelas se inserem).

É importante reconhecer que o "homossexual" é uma figura que encarna essa diferença em seu próprio processo de formação. O movimento que se desenvolveu contra a condenação da sodomia em grandes cidades pelo mundo teve como seu primeiro grande desafio a própria definição de "homossexualidade". Os conflitos que se deram em Berlim entre o fim do século XIX e o início do XX revelam isso, quando se opuseram no que Lauritsen e Thorstad (1974) descrevem como uma vertente romântica e uma racionalista.[2] A primeira, de valorização do modelo grego e da fluidez da sexualidade e de rejeição do mundo industrial e do feminismo; a segunda, de investimento em pesquisas empíricas que permitissem uma taxonomia definida, especialmente através da noção de "terceiro sexo". Ambas existiram em diálogo entre si e com as ciências, artes, imprensa, Estado e mesmo com os movimentos anarquista e socialista. No filme *Anders als die Andern* (Diferente dos Outros, de 1919) por exemplo, um projeto cinematográfico precursor do expressionismo alemão e financiado pelo movimento homenageou Krafft-Ebing como um herói da libertação dos "homossexuais", clamando contra o sofrimento imposto a essas pessoas pela legislação alemã. Apesar dessa vertente racionalista ter alcançado maior visibilidade (e espaço na memória coletiva, após a supressão do movimento pelo nazismo), a ideia de "terceiro sexo" foi confrontada por iniciativas de compreensão ou valorização de uma multiplicidade da sexualidade, que demandaram a adoção de novas formas de classificação.

Henry Havelock Ellis, em seu livro *Sexual Inversion* (HAVELOCK ELLIS, SYMONDS, 2008 [1897]) investiu nessa direção ao apontar no "hermafroditismo psíquico" uma tendência para o "homossexualismo", facilmente encontrada entre prisioneiros, mas que não configuraria uma condição tão radical e específica quando a do "homossexual". Ellis também substituiu um termo na segunda edição de seu livro, deixando de falar em "hermafroditismo psíquico" e passando em 1915 a escrever "bissexual". Neste momento um tanto transitório, essa categoria se referia tanto ao dimorfismo sexual quanto à atração por homens e mulheres. Comentando essa mudança, Merl Storr afirmou que, assim, o autor:

> indica que assim estava seguindo o uso popular da época, p que sugere que o termo

[2] O antropólogo brasileiro Luiz Fernando Dias Duarte (2004) fala em uma tensão em termos semelhantes nos processos históricos em que a ciência moderna e a sexualidade emergem na cultura ocidental. Segundo ele, a passagem do século XIX para o XX foi um momento de especial tensão entre uma tendência de valorização do fisicalismo no discurso científico e outra de valorização da vida espiritual inspirada pelo romantismo, inspirando uma oposição, mas também levando à formação de expressões híbridas.

> "bissexualidade" começou a ser amplamente utilizado com este sentido em língua inglesa durante os primeiros quinze anos do século XX. Ellis também nota que a classificação aparentemente simples de sujeitos como heterossexual, homossexual ou bissexual é na prática tão difícil que dificilmente vale a pena tentar[3] (STORR, 1999, p. 16, tradução minha).

O surgimento desse novo sentido de "bissexualidade" não pode ser lido sem que lembremos da politização da "homossexualidade" que estava em curso, como causa e como consequência. O historiador Brett Beemyn (2004, p. 142) conta que o primeiro grupo organizado dos Estados Unidos, a *Society for Human Rights*, tinha a proposta abrangente em 1924 de aceitar membros brancos e negros em um país de profunda segregação racial, mas não admitia "bissexuais", tendo o seu vice-presidente que esconder sua vida pessoal para ser reconhecido como um sujeito das preocupações políticas do grupo.

O movimento mais radical de trânsito da categoria "bissexual" para além do campo orgânico foi o do psicanalista Sigmund Freud, ainda como um componente originário do desenvolvimento: "A concepção que resulta desses fatos anatômicos há muito conhecidos é a predisposição originalmente bissexual, que no curso do desenvolvimento se transforma em monossexualidade, com alguns resíduos do sexo atrofiado" (FREUD, 2016, p. 29). Ele conheceu essa ideia com seu amigo Willhelm Fließ (pronuncia-se "fliss"), como ficou registrado em uma série de cartas hoje famosas (FREUD, 2020). A importância que essa categoria ganhou em seu pensamento foi expressa publicamente: "desde que tomei conhecimento da noção de bissexualidade, considero esse fator decisivo e acho que, sem levar em conta a bissexualidade, dificilmente poderemos chegar à compreensão das manifestações sexuais que realmente se observam no homem e na mulher (FREUD, 2016, p. 140).

Fließ era biólogo, reivindicou a teoria da bissexualidade para si e acabou rompendo com Freud por ele não o ter reconhecido por isso (ANGELIDES, 2001). Embora tenhamos hoje apenas fragmentos desse debate, pois as cartas escritas por Fließ não são publicadas como as de Freud, o psicanalista revisou a bibliografia sobre os "invertidos" que existia até então, chamando a atenção para o papel que a noção de "bissexualidade" já cumpria nas teorias sobre a inversão. Segundo ele, autores importantes como Julien Chevalier, Richard von Krafft-Ebing e Frank Lyndston propunham que a existência de "hermafroditas" e "invertidos" não seriam exceções à pretensão do dimorfismo sexual, mas um caminho para entender seu funcionamento e o desenvolvimento dos indivíduos. Essa noção de "bissexualidade" também já estaria presente de forma rudimentar na proposta de Karl Ulrichs, de um "cérebro de mulher em um corpo de

[3] Isso parece ser o que Jeffrey Weeks (2000) observou como uma antecedência do pensamento de Kinsey, reconhecida pelo próprio.

homem", mas seria, para Freud, perigoso tomar como dado certo que há uma intimidade entre uma "bissexualidade" no cérebro e na genitália. Uma predisposição "bissexual", porém, permitiria pensar a "homossexualidade" para além da noção de terceiro sexo.

De qualquer forma, a noção de um desenvolvimento "monossexual" foi usada para compreender o desenvolvimento da inversão, mas agora não mais nos termos anteriores (FREUD, 2016, p. 32). Ainda que ela apareça em suas ideias sobre a sexualidade infantil, Freud não pensou na "bissexualidade" como uma condição em si. Como entendeu Judith Butler, "a conceituação de bissexualidade em termos de predisposições, feminina e masculina, que têm objetivos heterossexuais como correlatos intencionais sugere que, para Freud, a bissexualidade é a coincidência de dois desejos heterossexuais no interior de um só psiquismo" (2021, p. 112). Os desdobramentos que essa noção teve nas teorias de Freud ao longo de sua obra foram muitos e ele próprio chegou a considerar sua conceituação difícil (FREUD, 2010, p. 115). Sua posição com relação à "homossexualidade", por outro lado, transformou-se claramente, ainda que com um diálogo crítico com as reflexões do movimento de contestação alemão (IANNINI, 2019a, 2019b).

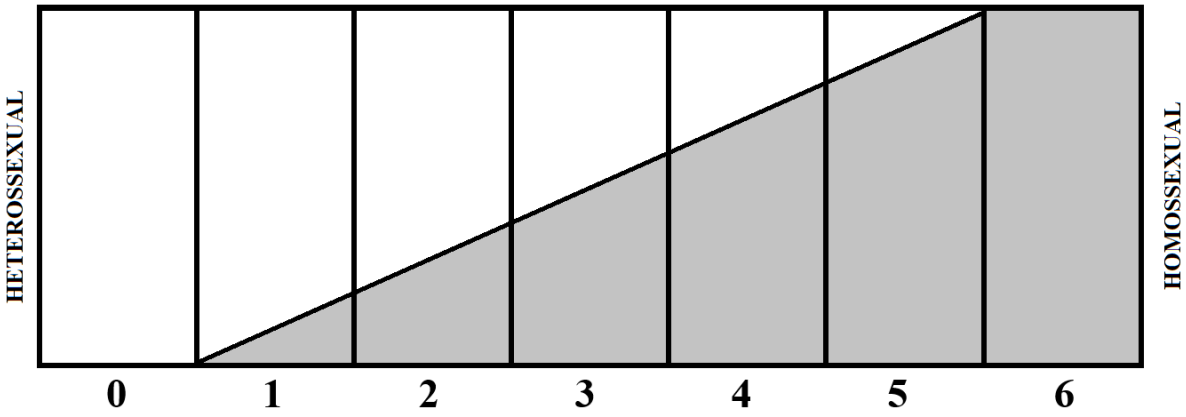
É curioso que hoje, no âmbito do movimento bissexual contemporâneo internacional, se credite erroneamente a ideia de "bissexualidade" como relacionada a um estágio de desenvolvimento a Freud (EISNER, 2021), quando não, ainda mais erroneamente, a Alfred Kinsey (SHAW, 2022). De acordo com a literatura levantada, essa é a própria forma pela qual a ideia de "bissexualidade" apareceu historicamente, não necessariamente como uma categoria científica. A sua entrada no campo científico levou-a a uma reformulação constante, que se deu em relação com o pensamento evolucionista e as disputas históricas de raça, gênero e imperialismo. A emergência da "homossexualidade" nesse período foi um dos produtos de sua utilização nesse processo, que acabou por transformá-la novamente. Como argumentou Angelides, a categoria "bissexual" é anterior e fundamental para a formação histórica da sexualidade descrita por Foucault. Podemos pensar agora em como a persistência e a ampliação de sua polissemia levaram a um longo problema de definição.

2. A (bi)sexualidade reclassificada

Em 1948, Alfred Kinsey, Wardell Pomeroy e Clyde Martin publicaram o livro *Sexual Behavior in The Human Male*, em que apresentaram uma enorme pesquisa sobre a sexualidade de homens brancos nos Estados Unidos, focalizando as práticas sexuais em sua relação com o orgasmo, ao invés da procriação. Apesar da grande controvérsia gerada na época, este estudo

teve uma enorme influência sobre os estudos e movimentos homossexuais ao longo das décadas seguintes, especialmente pelas conclusões de que as "práticas homossexuais" eram amplamente recorrentes na sociedade estadunidense. A famosa "Escala Kinsey" (Figura 1) propunha uma ideia (não nova, mas agora com um grande respaldo empírico) de que a sexualidade humana não consistia em uma classificação fechada de tipos que existem em si mesmos, mas sim em um contínuo.

Figura 1: Escala Kinsey de avaliação heterossexual-homossexual



Elaborado a partir de Kinsey, Pomerey e Martin (1948)

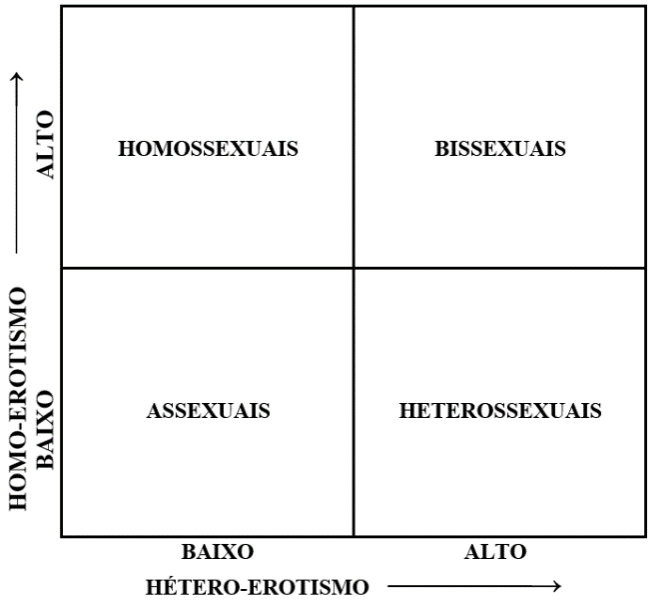
Existem leituras da escala que interpretam a divisão em sete pontos como uma forma de classificação definida, como na ideia de que a "bissexualidade" poderia ser situada em algum ou alguns pontos específicos nessa projeção gráfica. Porém, se Kinsey e seus colaboradores chegaram a um número de 46% de pessoas que se engajavam em práticas com homens e mulheres, eles hesitaram quanto ao uso da categoria "bissexual", que, embora já utilizada dessa forma, era de uma definição imprecisa. Para eles, o fato de o termo "bissexual" ser usado na biologia para descrever características anatômicas tornava imprudente o seu uso para descrever um comportamento.

O limite das classificações da sexualidade se tornou um tema de influência crescente no debate sobre a "homossexualidade", inclusive com o desenvolvimento da antropologia em espaços urbanos (HUMPHREYS, 1975; NEWTON, 1979). A ideia de "bissexualidade" continuou sendo um ponto de tensão nos esforços de classificação da sexualidade em que a "homossexualidade" era discutida. O movimento de liberação gay que se desenvolveu na segunda metade do século XX chegou a explorar a ideia de um estágio "bissexual" ao qual a sociedade *retornaria* ao superar as opressões de gênero (JAGOSE, 1999; ANGELIDES, 2001).

No campo científico, os argumentos de Kinsey e seus colaboradores levaram outros pesquisadores a se afastar de uma categoria que englobasse a fluidez. O enorme estudo

comparativo de Clellan Ford e Frank Beach (1951), *Patterns of Sexual Behavior*, reuniu dados de 191 sociedades humanas e 12 espécies de primatas e mesmo de outros mamíferos, discutindo, dentre outros temas, o "comportamento homossexual". Os dois pesquisadores descartaram o uso da categoria "bissexual" para se referir a comportamentos, preferindo falar em "inversão do papel sexual" (escolha que afirmaram basear-se em Kinsey); por outro lado, adotavam a ideia de uma "bissexualidade de mecanismos fisiológicos", o que explicaria o comportamento "homossexual" por fatores hormonais. A antropóloga Margaret Mead (1952) escreveu uma resenha crítica sobre os procedimentos metodológicos de Ford e Beach. Anos mais tarde, a mesma Mead (1975) argumentou que a ideia de "bissexualidade" enquanto forma madura da sexualidade humana não era reconhecida, e seu lugar nos estudos e debates políticos de maior projeção permanecia marginal. É importante notar que, quando incluída de forma mais explícita nos esforços da classificação, a categoria "bissexual" provoca confusões, como na adaptação taxonômica que Michael Storms (1980) fez da Escala Kinsey:

Figura 2: O eixo da sexualidade de Michael Storms



Elaborado a partir de Storms (1980).

Na grade de Storms, a oposição entre "bissexuais" e "assexuais"[4] pela intensidade de desejo nos dá margem para pensar a "bissexualidade" como um grau de sexualidade mais

[4] A assexualidade corresponde atualmente a uma categoria política e sexológica caracterizada pela ausência total, parcial ou circunstancial do desejo sexual. Embora existam hoje identificações com o X da Escala Kinsey, devemos lembrar que o trabalho de Kinsey e seus colaboradores não mirava a produção de tipos definidos de pessoas, mas sim uma interpretação da sexualidade como um contínuo. Para um contato com a ainda incipiente produção científica sobre assexuais no Brasil, conferir os trabalhos de Elisabete de Oliveira (2015), Mauro Brigeiro (2013)

exaltada. Este não foi o único grande esforço de reclassificação da sexualidade no caminho de Kinsey, mas talvez um dos últimos frente à crescente leitura crítica dessas divisões. A ideia de "sexualidade" como algo distinto na experiência e na subjetividade humana seguiu se tornando mais forte, política e teoricamente. Neste sentido, se destaca a leitura que articula formas de pensamento e relações de poder, como na antropóloga Gayle Rubin (2017), que defendeu que a sexualidade poderia ser compreendida e mobilizada como uma forma de opressão específica, argumentando que ela não poderia ser confundida com o gênero, embora estivessem intimamente articulados, cunhando o conceito de estratificação sexual.

No ensaio *Pensando o Sexo*, de 1982, Rubin propõe diagramas para apontar a variedade de práticas definidas como "boas" e "naturais" ou "más" e "anormais". Um sexo "heterossexual" é situado no primeiro grupo, e um sexo "homossexual" no segundo. Entre os dois haveria uma linha que delimitaria o "sexo bom", além do qual se seguiria uma área de crescente disputa. Pessoas "heterossexuais" promíscuas e casais estáveis de "gays" e "lésbicas" tensionariam a simplicidade dessa oposição. Embora Rubin não as mencione, podemos nos perguntar se as pessoas "bissexuais" também o fariam, ao transitar pelo "sexo bom" e pelo "mau", borrando suas fronteiras e prejudicando essa oposição binária.

O interesse científico pela "bissexualidade" foi quase insignificante desde a literatura psicanalítica da primeira metade do século XX. Nos movimentos feministas e homossexuais, a presença de pessoas identificadas como tal provocava desconfiança e conflitos (ANGELIDES, 2001; HEMMINGS, 2002). Ela voltaria a ser investigada principalmente quando essas pessoas passaram a se organizar politicamente, preocupadas com o silenciamento, o julgamento e a desconfiança encontrados em espaços "heterossexuais", "gays" e "lésbicos". Quando Margaret Mead publicou um célebre ensaio sobre o tema em 1975, no qual apontava a urgência do reconhecimento da "bissexualidade" como "uma forma normal de comportamento humano", ela achava pouco provável que fosse surgir um movimento organizado de pessoas "bissexuais", como o que já existia pela "liberação gay". Àquela altura ela não sabia, mas diversos grupos já atuavam em diferentes cidades nos Estados Unidos. Os primeiros grupos do movimento bissexual organizado se formaram ao longo da década de 1970, embora a presença dessas pessoas no movimento homossexual viesse de décadas antes. A partir de então, ativistas como Fritz Klein (1993 [1978]) e Loraine Hutchins e Lani Ka'ahumanu (1991) lançaram livros pioneiros que apresentavam as pessoas "bissexuais" como vítimas de um tipo de preconceito

e Giórgia Neiva (2019). Para um contato com o crescente debate político em torno da assexualidade, inclusive com críticas à produção científica, conferir os documentários *(A)sexual* (2011) e *Eu Sou Ace* (2020) e o coletivo brasileiro Abrace (s/d).

específico e valorizavam a "bissexualidade" como forma de indefinição e dissidência de uma norma. Certas lideranças do movimento bissexual, assim, esforçaram-se em desenvolver uma narrativa política e uma leitura social que tivesse um impacto teórico e bibliográfico, que partiu da noção de "bifobia" e acabou ganhando certa independência na forma de uma "teoria bissexual" (se opondo ou tangenciando a "teoria queer" que se desenvolveu na mesma época).

Os chamados *Bisexual Studies*, campo que se desenvolveu a partir de então, encontraram no periódico *Journal of Bisexuality* (criado e editado por Klein até a sua morte) um veículo de comunicação e debate vital. As obras de maior influência teórica, ainda que de formas diferentes, incluem o criativo livro *Vice-Versa* de Marjorie Garber (1997) sobre a "bissexualidade" como a expressão da fluidez humana em meio às disputas entre as noções polares de "homossexualidade" e "heterossexualidade" e o esforço de Clare Hemmings em seu *Bisexual Spaces* (2002) de tornar a categoria "bissexual" uma categoria de cunho pós-estruturalista por sua capacidade de tensionar espaços políticos e teóricos binários.

Como observou MacDowall (2009), os *Bisexual Studies* permaneceram um campo de estudos marcado pelo interesse político de apresentar a "bissexualidade" como uma categoria, identidade ou recurso analítico legítimo. A influência do pensamento político do movimento bissexual nesses estudos pode ser percebida também na valorização da ambiguidade e de definições que tensionam oposições binárias, como observou Angelides (2001) e nos comprovou a ativista Shiri Eisner (2021). Percebemos mais recentemente, com uma maior visibilidade de pessoas trans de gênero não-binário como militantes e pesquisadores "bissexuais", um afastamento exaltado da figura de Freud e uma superação retórica da Escala Kinsey pela sua dependência das categorias "homem" e "mulher" para definir as direções do desejo. Da mesma forma, o esquema de Storms é quase levado ao esquecimento em um contexto em que a "assexualidade" ganha respaldo político e científico crítico.

A ideia de "apagamento da bissexualidade", nesse debate, tem sido central. Ela se originou no movimento bissexual estadunidense da década de 1980, em decorrência do silêncio sobre as pessoas "bissexuais" nos debates e campanhas de combate à epidemia de HIV/Aids, a despeito da presença de pessoas auto identificadas como tal nesses espaços.[5] Atualmente, a forma mais difundida dessa noção é a apresentada em um influente artigo do jurista Kenji Yoshino (2000), que sugeriu que a marginalização discursiva da "bissexualidade" tem origens políticas e que "heterossexuais" e "homossexuais" se beneficiam dela, ainda que de formas mais ou menos diferentes. Ele defendeu que:

[5] Agradeço por essa informação a Lani Ka'ahumanu, ativista que atuou no movimento bissexual na cidade de San Francisco desde o início da década de 1980.

> A existência de um contrato bilateral do apagamento bissexual se baseia no fato de que tanto heterossexuais quanto homossexuais lançam mão das mesmas estratégias de apagamento bissexual. Existem três estratégias: (1) apagamento de classe, (2) apagamento individual, e (3) deslegitimação. Essas estratégias implicam na aceitação de bem-sucedidos clamores sobre a existência da bissexualidade – a primeira não reconhece a categoria "bissexualidade"; a segunda considera a categoria, mas exclui o indivíduo dela; e a terceira aceita a bissexualidade individual como uma identidade estável, mas a estigmatiza (YOSHINO, 2000, p. 400, tradução minha).

Apesar da circulação considerável dessa teoria, sua forma esquemática de descrever processos políticos presume a existência de grupos bem definidos, por entre os quais uma certa agência leva a um cenário de invisibilidade as pessoas definidas como "bissexuais". Se pensarmos os sujeitos como produzidos em processos e através de suas relações, a teoria de Yoshino tal como é formulada pode ser limitada para pensar processos como os que focaliza a presente pesquisa, nas quais as categorias da sexualidade estão se formando e as formas de classificação, se transformando. Outra definição, menos conhecida, de "apagamento da bissexualidade" é a da estudiosa Mia du Plessis (1996), segundo a qual a "bissexualidade" é sempre posicionada no passado ou no futuro, mas nunca no presente. Definida como uma característica originária ou imatura, como uma novidade ou tendência futura da humanidade, ela seria tornada irrelevante, questionável e diminuta pelos discursos contemporâneos da sexualidade. Angelides inspirou-se na reflexão de Du Plessis para estudar a formação histórica da categoria "bissexual" e defendeu que ela é, também, situada no tempo presente, mas como o "Outro" da própria identidade sexual, que corresponde à estabilidade de uma definição "homossexual" ou "heterossexual".

Acredito que há algo geral na forma como esses esforços têm pensado essa questão: um entendimento comum de que a categoria "bissexual" tensiona uma oposição binária, e por isso mesmo é geralmente negada ou desconsiderada. Ela seria importante, portanto, para uma análise das categorias e dos sentidos que são produzidos nessa relação de oposição, sempre no sentido de se excluírem mutuamente. Trata-se de um esforço semelhante ao que se fez com a categoria "queer", expressão depreciativa que foi ressignificada pelo ativismo de gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans na década de 1990, e quase ao mesmo tempo por pesquisadores (HALPERIN, 1995; JAGOSE, 1999). David Halperin (2003, 2009), um dos principais destes pesquisadores, anos após defender o "queer" como uma identidade ampla sem essência, afirmou que essa categoria havia perdido o seu caráter subversivo e inassimilável, sendo reduzido a um mero sinônimo de "gay" que foi capturado pelo mercado editorial. Para ele, por outro lado, o termo "bissexual" permanecia um eterno problema de definição. Halperin enumerou treze diferentes definições de "bissexual", que poderiam todas ser encontradas em cenários mais ou

menos próximos[6], e sugere que este problema pode ser tomado como uma dramatização para a própria crise de identidade sexual pela qual a sociedade ocidental passa. Segundo ele, "é por isso que a teoria queer, e a teoria bissexual em particular, ainda podem ter algo de crítico para nos ensinar" (HALPERIN, 2009, p. 454).

Mas a teoria queer e a teoria bissexual também podem ser pensadas como parte desse processo. Especialmente em suas relações com os movimentos sociais, que desenvolveram formas inovadoras de pensar a sociedade. A "bissexualidade" permaneceu um problema de definição na medida em que a própria sexualidade também seria. Os movimentos e estudos bissexuais entram nessa história como os primeiros atores a disputar a categoria em um campo polissêmico de sentidos flutuantes. Em contextos históricos nos quais esses atores não estão presentes enquanto tal, a "bissexualidade" ocupa um lugar marginal nos discursos que reelaboram a sexualidade, geralmente em torno de preocupações políticas e científicas com a "homossexualidade". A "verdadeira homossexualidade", porém, é difícil de ser definida.

3. Classificações da sexualidade (masculina) no Brasil

Podemos afirmar que um debate que considera a sexualidade sob uma perspectiva construcionista no Brasil tem entre os seus principais iniciadores as reflexões do antropólogo Peter Fry sobre a "homossexualidade" masculina no país, desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 80. Fry observou o que ele definiu como diferentes "modelos classificatórios" existentes no Brasil, em que classificações populares contrastavam com classificações de origem científica ou política sobre a "homossexualidade" masculina. Há reflexões socioantropológicas anteriores que olharam para a "homossexualidade" no Brasil, especialmente dos homens, como é o caso de Ruth Landes (2002 [1947]) em Salvador e Barbosa da Silva (2004 [1958]) em São

[6] Segundo ele, os "bissexuais" poderiam ser definidos como aqueles que: "são sexualmente atraídos por machos e fêmeas; não são impedidos de serem sexualmente atraídos por ninguém porque essa pessoa é homem ou mulher; são sexualmente atraídos pelos indivíduos pelos quais são atraídos, se esses indivíduos são do sexo masculino ou feminino; sentem atração sexual por seu próprio sexo, mas têm histórico sexual que inclui sexo com pessoas do outro sexo; sentem atração sexual pelo outro sexo, mas têm histórico sexual que inclui sexo com pessoas do seu próprio sexo; estão em um relacionamento sexual e erótico estável, de longo prazo com alguém do mesmo sexo, mas também são sexualmente atraídos por pessoas do outro sexo; estão em um relacionamento sexual e erótico estável, de longo prazo com alguém do outro sexo, mas também são sexualmente atraídos por pessoas do seu próprio sexo; fazem sexo apenas com pessoas do mesmo sexo que são gays e pessoas do outro sexo que são heterossexuais; fazer sexo apenas com outros bissexuais (homens ou mulheres); fazem sexo apenas com pessoas do mesmo sexo, mas se identificam como bissexuais; fazer sexo apenas com pessoas do outro sexo, mas se identificar como bissexual; fazem sexo com homens e mulheres, mas se identificam como gays ou lésbicas; e fazem sexo com homens e mulheres, mas se identificam como heterossexuais" (HALPERIN, 2009, p. 452-453, tradução minha). Apesar do caráter aparentemente exaustivo dessa lista, mais tarde emerge uma crítica de seu caráter limitado: não considerava a existência de pessoas trans (EISNER, 2021).

Paulo. Mas o trabalho de Fry ainda pode ser pensado como um passo inicial na formação de um campo de estudos, para além de publicações, considerando as redes, relações e continuidades e a trajetória institucional do campo. A posição na qual esse trabalho tem sido colocado muitas vezes na trajetória desse debate, porém, é de certa forma linear e até solitária. Proponho olharmos para a dimensão coletiva dos estudos que deram origem a essa teoria e, através dela, a uma linhagem de pesquisas em diferentes disciplinas sobre a sexualidade. Este é um olhar que nos permite avistar Belém desde já, não apenas como um campo empírico, mas também como um campo de produção de conhecimento.

A teoria de Fry de uma variação de categorias da sexualidade no Brasil resultou de uma observação sobre a presença da "homossexualidade" masculina nos cultos afro-brasileiros na periferia de Belém no ano de 1974:

> Logo percebi que os conceitos de "homossexual" e até de "homossexualidade" não poderiam ser usados para descrever o sistema de representações sociais que existem em Belém sem impor uma visão etnocêntrica sobre meu material de campo. Definitivamente, o personagem social chamado de "bicha" em Belém pouco ou nada tem em comum com um outro personagem social chamado de "homossexual" ou "entendido" ou gay em certas áreas das classes médias das grandes metrópoles brasileiras (FRY, 1982c, p. 88).

Haveria, no Brasil, uma variedade de maneiras possíveis de compreender a homossexualidade feminina. Para ele, essa variedade poderia ser percebida nas diferenças de classe, região e momento histórico. Mas não estavam isoladas, podendo entrar em contradição e conflito. Os conceitos de sexualidade e gênero como conhecemos hoje são de influência do pensamento de Michel Foucault e das teorias feministas, que se desenvolviam em outros países e cuja recepção no Brasil ainda estava em curso; sequer existia no Brasil o campo de estudos que viria a ser denominado de "estudos de gênero e sexualidade", e suas controversas relações entre esses conceitos não eram discutidas nesses termos. Fry analisou, àquela altura, esse fenômeno pela ótica dos "sistemas de classificação" de Mary Douglas, sua ex-orientadora em Londres, e da teoria da rotulação de Mary McIntosh e outros construcionistas ingleses.

O que Fry encontrou em Belém foi uma classificação social entre "homens de verdade" e "bichas", na qual os primeiros ocupavam um lugar de reconhecida normalidade por serem masculinos e presumivelmente ativos nas relações sexuais. Os segundos quebrariam uma expectativa de linearidade, sendo femininos e presumivelmente passivos. Os "homens de verdade", se mantivessem relações sexuais com as "bichas", não perderiam o seu status de "homem de verdade". A relação sexual entre ambos, se condenada por discursos religiosos, seria considerada menos contraditória no campo de Fry do que aquela entre "homens" ou entre "bichas". Ele concluiu que, por isso, "não podemos usar os conceitos de 'homossexual' e

‘heterossexual’ para definir *as* identidades sexuais na periferia de Belém” (FRY, 1982c, p. 91, grifo meu). Como o próprio admitiu, sua circunscrição do contexto de predominância desse modelo de classificação era imprecisa. Ele não seria *de* Belém, estaria em toda a sociedade brasileira, mas teria uma predominância maior nas regiões Norte e Nordeste e entre as camadas pobres em contextos urbanos e rurais, coexistindo com outros.

Sobre esses outros modelos, o estudo da antropóloga Carmen Dora Guimarães (2004), defendido no Museu Nacional em 1977, trouxe uma rica descrição e uma análise que permitiu a Fry pensar uma mudança em curso no país. Trabalhando com uma rede social de classe média no Rio de Janeiro, Guimarães teve contato com a noção de “entendido”, aquele que homem que se relacionava com outro homem, sem que a atividade ou a passividade fossem fatores determinantes de classificação. Esses “entendidos” também revelaram ter se visto originalmente em uma lógica semelhante àquela observada por Fry em Belém, mas se distanciaram dela em algum momento na década de 1970. Fry chama atenção para uma questão muito importante no trabalho de Guimarães, o desprezo daqueles homens pelo prostituto masculino, ou michê. Além de uma diferença de classe, eles o viam como um “entendido” que não assumia sua “homossexualidade”, por preservar a atividade e não se reconhecer como tal. O próprio título do estudo de Guimarães, *O homossexual visto por entendidos*, indica a coexistência de diferentes sentidos atribuídos a essas práticas e categorias.

Haveria, para Fry, uma transformação em curso no Brasil com o fortalecimento dessa classificação da sexualidade masculina, em que a figura do “entendido” era reivindicada como a “verdade” dessa natureza sexual por atores das camadas médias e altas nas metrópoles. Tratar-se-ia de uma tensão entre uma classificação popular que ele chamou de “hierárquica”, uma classificação científica intermediária e uma classificação chamada por ele de “igualitária”, em que ao menos se propunha um ideal de igualdade. É importante lembrar que essas reflexões foram elaboradas em um momento de florescimento de movimentos homossexuais e feministas, que passaram a combater ativamente determinadas convenções com a intenção declarada de promover uma mudança na sociedade. As observações de Fry se restringiram à sexualidade masculina, tendência mais geral do campo de estudos que se formou desde então sobre diversidade sexual no Brasil (FACCHINI, FRANÇA, BRAZ, 2014). Os estudos sobre “lésbicas”, pessoas trans e travestis e, em menor quantidade, “bissexuais” se desenvolveriam principalmente a partir da década de 1990.

Suas reflexões foram também uma elaboração de vários anos, que hoje parece ser percebida como um efeito direto do campo em Belém, como apresentado na coletânea *Para Inglês Ver*, de 1982. Esta é uma narrativa que acabou privilegiando uma publicação de maior

circulação em detrimento de outras do mesmo autor, em que as conexões de suas ideias com outras ficam mais evidentes (FRY, 1982a, 1982b). Porém, a teoria foi debatida e apoiada através de seu diálogo com pesquisadoras que atuavam nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Belém. O contato de Fry com seu campo (os terreiros da periferia de Belém) e problema de pesquisa (a presença da "homossexualidade" masculina) foi possibilitado por Anaíza Vergolino, professora auxiliar da UFPA que cursava o mestrado em antropologia social na Unicamp, sob sua orientação. Anaíza havia se deparado com essa questão em sua etnografia sobre a Federação Espírita-Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará. Além dela, o estudo de Carmen Dora Guimarães sobre os "entendidos" do Rio de Janeiro e as reflexões de Mariza Corrêa (1982) sobre as relações históricas entre antropologia e medicina legal, das quais a "homossexualidade" emergia como um tema de interesse científico no Brasil no começo do século XX.

O trabalho de Fry, afinal, contrapunha essas diferentes noções do que geralmente é chamado de forma genérica de "homossexualidade", propondo que havia diferentes sistemas classificatórios que se encontravam em diferentes contextos brasileiros, entrecortados por diferenças percebidas também nos campos dessas pesquisas. O trabalho de campo e a autoria intelectual de Fry não podem ser desprezados. Além de empreender sua observação dos terreiros em Belém, ele teve experiência de contato e pesquisa com o movimento e a imprensa homossexual do fim da década de 1970 (FRY, 1978). Fry também estudou mais detidamente aspectos da "homossexualidade" no campo científico brasileiro das décadas de 1920 e 30 que não foram profundamente analisados por Corrêa, especialmente o caso da medicalização/judicialização de Febrônio Índio do Brasil (FRY, 1982a); e na literatura naturalista do país, notável pela inspiração científica em seus romances (FRY, 1982b). Acredito que a narrativa genealógica que é atribuída a esse momento inicial de um campo tende a encobrir a complexidade de seu contexto de produção, e talvez sua profundidade e riqueza.

Para Fry, haveria um fortalecimento do modelo de categorias de origem científica em detrimento do modelo hierárquico das "bichas". Esse processo realmente se deu após o impacto político e científico da crise da Aids e do processo de cidadanização da "homossexualidade", que teve um efeito não apenas sobre quais categorias passaram a circular mais intensamente, mas também sobre como elas passaram a ser usadas e compreendidas (CARRARA, 2016; AGUIÃO, 2018; FACCHINI, 2020). Porém, uma substituição completa entre "modelos de classificação" nunca se deu (CARRARA, SIMÕES, 2007) e em diferentes contextos, diferentes formas de classificação podem conflitar e até mesmo se confundir.

Fry percebeu que a "bissexualidade" revelava uma tensão no aspecto político do "modelo igualitário" de classificação:

> Considero a categoria "bissexual" como "marginal" porque por um lado não corresponde a nenhuma identidade claramente definida e por outro, a tendência dos movimentos [homossexuais] é enxergar quem se classifica como "bissexual" como quem é *de fato* um "homossexual" sem a "coragem" de "assumir" (FRY, 1982c, p. 113, grifos do original).

Ele pensava, também, que essa categoria teria se formado mas recentemente que "homossexual" e "heterossexual". Em *O que é Homossexualidade*, livro que Fry escreveu com Edward MacRae para o grande público, eles argumentaram que a afirmação de uma identidade levaria à imposição de uma série de regras pré-estabelecidas sobre o indivíduo. No caso da identidade "gay",

> a principal delas sendo aquela que restringe a possibilidade de relações do *gay* somente a pessoas do seu próprio sexo. Para resolver problemas causados por essa nova rigidez, inventou-se também a figura do "bissexual", mas este permanece um personagem profundamente ambíguo e muitas vezes malvisto tanto pelos hetero quanto pelos homossexuais (FRY, MACRAE, 1983, p. 98, grifo do original).

Essa publicação se deu em um contexto de debate no âmbito do movimento homossexual sobre as pessoas *serem* ou *estarem* "homossexuais", e a posição dos autores aqui foi claramente em favor da segunda possibilidade (CARRARA, 2016). A categoria "bissexual", para eles, não correspondia ao *estar* "homossexual", mas seria, contrariamente, um efeito da afirmação do *ser* "homossexual", que enrijeceria uma oposição homossexual/heterossexual, na qual muitas pessoas não se reconheciam. Como vimos, essa hipótese não é historicamente tão precisa, mas aponta para a marginalização da "bissexualidade" e para a tensão provocada por essa categoria como importante para compreender os processos de mudança que se seguiram. Trata-se, também, de uma categoria pouco explorada nas muitas leituras feitas dos textos de Fry.

Ao afirmar que diferentes modelos de classificações da sexualidade coexistiam na maior parte da sociedade brasileira, Fry deu exemplos de gírias que traduziam termos científicos, apontando "gilete" e "panachê" como traduções de "bissexual". Como vimos, porém, a categoria "bissexual" não tem uma origem necessariamente científica e seu uso na literatura sobre a sexualidade é esparso, controverso e polissêmico. Podemos supor que o problema da fluidez foi colocado ao longo desse processo histórico de forma a originar diferentes categorias que remetem à fluidez ou à ambiguidade, mas ainda serão necessárias mais pesquisas para que tenhamos um conhecimento mais preciso sobre elas e suas relações com os sistemas de classificação.

É importante dizer que Fry não viu a recepção e o fortalecimento do "sistema igualitário" no Brasil como a expressão de uma "influência cultural", no qual os brasileiros estivessem incorporando uma forma de pensamento oriunda de países geopoliticamente centrais. Em vez disso, esse seria um processo que se dava em termos globais, mas nos quais as especificidades de cada contexto (inclusive nacional) eram operantes. Essa posição é ressaltada por Sérgio Carrara e Júlio Simões (2007) em sua crítica das leituras que apresentaram o "modelo hierárquico" como uma característica própria de uma "cultura brasileira", a ser suplantada por categorias anglo-americanas. Devemos pensar, portanto, como essas especificidades se fizeram presentes nessas mudanças nas formas de classificação da sexualidade.

Em uma pesquisa realizada recentemente por Guilherme Passamani (2018) no Mato Grosso do Sul, alguns de seus interlocutores se referem aos "homens" com quem se relacionavam em décadas passadas como "heterossexuais", categoria que não parecia circular, ou que não era encarada dessa forma. Acredito que em alguns casos, a propriedade interpretativa da memória, ao atualizar o passado a partir de referenciais do presente, tenha levado à produção desse tipo de narrativa (POLLAK, 2010; ALBERTI, 2012). Isso, de fato, aconteceu em entrevistas que realizei para essa pesquisa. Não se trata, é claro, de descredibilizar uma "objetividade" das memórias para investigar uma "verdade" por trás delas, mas de chamar a atenção para a forma como a produção da memória influencia as narrativas do passado que chegam até nós, e estas influenciam os nossos estudos sobre a sexualidade. Como observou Passamani (p. 203-205), isso é parte do próprio processo de mudança que nos interessa nesta pesquisa e devemos atentar para ela enquanto tal.

4. Quando as categorias emergem

Passados quarenta anos da publicação do livro de Fry, o nosso conhecimento sobre a produção e recepção de classificações da sexualidade no Brasil cresceu, mas ainda tem muitas lacunas. Podemos pensar, de forma resumida, as mudanças no que diz respeito à circulação de categorias classificatórias da seguinte maneira. Primeiro, um longo processo de recepção de discursos científicos por uma elite econômica e intelectual desde o fim do século XIX, cujos registros estão presentes em diferentes capitais e que se expressa na institucionalização do controle médico-legal da sexualidade, em debates sobre negros e pobres frente ao projeto de nação e na noção de "bissexualidade originária". Nesse primeiro momento, as classificações já

se confrontam com a fluidez da sexualidade, inclusive no que diz respeito à oposição entre o que poderia ser chamado de "homens" ativos e "bichas" passivas.

Segundo, em meados do século XX, a crescente urbanização das cidades, a multiplicação de formas de imprensa artesanal e depois alternativa em torno da qual se desenvolvia um público e a emergência da categoria "entendido" dividem espaço com as primeiras iniciativas de organização política no sentido estrito do termo, com diversas tentativas suprimidas entre as décadas de 1950 e meados de 70. Dessa vez, há uma sensível influência das notícias de organizações homossexuais na Europa ocidental e uma grande variedade de categorias políticas, desde as de origem científica até as populares. O fim da década de 1970 viu a emergência e paulatina multiplicação de grupos organizados e de debates reflexivos sobre a "homossexualidade" e, a partir da década de 1980, o início do processo de cidadanização da "homossexualidade", que se desenvolve nos anos 1990 em meio a uma crescente introdução na esfera estatal, segmentação do movimento e disputa por visibilidade, entre as quais se originaram os primeiros grupos de "bissexuais" nos anos 2000. Por último, a partir da década de 2010, a multiplicação de sujeitos políticos e formas de atuação do movimento característica do período leva a uma expansão da "bissexualidade" em coletivos e pesquisas que enfim se multiplicam, com abordagens que prezam pela autonomia em relação aos movimentos de "gays" e "lésbicas" ou LGBT em geral. Como vemos, a circulação da categoria "bissexual" ao longo desse período foi bastante diversa, mas é possível reconstituir brevemente esse percurso.

Uma carta recebida por Estácio de Lima em 1933 por ocasião de sua participação no Congresso de Sexologia da Bahia, foi publicada por Luiz Mott (2000) e nos dá pistas da circulação de compreensões científicas da sexualidade por entre pessoas identificadas como "homosexuaes" ou mesmo "Urning". Essa carta mostra que essas categorias estavam sendo incorporadas, e sugere que o perfil das pessoas que começam esse processo é o daquelas com maior escolaridade e de classes mais altas. A carta afirma que nem todos os "homosexuaes" praticavam o "inmissio penis in anum" (inserção do pênis no ânus, em latim), além de outros limites morais indicados que supostamente diferenciavam essas pessoas entre si, em detrimento daqueles que vagavam nas ruas durante a noite em busca de "aventuras". E conclui:

> Ninguém ignora que o instinto sexual é normalmente e sempre bissexual e não diferenciado (Moll)[7]. Misericórdia para os que Gide chama de Tântalos do Amor! [...]. E na Bahia, tem-nos em barda, alguns dos quais são pessoas em prol nas ciências, nas letras e nas artes. Mais uma vez: piedade para eles, piedade para mim!" (LIMA, s/d, apud MOTT, 2000).

[7] Referência ao livro *Pervesions of the Sexual Instinct*, de Albert Moll, sexologista e psiquiatra alemão do século XIX.

O autor da carta não estava clamando apenas a um grupo de cientistas. Como mostrou Mariza Corrêa (2001), os principais expoentes dos debates científicos no Brasil até meados do século XX foram também atores institucionais cuja atuação se materializou em projetos de interpretação, intervenção, governo e transformação da sociedade brasileira. Um caso exemplar foi o trabalho desenvolvido por Leonídio Ribeiro em seu Laboratório de Antropologia Criminal, ligado à polícia civil do Rio de Janeiro, no qual estudou e experimentou um tratamento endocrinológico com os quase 200 "homossexuais" detidos pelos policiais nas ruas. Afinal, se o baiano que clamou por mais estudos sobre os "homosexuaes" reivindicando as teorias científicas provavelmente era um membro da elite letrada de Salvador, os sujeitos que foram de fato pesquisados eram pessoas negras e pobres cuja prisão serviu para que se estabelecessem relações teóricas entre "homossexualidade", raça e mestiçagem.

A ideia de "bissexualidade originária" estava, também, presente no debate científico brasileiro, em particular no objetivo que os pesquisadores tinham de descobrir a causa do "homosexualismo" (grafado na época com apenas um "s", sendo ainda um estrangeirismo), na qual se destacou a hipótese de Leonídio Ribeiro (1938) de um desequilíbrio no funcionamento das glândulas endócrinas. Essa era uma teoria que circulava no cenário internacional. Se a psicanálise não teve no Brasil do começo do século XX a mesma força que teve na Europa, a principal dívida teórica nessa agenda de pesquisa não era com Freud, mas com Cesare Lombroso. A influência do evolucionismo europeu fica clara no prefácio do livro de Ribeiro, no qual o espanhol Gregorio Marañon afirmou que todo "homosexual" tem uma "base orgánica de intersexualidad", a ser revelada no estudo de sua "evolução ulterior".

A ideia de "bissexualidade" adentrou as interpretações da sociedade brasileira no clássico *Casa Grande & Senzala* de 1933, em que o sociólogo Gilberto Freyre tentou definir uma particularidade no povo português como um colonizador com uma tendência constitutiva a se miscigenar. Para Freyre, os portugueses teriam se formado historicamente pelo cruzamento de dois mundos diferentes, um cristão e europeu e outro islâmico e africano, sendo assim dotado do que se expressaria na população como uma "bicontinentalidade" e no indivíduo como uma "bissexualidade". Esta característica seria uma forma de "dualismo de cultura e de raça", que teria definido no povo português uma predisposição hereditária à vida nos trópicos e à mestiçagem (FREYRE, 2006, p. 67-69).

A ideia de "bissexualidade" estava presente, de forma diferente, na obra de Freud, sendo este o momento e estes também os atores responsáveis pela introdução da psicanálise no Brasil. Segundo Jane Russo (2006), já em 1899 Juliano Moreira referia-se às ideias de Freud em suas aulas na Faculdade de Medicina da Bahia, mas foi em Rio de Janeiro e São Paulo que a

psicanálise se estabeleceu mais rapidamente em um processo de recepção que se inicia menos de uma década após a publicação dos *Três Ensaios*. Um marco importante dessa recepção foi o livro de Franco da Rocha, fundador do Hospício do Juquery em São Paulo, que trouxe com um sentido positivo, no título de seu livro *O Pansexualismo na Doutrina de Freud*, a categoria que para o público europeu foi uma forma de criticar e ironizar a ênfase na sexualidade no pensamento freudiano.

Como James Green (2000) observou, os pesquisadores brasileiros deparavam-se com inúmeros casos em que as práticas chegavam a escapar à oposição entre "bichas" e "homens". Uma saída interessante foi encontrada por Afrânio Peixoto, que recusou a ideia de "estados intersexuais". Para ele:

> O que há é mistura de mais ou menos, isto é, "estados missexuais". O macho bem viril e a fêmea bem materna serão 90%, mas há relações bem menos avultadas das quotas respectivas, até as aparências grosseiras do hermafroditismo ou da chamada inversão sexual. Tal noção permite compreender até aquilo que parece incongruência ou paradoxo da natureza. Por exemplo, um invertido que tem filhos e amantes, uma lésbica que tem marido e filhos, estarão na zona média dos "missexuais", as imediações dos 50%. O gonocorismo ou diferenciação sexual, jamais será perfeito; será sempre relativo, de 1 a 99%. Entre esses extremos estão todas as criaturas. (PEIXOTO, s/d, apud RIBEIRO, 2010 [1935], p. 502)

A categoria "missexual" parece responder ao problema da fluidez encontrada nas cidades brasileiras, de forma a reconhecê-la. Fry (2011, p. 73) afirmaria no futuro que, se Alfred Kinsey fosse brasileiro, talvez tivesse proposto uma escala do comportamento sexual do homem entre "masculino" e "feminino". Podemos pensar que Peixoto, de certa forma, foi quem esboçou essa escala.

Era também muito mais frequente o interesse científico nos homens do que nas mulheres. Nesse sentido, apesar de exagerar na importância de marcos científicos, Mott (1987) traz uma informação interessante sobre a origem da categoria "lésbica" no país ao assinalar que ela apareceu em 1894 na obra do criminalista carioca Viveiros de Castro, quando ainda era relativamente recente na literatura de língua francesa e inglesa. Ele acrescenta que Pires de Almeida registrou no Rio de Janeiro, em 1917, a categoria "roçadinho", de uso provavelmente popular, embora Mott, por sua posição essencialista, possivelmente a englobou na categoria "lésbica".

As iniciativas de organização política conhecidas hoje são da segunda metade do século XX. Luiz Morando Queiroz (2018) é hoje uma referência importante no esforço de considerar o início do fenômeno da organização política. Em sua pesquisa sobre a cidade de Belo Horizonte, ele encontrou notícias sobre a tentativa de criação de uma Associação dos Libertos

do Amor em Belo Horizonte (MG) em 1966, um projeto de realização de um I Congresso Nacional do Terceiro Sexo, em Niterói (RJ), em 1966, e de um I Congresso Nacional de Bonecas, em Petrópolis (RJ), em 1967. O Congresso dos Enxutos, que seria realizado em João Pessoa (PB) em 1968, teria sido impedido pela polícia, que também reprimiria a segunda tentativa de realização do evento em Fortaleza no mesmo ano. As notícias dão evidências importantes de redes locais e inter-regionais e da utilização de categorias científicas e populares como categorias políticas.

Rita Colaço Rodrigues (2012) nos mostra que, seja nessas movimentações, seja na imprensa homossexual que se produzia até o fim da ditadura de 1964, eram apresentadas demandas mais ou menos definidas, agregando noções de "direitos civis", "repressão", "educação sexual" com a ideia de assistência social, médica e psicológica para jovens expulsos de casa ou a afirmação de que "o homossexualismo é a antítese do capitalismo". Rodrigues (2018) chama atenção, especialmente, para a tentativa de realização do Congresso de Homossexuais em Carurau (PE) em 1972, também reprimido, e no qual primeiras distinções entre "homossexual" e "transexual" já são proferidas na imprensa. Esses relatos nos ajudam a deslocar o horizonte da memória política de LGBTI+ no Brasil de determinado contexto histórico (a reabertura política) e regional (eixo Rio-SP), mas também de uma categoria usada para desenvolver um repertório político (a "homossexual"). Nos mostram assim que se tratava de iniciativas muito relacionadas à repressão policial, ao conhecimento das organizações políticas internacionais e com relações com setores da Igreja que participaram ativamente dessas organizações.

Essas foram décadas de rearranjos de categorias científicas e populares em um processo descontínuo e disperso de politização, na qual as de origem científica parecem ter se sobressaído afinal, acompanhando, inclusive, o declínio da noção de "terceiro sexo" e a ascensão do "homossexual" (agora com já dois "s"). Jorge Rodrigues (2007) nos ofereceu uma interessante descrição de como, na imprensa produzida pelas "turmas" das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, a aparente contradição entre o relacionamento entre "bichas" ou entre "bofes" começou a ser confrontada entre os anos 1960 e 70. A figura do "entendido", um "homossexual" que não se definia dentro dessa oposição, tem sido descrita como de aparição nas grandes cidades e classes médias, principalmente (FRY, 1982c; MacRAE, 2018; GUIMARÃES, 2004; SIMÕES, FACCHINI, 2009). As categorias de origem científica e categorias de origem popular estão sendo produzidas, transformadas e substituídas continuamente ao longo do tempo, e de acordo com as diferenças locais e sociais nas quais os seus atores se situam. Por isso, não podemos pensar em períodos históricos nos quais se colocam sistemas de classificação específicos.

A formação e multiplicação das primeiras iniciativas de organização política de sucesso se deu no processo de reabertura política, entre o fim da década de 1970 e início de 80, com grupos organizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Goiás e Distrito Federal, com redes e conexões em outras partes do país e do mundo. Esse momento se caracteriza por um esforço de politizar a categoria "homossexual", o que levou os debates sobre a sua definição como *ser* ou *estar*, discussões sobre diferenças de raça, gênero e classe e a relações controversas com a esquerda, a universidade e a ideia de "bissexualidade" (MACRAE, 2018). Parece ter sido durante a ditadura que a referência internacional começou a se deslocar da Europa para os Estados Unidos. É também aí que o debate científico sobre a sexualidade começa a se distanciar da perspectiva médica e se aproximar de leituras sociais sobre preconceito, movimento e construção social, com os trabalhos de Carmen Dora Guimarães (2004), Peter Fry (1982a, 1982b, 1982c) e Edward MacRae (citado acima).

O movimento homossexual paulista e carioca que passou a expandir a sua organização e a sua visibilidade durante a abertura do regime ditatorial ainda é o que nos dá uma dimensão mais completa dos conflitos e sentidos no processo de politização da sexualidade na bibliografia disponível. Isso se deve à concentração do mercado editorial, dos primeiros programas de pós-graduação em ciências sociais e localização da imprensa corporativa nessa região do país, o que permitiu um registro maior e mais longevo de suas experiências e discussões. A etnografia realizada por MacRae no grupo Somos, de São Paulo, forneceu uma análise das diferenças e das questões levantadas por elas no interior do movimento, em particular o gênero, a raça e a classe. Em um difícil processo de constituição de um sujeito político homossexual, frente aos movimentos de socialistas, feministas e negros, o Somos lidou com os problemas de definição representados pela diversidade de categorias presentes na capital paulista, muitas vezes assumindo uma posição de confronto com elas (FRY, 1982c; PERLONGHER, 2008). Dois conflitos importantes nesse esforço de definição foram os das categorias "travesti" e "bissexual".

MacRae explica que a "bissexualidade" aparecia como um conflito recorrente no processo de politização da "homossexualidade", sendo encarada de formas diferentes: como uma forma de "não se assumir", como uma subversão de identidades fixas ou associada à indefinição dos artistas. Podemos acrescentar a essa lista a ideia de "bissexualidade originária", facilmente detectável no *Lampião da Esquina*, mas também para além do movimento organizado. Francisco Xavier (1971), médium do espírito Emmanuel, publicou em um livro sobre a relação entre espiritualidade e sexualidade que:

> Através de milênios e milênios, o Espírito passa por fileira imensa de reencarnações, ora em posição de feminilidade, ora em condições de masculinidade, o que sedimenta o fenômeno da bissexualidade, mais ou menos profundo, em quase todas as criaturas. O homem e a mulher serão, desse modo, de maneira respectiva, acentuadamente masculino ou acentuadamente feminino, sem especificação psicológica absoluta (XAVIER, pelo espírito de Emmanuel, 1971, p. 80).

A posição pública de Xavier sobre a "homossexualidade" e a "bissexualidade" difere da abordagem patológica das ciências e expressa a complexidade do campo de convenções sobre a sexualidade nas religiões. Com relação aos artistas, de fato, eram os que mais encarnavam um contexto de valorização da fluidez e da recusa de classificações, embora às vezes a ideia de "bissexualidade" pudesse ser usada como descritiva dessa indefinição. No caso do grupo teatral Dzi Croquettes, como notou Rosemary Lobert (2010), a oposição à categoria "andrógino" usada pela imprensa para defini-los levava a uma exasperação da categoria "dzi", semi-inventada pelo grupo. No *Lampião* e em outros espaços de debate em Rio de Janeiro e São Paulo, a categoria "bissexual" aparecia de forma esparsa, mas controversa, com negações da existência de pessoas "bissexuais" e acusações de machismo, autoritarismo, neurose e esquizofrenia, além de eventuais defesas de pessoas identificadas como tal (AGUIAR, 1979; SILVA, 1998; SIMÕES, FACCHINI, 2009; RODRIGUES, 2018).

A questão da fluidez permaneceu um tópico importante nesse momento de expansão dos grupos organizados, como no intenso debate sobre "serem" ou "estarem" homossexuais, mas parece ter sido deixada de lado com o crescimento de uma pragmatização na atuação do movimento a partir da década de 1980. Mesmo assim, a controvérsia da "bissexualidade" não iria desaparecer. Para Regina Facchini (2005), que observou novos conflitos em torno da presença de pessoas "bissexuais" no movimento homossexual paulistano de fins da década de 1990, essa controvérsia pode ser entendida como parte do esforço do movimento de desenvolver uma leitura do mundo em que o "homossexual" é um grupo definido e com relações definidas na sociedade. A narrativa política de uma relação de opressão, que estava em processo de elaboração, poderia opor a "homossexualidade" a uma sociedade mais ampla, o "machismo" e as formas de não afirmação da "homossexualidade", nas quais a "bissexualidade" estava supostamente incluída. Mais tarde, com a adoção crescente de categorias como "homofobia" e "heterossexual", percebeu-se que a afirmação (cada vez mais política) da "bissexualidade" tensionava um princípio implícito de pureza das narrativas de "gays" e "lésbicas", grupos nos quais a categoria "homossexual" se desmembrava (FACCHINI, 2008; LEÃO, 2018).

Aquele foi um momento ambíguo para a categoria "bissexual". Se o movimento organizado relutava em reconhecer essas pessoas, ela passava a circular como nunca através da

crise em torno da aids, e, em decorrência dela, na imprensa e no crescimento do volume de pesquisas sobre sexualidade que, com o advento da epidemia, passam a ser apoiadas com recursos internacionais (FACCHINI, 2005; SEFFNER, 2016). Observando essa ambiguidade, Arnaldo Domínguez (1997)) perguntou se existiria algum dia um movimento bissexual no Brasil, como havia nos Estados Unidos. Isso expressa também um processo de desmembramento da categoria "homossexual", como no caso de Renildo José dos Santos, eleito vereador de Coqueiro Seco (AL) em 1992.

Renildo teve o mandato cassado logo após assumir o cargo por ter declarado para a imprensa local que era "bissexual". Isso o levou a pleitear uma ordem judicial para anular a decisão da Câmara, que lhe foi negada. No dia seguinte, foi sequestrado, espancado, empalado e castrado, teve as unhas arrancadas, as orelhas, nariz, língua e dedos cortados, as pernas quebradas e levou tiros nos olhos e ouvidos. O corpo carbonizado foi localizado sem a cabeça, a qual foi encontrada boiando em um rio (NUNES, GALINDO, 2012; TREVISAN, 2018). O nome de Renildo foi dado a um prêmio da *Australian Bisexual Network* (MOTT, 1999), mas seu assassinato foi registrado como o de um homem "gay" pela Anistia Internacional (1994), e apontado em produções de militância e pesquisa como o "maior mártir gay do Brasil" (MOTT, 2011) e como o caso "que exemplifica de forma mais dramática a violência contra homossexuais no Brasil" (GREEN, 2000, p. 25). Havia, assim uma variedade de abordagens da categoria "bissexual", como uma contradição da categoria "homossexual", um subtipo ou um tipo separado, por diferentes contextos e atores.

Em oposição, a categoria popular "gilete" perdeu força. "Gilete" era uma pessoa que "corta dos dois lados", isto é, que se relaciona com homens e com mulheres. Embora Fry a entendesse como uma tradução de uma categoria de origem científica, Facchini (2009), por outro lado, enfatizou o contraste entre a figura da "gilete" e a "bi" ou "bissexual" em sua etnografia sobre mulheres que se relacionam com mulheres na cidade de São Paulo. Seu uso, porém, parece ter sempre sido restrito a contextos informais e mais ou menos acusatórios, a não ser em textos nos quais se apontava a ideia de "bissexualidade" como estrangeira, como no livro *AIDS, a terceira epidemia* (1991), que Herbert Daniel e Richard Parker dedicaram aos "gays", "transexuais", "michês", "travestis" e, dentre outros, aos "giletes". Existem indícios de que a diferença entre a categoria "gilete" e a "bissexual" pode ter ido além dos espaços em que

foram acionados e de que a primeira não necessariamente expressava uma distinção entre sexualidade e gênero na classificação das pessoas.[8]

Um aumento da visibilidade do movimento homossexual e das pessoas representadas por ele se deu com o crescimento de um mercado segmentado e a realização das primeiras paradas do orgulho no país, principalmente durante os governos de esquerda da década de 2000, com o surgimento de uma ideia de "população LGBT" e a segmentação das categorias políticas organizadas em "lésbicas", "gays", "bissexuais", "travestis" e "transexuais" (FRANÇA, 2006; AGUIÃO, 2018). Essa segmentação e as consequentes disputas por visibilidade chegaram também à produção de conhecimento científico, em um momento em que se expandiram a pós-graduação e o campo de estudos sobre gênero e sexualidade. Assim, as disputas internas do movimento agora GLBT forçaram a formação dos primeiros grupos de "bissexuais" nos anos 2000, geralmente dentro de organizações mistas, e que tinham como principal demanda o não apagamento de sua existência e o reconhecimento da "bissexualidade" como identidade política. A recepção da teoria queer nesse momento, especialmente através da tradução do livro *Problemas de Gênero* de Judith Butler, se fez presente tanto em espaços dos grupos organizados quanto nas primeiras pesquisas que pensaram a "bissexualidade" por um viés social e político (CAVALCANTI, 2007; LEWIS, 2012; FACCHINI, 2020). Um marco nas demandas pelo reconhecimento da "bissexualidade" como uma identidade política foi a mudança do nome do Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi) entre 2010 e 2014 (LEÃO, 2018). É um evento que mostra também a predominância de mulheres no movimento bissexual que se constituiu no Brasil, em contraste com a ênfase que se deu aos homens no debate sobre a epidemia de HIV/Aids.

Facchini (2020) argumenta que, por um lado, o avanço do conservadorismo no cenário político brasileiro e um inicial desencanto com a política institucional, e por outro, a ampliação do acesso à internet e ao ensino superior, estimularam um alargamento e uma diversificação da ideia de ativismo e uma maior circulação de debates teóricos. Isso se expressa no aumento na ênfase que a experiência tem no campo político, inclusive com a emergência de organizações e manifestações de "pansexuais", "assexuais" e "bissexuais". Acrescento que a renovação do movimento bissexual se deu através de um processo de autonomização e valorização da horizontalidade (MONACO 2020b), além da incorporação de referências do movimento norteamericano, como as noções de "bifobia" e "monossexismo" (LEÃO, 2018; MONACO,

[8] Na música *Amante Giletão*, uma paródia de sertanejo de autoria e data de lançamento imprecisas, o eu-lírico descreve um "gilete" como um "safado" e uma "bicha", acrescentando que ele "não é homem, nem mulher". A música está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x90_2gamJ-c. Acesso: 24 ago. 2022.

2020a). O surgimento de coletivos, podcasts e outros espaços jovens que prezam por especificidades da "bissexualidade" não impediu a expansão desse campo político de formas mais afeitas à institucionalidade, como ONGs e candidaturas a cargos públicos. Da mesma forma, a produção de conhecimento científico sobre o tema tem acompanhado esse processo com uma ênfase na autonomia temática, um perfil jovem de pesquisador e o uso das mesmas gramáticas políticas dos grupos organizados e ativistas independentes, sendo que seus atores transitam muitas vezes por essas diferentes posições (VAS, 2021; SALDANHA, 2022). A internet se tornou, então, um dos principais meios de criação de espaços e debates (MONACO, KLIDZIO, 2021).

Algo que não mudou, porém, é como a categoria "bissexual" continuou sendo motivo de tensões. Agora, porém, a existência de um movimento bissexual e de pessoas ligadas a ele na "academia" e no "Estado" leva a uma contestação de narrativas, como no assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018 no Rio de Janeiro, que se identificava como "bissexual", mas que foi identificada postumamente como "lésbica" (LEÃO, 2018). A diferença entre o contexto do assassinato de Marielle e o contexto do assassinato de Renildo está no desenvolvimento de uma voz política orientada em torno da "bissexualidade" no país, mas também na forma como essa voz passou a disputar os sentidos da categoria "bissexual" de forma coletiva. Nos anos 2010, com uma maior visibilidade de pessoas trans, especialmente as de gênero não binário, e de assexuais, a aproximação do movimento bissexual com esses grupos e com referenciais estrangeiros fortaleceu uma definição de "bissexualidade" como a atração por mais de um gênero e como uma disrupção de uma noção binária de sexualidade. Em seus espaços, uma categoria como "gilete" é uma estranha ou um vestígio pouco conhecido de um passado (embora, eventualmente, ressignificado por iniciativas pessoais e isoladas).

Podemos contrastar o contexto atual de disputa pelo sentido de "bissexualidade" com o panorama apresentado acima, no qual diferentes definições flutuaram e, às vezes, se encontraram. O pesquisador brasileiro Fernando Seffner (2016), em um trabalho realizado no Brasil no fim da década de 1990 sobre a masculinidade bissexual, deu uma contribuição importante ao perceber que os diferentes sentidos do termo permaneciam circulando em um mesmo período ou contexto e muitas vezes se desdobrando em outros, se confundindo e/ou entrando em conflito. As diferentes "representações" que Seffner encontrou foram, segundo ele:

> 1) a masculinidade bissexual representada como masculinidade mal formada, incompleta, indefinida, masculinidade degradada, própria de homens indecisos, que não têm força para assumir nem a heterossexualidade nem a homossexualidade, por vezes vivida como fase transitória que necessita encaminhar-se a uma definição completa, ressaltando-se o temor de que esta definição se faça para o lado da

> homossexualidade, e não para o lado da heterossexualidade; 2) a masculinidade bissexual representada como uma modalidade de sexualidade do futuro, mais avançada do que aquelas opções sexuais atualmente existentes, para além da polaridade heterossexualidade *versus* homossexualidade, ainda incompreendida, mas com certeza sinalizando novas possibilidades no exercício da sexualidade, em particular dos homens; 3) a masculinidade bissexual representada como masculinidade intensificada, transgressiva, poderosa, plena de "sacanagem", quase fora de controle na busca do sexo, típica de homens "machos" "liberais", associada à noção de orgia e da troca de casais; 4) a "verdadeira" amizade masculina, envolvendo proximidade física entre iguais, nomeada por vezes fraternidade masculina, e assumindo que pode haver trica erótica e de afeto entre homens que mantêm uma amizade profunda, acompanhada muitas vezes de admiração e valorização da beleza do corpo masculino (SEFFNER, 2016, p. 241-242, grifo do original).

Devemos questionar o pressuposto de que a ideia de "bissexualidade" como "orientação sexual" superou os seus sentidos anteriores. Acredito que as conclusões de Seffner são importantes para que pensemos que, em vez de se superar ao longo do tempo, os diferentes sentidos de "bissexualidade" vêm se multiplicando. Olhando para um contexto em que diferentes sistemas de classificação da sexualidade se encontram, focalizar a categoria da indefinição e as tensões provocadas por ela podem nos ajudar a compreender como temos pensado e enquadrado as nossas próprias vidas, inclusive através da produção de categorias antagônicas delimitadas por critérios de "pureza", como definiu Mary Douglas (2010).

5. A aids e a "bissexualidade latina"

Segundo Herbert Daniel e Richard Parker (1991), a aids já estava circulando no Brasil desde o fim da década de 1970, mas os estigmas e efeitos sociais da doença começaram na primeira metade da década de 1980, com os primeiros casos relatados no país (ou a expectativa em torno deles). Os autores afirmaram que a associação inicial da doença com os "homossexuais" masculinos chegou a ser questionada, mas a expansão da epidemia parecia indicar um contágio em grupos estigmatizados, como prostitutas, travestis, crianças de rua e usuários de drogas.

Com o aumento dos números de infecção em mulheres e crianças, a ideia de que homens "bissexuais" estariam supostamente "transmitindo" a doença por entre dois grupos aparentemente separados (homo e heterossexuais) colocou a "bissexualidade" em um debate de alcance mais amplo do que as teorias científicas e conflitos políticos das décadas anteriores. O imaginário da "ponte bissexual" chegou a jornais de grande circulação e suscitou uma incipiente produção científica sobre essas pessoas, particularmente sobre os homens, em um debate que inicialmente os definia com base em práticas e que, no fim da década de 1990, passou a tratar essa categoria como uma identidade (BANDEIRA, 2018; SEFFNER, 2016). Com relação às

mulheres, ficaria claro mais tarde que esse imaginário as incorporou em suas relações com as "lésbicas", através do pensamento de que são "poluídas" em suas relações com os homens, tornando-se também "poluidoras" (FACCHINI, 2008).

A partir de suas leituras das reflexões de Peter Fry, os antropólogos Néstor Perlongher (1987) e Richard Parker (1991) enfatizaram a "exterioridade" da categoria "bissexual" nesse contexto no Brasil. A preocupação de ambos se dava em um momento no qual se começava a perceber a gravidade da epidemia e os seus efeitos sobre a sexualidade no país; discutir as ações de prevenção e a linguagem desenvolvida era fundamental para garantir agilidade e eficácia quando ainda se sabia relativamente pouco sobre a doença. Para eles, o debate sobre a aids estava usando categorias que contrastavam com aquelas mais usadas no Brasil, o que poderia comprometer a eficácia das iniciativas de combate à epidemia. Parker sugeriu que fossem consideradas classificações correntes da sexualidade no Brasil, orientadas em torno das noções de masculinidade-atividade e feminilidade-passividade. Para ele, a existência de diferentes formas de classificação estava gerando confusão, como em uma notícia publicada no *Jornal do Brasil* em 1986 com o título "AIDS deixa grupo de risco e atinge mulher e criança: bissexuais são responsáveis pela disseminação indiscriminada do vírus". A notícia indicava que

> já em dezembro de 1986, mais de 20% dos pacientes com AIDS tratados em hospitais do Rio de Janeiro eram classificados (nos termos das categorias médico-científicas) como bissexuais. Percentagem quase dez vezes mais elevada que a registrada na maioria dos hospitais da Europa e dos Estados Unidos (PARKER, 1991, p. 73).

A imprensa definitivamente teve um papel importante nesse fenômeno. Notícias encontradas pelo historiador Thaynan Bandeira (2018) apresentam também declarações de médicos segundo os quais "bissexuais" eram muito mais comuns no Brasil do que nos Estados Unidos e Europa ocidental. Curiosamente, o próprio Parker chegou a fazer afirmações do tipo para a revista Manchete (CAMPOS, 1992) e publicar artigos em língua inglesa sobre a "bissexualidade" no Brasil (PARKER, 1993b, 1996), modo como chamou nesses espaços específicos o sistema de classificação da sexualidade denominado por Fry de "hierárquico". Os "bissexuais" coincidiriam, assim, com os "homens de verdade" quando se relacionavam com as "bichas". Em vez de pensarmos isso como uma contradição, podemos ponderar que o debate público sobre a aids estava mobilizando diversos atores e setores da sociedade e circulando por espaços e linguagens diferentes. O uso de classificações diferentes nesse debate (às vezes pela mesma pessoa) reflete uma busca por um denominador comum, que se estabilizaria com a adoção gradual por gestores, organizações e profissionais de saúde da categoria de exposição "homens que fazem sexo com homens (HSH)" nos anos 1990. Trata-se de uma categoria que,

no contexto internacional, tem uma origem comunitária, em vez de científica, mas que se consolidou no Brasil no campo institucional; ela não deixou de levantar conflitos com o fortalecimento de grupos que demandam o reconhecimento de suas especificidades políticas, como pessoas trans e travestis e "bissexuais" (CALAZANS, FACCHINI, 2022).

Temos informações preciosas sobre a circulação da categoria "bissexual" no Brasil nos estudos sociodemográficos que foram realizados em capitais brasileiras na década de 1990 e nos quais Parker teve um papel importante. Essas pesquisas verificaram que o uso de categorias de origem científica para autoclassificação, como "bissexual", tornava-se expressivo na população estudada em cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza e Porto Alegre, geralmente em torno de 12%. Isso provocava estranhamento às equipes de pesquisa, que não esperavam encontrar essa categoria com tanta frequência. Apresentando esses resultados, Parker levantou duas hipóteses: uma deficiência metodológica no alcance de redes de participantes ou uma influência da epidemia sobre o uso de categorias da sexualidade pela população brasileira (PARKER, 1994).

Para Parker, na época, essa mudança nas classificações da sexualidade poderia ser compreendida como uma importação "euroamericana", e as categorias populares encontradas no Brasil, como "idiossincrasias extraídas da cultura popular brasileira" (PARKER, 1994, p. 134). Pode soar estranha a ideia da aparição da categoria "bissexual" como evidência desse fenômeno, como se ela fosse a mais estranha ao contexto brasileiro, quando a categoria "homossexual" também havia sido incorporada. É razoável pensar, porém, que a circulação dessa categoria no país era mais limitada, como ainda parece ser na atualidade. Perfis sociodemográficos elaborados em pesquisas nas Paradas do Orgulho de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 2000 indicaram que homens e mulheres "bissexuais" ainda correspondiam a percentual minoritário naqueles eventos, mas que relatavam situações de discriminação ou de agressão em suas trajetórias em patamares equivalentes ou próximos aos "gays" e às "lésbicas" de idade similar. Em alguns recortes de perfil e modalidades de discriminação ou agressão investigados, os percentuais eram inclusive maiores entre "bissexuais" do que entre homens ou mulheres homossexuais (CARRARA, et al, 2006; FACCHINI, FRANÇA, VENTURI, 2007; FACCHINI, FRANÇA, 2013). Não seria prudente, portanto, usar essa forma de classificação para descrever pessoas em contextos nos quais essas categorias não eram usadas. A categoria "bissexual", em vez de apenas um adjetivo, corresponde a uma variedade de convenções e de relações que são contextuais.

Essa questão já se pronunciava no debate epidemiológico da década de 1990 sob a forma de uma grande dúvida sobre a categoria utilizada para descrever a ambiguidade na vida sexual

dos homens. Foi o que levou à elaboração de um edital de auxílio à pesquisa da MacArthur Foundation, com a participação de Parker, e que culminou na pesquisa de Fernando Seffner (2016, apresentada inicialmente em 2003). O trabalho de Seffner apontou evidências de uma influência da epidemia e da mídia na identificação:

> Indagado sobre a palavra bissexual, Ronaldo respondeu que, até ler a revista [Isto É], nunca havia usado este termo para se designar. Ao se reconhecer em uma determinada classificação, divulgada pela mídia, os indivíduos se acham e são achados, se identificam e são identificados, se reconhecem e são reconhecidos. Esta nomeação, promovida pela leitura da revista, associada ao fato de que no grupo de mútua ajuda Ronaldo convivia com numerosos homossexuais assumidos, parece ter levado à decisão de falar de sua preferência sexual utilizando o termo. Interpelado pelo discurso da mídia, o sujeito assume tal posição de sujeito, assume e constrói sua identidade como bissexual, com toda a provisoriedade que esse processo supõe (SEFFNER, 2016, p. 271).

Apesar de episódios como esse, porém, o que as pesquisas sociodemográficas também indicavam era que a categoria "bissexual" era mais utilizada por pessoas mais escolarizadas e de classes altas e médias (PARKER, TERTO JR, 1998). Esta tendência também pode ser observada na circulação das demais categorias de origem científica.

Néstor Perlongher, por sua vez, assumiu uma postura de resistência ainda mais veemente ao uso da categoria "bissexual" no debate epidemiológico brasileiro. Ele constatou uma grande variedade de categorias de utilização fluida ao estudar a prostituição masculina na cidade de São Paulo (PERLONGHER, 2008). A própria oposição entre o "macho" e a "bicha", em seu campo, poderia ser contextual. Até então, termos que remetiam à ambiguidade como "panqueca", "gilete" e "panachê", como também observou Fry, estavam mais diluídos no cotidiano sexual dessa cidade. Por isso, Perlongher assumiu uma posição semelhante à de Parker (embora com um tom mais duro) ao considerar a categoria "bissexual" uma importação dos Estados Unidos sem nenhuma conexão com a realidade cultural e sexual do Brasil. Para ele, o significado que essa categoria encontraria no "gueto" paulistano seria o de "uma espécie de 'enrustido', que foge de sua família heterossexual constituída, à procura de uma aventura andrógina" (PERLONGHER, 1987, p. 56). Essa é uma descrição benevolente se comparada com a que o próprio Perlongher encontrou na imprensa brasileira da época, em um momento crítico da epidemia:

> A revista feminina Nova, preocupada com o tema, descreve, em março de 1986, um "representante típico" dessa inquietante espécie: "Everaldo, 39 anos, executivo de uma companhia de seguros, tem três filhos e uma esposa com quem leva uma vida sexual agradável mas esporádica, nunca foi num bar gay, não conhece um homem declaradamente gay, não se considera gay. Uma vez por semana, vai a um cinema pornô perto de seu escritório. Lá faz sexo casual com outros homens, e nunca fica por

> mais de meia hora" ("sexo rápido e furioso", condensa o mensário sentimental). (PERLONGHER, 1987, p. 56-57).

Como vimos, esse choque de classificações é parte de um processo de dimensões mais amplas pelo qual outros países vinham passando no último século. Críticas importantes já foram feitas à perspectiva de que os diferentes sistemas de classificação correspondem a distintas realidades culturais e geográficas, das quais seriam supostamente próprios, principalmente na noção de Parker de "cultura sexual brasileira" (CARRARA, SIMÕES, 2007). Existe, porém, uma outra dimensão na forma como foram incorporadas as especificidades do Brasil a esse fenômeno.

O antropólogo Joseph Carrier (1985) publicou nos Estados Unidos uma interessante pesquisa sobre as relações de homens que se relacionavam entre si em Guadalajara, no México. Ele chegou a observações muito parecidas com as de Fry no norte do Brasil, inclusive no uso das palavras "ativo" e "passivo", o que, segundo ele, era chamado por "comentadores anglófonos" de "bissexualidade". Carrier dialogou com outras pesquisas publicadas nessa direção na mesma época sobre o Peru, o México e a Costa Rica. Trata-se de um conjunto de estudos que foram reunidos em algumas coletâneas de língua inglesa nos anos 1990, principalmente sobre a relação entre "bissexualidade" e HIV/Aids em perspectivas internacionais, ao qual se somavam não raramente as publicações de Richard Parker sobre o Brasil. Circulava, então, a ideia de que os países latino-americanos (ou as culturas mediterrâneas) tinham uma forma menos enrijecida de lidar com as relações entre homens, quando aqueles que assumiam papéis mais masculinos seriam supostamente respeitados independente de suas práticas. Essa imagem, mesmo que localmente pudesse ser chamada de "homossexualidade masculina" (como em um livro do poeta Octavio Paz citado por Carrier), passou a ser definida como "bissexualidade latina", inspirada em uma relação discursiva de alteridade regional que a diferenciava do mundo "anglo-americano". O debate em torno da "bissexualidade latina" tendia à ideia de que as categorias "homossexualidade" e "heterossexualidade" estavam mais presentes nos Estados Unidos e na Europa como definições que englobam a sexualidade das pessoas, sendo opostas e incomensuráveis entre si.

Portanto, se diferentes formas de classificar a sexualidade se constituíram em um panorama de trocas e circulações em um circuito internacional geograficamente abrangente, tais elementos emergiam em ritmos diferentes a depender dos contextos e sendo interpretados de formas diferentes dentro das relações estabelecidas entre cenários regionais. Merl Storr (1999) salienta que já havia no interior deste debate a desconfiança de que a ideia de "bissexualidade latina" poderia mais atrapalhar do que ajudar na compreensão da sexualidade

de diferentes contextos, criando uma imagem que apaga diferenças regionais internas e cria estereótipos. A própria Storr nota que isso aconteceu com a noção de "promiscuidade africana", que teve efeitos negativos. É importante salientar que, ao falar em "bissexualidade", Carrier se referia a práticas e não a identidades, embora usasse essa categoria por influência de algumas leituras de Kinsey, especialmente a de Ford e Beach, comentada acima.

A relação da ideia de "bissexualidade" com um imaginário geográfico não apareceu apenas na literatura científica. No Brasil, o psicanalista Arnaldo Domínguez (1997) parece ter lido a mesma matéria da *Isto É* sobre a bissexualidade que Seffner mencionou. A publicação afirmava que não havia grupos organizados "assumidos" de "bissexuais" no Brasil por conta do estigma da aids, ou porque se trata do "país do carnaval", duas explicações um tanto contraditórias. Na primeira, há um estigma na sociedade sobre essas pessoas, de modo que elas não podem se assumir publicamente. Na segunda, a "bissexualidade" é a regra; todos no país são "bissexuais", logo, é difícil de pensar em "bissexuais" como um tipo definido, como algo que estimule a criação de grupos próprios. Esta segunda explicação remete à associação da "bissexualidade" com a "cultura brasileira", como se o próprio povo brasileiro fosse "bissexual", encontrada por Bandeira (2018) na imprensa da época.

Mas essa aparente contradição entre as duas hipóteses se dava porque havia diferentes sentidos circulando para a "bissexualidade". No primeiro, "bissexual" seria uma identidade, ou um grupo definido, aquele que estava no imaginário científico e midiático da transmissão do HIV entre dois grupos separados entre si por diferenças claras. No segundo, a "bissexualidade" seria uma prática, e a existência de outras formas de pensar e classificar a sexualidade no Brasil levava a interpretações de que o país tinha uma cultura propícia à "bissexualidade". Este segundo sentido é o dos cientistas, especialmente da área médica, que falavam para a imprensa e para o debate internacional. Como jamais houve um reconhecimento amplo da "bissexualidade" como identidade, e sua presença nos espaços do movimento social provocava conflitos de definição, parece ter sido mais fácil usar essa categoria para se referir a um conjunto de práticas ainda por algum tempo.

A "bissexualidade", como uma categoria descritiva de práticas, convenções e classificações da sexualidade geograficamente situadas, também não se consolidou no debate acadêmico. Mais recentemente, historiadores e cientistas sociais vêm se esforçando em promover novas e diferentes interpretações da relação entre classificação e mudança social no âmbito da sexualidade masculina, especialmente no Brasil, na Argentina e no México (INSAUSTI, FERNÁNDEZ, 2020; MECCIA, 2021; PINTO, 2021). Nesse sentido, as categorias brasileiras "bicha" e "bofe" têm sido comparadas às categorias "marica" e "chongo"

dos países de língua espanhola, geralmente situadas como anteriores a "gay", e que aparecem junto a uma mobilização política da "homossexualidade".

Por sua vez, os imaginários regionais que situam o Brasil ou a América Latina como locais culturalmente dotados de ambiguidade no que diz respeito à sexualidade são concorrentes com as narrativas que se desenvolviam no mesmo período desses espaços geográficos (especialmente o Brasil) como violentos e opressivos em relação ao gênero e à sexualidade. Como observou o antropólogo brasileiro Júlio Simões (2016), essa é a oposição de dois "mitos" sobre o Brasil, oposição formada pelo pressuposto de que as convenções culturais podem ser compreendidas como abrangentes e totalmente coerentes. Como sugere Simões, em vez que leituras equivocadas, essas são leituras produtivas. Neste caso, envolvem uma variedade de atores e auxiliam na transformação da realidade. Além disso, determinadas imagens de região podem também ser produzidas por contrastes regionais internos, e este é o caso do Brasil. Esta não é, portanto, uma especificidade da categoria "bissexual", como demonstrou Anacely Costa (2018) no caso das pessoas "intersexo", convertidas em indicadores de subdesenvolvimento regional no âmbito internacional e inter-regional e em indicadores de pobreza no âmbito local. Devemos pensar, então, como a ideia de região se relaciona com a sexualidade e suas classificações em contextos específicos, como o que nos interessa neste trabalho.

6. As amazonas na Escala Kinsey

Uma das preocupações de Storr com a noção de "bissexualidade latina" estava no apagamento das diferenças regionais internas. De fato, as regiões são imagens móveis e diversas. Existem diferentes maneiras pelas quais elas podem se associar a imagens sexuais. Anne McClintock (2010) definiu essa relação como constitutiva do processo de exploração imperialista dos demais continentes pelos europeus, no que chamou de *pornotrópicos*: as regiões seriam desenhadas e elaboradas com uma linguagem erótica de conquista da terra (feminina) pelo branco (masculino). Uma das principais expressões desse imaginário estaria no mito da terra virgem, em que a presença humana na terra é negada e ela se torna atraente para quem quiser possui-la.

Em vez de trazer esse debate para as abrangentes e imprecisas ideias de "América Latina" e "cultura latina", podemos olhar mais diretamente para o campo em que as diferenças regionais se cruzaram com as diferenças classificatórias nos estudos sobre a sexualidade no Brasil. Afinal, se o debate global sobre a epidemia de HIV/Aids encontrou nos países latino-americanos uma tensão na classificação da sexualidade masculina, essa mesma tensão havia

sido encontrada no interior de um único país nesse continente. Como vimos, o trabalho de Fry tomou a cidade de Belém como um campo empírico importante para pensar essas tensões no Brasil, sugerindo, de forma preliminar, uma maior proeminência da oposição entre "bichas" e "homens" nas regiões Norte e Nordeste. Este é um ponto delicado e controverso em sua obra.

As regiões Norte (que se confunde, facilmente, com a Amazônia) e Nordeste são definidas por aspectos demográficos, históricos, culturais e naturais. Mas também por um imaginário estabelecido que as apresenta como as regiões mais pobres e menos "desenvolvidas" do país. Um imaginário nunca é apenas um imaginário, se consideramos, por exemplo, a política de estímulo da migração de nordestinos durante a última ditadura, resumida pelo lema "uma terra sem homens para homens sem terra" (MACEDO, 2022). Os homens seriam os nordestinos, mas a terra seria a Amazônia. Ambos são definidos, portanto, de formas diferentes, ainda que em uma relação de eixos entre gênero e sexualidade. A emergência do Nordeste e do nordestino masculinos foi analisada pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013). No caso da Amazônia, a imagem da terra virgem e sua composição como um espaço anacrônico têm sido menos estudados nesse sentido.

Fry situou Belém em uma relação de alteridade regional a São Paulo, ao afirmar que a homossexualidade podia ser entendida de diferentes formas em diferentes contextos, poucos anos depois de seu campo na cidade:

> Um homem de Belém, por exemplo, pode tranquilamente manter relações sexuais com uma pessoa que considere uma bicha. Para ele, não tem nada de diferente nesta atividade. Nem por isso ele é menos homem. Até poderia se considerar mais macho que nunca. Da mesma forma, um jovem rapaz na cidade de São Paulo poderia manter uma relação sexual com um senhor mais velho em troca de alguns cruzeiros. Como o nosso amigo paraense não é menos homem por isso e jamais se pensaria como homossexual. Na mesma cidade de São Paulo, um homem universitário, militante do movimento homossexual, pode discordar com o jovem prostituto e afirmar que ele *é* um homossexual só que não sabe, não tem consciência" (FRY, MACRAE, 1983, p. 7-8, grifo do original).

Essa relação de alteridade foi um argumento para que se percebesse a existência de diferentes formas de compreender a sexualidade no país, nos ajudando a pensar que a figura do "homossexual" não era universal (especialmente em um contexto em que ainda se iniciava a recepção das teorias de Foucault sobre o tema, mas também com uma leitura mais empírica que a do filósofo francês). Isso foi fundamental para o desenvolvimento de muitas pesquisas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, onde esses diferentes sistemas de classificação foram posteriormente contrastados, mas o nosso conhecimento sobre esse processo na cidade de Belém continua limitado. Podemos pensar em como, se em São Paulo diferentes atores se

encontravam com diferentes formas de pensar e viver a sexualidade, o mesmo não aconteceria na cidade que foi estudada em um campo mais delimitado (os terreiros em sua periferia urbana).

Mílton Ribeiro e José Luiz Franco (2021) defenderam que certos sentidos e agenciamentos políticos da "homossexualidade" podiam ser verificados no Pará na segunda metade da década de 1970, e que a posição de alteridade que a cidade de Belém ocupou na teoria de Fry acabou por corroborar um imaginário de atraso da região amazônica, em oposição à cidade de São Paulo. Os argumentos de Ribeiro e Franco basearam-se principalmente na participação intelectual de Anaíza Vergolino na pesquisa de campo de Fry em 1974, em registros de um movimento homossexual organizado em Belém em 1979 e em duas festas de realização regular: a Festa da Chiquita, desde 1978 em Belém, e o Baile Gala Gay desde 1975 em Abaetetuba, cidade a 134 quilômetros da capital paraense. Ambas as festas relacionavam referências políticas com o espaço do carnaval ainda durante a ditadura, tendo influenciado as iniciativas posteriores de formação de grupos organizados e Paradas do Orgulho nessas cidades. É importante considerar, também, que se a cidade de Belém pode ser vista como um local periférico, isso não impede que seja percebida como um centro. A recente etnografia de Victor Lean do Rosário (2023) sobre "homossexualidades" masculinas em um terreiro de umbanda de Igarapé-Açu, no nordeste paraense, privilegiou o contexto interiorano para explorar o que percebeu como um distanciamento entre os estudos de gênero e os estudos sobre ruralidade. Sua pesquisa apontou assim um caminho que remete à origem temática do debate, mas que aponta para além dos grandes centros urbanos entre os quais Belém é incluída por ele. A oposição entre centro e periferia, nesse sentido, é contextual e complexa.

No caso de Belém, portanto, é difícil pensar essa tensão sem considerar a importância da categoria geográfica "Amazônia", através da qual a cidade e seus atores se relacionam e são relacionados com os de outras regiões. Considero os argumentos de Ribeiro e Franco importantes e oportunos. Proponho, porém, que questionemos a própria ideia de Amazônia para pensar como ela é produzida continuamente, inclusive teoricamente, e sua relação com as classificações da sexualidade. Podemos ver, por um lado, um movimento externo de colocar Belém em um lugar de alteridade, e por outro, as formas pelas quais discursos internos reivindicam essa diferença para criticar os primeiros. Trata-se do que Pierre Bourdieu (2012) chamou de "reivindicação regionalista", quando se inverte o sentido e o valor de uma caracterização estigmatizada, mas que mantem essa caracterização e ajuda a constituir o território discursivamente. Para Bourdieu, se supõe que a estigmatização é produzida a partir de uma região já existente, mas ela seria a produtora dessa região. Embora definitivamente

importantes, as críticas de certos valores atribuídos à região podem deixar de ver uma parte importante desse processo ao manter a crença na região como algo real e anterior.

No caso da Amazônia, uma das regiões mais discutidas e disputadas no mundo ao longo dos últimos séculos, questionar a sua constituição discursiva é um esforço relativamente pouco comprado. O território denominado "Amazônia" corresponde, no Brasil, aos estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão e do Mato Grosso. Sua definição está relacionada à cobertura do bioma amazônico, de floresta tropical, e à ampla bacia hidrográfica do rio Amazonas, o maior do mundo, que nasce nos Andes do Peru e desemboca no Oceano Atlântico no Brasil. A região se estende também ao Equador, à Colômbia, à Venezuela, à Guiana, à Guiana Francesa (território da França), ao Suriname e à Bolívia. Trata-se de uma definição baseada em critérios naturais e, por isso mesmo, historicamente produzida. Nem toda essa região é coberta por florestas tropicais, como no cerrado de Roraima e nos campos alagados do Marajó. Há, em vez disso, uma coincidência de dinâmicas de sua colonização (mesmo a atual, pelo Estado brasileiro) e processos históricos de classificação racial e cultural dos seus povos.

Segundo Neide Gondim (2019), a ideia de "Amazônia" tem origem no imaginário europeu sobre a Índia, que se cristalizou e se renovou desde o século XIV. Roberg Januário dos Santos (2020), por sua vez, situa essa ideia de forma mais recente, apontando para estratégias políticas de parlamentares paraenses no Brasil imperial da segunda metade do século XIX. Até então, havia no Brasil uma grande região Norte, desmembrada pelos discursos de demandas econômicas das províncias do Amazonas e do Pará no ciclo da borracha, que se esforçaram em se distinguir das províncias associadas ao ciclo decadente da cana-de-açúcar (o atual Nordeste)

A Amazônia é a "última fronteira do desenvolvimento do Brasil", "a terra sem homens", a "natureza intocada", o "pulmão do mundo", enfim, a terra *virgem* ao olhar masculino colonizador: pura e ainda por ser tocada e possuída. É o cenário que Arthur Conan Doyle julgou apropriado para situar os dinossauros de seu romance *O Mundo Perdido* (GONDIM, 2019), e onde nasceu e de onde partiu o Macunaíma de Mário de Andrade para conhecer as "tabas grandes" de São Paulo e Rio de Janeiro. O "isolamento" e o "atraso" são aspectos frequentes nas descrições que apontam a falta de pessoas, de cidades ou de cidades de grande porte. Seguindo essa lógica, pode parecer irônico que o nome da região seja uma referência a uma horda de mulheres indígenas guerreiras, observadas no século XVI pela primeira grande expedição espanhola no rio que seria batizado em homenagem a elas. As "amazonas", descritas pelos colonizadores e por diversos indígenas ao longo de algumas centenas de anos, andavam nuas e viviam entre si, dominando os homens e relacionando-se com eles à força, mas apenas

com o fim de gerar meninas. Foram nomeadas como tal por serem descritas de forma muito semelhante às mulheres guerreiras encontradas nos mitos dos gregos antigos.

Foi pensando nas amazonas que o pesquisador e ativista Luiz Mott (1990) sugeriu que havia algo de universal nessa região do mundo, presente tanto ali como na Europa pré-moderna do mesmo período: a "homossexualidade". Ele concordou com uma hipótese de Claude Lévi-Strauss (1986, p. 85) de que as "amazonas" encontradas pelos espanhóis seriam, na verdade, "desviantes de gênero" como os documentados em diversas culturas indígenas do Brasil nos últimos séculos. Porém, foi ainda além e descreveu esses sujeitos múltiplos como "homossexuais". Mesmo acreditando que as "amazonas" nunca existiram, Mott chega a apontar o número ao qual elas e outras pessoas descritas pelos cronistas correspondiam na Escala Kinsey: 2, "homossexualidade dominante com heterossexualidade ocasional" (vale observar que, em Kinsey, o número 2 da escala tem a definição contrária).

Em outro trabalho, Mott analisou a trajetória do Frei Lucas de Souza, acusado de praticar o crime da "sodomia" em Santa Maria de Belém do Grão-Pará em 1658, no início da colonização portuguesa na qual a cidade foi fundada. Os relacionamentos do religioso, a forma como era visto pela sociedade colonial e como foi denunciado supostamente derrubariam o que, para Mott, é uma perspectiva preconceituosa defendida por Michel Foucault e outros construcionistas de que "os 'sodomitas' pré-modernos eram meros sujeitos jurídicos, restringindo-se à prática clandestina da cópula anal, sem laços amorosos estáveis e sem qualquer identidade afirmativa existencial" (MOTT, 2011, p. 89). Como vimos, essa é uma leitura um tanto equivocada da teoria de Foucault, mas o que importa aqui é a maneira como o caso estudado se tornou um argumento teórico: "já nos meados do século XVII, na recôndita Amazônia, este frade *gay* comprova exatamente o contrário" (MOTT, 2011, p. 89, grifo do original).

Seria importante que a existência de um sujeito descrito com base em suas preferências sexuais (antes da categoria "homossexual" aparecer nos discursos científicos) pudesse ser verificada até mesmo na "recôndita" Amazônia, um dos lugares mais distantes do mundo moderno. Este é um argumento que envolve uma determinada classificação da sexualidade e uma determinada classificação de região. É também uma questão que nos provoca a pensar sobre as possíveis mudanças nas categorias em ambas, o que deve ser feito considerando o seu caráter relacional (não apenas entre diferentes categorias, mas também entre diferentes classificações). Acredito que a Amazônia, assim como a "homossexualidade" (e a "bissexualidade") não existiam naquele momento histórico, e que são produzidas de forma

contínua e relacional, ainda que às vezes sejam materializadas por políticas de efeitos avassaladores ou irreversíveis.

Outra questão importante para esse debate foi levantada recentemente nas reflexões críticas do antropólogo Guilherme Passamani (2018) a partir do estudo do historiador James Green (2000) sobre "a homossexualidade masculina no Brasil do século XX", em que o campo empírico foi limitado a Rio de Janeiro e São Paulo. Green nos ofereceu uma rica descrição do crescimento de espaços de sociabilidade de homens "homossexuais" e do perfil dos atores que frequentavam as confrarias, praias, boates, cinemas e parques das metrópoles. A sua justificativa para apontar o Brasil no campo empírico dessas duas cidades é, curiosamente, um interesse nas suas especificidades, principalmente o imaginário de oposição regional entre ambas, além do fato de terem recebido milhares de migrantes ao longo do século. Isso, para Green, permitiria compreender mudanças e disputas políticas, econômicas e culturais no que toca à sociabilidade "homossexual". Seu livro chama a atenção para as narrativas de muitos deles, migrantes de cidades do "interior", que afirmavam terem acessado a segurança e a independência para suas vidas sexuais e sociais ao se afastarem dos contextos interioranos e familiares e chegarem a Rio e São Paulo.

A pesquisa de Passamani, sobre envelhecimento e "condutas homossexuais" em Corumbá e Ladário (um centro microrregional e sua vizinha no Pantanal do Mato Grosso do Sul), lançou um olhar retrospectivo sobre o seu campo. Assim, ela demonstrou que o trânsito para as grandes cidades não era condição necessária para que as pessoas pudessem exercer livremente o desejo homoerótico ou mesmo criar espaços de sociabilidade para tal. Por outro lado, o trabalho de Passamani nos mostra também uma importância dos trânsitos por entre cidades de diferentes portes para processos de emergência e imergência de práticas e sentidos relacionados à sexualidade, como na produção de categorias.[9] Afinal, se processos ricos como os analisados por Green nas duas maiores metrópoles brasileiras podem ser também observados em outros lugares, sem que as pessoas precisem migrar para tal, a importância dos deslocamentos não pode ser totalmente negada.

Em vez de apenas lançar o foco empírico para além desses dois centros urbanos, como tem sido sugerido como alternativa, acredito que devemos também realizar novas pesquisas sobre essas cidades, tensionando a posição de neutralidade regional em que são eventualmente

[9] Passamani conta que "não existia, segundo Luma, travesti em Corumbá. Foram *colegas* de Campo Grande e Cuiabá que iam à cidade recrutar *bichas novinhas* para se *transformar* e viver da prostituição naquelas cidades. O contato com essas travestis mais velhas, de fora, foi criando um imaginário da possibilidade de ser travesti já em Corumbá, mesmo sem ter ido para fora e mesmo sem ter um envolvimento com a prostituição" (PASSAMANI, 2018, p. 77, grifos do original).

colocadas. Por exemplo, se Green acabou por falar da migração para Rio de Janeiro e São Paulo como algo representativo do Brasil, podemos pensar em como o intenso fluxo migratório do século XX foi característico dessas duas cidades, em um processo de crescimento que remodelou seus espaços e sentidos, inclusive no que tange à sexualidade. No caso de Belém, embora a comparação com São Paulo tenda a obscurecer este aspecto, estamos falando de uma cidade com uma considerável importância política, econômica, cultural e histórica, especialmente na região chamada de "Amazônia". Trata-se de um centro que não é desprezível no cenário nacional, mas também que está situado na região menos urbanizada e circunscrita a um imaginário de isolamento. Acredito que esse campo pode, assim, nos ajudar a pensar para além de uma oposição maniqueísta de cidades grandes e cidades pequenas.

Temos pensado, até aqui, como formas de classificar a sexualidade vêm se deslocando ao longo do tempo e do espaço, com o trânsito de categorias de laboratórios do Mar Ártico e de consultórios em Viena para grupos organizados nos Estados Unidos e matérias de revistas editadas em São Paulo. Agora nos falta olhar de perto para como ela aterrissou em um campo retratado como o mais distante e isolado do país, e às vezes mesmo do mundo. Acredito que a região e suas categorias se constituem processualmente, tal como a sexualidade. Por isso, não precisamos nos afastar de nosso foco empírico e voltar para os primeiros momentos da colonização para pensar a questão na qual Mott encontrou uma oposição às ideias de Foucault. Mas olharemos aqui para um lugar e um momento nos quais o próprio Mott e o próprio Foucault se tornaram, além de autores, atores do campo.

7. Universidade e sexualidade na ditadura

A posição ambígua que Belém ocupa no cenário nacional, enquanto centro regional, pode ser percebida no campo da produção de conhecimento científico. Como vimos, a capital do Pará aparece com frequência como um campo empírico importante em um momento inicial dos estudos sociais sobre classificações da sexualidade no país, no qual também se iniciava um debate sobre sua relação com outras diferenças. Uma atenção especial já foi dada para a forma como a urbanização das cidades de Belém e São Paulo provocou mudanças na relação dessas diferenças em ambos os contextos, especialmente por antropólogos.

Lilia Schwarcz (2015), Cristina Cancela, Laura Moutinho e Júlio Simões (2015) chamaram a atenção para a formação de um imaginário que remete à capital paulista como um espaço de segregação urbana e de uma periferia negra de origem migrante, e à capital paraense como um espaço de relação com a natureza e de mestiçagem, em que novas relações entre

centro e periferia são possíveis. Mesmo que um imaginário, essas imagens ganham forma em políticas, normativas e expressões culturais, como observou Rafael Noleto (2020) nas tensões provocadas por essas classificações nos concursos oficiais da quadra junina em Belém. Por sua vez, olhando para os centros e depois para as periferias das duas cidades, Ramon Reis (2015, 2017) percebeu como diferentes classificações e convenções relacionadas à "homossexualidade" se articulam com classe, mercado e território em ambas as capitais.

Estas experiências recentes de reflexão, particularmente após um projeto de cooperação entre a USP e a UFPA, se inserem em uma longa linhagem de trânsitos de pesquisadores, circulação de ideias e parcerias institucionais que remonta a mais de um século (SANJAD, 2010). Especificamente no que diz respeito à sexualidade, porém, há um ponto de referência privilegiado na experiência de pesquisa de Peter Fry entre as décadas de 1970 e 80. Como vimos, Belém não foi apenas um campo empírico, mas também um espaço de produção de conhecimento que permitiu a reunião de reflexões novas sobre a "homossexualidade", especialmente a dos homens. Em vez de pensar apenas os sujeitos estudados, portanto, podemos ampliar o olhar para pensar também os sujeitos que estudam e como a pesquisa, como uma relação social em si, fez parte dos processos de mudança que se deram a partir de então.

A trajetória da pesquisa de Anaíza Vergolino sobre os terreiros se confunde com a da própria institucionalização das ciências humanas na UFPA ao longo da ditadura militar e com a forma como os acadêmicos reagiram a ela. Já o seu encontro com Fry está intimamente ligado à entrada de novos temas nos interesses de pesquisa tanto em Campinas (onde cursou seu mestrado) quanto em Belém. Como afirmou Mariza Corrêa, "à abertura do leque temático de interesses da disciplina [antropológica] correspondia uma ampliação do contato entre os pesquisadores de várias instituições" (2013, p. 148). Olhando para a implantação da pós-graduação em antropologia no Brasil nesse período, Corrêa chamava a atenção para a aproximação entre os professores dos poucos programas existentes, através dos trânsitos necessários para a participação de bancas de defesa e para a própria abertura dos programas. Os trânsitos, porém, iam para muito além desse então pequeno universo.

Como conta o antropólogo paraense Heraldo Maués (1999), a reforma universitária de 1968 estimulou a formação em pós-graduação para professores do ensino superior. Até então, vários jovens entravam na carreira do magistério como professores auxiliares, sem que tivessem um mestrado ou mesmo uma especialização. Essa mudança levou a um êxodo de professores auxiliares na década de 1970 para centros de pesquisa de outras partes do país, como a UnB, a Unicamp, a USP e o Museu Nacional/UFRJ – os primeiros programas de pós-graduação em antropologia no Brasil (BRASIL, 1976, p. 205). Além da antropologia e das ciências sociais,

na história, na filosofia, na psicologia e na geografia também houve uma relativa demora na abertura dos programas de pós-graduação em estados como o Pará. Além disso, era sensível a falta de profissionais com a formação devida nessas áreas, o que levava a um quadro em que os professores das licenciaturas eram muitas vezes de formação jurídica (COELHO, 2007, p. 96-97). Há registros de professores de diferentes áreas também seguindo para fazer a pós-graduação em países europeus, como a França, em um trânsito que coincide com o acirramento da repressão do regime ditatorial sobre o ambiente universitário (CUNHA, 2007).

Os professores da UFPA que viajavam para completar a sua formação assim produziam pesquisas hoje consideradas fundadoras em seus campos em nível local, como no caso dos "estudos sobre a mulher". À altura da reforma de 1968, a universidade não era precisamente um espaço institucionalizado de pesquisa, e no Pará essa forma de atuação estava concentrada principalmente no Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição que existia desde o século XIX, mas também de formas independentes na UFPA e na Embrapa. Com o golpe de 1964, também, o curso de ciências sociais passou a formar apenas licenciados, e não mais bacharéis, o que dificultava o caminho para aquelas pessoas que quisessem ser pesquisadoras (ABELÉM, 2007, p. 58). Mesmo assim, Belém era o único grande centro da região com cursos de graduação, atraindo muitas pessoas do interior do Pará, de outros estados e, em alguns casos, negras e indígenas (SANTOS, 2020).

Para Maués (1999), o trânsito que estava associado à formação de novos pesquisadores fortaleceu redes estabelecidas entre os professores das diferentes instituições. Segundo ele, um momento fundamental para o desenvolvimento dessas redes, no caso da antropologia, foi a VII Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) de 1966, realizada em Belém. Mariza Corrêa (2004) nos apresenta detalhes da VII RBA que, embora não neguem a importância do evento para o cenário antropológico que ainda ganhava forma na UFPA, nos ajuda a entender o lugar que a cidade ocupava no cenário nacional. Segundo ela, o evento foi transferido para a capital paraense às pressas, pois a ainda recente Universidade de Brasília, que o abrigaria, entrava em franca crise após o golpe de 1964. O presidente da ABA, Eduardo Galvão, estava até então afastado de suas funções como diretor do Museu Goeldi para contribuir na fundação da UnB, onde era diretor do Instituto Geral de Ciências Humanas. Com o início da ditadura, Galvão voltou a Belém, onde um Simpósio sobre a Biota Amazônica estava para ser realizado com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisas (hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq), o que oferecia uma estrutura suficiente para uma parceria. A Reunião Brasileira de Antropologia em Belém não foi exatamente um sucesso: na eleição da nova diretoria da associação, apenas 12 membros estavam presentes para

votar. A associação dessa RBA com as celebrações do aniversário de cem anos do consolidado Museu Goeldi, também, não se dava por uma centralidade de Belém no campo de estudos da antropologia àquela altura.

A pesquisa antropológica realizada institucionalmente na UFPA ainda era uma novidade quando o evento foi promovido. Tratava-se do projeto de pesquisa da jovem Anaíza Vergolino sobre a umbanda, apoiado pelo catedrático Napoleão Figueiredo (formado e com experiência em etnologia), seu professor.[10] Anaíza se recusava, assim, a prosseguir os estudos em arqueologia e etnologia indígena, os ramos tradicionais de pesquisa do Museu Goeldi. Pode-se talvez dizer que a antropologia urbana que se faz hoje na UFPA começa a se desenvolver a partir daí, na criação de um contraste ainda hoje visível com a ênfase etnológica do Museu.

Segundo Anaíza (VERGOLINO, 2008), os debates da VII RBA foram focados principalmente na etnologia indígena. Anaíza e Napoleão apresentaram o trabalho *Alguns elementos novos para o estudo dos Batuques de Belém*, que "parecia soar como elementos que estavam fora de lugar" no "contexto temático e teórico" do evento. Tratava-se da observação de elementos dos terreiros, que constatou a existência de uma "tradição religiosa de origem africana", o que os levaria a entrar em contato com os debates de africanistas e com as obras então recentes de Edison Carneiro e Roger Bastide. O trabalho era considerado muito importante por seus autores porque havia (e ainda há) uma crença fortemente estabelecida de que o elemento histórico e cultural do negro de origem africana não existe na Amazônia, ou existe de uma forma pouco substancial. Essa noção está ligada à própria ideia de "Amazônia" como região marcada pelo elemento indígena, e a pesquisa de Anaíza e Napoleão está entre as pioneiras na crítica a esse pressuposto.[11] Como Anaíza rememora:

> Desse ponto de vista, nosso *objetivo não era discutir e rever paradigmas ou modelos perfeitos, mas sim reivindicar a existência de um objeto (o negro) e de uma realidade (a cultura religiosa) de origem africana em Belém*. E isto a comunicação fazia com o rigor e o estilo reconhecidamente antropológico da observação participante do trabalho de campo e da interpretação de dados. Essa foi a condição que permitiu o surgimento de um *novo objeto e de uma nova linha de pesquisa no cenário da*

[10] Eneida de Assis faz uma bela descrição do trabalho docente de Anaíza e Napoleão, de quando foi aluna deles na UFPA da década de 1960: "Como não existia xerox, quem tinha recursos comprava uma Remington ou Olivetti portátil, transcrevia os capítulos para o stencil, que era posteriormente mimeografado e passado aos colegas. Alguns professores realizavam também este trabalho, como acontecia com Napoleão Figueiredo e Anaísa Vergolino, que ministravam a disciplina Etnologia do Brasil e da Amazônia. Com uma forma inovadora de discutir os assuntos indígenas e afro-brasileiros através de textos, exposição de slides, quadros sinópticos idealizados pelo professor Napoleão e confeccionados pelo Maruoka, desenhista da Faculdade, essa disciplina foi decisiva para que eu optasse pela Antropologia" (2007, p. 82-83).

[11] Um outro trabalho pioneiro que hoje é mais conhecido nesse sentido é o clássico livro *O Negro no Pará*, de Vicente Salles (1971). Para uma revisão da pouquíssima literatura sobre a presença negra no estado que o precede, incluindo o trabalho de Anaíza e Napoleão, ver o prefácio escrito para o livro de Salles por Arthur Cezar Ferreira Reis.

> *investigação antropológica local*. E uma vez que a primeira divulgação dos dados dessa pesquisa pioneira acontecia no decorrer de um evento científico da envergadura do Simpósio sobre a Biota Amazônica, a nova linha de pesquisa tornava-se *legítima*, ao mesmo tempo em que os pesquisadores e sua instituição (UFPA) ganhavam uma *identidade científica*. (VERGOLINO, 2008, p. 22, grifos do original)

Ao me ceder entrevista, a antropóloga lembrou da dificuldade que ela e Napoleão tiveram ao solicitar carga horária de trabalho para pesquisa. O reconhecimento das ciências humanas como uma área de pesquisa científica foi objeto de um longo debate na UFPA, no qual as ciências médicas e biológicas ocupavam um lugar de referência no sentido de ciência. Anaíza passou um tempo com René Ribeiro na UFPE em 1968, por intermédio de Napoleão, para se aprofundar nos estudos sobre o tema de seu interesse. Esse tipo de diálogo e o próprio trânsito motivado pela reforma universitária também foram cruciais para levá-la para a primeira turma do curso de mestrado em antropologia que estava sendo aberto na jovem Unicamp, onde foi orientada pelo africanista Peter Fry.

Sua posição como uma pessoa da universidade, que publicava, participava de debates e ministrava aulas e palestras sobre o assunto, fez com que a professora fosse vista pelos membros da Federação Espírita-Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará como uma "defensora". Ao seguir para Campinas, sua tese foi encarada como uma "missão" e uma "demanda", em que confrontaria adversários (outra universidade, outro estado, outras pessoas) com o objetivo expresso por um de seus interlocutores: "levares aos olhos do mundo a verdade sobre a nossa sofrida umbanda". Anaíza realmente levou para Campinas uma bibliografia e uma grande experiência de campo que permitiu o contato de Fry (que, segundo o próprio, ainda estava pouco familiarizado) com o debate sobre religiões de matriz africana no Brasil (SILVA, 2015; FRY, 2015). É curioso notar que, ao chegar na Unicamp, ela surpreendeu algumas pessoas que esperavam que viesse do Pará uma jovem de arquétipo indígena.

Sua pesquisa também trazia elementos novos para São Paulo. Pensando as relações de poder no ambiente dos terreiros de umbanda, Anaíza observou como a pressão ditatorial por uma higienização dos cultos provocou uma tensão entre segmentos próximos do kardecismo e segmentos próximos do tambor de mina. A mina é uma religião de origem maranhense de forte presença em Belém e que era até então desconhecida pelos pesquisadores de umbanda e candomblé no sudeste do país. Além disso, a circulação de prostitutas, "lésbicas" e "pederastas" pelos cultos provocou ainda mais espanto, convergindo para uma reação de quase incredulidade da banca em seu exame de qualificação. Como descreve Anaíza, "o Brasil estava conhecendo o Brasil". A atenção do orientador foi fisgada pela questão da sexualidade, que a acompanhou nas férias para Belém e acabou focando o seu próprio trabalho nos homens, pois, segundo ele,

foi com quem conseguiu um entrosamento mais consistente no curto período de campo. Os homens que gozavam de respeito e mesmo prestígio, como filhos e pais-de-santo, já haviam surpreendido Ruth Landes em Salvador, René Ribeiro em Recife e Seth e Ruth Leacock em Belém. O próprio Seth Leacock, quando ainda estava para publicar seu livro sobre os cultos paraenses com a esposa, perguntou interessado a Anaíza quando a encontrou: "Você viu? Tem muito veada!".

O trabalho chamava a atenção para um sentimento de discriminação relatado pelos pais-de-santo por parte da sociedade mais ampla, o que compôs parte do argumento de Fry de que aqueles cultos, sendo considerados "desviantes" e marginalizados, coincidia com essas mesmas atribuições às chamadas "bichas". Estas, por conta desses atributos, encontrariam nos terreiros um lugar de relativo acolhimento, como Anaíza narrou em relação à carreira de dois pais-de-santo:

> Tanto Zezinho quanto Astianax [...], sendo homens que optaram pela "vida de santo" e que negaram valores e padrões sociais, eles não passam de "bichas" e "desocupados" aos olhos da cidade. E, para ambos, a sociedade tem apenas uma resposta: negar a eles toda e qualquer oportunidade de participação nas esferas do poder; pois sem profissão reconhecida, consequentemente não possuem renda, nem gozam dos privilégios daqueles que possuem um status social alto. Em contraposição, a Irmandade trata Zezinho e Astianax como iguais, pois acata o status religioso de ambos (SILVA, 2015, p. 97).

Astianax Gomes Barreto, conhecido como Prego, foi também um interlocutor de Peter Fry. Ele é considerado o primeiro paraense iniciado no candomblé, religião que tentou trazer da Bahia, mas que não teve êxito em implantar em Belém na época. Curiosamente, era filho de Oxumaré, uma divindade de gênero ambíguo que demandou algum esforço de descrição da antropóloga. Segundo ela, o santo era "seis meses do ano fêmea, seis meses do ano macho", e, quando em transe, Astianax/Oxumaré era "andrógino". Como veremos, Oxumaré viria a ser descrito como "bissexual" uma década depois, em outro contexto.

É importante notar que havia uma variedade de termos usados para descrever aqueles homens naquele contexto: "bicha", "pederasta", "veado", "fresco" e mesmo "homossexual", embora a última fosse menos comum. Se Anaíza preferiu usar "pederasta", de circulação mais erudita. Fry julgou que "bicha" seria mais apropriado por ser a que mais escutou em campo, mesmo percebendo que o termo poderia ser empregado como uma categoria de acusação. Afinal, se nem todas as pessoas apontadas como "bichas" se definiam como tal, aquelas que não o faziam era consideradas "bichas encubadas", como negadoras de uma realidade que não dependia de sua identificação. A efeminação de um homem colocava no horizonte dessa classificação também o termo "travesti", cuja distinção em relação à "bicha" era pouco definida.

A presença do termo “homossexual”, por sua vez, nos adverte que não podemos olhar para aquele contexto como o de uma diferença pura em relação à classificação dos “entendidos” observados nas classes médias urbanas em outras cidades. “Homossexualidade”, ainda na década de 1970 em Belém, se referia à passividade e circulava próxima de uma noção de “bichice”, mas este uso talvez não fosse o mesmo em toda a cidade e por todas as pessoas. Ainda há uma grande carência por pesquisas sobre a história da psicanálise, da psiquiatria e dos debates sobre sexualidade em sociedades científicas e políticas de saúde em Belém, e um avanço nesse sentido certamente trará informações sobre os espaços e atores entre os quais a categoria científica “homossexual” circulou na cidade antes dos anos 1980.

É certo, porém, que os “homens” ou “machos” poderiam eventualmente se relacionar com “bichas” sem que fossem considerados como elas, e que essa forma de classificação da sexualidade não se restringia aos homens, e nem a camadas pobres da sociedade. Na memória de Anaíza e de outras pessoas com quem conversei e entrevistei, o termo mais usado para descrever as mulheres masculinas era “saboeira”, também usado de forma acusatória. O termo “bofe”, que se refere aos “homens”, parece ter sido mais empregado entre as próprias “bichas” ou “homossexuais”.

As reflexões de Fry sobre a umbanda e as “bichas” não cabem neste texto, mas, como sabemos, deram origem aos bem conhecidos artigos publicados na coletânea de 1982, como também a uma versão em inglês de 1986 do artigo sobre os terreiros de Belém e ao documentário *Umbanda* (1977), da série de televisão inglesa *Disappearing Worlds*, coordenado e até narrado por Fry (e para quem Anaíza foi assistente), que apresentava cenas de rituais em Belém, São Paulo, Campinas e Praia Grande (Figuras 3 e 4). É notável que a observação de Anaíza sobre a presença de “homossexuais” nos terreiros não tenha suscitado o interesse dos antropólogos formados nas décadas seguintes no Pará (mesmo com a permanência dos trânsitos para a formação em pós-graduação) de forma a criar uma linhagem, ainda que sua dissertação de mestrado venha sendo revisitada. Ainda assim, mais do que contribuições empíricas, acredito que os autores de Belém, Anaíza e Napoleão, forneceram contribuições intelectuais fundamentais para um campo que obteve certa linearidade em centros de outras regiões.

Figuras 3 e 4: Belém e São Paulo no documentário *Umbanda* (1977)

Fonte: Tracks – The Travel & Culture Channel, via YouTube.

O documentário, por sua vez, traz uma interessante diferença na forma de apresentar as cidades de Belém e São Paulo, em um contraste entre a paisagem na natureza amazônica e a cidade cheia de prédios. A edição das imagens estava, porém, além do controle daqueles que colaboraram com a sua produção. Segundo Anaíza (VERGOLINO, 2008), Fry era contrário ao título da série *Disappearing Worlds*, por acreditar que a umbanda estava se tornando mais forte no país, e não que fosse um vestígio de uma tradição ameaçada, mas não havia a possibilidade de mudar o título. Essa conexão entre a universidade, os cultos na periferia da cidade e a imprensa, reunindo atores de diferentes partes do país e do mundo, não precisa ser visto como algo excepcional. A circulação e as diferenças regionais implicadas por ela eram parte constitutiva do que a formação de docentes estava se tornando. Como Anaíza observou em uma interessante analogia entre os terreiros e as universidades:

> Os estados da Bahia, Rio de Janeiro e, sobretudo, o Maranhão, com determinados "pais" afamados, são centros de formação dos mais respeitados. Por isso, alguém poder dizer: "sou filho de santo de Fulano, que foi feito no Maranhão, na casa de Beltrano". Isto equivale ao grau de doutoramento em uma carreira universitária. E no caso em que ele consiga dizer: "fui feito em tal lugar, na casa de Fulano, o mesmo que fez pai Beltrano e pai Cicrano", isto significa que ele alcançou a livre docência em sua carreira (SILVA, 2015, p. 81).

A formação de centros de referência, em torno dos quais orbitou o trânsito da pós-graduação nas décadas de 1970 e 80, realmente ajudou a criar mitos, conflitos e prestígios. Mas isto não quer dizer, como no caso da própria Anaíza, que este processo tenha sido unilateral. A diferença regional, que podia se expressar na forma de uma desigualdade estrutural, também podia ser tensionada e torcida. O professor de filosofia Benedito Nunes, por exemplo, se deslocou para Paris para cursar o doutorado com o endurecimento da ditadura, mas foi também convidado por Antonio Candido para ensinar no mestrado em teoria literária que se criava na

Unicamp. A mobilidade permitiu uma circulação de ideias e publicações que afetou diretamente as formas de compreender a sexualidade. A estrutura da universidade certamente foi o que tornou o ritmo dessa mudança tão desigual em relação aos terreiros, para usar o seu exemplo.

O seminário que Michel Foucault ministrou na UFPA em 1976, a convite de Nunes, é um dos momentos mais emblemáticos desse processo. Falando sobre o primeiro volume de sua *História da Sexualidade*, o filósofo falou em francês para uma plateia escolhida a dedo por motivos de segurança. Um monitor do curso, o jovem Ernani Chaves, recorda que só entendia três palavras: *vérité*, *pouvoir* e *sexualité* (verdade, poder e sexualidade). O seminário foi gravado, mas as fitas foram roubadas. Os registros que ficaram foram as célebres fotografias de Foucault em uma praia na ilha de Mosqueiro com intelectuais da cidade. A polícia federal pediu a relação dos presentes, que Nunes se recusou a entregar com o corajoso apoio do reitor. Por sua vez, as ideias com as quais Foucault debatia não pareciam circular naquele espaço. A psicanálise não era algo inédito na universidade, tendo o próprio Ernani lido um pouco em disciplinas como "psicologia do desenvolvimento" e outras ligadas à psicopatologia, ministradas por psiquiatras de orientação kleiniana da Faculdade de Medicina. Tudo isso mudou de forma surpreendente, como veremos a seguir.

Ao final desse percurso, podemos olhar para Belém considerando que algumas grandes distâncias podem ser superadas pelas ideias. Mas também que elas encontram, se confundem e entram em conflito com outras. Em seu percurso desde a Europa ocidental, a sexualidade e suas conflitantes categorias não escapam a essa tendência. Através dos processos históricos, as próprias teorias com as quais dialoguei ao longo deste capítulo são produzidas e os seus autores são reconhecidos como sujeitos que atuam sobre os seus campos, gerando relações e transformações.

SELMINHA (desesperada com a ironia ou incompreensão) — Ou o senhor não entende quê? Eu conheço muitas que é uma vez por semana, duas e, até, 15 em 15 dias. Mas meu marido todo o dia! Todo o dia! Todo dia! (num berro selvagem) Meu marido é homem! Homem!

(Selminha está numa histeria medonha. Soluça. Cunha a segura pelos dois braços e a domina, solidamente)

CUNHA (com um riso sórdido) — Você nunca ouviu falar em gilete? Em barca da Cantareira?

SELMINHA (subitamente hirta) — O quê?

CUNHA (num total achincalhe) — Gilete! Barca da Cantareira!

(Selminha desprende-se com violência. Desfigurada pela cólera, esganiça a voz)

SELMINHA — Seus indecentes! Indecentes!

O Beijo no Asfalto, Nelson Rodrigues, 1960

Capítulo 2
Belém sai do armário: classificações, mudanças e processos políticos

Após chegarmos a Belém, nos deparamos com uma cidade múltipla e que passou por intensas mudanças desde o fim da década de 1970. Neste capítulo, traço um panorama de mudanças nas convenções e classificações da sexualidade em Belém no período delimitado para o estudo, embora sem ignorar os contextos que o precedem e o sucedem. Considero a agência e a multiplicidade dos atores, seus trânsitos e os principais eixos de mudança na cidade. O primeiro tópico é uma espécie de amostra do terreno e da presença das categorias do sistema "hierárquico", já sendo tensionadas na primeira metade da década de 1980. Os seguintes são sobre processos que implicaram a reelaboração de uma classificação da sexualidade, principalmente em torno da categoria "homossexual", que é a mais visível e disputada no campo. Chamo atenção para o surgimento de novas categorias e de novos sentidos para as existentes nesse processo. Os espaços contemplados são o circuito de sociabilidade, os movimentos homossexuais, a universidade e a cena cultural. Todos aparecem de forma relacionada e através de fenômenos históricos que os conectam entre si e com seus correspondentes em outras regiões.

1. "Mulheres", "homens" e "giletes"

Ao longo da década de 1980 foi muito visível a circulação de categorias muito parecidas com aquelas observadas por Vergolino e Fry nas duas décadas anteriores. Os dois antropólogos não falavam, como vimos acima, de um campo "puro" entre as diferentes formas de classificação da sexualidade. Se Fry acabou por focar sua análise nos homens, algo semelhante se dava em relação às mulheres, como atesta o próprio campo de Anaíza. Podemos pensar esse processo, porém, para além dos terreiros.

O Diário do Pará e *O Liberal* eram jornais de grande circulação, editados na cidade de Belém. O primeiro foi criado em 1946 pelo interventor varguista Magalhães Barata e o segundo em 1982 pelo político Laércio Barbalho, do MDB; ambos são publicados diariamente até a atualidade. Suas propostas editoriais eram razoavelmente diferentes, mas articulavam interesses de grupos políticos de forma semelhante. Em 1982, Jader Barbalho foi eleito governador do Pará, permanecendo no cargo até 1987. Nesse período, o *Diário* foi um promotor do governo estadual, inclusive publicando as prestações de contas do banco do estado, enquanto o *Liberal*

exerceu a função de veículo da oposição. Os dois não eram os únicos grandes veículos de imprensa, mas podem juntos nos ajudar a perceber a circulação de certas categorias para além de seu contraste.

Não encontrei neles qualquer evidência de naturalidade na forma como era encarada a relação de um "homem" com uma "bicha". Os dois eram percebidos, porém, de maneiras muito diferentes. Na primeira metade da década de 1980, nos jornais, o termo "homossexual" era usado de forma englobante, não apenas para outras categorias de origem científica, mas também populares. No caso dos homens, era comum se referir como tal às "bichas", ainda que com relação a "travestis" a correspondência não fosse sempre encarada como absoluta. Isto não se tratava apenas das classificações que faziam sentido para os jornalistas, como no caso de um casal que teve a vida perturbada por um certo Joel em 1984, por quem o marido passou a desprezar a esposa. Segundo ela, o esposo garantia que Joel não era "travesti", ao que ela argumentava: "mas que ele desmunheca, desmunheca...". A sexualidade do esposo não era colocada em questão, nem pelo jornalista, nem pela esposa. Mas a situação ganhava as páginas policiais por ser considerada inusitada e curiosa.

Histórias como essa eram menos comuns no *Liberal* e existem possíveis razões políticas para essa diferença. Barbalho assumiu uma postura moderada em um momento no qual se acirravam oposições políticas, em franca redemocratização. Isso pode ter se refletido na aproximação do *Diário* com histórias populares, e não apenas com uma valorização da alta sociedade, como no *Liberal*. Assim, quando o *Diário* atualizou seu processo de impressão gráfica para *off-set*, publicou fotos com leitores satisfeitos com o resultado: um militar e um grupo de estudantes. Esse esforço político de atrair um público amplo não isentou o jornal de tratar com escárnio e humor as "bichas" pobres que apareciam em seus casos reunidos em delegacias da periferia da cidade.

No caso das mulheres, a "lésbica" ou "sapatão" era classificada por uma lógica semelhante. Ela estava mais relacionada à figura masculina, em contraste às "mulheres" com quem se relacionavam. Portanto, a categoria "lésbica" nesse contexto e nesse momento não se tratava daquela que seria consagrada como identidade política pelo movimento social nos anos seguintes, em que mulheres consideradas mais femininas poderiam ser incluídas. O termo "saboeira" talvez fosse considerado vulgar demais para ser publicado. "Lésbica" ou "sapatão" parecem ter sido mais enunciadas na imprensa local que as "bichas", especialmente no caderno policial.

As aparições neste caderno específico, é importante ressaltar, não se davam por uma frequência de roubos ou assassinatos, mas por episódios moralmente condenáveis que eram

descritos de forma jocosa. Geralmente se tratava de “lésbicas” que tinham (ou tentavam ter) casos com “mulheres” casadas ou “moças” inocentes, e, mesmo quando eram violentas, sua condição era tratada como o que tornava a história digna de notícia. O fato de uma “lésbica” ser uma mãe-de-santo, como cheguei a ler em algumas notícias, era apenas mais um elemento curioso da história, em que os elementos centrais e (e de valor humorístico) eram a traição da esposa de um homem ou o atrevimento da tentativa de sedução. As “mulheres” e “moças”, também, eram apenas mulheres e moças.

As histórias de violência nos permitem pensar a força dessa forma de classificação das pessoas em outros setores da sociedade, como os policiais e jurídicos. Alguns casos veiculados pela imprensa são de prisões e julgamentos de “homens” acusados de assassinar “gays” ou “homossexuais”. Da mesma forma, os “curros”, isto é, os estupros, chamaram a atenção de jornalistas quando os “tarados” pareceram deixar de preferir meninas indefesas para atacar “homossexuais”. Apesar das piadas, havia um entendimento claro de que esses episódios eram graves. O termo “bicha”, nesse contexto discursivo, provavelmente não era considerado apropriado, mas a sua substituição sugere um contato em que diferentes formas de classificação começam a se confundir.

Não se tratava, também, de uma expressão de um ritmo próprio dessa mudança em Belém e em seu contexto regional. Analisando inquéritos e processos de 108 assassinatos de “homossexuais” na cidade do Rio de Janeiro ao longo da década de 1980, Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2004) observaram como as vítimas eram investigadas pelos agentes policiais e desmoralizadas pela defesa dos acusados de forma a culpabilizá-las. Isso acontecia a pessoas de diferentes camadas sociais, embora os condenados não deixassem de ser condenados por isso, como em Belém no mesmo período.

A sexualidade dos acusados, nesses casos, não era considerada da mesma forma que a das vítimas, nas quais a passividade no ato sexual era presumida a ponto de serem colhidas amostras do ânus de algumas. Trechos destacados por Carrara e Vianna também nos permitem perceber o uso de categorias científicas como “degenerescência” e “anomalia sexual” para se referir à vida das vítimas. O meu campo não permitiu, porém, chegar a essa camada dos eventos. O material que reuni, por outro lado, me permite garantir que a mesma distinção classificatória entre acusados e vítimas também se dava em relação às mulheres. De forma diferente, porém, pois eram as “lésbicas” que apareciam nos jornais acusadas de violências contra as “mulheres” e seus cônjuges, e não o contrário. Em março de 1984, por exemplo, um destes casos foi noticiado:

> Lésbica fere a mulher casada
> A lésbica conhecida pelo apelido de Nenen está sendo procurada pela Divisão de Crimes Contra Pessoa da Seccional Urbana da Sacramenta por ter tentado matar com uma facada Sebastiana Silva da Costa, de 21 anos moradora da casa 43-A., da travessa Lomas Valentinas. Segundo o que contou a vítima aos plantonistas da polícia no PSM, a lésbica Nenen queria que Sebastiana deixasse seu marido Raimundo Nonato para se amigar com ela. Como Sebastiana não concordou com a pretensão da mulher homem foi ferida a faca.[1]

O fato ocorreu em uma região pobre da cidade, entre os bairros da Sacramenta e da Pedreira, o que deixou seus personagens e seu endereço vulneráveis à exposição da imprensa. O próprio título da nota deixa clara a oposição que se colocava na classificação das duas, a "lésbica" e a "mulher casada". Nenem também foi chamada de "mulher homem" no jornal e sua foto no tribunal foi exposta com destaque. Ela confessou para a polícia, mas negou para o júri, que vivia "amasiada" com Sebastiana, e acabou sendo absolvida por 6 votos a 1. Há, nessa história, um importante sinal de que as classificações da sexualidade não se apresentavam contextualmente de forma pura. Ao contar a história do casal que quase terminou em morte, Nenem acrescentou que Sebastiana andava triste porque havia sido chamada de "sapatão". Podemos supor a partir dessa informação que daí se iniciou o conflito no qual Sebastiana preferiu ficar com o marido, mas, além disso, podemos supor que ela foi acometida de um sofrimento por se ver vítima de preconceito, mesmo sendo feminina e casada.

Essa mudança aparecia sutilmente, também, com os homens. O *Diário* publicou ainda uma curiosa notícia da prisão de um casal de "homossexuais" que traficavam maconha em Ananindeua e "viviam como marido e mulher". Essa definição dos dois como "homossexuais" dá mostra de uma consideração primária da relação entre eles, e não dos "papéis" desempenhados. Essa diferença de fato se acentuou após o início da epidemia de HIV/Aids, quando notícias produzidas em outras partes do Brasil e do mundo sobre o tema passaram a ser veiculadas. Falaremos da epidemia com mais atenção, porém, no próximo capítulo.

Outra questão importante a ser considerada é que em casos, como o de Nenem e Sebastiana, podia se desenhar ou não um sentido de ambiguidade na vida sexual de alguém como Sebastiana. Nesse momento de mudança, uma esposa "descobriu que o amante era homossexual" e resolveu terminar com ele, acreditando que ele estava em uma condição incompatível com o relacionamento com uma mulher. A mulher acabou sendo espancada por ele após o término, que certamente se sentiu desmoralizado ao ser classificado dessa forma, ou seja, acreditava que suas práticas sexuais não configuravam o que poderia ser chamado de

[1] O Diário do Pará. Lésbica fere a mulher casada. Caderno Policial, 20 de março de 1984, p. 8.

"homossexualidade". Esse tipo de conflito sugere um caminho definido entre uma forma de classificação e outra. Mas esse caminho não era contínuo, nem generalizado.

Wlad Lima era uma jovem atriz na primeira metade da década de 1980, quando participou ativamente de grupos de teatro que caracterizavam parte da pulsante cena artística de Belém. Após iniciar um namoro com outra moça, foi expulsa de casa pela mãe. O casal não representava um papel "masculino" e "feminino" como outros que encontravam, por exemplo, nas ruas. O teatro era um meio de questionamento e envolvimento político, e a encorajou a reivindicar um lugar no mundo: primeiro, como gorda, depois, como "lésbica".

Foi naquele momento que, dentre várias brincadeiras entre seus amigos artistas, eles apontavam os "giletes". "Aquele que corta dos dois lados", isto é, os que se relacionam com homens e mulheres, eram definidos dessa forma em alusão à lâmina da empresa Gilette. Mas não de forma usual. Wlad conta que ela e seus amigos riam ao usar a expressão porque ela já era considerada por eles como velha. Não havia sentido usar essa categoria se não com o tom de humor que sua antiguidade provocava. Ainda que o círculo de amizades de Wlad estivesse restrito a um grupo bastante particular, é notável que a única pessoa que eu entrevistei que lembrou da categoria "gilete" com naturalidade foi Anaíza, suja geração está mais próxima da década de 1970. Também nos jornais, embora pela circulação de um texto de outra região, o termo parecia ultrapassado. Ao descrever a escritora Virginia Woolf, o jornalista carioca Paulo Francis se referiu a ela como "barca de cantareira, ou gilete, como se dizia antigamente". A categoria "barca de cantareira", à qual "gilete" é mencionado como contemporâneo, era uma referência a uma embarcação que fazia a travessia entre as cidades de Rio de Janeiro e Niterói, antes da construção da Ponte Rio-Niterói na década de 1960. Não tenho evidências de um emprego cotidiano de "barca de Cantareira" fora do Rio de Janeiro ou por pessoas que não fossem cariocas. "Gilete", por sua vez, circulou pelo país e recordo eu mesmo de escutá-la quando criança. Também é de 1960 o que talvez seja o registro mais famoso dessas duas categorias, a peça teatral *O Beijo no Asfalto*, do carioca Nelson Rodrigues (2012), sobre um homem incompreendido após beijar outro homem à beira da morte.

O texto em que Peter Fry faz referência à categoria "gilete" como uma tradução da categoria "bissexual" foi escrito originalmente na década de 1970. Se, na década de 1980, "gilete" já estava caindo em desuso, somos provocados a repensar a temporalidade das mudanças nas quais os diferentes sistemas classificatórios se encontraram. Mas, afinal, essa categoria remetia a uma classificação que privilegiava a sexualidade em distinção ao gênero? Nas lembranças de Anaíza, percebi que essa questão deve ser ponderada. "Gilete" indicava, mais do que uma variedade no gênero dos parceiros sexuais, uma vida dupla. Mais do que uma

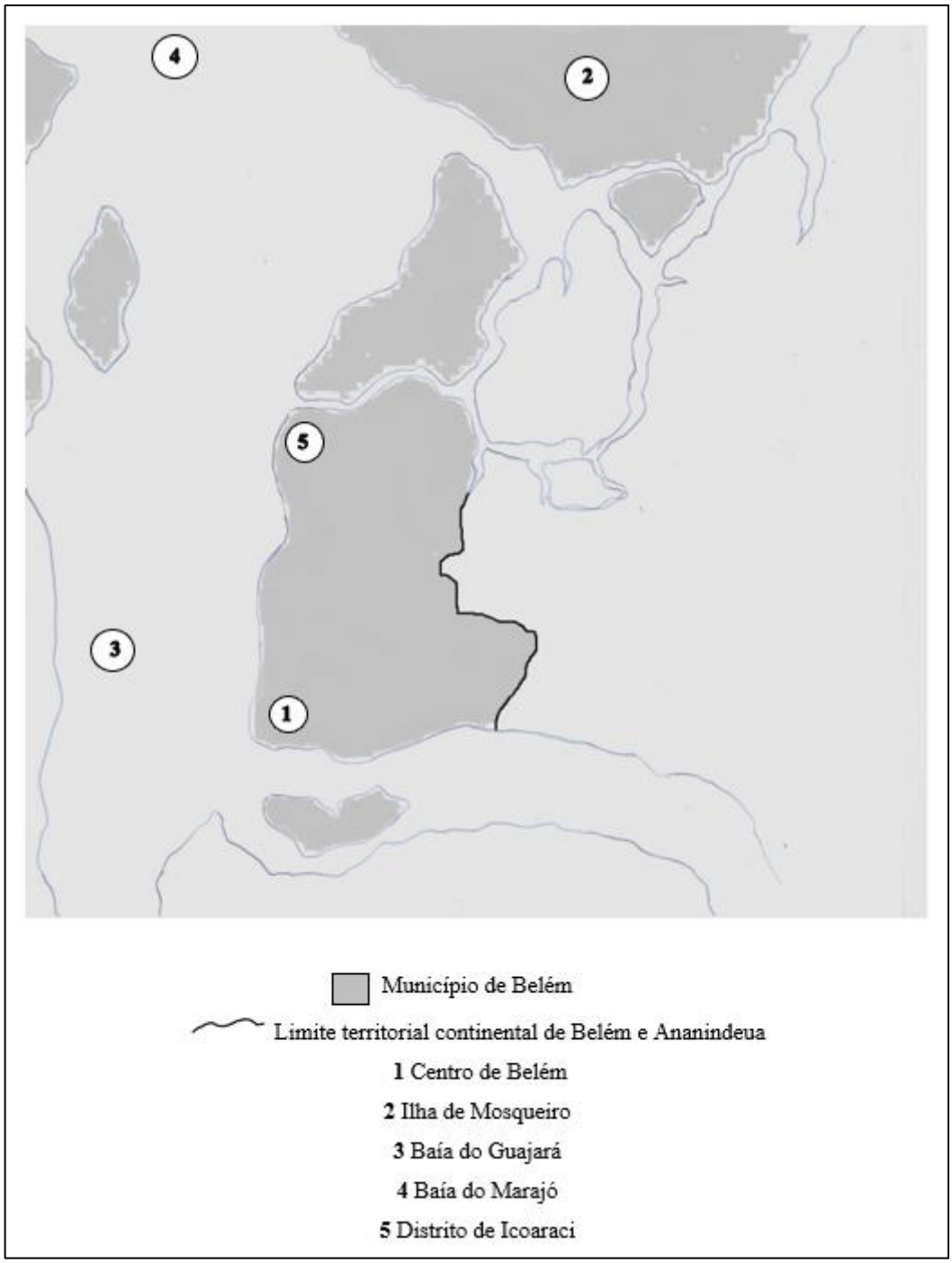
categoria que remete à ambiguidade da sexualidade, era também uma categoria ambígua nos sentidos que podiam levantar. Bem diferente da forma como "bissexual" seria recebida em pouco tempo, porém, era uma categoria acusatória e jocosa.

Mas as principais mudanças no que diz respeito às convenções e classificações da sexualidade em Belém nos anos 1980 e 90 estão relacionadas à "homossexualidade" e à forma como essa categoria foi politizada, teorizada e reformulada. Se, para Wlad, as categorias "bicha" e "lésbica" remetem a pessoas que estão "no meio", isto é, tensionam oposições binárias entre homens e mulheres, as relações dessas categorias com outras formas de classificação são também relações com a formação de outras oposições. A segmentação de espaços de "homossexuais" contribuiu para uma segmentação de determinadas classificações, embora sejam necessários mais estudos para que esse processo seja interpretado de forma historicamente mais precisa.

Se a imprensa local expunha e ridicularizava esses homens e mulheres de origem popular, as primeiras iniciativas de pesquisa e de mercado na passagem entre as décadas de 1970 e 80 também devem ter visado o mesmo público. Ao retornar da Unicamp, Anaíza prosseguiu na luta pelo reconhecimento das ciências humanas na UFPA, dessa vez com a instituição dos trabalhos de conclusão de curso para os estudantes de ciências sociais. A professora, ao falar de sua pesquisa em suas aulas, provocou o interesse de uma de suas alunas pelas "lésbicas". Maria de Nazaré Leal Lima dos Santos finalizou, sob a orientação de Anaíza, em 1982, o trabalho *Amor e sexo além das fronteiras: homossexualidade feminina em Belém*, que se encontra perdido atualmente. Não havia defesa, e a produção intelectual foi guardada em um arquivo, sem circulação.

A jovem Nazaré era casada com um militar, que demorou a acreditar que a esposa estava realmente fazendo uma pesquisa. O campo foi realizado no Rampa Drink's, ou Rampa's, um bar de frequência de "lésbicas" que funcionou próximo do centro de Belém naquela época. Tratava-se de mulheres "masculinas", um universo novo para a estudante. Uma vez que o marido começou a segui-la, a orientadora passou a acompanhá-la em campo. Aquele era um problema que a própria Anaíza tivera que lidar por ser uma mulher pesquisadora, e por frequentar assim espaços de grupos discriminados. O Rampa's foi um dos muitos espaços voltados para mulheres ou para homens que conviveram na cidade ao longo das décadas de 1980 e 90. Uma vez que não é possível recuperar as observações do trabalho perdido sobre as categorias que circulavam naquele espaço, podemos olhar transversalmente em busca de pistas.

Mapa 1: Croqui de Belém



Elaboração própria

2. “Curtir as delícias de uma cidade bonita, aberta e bem transada”

O que há de mais expressivo nos estudos sobre diversidade sexual e de gênero em Belém que nos permite olhar de forma retrospectiva também tem privilegiado a sociabilidade em bares e boates como tema de pesquisa, seja nos estudos realizados nas ciências sociais por ex-integrantes do grupo Orquídeas[2] (SILVA FILHO, 2012; REIS, 2017), seja no interesse mais recente das artes e da comunicação por bailes e “drag queens” (SANTA BRÍGIDA, 2019; BENTES, 2020). Cruzando essa literatura com os jornais locais, as entrevistas e outras fontes, podemos recompor o processo de segmentação de espaços de lazer e “pegação” e sua relação com as classificações sociais na cidade desde a reabertura política.

Existe uma narrativa memorial no meio cultural belenense de que a década de 1980 foi um momento especial, como foi em outras capitais durante a redemocratização do Brasil (BELÉM AOS 80, 2009). Essa “Belém boêmia” parece restrita a uma parte muito pequena, no centro da cidade, e a determinados sujeitos que tinham acesso a seus espaços em clima de efervescência cultural. Não podemos negar, conforme nos mostram os estudos e relatos de memória, que houve uma efervescência, e que ela contemplou a questão da (homos)sexualidade:

> Na Belém da década de 1980 houve uma certa movimentação cultural em torno da questão homossexual. Nesse sentido ela pode ser considerada como a gênese do processo de saída dos closets pelos homossexuais locais, principalmente pelos masculinos, o que certamente está associado a um contexto de maior aceitação por parte de determinados segmentos sociais. Então, peças teatrais, artigos escritos para o jornal O Liberal, entrevistas no programa Sem Censura da TV Cultura, debates acadêmicos e o acesso incipiente a uma literatura especializada produzida em especial no âmbito acadêmico (Chaves, 2003, c.p.) passaram a fazer parte da agenda cultural local [...]. Em meio a esse cenário de abertura a uma temática vista pela sociedade maior como tabu, o cinema e o teatro também abordavam a homossexualidade. (FERREIRA, 2003, p. 110-111, grifos do original).

O pesquisador Rubens da Silva Ferreira indica alguns sujeitos que, para nós, revelam relações e trânsitos por entre espaços como a universidade, o movimento social, a imprensa e as artes. Voltaremos à universidade nos próximos tópicos.

Em 1980, foi publicado no *Lampião da Esquina* um roteiro da capital do Pará[3]. Seu autor, o dramaturgo carioca José Fernando Bastos, começa o texto da seguinte maneira:

---

[2] O coletivo universitário Orquídeas, que atuou na UFPA entre a década de 2000 e início da década de 2010. Sobre a sua importância para a produção de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero em Belém, ver Silva Filho (2012) e Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013).

[3] Lampião da Esquina, ano 3, n. 27. “Belém”, por José Fernando Bastos, p. 13. Rio de Janeiro, agosto de 1980.

> Uma cidade com quase um milhão de habitantes, situada no extremo norte do país, me surpreendeu de uma maneira bastante favorável. Fora do eixo Rio-São Paulo não me recordo de outra cidade brasileira (e conheço muitas) onde o gay seja tão bem aceito pela alta burguesia como em Belém. Desde que não se proclame homossexual, o gav paraense é aceito em qualquer parte da cidade, em qualquer local.

O texto é um conjunto de impressões de uma viagem. Sua descrição de uma grande liberdade, mas que depende de não "se assumir", nos diz muitas coisas. Segundo ele, os esforços de esconder a preferência sexual eram constantes, mas se davam em meio a uma boa convivência com os "hetero". A única "boate gay" seria a Marco's, situada no caminho para o distrito de Icoaraci (ver Mapa 1), no norte da parte continental do município, ou seja, longe do centro da cidade, e que funcionava quase apenas no fim de semana. Na verdade, havia outras boates, mas todas longe do centro ou em lugares pouco visíveis.

Bastos indicou que os espaços de frequência dos "gays" ricos e de famílias tradicionais eram o Iate Clube e boates chamadas "mistas", como a Signo's e a Gemini.[4] Segundo Bastos, os principais espaços de pegação eram os cinemas, como em qualquer grande cidade, mas que ali ele achou poucos e desconfortáveis. O destaque nesse sentido era o Cine Nazaré, um cinema de rua situado em frente à Basílica de Nossa Senhora de Nazaré. A fama do local seria tanta que o visitante ouviu um certo Raja Gantuss afirmar que "não fica bem sermos vistos entrando neste cinema ou passando por essa praça à noite", referindo-se à praça que fica imediatamente em frente à Basílica. Os lugares de maior frequência "homossexual", porém não eram lugares segmentados.

Devemos considerar que a Belém conhecida por Bastos era aquela da elite econômica, que pode ser contrastada com a conhecida por Fry alguns anos antes, da periferia urbana. O que ambos parecem ter observado (e a condição para a aceitação indicada por Bastos indica) é que a assunção de um lugar "homossexual" geralmente não se fazia presente, mas que, quando esse lugar era reivindicado, uma oposição e uma delimitação espacial era colocada, na forma de conflito. Ambos os relatos nos mostram que as diferenças socioeconômicas também eram importantes, mas que podem ter se expressado de forma múltipla: se políticos e homens da alta sociedade eventualmente frequentavam os terreiros no subúrbio, as "bichas" pobres não eram benvindas em espaços como o Iate Clube, sendo mesmo expulsas ao entrar, o que não acontecia com as ricas que frequentavam esse espaço. A boate Marco's parece ter tensionado a diferença econômica ao criar um ambiente festivo voltado para os "gays", uma vez que conseguiu reunir

[4] O Signo's Clube foi uma das principais boates de música disco de Belém, em uma época na qual este gênero musical estava em alta. A Gemini Drive-in, por sua vez, contava com uma estrutura impressionante, com vários espaços. Em um deles, o drive-in, não era exibido nenhum filme, mas os carros entravam no interior da boate em plena festa e eram servidos por garçons.

frequentadores de diferentes classes sociais; ainda assim, sua programação de desfiles era promovida para atrair o público de maior poder aquisitivo.

A oposição que se formava, então, era de espaços segmentados e espaços "mistos". Outros espaços "mistos" importantes mencionados por Bastos também eram o Bar do Parque, funcionando ao ar livre vinte e quatro horas por dia na Praça da República, que atraía artistas, jornalistas e políticos, sendo "muito fácil sair acompanhado dali". E o bar Stop, o mais "fino". Os balneários atraíam tanto turistas quanto locais, independente de preferências sexuais, são os mesmos que até hoje recebem qualquer tipo de público. As praias da ilha de Mosqueiro (Mapa 1) eram propícias para tomar banho de rio e "apreciar moças e rapazes fazendo o *top* e o *bottonless*". Os grifos foram dele, e indicam o trocadilho da expressão "topless" com os termos ingleses "top" (ativo) e "bottom" (passivo). Já a cidade de Salinas, no litoral paraense a três horas de viagem (na época), já era famosa pelo costume dos banhistas de deixar os seus carros estacionados em plena praia, mas contando também com a beleza natural e "uma vida gay intensa".

Passava a era da disco, de Donna Summer e Grace Jones. Ao longo da década de 1980, o mercado de bares e boates voltado para o público "homossexual" teve um desenvolvimento muito expressivo, especialmente pela sua caminhada para o centro da cidade. Duas boates se destacaram na frequência dessas pessoas na década de 1980: Lual e Status. A primeira com um público masculino, branco e de maior poder aquisitivo, descrito como de um estilo mais "refinado" e "diferente" (leia-se, homens com blazer ou sapato cor-de-rosa, por exemplo). Era pouco frequentado por "lésbicas" e não tinha frequência de "travestis". Além da definição de classe, gênero e raça de seus frequentadores, a segmentação do espaço formalizava uma oposição entre modelos de casais, ou melhor, de uma oposição entre uma "homo" e "heterossexualidade". Isso se dava na prática de avisar sobre o caráter da boate aos casais formados por homens e mulheres quando estes entravam, para decidirem se permaneceriam ou não. Ronaldo Trindade lembra hoje, em referência ao início da década de 1990, que se constituiu um grupo de bares "chiques" em torno do Lual, que contava com isolamento acústico, jogos de luzes e pista mais ampla, embora um tanto sigiloso. Não sem surpresa, ele era considerado o espaço de maior frequência dos homens mais "bonitos".

A diferença de classe indicada como "estilo" também aparece na forma como a Status era descrita: "brega", como disse um dos interlocutores da pesquisa de Telma Amaral Gonçalves em 1988, sobre a qual falarei adiante. Ela era mais frequentada por mulheres e comentava-se a frequência de brigas no espaço. A boate Camaleão, por sua vez, mais frequentada por "travestis", contando com "shows de travestis" que se especializavam em

interpretar cantoras como Madonna, Gal Costa e Alcione. As noites eram apresentadas por uma "travesti", com direito à leitura de um correio elegante no final. Ronaldo Trindade descreveu, certamente com os termos da atualidade, que a frequência de jovens "gays" da universidade levou à aproximação de seus amigos não "gays", provocando uma "heterossexualização" do espaço. O Camaleão era próximo do bairro do Reduto, que se estabeleceu como uma zona de prostituição das "travestis". Pela frequência delas em seu interior e em seu entorno, o Camaleão tornou-se conhecido pelo risco de assaltos e brigas.

Na década de 1990, a boate Calandrine lotaria nos domingos com shows de go-go boys. Já os chamados "shows de travestis", que faziam sucesso desde pelo menos a década de 1970, chegaram ao auge em espaços não segmentados, como o Lapinha e o Xamego, cujas programações eram divulgadas semanalmente nos jornais. Estes estabelecimentos ofereciam também música ao vivo, strip-tease de mulheres e sexo ao vivo, sendo muito frequentadas por homens casados, o que não necessariamente implicava uma dubiedade na sexualidade desses homens. Muitas das mulheres que se apresentavam e depois se prostituíam no Lapinha, curiosamente, namoravam outras mulheres.

Os anos 1980 situam com alguma precisão o estabelecimento de "travestis" na prostituição de rua, o que deslocou o sentido dessa categoria do contexto artístico, iniciando um caminho que o levaria nas décadas seguintes ao lugar de uma identidade política. Trata-se do processo observado por Soliva (2018) em seu artigo sobre os "shows de travesti" em outras partes do país, de uma gradual transição do "estar em travesti" para o "ser travesti". Sua distinção da categoria "transformista", por sua vez, parece ter se consolidado nessa década em sua relação com os concursos. Concursos de "transformistas" como o Miss Brasil Gay (realizado na Marco's e depois no Lapinha, como na Figura 5), Miss Pará Gay (no Xamego), o Beleza Gay, o Beleza Negra Gay e o Miss Universo Gay (realizados no bar Go Fish, já na década de 1990) seriam eventos importantes para a sociabilidade dessas pessoas (BASTOS, 1980; GONÇALVES, 1989; SANTOS, 2019; OLIVEIRA, 2012). A profusão do termo "gay", nestes casos, não implica uma nova forma de classificação. Em casas como o Xamego e o Lapinha, de frequência de "homens", apenas eventos como estes em suas programações eram associados a uma "comunidade gay de Belém".

Figura 5: Miss Brasil Gay no Lapinha

Fonte: *O Diário do Pará*, "Miss Brasil deu bronca", por Carlos Queiroz, coluna Shows, p. 24. 6 de julho de 1985.

Essa ideia de um grupo social passou a ser mais evidente na forma como se passou a noticiar o carnaval. Um evento de ocupação da rua identificado pela frequência de "homossexuais" era o bloco carnavalesco Afoxé do Guarda-Xuva Axado, criado em 1987. Os jornais enfatizavam a presença dessas pessoas para descrevê-lo, o que não faziam antes com eventos ou espaços como esse no início da década. Esse é também o momento em que uma edição não oficial do Baile dos Enxutos, famoso baile do Rio de Janeiro, é realizado para a "comunidade gay de Belém" no Xamego com a participação de artistas de outros estados em 1986. Para além disso, os cinemas de rua permaneceram como importantes espaços de pegação, com destaque agora para o Cine Teatro Ópera, também situado quase em frente à Basílica, mas que se especializou no gênero pornográfico a partir de 1985 e que está ativo até hoje (RIBEIRO, 2019).

A evidência que a ambiguidade de certas categorias atingiu nesse momento provocou tensões como a da distinção entre "transexual" e "homossexual", mesmo quando este segundo termo correspondia ao que Fry chamava de "bicha". "Transexual" tinha uma circulação bastante restrita, mas atingiu certa visibilidade com o polêmico sucesso da modelo carioca Roberta Close, cuja passagem por Belém, em 1984, provocou críticas e comentários jocosos na imprensa local. A forma como Roberta foi recebida nesse contexto nos revela um certo fascínio pela ambiguidade, que não implicava em aceitação ou prestígio.

A relação entre a segmentação do mercado e a circulação de novas categorias está relacionada ao avanço dos espaços para o centro da cidade e a uma maior visibilidade na imprensa. Mas isso não quer dizer que os bairros centrais tenham se tornado os territórios por excelência desse tipo de sociabilidade. Em 1996 foi aberto o bar A Arte de Pecar, no bairro do Guamá, um bairro na periferia da cidade. Segundo Ramon Reis (2017), ele foi fechado no ano

seguinte pela polícia, que encontrou uma adolescente que entrara no local com um documento falso. A casa da família na qual o bar funcionava foi invadida com acusações contra sua proprietária (que até hoje se classifica como "entendida") de que aquele era um espaço de exploração sexual de "menores", contando com repercussão na imprensa. Após alguns meses, o bar seria reaberto com o nome de Refúgio dos Anjos, mas apelidado de Bar da Ângela, atualmente o mais antigo em funcionamento na cidade voltado para o "público LGBT", na definição de Reis, que destacou a circulação das categorias "homossexual" e "entendida" ou "entendido" em seu interior ainda na década de 2010.

O Bar da Ângela é um caso interessante pelos trânsitos que sua trajetória implica. Sua criação ocorreu após a realização de um bingo para custear uma viagem para São Paulo, onde a mãe da proprietária faria uma cirurgia que não poderia ser realizada em Belém; o primeiro nome, por sua vez, era inspirado no de um bar da capital paulista. Porém, se no âmbito regional, parece apontar para uma solidez da oposição entre "centro" e "periferia", a sua posição em um bairro considerado "periférico" revela tensões a essa oposição. Em entrevista para Ramon Reis, a proprietária apontou um conflito envolvendo a visibilidade que o bar ganhou, atraindo o público de boates até então populares no centro da cidade, como a Lual e a Status, o que poderia inclusive ter ligação com a invasão de sua casa pela polícia.

Um evento fundamental para entender as mudanças desse campo é a Festa da Chiquita, especialmente no que diz respeito à relação entre a segmentação dos espaços e a politização de uma ideia de "homossexualidade". A Chiquita surgiu em 1978 como um bloco carnavalesco, consolidou-se como um elemento profano em plena programação do Círio de Nazaré, festividade católica realizada em Belém todo mês de outubro desde o século XVIII. A Chiquita é realizada na Praça da República após a passagem de uma grande procissão noturna no sábado, que antecede a que ocupa o centro da cidade na manhã do domingo. Essa praça, como já foi dito, era um epicentro da boemia local, reunindo artistas, intelectuais, "travestis" e mesmo marinheiros.

A literatura é unânime em descrever a Chiquita como uma ocupação pioneira do espaço público por "pessoas LGBT" que antecede as primeiras paradas do orgulho no país, mas podemos também pensar esse reconhecimento como um *processo* constitutivo da festa ao longo de sua história. Isto é, o processo de reconhecimento da Chiquita como tal é em si mesmo uma transformação sofrida pela festa nas últimas décadas, pois essa imagem não aparece nas décadas de 1980 e 90 dessa maneira. É importante notar, por exemplo, que quando o então presidente da república José Sarney visitou Belém para acompanhar o Círio de 1985, desceu do hotel em frente à Praça da República ao ouvir o carimbó tocado pelo grupo Borboletas do Mar, e assistir

a Festa da Chiquita.[5] O episódio repercutiu naquele momento por reunir a figura do presidente com o gênero musical local, e não por qualquer associação do evento à sexualidade. Isso não significa negar a frequência e a valorização de certos grupos desde o começo da festa, como na criação do prêmio Veado de Ouro, em que eram homenageadas as "bichas" da Praça da República (o Prêmio Botina de Ouro, em referência à categoria "sapatão", passou a ser entregue a mulheres em 1997). Acredito, porém, que essas características nem sempre englobaram de forma definitiva a natureza do evento.

Como narrou o cantor Elói Iglesias para o documentário *As Filhas da Chiquita*, de Priscila Brasil, há um conjunto de referências políticas desde o princípio:

> A Festa da Chiquita começa com o bloco de carnaval que na década de 1970, tipo 75, na época que o gay people, o gay power era uma coisa que era novidade depois do [...]. Na primeira festa, foi uma brincadeira que era a história da prefeitura que tinha feito uma campanha, um slogan falando do Santo Antônio que era "Santo Antônio, casamenteiro do ano todo" e a gente fez o trocadilho e falou "Santo Antônio, casamenteiro no ânus tudo" (AS FILHAS DA CHIQUITA, 2006).

Essas referências políticas também se transformaram com o tempo. Iglésias tornou-se o organizador da festa no começo da década de 1990, tornando-se um evento definitivamente associado à frequência de "travestis" e "homossexuais", embora o seu público original não se restringisse a essas pessoas. A crescente segmentação da Chiquita acompanha um processo geral pela cidade, mas se dará com mais força na medida em que passou a sofrer maior pressão da Igreja e se articular a um movimento homossexual na cidade que poderia apoiar a politização dos ataques. Afinal, foi após a controvérsia em torno da inclusão da Chiquita no processo de tombamento do Círio pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos anos 2000 (contra a qual a Arquidiocese de Belém se posicionou) que a imagem dessa festa passou a ser cada vez mais politizada e identificada com o novo acrônimo do movimento: "LGBT". O documentário de Brasil e o próprio relatório do Iphan (2006) indicaram ainda a presença de um outro autor nesse processo, o Estado, mais especificamente pela aproximação e participação da prefeitura na organização da festa quando assumiu um governo de esquerda, na segunda metade da década de 1990. É a partir de então que o Veado de Ouro é entregue a políticos e aliados da "comunidade LGBT".

Essa visibilidade da "homossexualidade" como uma categoria política não dependeu exclusivamente da existência de grupos organizados locais, mas também da circulação de ideias, notícias e pessoas por entre diferentes espaços e regiões. Esse processo acompanhou a

[5] O Diário do Pará. "Sarney surpreende e vê de perto o carimbó: Bar do Parque recebeu a visita inesperada do Presidente". Caderno Local, p. 6. 15 de outubro de 1985.

presença crescente de novas categorias da sexualidade na cidade. O processo de segmentação dos espaços de sociabilidade ao longo das décadas de 1980 e 90 foi a principal expressão da emergência dessas categorias com uma materialidade pública.

3. A politização da "homossexualidade"

Até recentemente, os estudos que se debruçaram sobre a história do movimento que hoje é conhecido como LGBTI em Belém apontavam o surgimento do primeiro grupo organizado, o Movimento Homossexual de Belém (MHB), em 1990. Este também é o momento em que a cidade aparece no mapa de conexões do movimento nacional, sendo identificado com um período de multiplicação de grupos organizados pelo país, inclusive em regiões nas quais o movimento ainda não estava presente como tal (FACCHINI, 2005). Uma carta enviada à revista Manchete em 1979, cedida por Luiz Morando ao historiador e antropólogo José Luiz Franco (2018), foi a primeira a tensionar essa temporalidade da mobilização em torno da ideia de "homossexualidade":

> Não é só nos Estados Unidos que o Gay Power se destaca. Aqui, em Belém, as pacas têm feito muito fuá ultimamente. Em Belém, o líder do Movimento Gay é um jovem de 22 anos, Mário Francisco. Acho que vale a pena Manchete fazer uma pesquisa sobre o homossexualismo no Brasil. Uma dica: depois do 21 de maio, os nossos gays tomaram maior projeção e muitos homossexuais de nosso jet set assumiram publicamente. Existe a coluna Gente Gay, no Estado do Pará; o informativo semanal Gay Zeppelin, além de vários clubes, discos e motéis gays. Há o AGB, o CRE (Clube de Reunião das Entendidas), o MGB (Movimento Gay de Belém) e um comitê pró-criação do PGB, Partido Gay Brasileiro. Há shows como Fresca Noite – com João Alberto, Walter Bandeira e Oliveira Bastos. E o Baile das Debutantes Gays, que se realizou recentemente com grande sucesso. É isso aí. Belém disputa com San Francisco e Londres a primazia de ser a capital mundial do Gay Power.[6]

A "paca", aqui usada provavelmente como uma categoria popular que remete à figura da "bicha", é um animal, considerado o segundo maior roedor do Brasil. Franco não obteve ouras informações sobre esse suposto primeiro movimento homossexual em sua pesquisa sobre a história do "movimento LGBT" da capital paraense e priorizou para sua análise a formação do MHB em 1990, o que corrobora em parte a literatura sobre o tema na narrativa de uma expansão do movimento para a região Norte apenas na década de 1990, em contraste aos grupos dos anos 1970 no Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Eu mesmo pude perceber que não há uma memória sobre os grupos citados, consultando alguns militantes de grupos de esquerda e/ou homossexuais que estiveram ativos na época em Belém e em São Paulo. É possível que o

[6] Manchete, ano 28, n. 1.420. "Partido Gay", por Luiz Freitas Matos, de Belém. Sábado, 7 de julho de 1979, Coluna O Leitor, p. 103.

Clube Geral das Entendidas tenha sido uma confraria, e o show *Fresca Noite* realmente existiu, sendo Walter Bandeira um cantor "homossexual" de muito sucesso e a quem Anaíza Vergolino agradeceu em seu livro por tê-la ajudado a descrever os passos de dança dos terreiros em sua etnografia.

A carta indica o contato com acontecimentos e processos de outras partes do mundo. O maior estímulo para a suposta politização coletiva da "homossexualidade", neste caso, não teria sido a formação de um grupo organizado em São Paulo ou de um jornal editado no Rio de Janeiro, mas a manifestação e invasão do prédio da prefeitura de San Francisco, nos Estados Unidos, em 21 de maio de 1979, em protesto contra a pena mínima aplicada pela justiça ao assassino do político "gay" Harvey Milk. Não há aqui uma sequência indireta de influência cultural em que as metrópoles sudestinas são intermediárias para processos políticos de origem estrangeira. Em vez disso, há uma circulação mais dispersa de ideias em nível global, ainda que Belém certamente não fosse uma das "capitais do mundo gay", como o leitor pretensiosamente afirmou.

A historiadora Alana Albuquerque de Castro (2022), porém, encontrou no jornal *A Província do Pará* uma manchete sobre uma manifestação pública anunciada pela AGB na Praça Eneida de Moraes às 17:00 de 21 de maio de 1979. A praça ficava em frente ao Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (Cesep), sujo diretório estudantil pronunciou apoio ao movimento. Ernani Chaves, então um jovem professor no Cesep, aproveitou para acompanhar a movimentação. Muitas pessoas foram para o local curiosas, embora com medo de serem confundidas com manifestantes. Mas, segundo o jornal, "não apareceu nenhum homossexual", devido a um boato que correu de que a Polícia Federal impediria a manifestação. Sempre que um movimento chamava a atenção, alguns gritavam: "Lá vem eles! Lá vem eles!". Politizar a "homossexualidade" parecia algo novo e inusitado. O autor da matéria, porém, escrevia o termo "gay" entre aspas, enquanto parecia mais à vontade com a categoria "homossexual", grafada livremente.

Um rapaz ousou se pronunciar para a imprensa sobre o fracasso da manifestação:

> Atualmente, o homossexual está marginalizado pelos seus semelhantes. Não admitem mais um homossexual nas empresas, pois têm medo que ele saia por aí divulgando o que lhe for confiado. Tudo e todos estão contra esse tipo de manifestação [...]. Como causa para o fracasso da manifestação que estava prevista para hoje, contribuiu a repressão. Saiu nota oficial nos jornais – e todos viram – informando que não é permitido tal movimento (A Província do Pará, apud CASTRO, 2022, p. 108).

No fim daquela tarde, foi colocado um panfleto dentro dos carros dos jornais assinado por Mário Franco, que falava em nome da AGB. Podemos acreditar que se tratava do mesmo Mário Francisco que a carta publicada na *Manchete* apontaria no mês seguinte como uma

liderança na iniciativa de criar um grupo "gay" organizado em Belém. No panfleto, ele afirmava o seguinte:

> a) fica transferida a manifestação pública da AGB para data a ser marcada e que será amplamente divulgada pela imprensa. b) A AGB torna-se solidária a nossa polícia por ter a mesma desmentido que se interviria em nossa manifestação pública. Isso prova que a polícia do Pará é honrada, honesta e capaz de cumprir sua missão constitucional. c) Reafirmamos nosso desejo de uma liberdade sexual ampla, geral e irrestrita; d) Agradecemos o apoio do Diretório Estudantil do Cesep; e) reafirmamos nosso apoio à criação do Partido Gay Brasileiro e ao governo democrático do Presidente João Figueiredo (A Província do Pará, apud CASTRO, 2022, p. 102)

Tratava-se de uma visão política bastante curiosa em sua visão sobre o Estado e a ditadura, que caminhava para o seu fim. O movimento foi criticado na imprensa local por um professor universitário chamado Klaus Keller, "homossexual" que havia morado na Europa e era conhecido pela sua personalidade. Keller ironizou o fato do movimento local se espelhar nos dos Estados Unidos e da Europa. Para ele, não existia uma cidade no Brasil inteiro que desse tanta liberdade para o "gay power" quanto Belém do Pará, mesmo que uma liberdade sem excessos. O que a própria negação de Keller acaba confirmando, porém, é que a ideia de "gay power" circulava por determinados sujeitos de forma a gerar algum tipo de debate político em Belém ainda na década de 1970. Essa circulação se dava pela comunicação com outras partes do mundo, mas também pelo trânsito de atores como ele próprio, que contrastavam uma diferença regional sobre a oportunidade de se criar um movimento na capital do Pará.

A AGB compensou a manifestação realizando em 12 de julho, na Praça do Chapéu Virado, em Mosqueiro, um show chamado "Frescuras na Ilha". Mário Franco explicou para a imprensa que era uma forma de compensar a manifestação que acabou não se realizando. Dentre as apresentações, a de um certo Rubinete Nazaré, "que nada tem de gay ou entendido". Seria um show de "entendidos" e de compositores que apoiavam o "movimento entendido". Esse evento cruzava festa e política, aludindo também um show que a cantora Maria Bethânia ("que também é entendida") faria em Mosqueiro dois dias depois. No que (veremos a seguir) parecia ser uma inclinação de Franco como promotor cultural, a AGB também pretendia promover o concurso Garota Belém, no Rampa Drink's.

Mário Sérgio Franco foi preso disfarçado de escoteiro ainda em 1979 nas matas do município de Santo Antônio do Pará, não tão longe de Belém, na companhia de quatro menores, que seriam escoteiros. Ele era acusado de estelionato (dois cheques sem cobertura no valor de 4.200 cruzeiros), uso de drogas e até mesmo tentativa de assassinato de Keller. Além disso, era acusado de tentar prejudicar a carreira de Keller enviando cartas para o curso Inglês Yankis e para a UFPA, nos quais Keller lecionava, afirmando que o professor era comunista e que havia

sido preso político. O jornal que noticiou sua prisão enfatizava repetidamente que ele era líder do movimento gay de Belém.

A politização de uma ideia de "homossexualidade", através da categoria "gay" consagrada pelo movimento do norte global, mas também da categoria "entendido", começa a se articular em Belém ainda na ditadura e tem uma experiência de mobilização das mais inusitadas dentre as que se multiplicaram durante a redemocratização do país. Dessa forma, é notável a falta de conexões que poderiam ter emergido dos grupos estudados em outras partes do Brasil. A escrita do termo "gay" especificamente, difere do esforço de aportuguesar a palavra em "guei" que se fazia no *Lampião da Esquina* (TREVISAN, 2018), e nos permite pensar no debate sobre a categoria política que se dava por determinados atores em São Paulo e Rio de Janeiro como localizado dentro de um espaço geográfico mais diverso.

Leitores e colaboradores de Belém não estavam presentes em jornais "homossexuais" do Sudeste, como os de Manaus estiveram no *Jornal Gay* e no *Lampião* (RODRIGUES, 2007). No Lampião, especificamente, o discurso ecológico e as mensagens de proteção à Amazônia foram comuns, mas a participação de "gueis" dessa região do país, não. Castro observou que a "Associação dos Gays de Belém", o "Clube Geral das Entendidas" e o "Movimento Gay de Belém" foram incluídos em uma lista de grupos homossexuais brasileiros no livro *Uma Conversa Informal sobre o Homossexualismo* (1984) da ativista carioca Rita Colaço. Na época, Colaço apontava a criação do *Lampião* como o marco inicial da formação de grupos pelo país, posição muito diferente da que viria a assumir como pesquisadora décadas depois. É curioso que, em sua lista, os únicos grupos que não eram dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo antes de 1980 eram os paraenses e o Beijo Livre, de Brasília. Essa inclusão poderia sugerir a existência de redes nas quais os grupos de Belém estariam incluídos, mas, como uma das fontes de Colaço é a revista *Manchete* (e eu pude, em determinada ocasião, perguntá-la sobre esses grupos), é possível que tenha tido conhecimento deles apenas pela mesma carta referida por José Luiz Franco.

O *Lampião*, por sua vez, chegava em Belém de forma restrita. Uma nota da autora fictícia Rafaela Mambaba (provavelmente escrita por Aguinaldo Silva, editor do jornal), chegou a informar que o jornal fora indicado para a sociedade belenense por um jornalista local chamado João Alberto, e que em breve o jornal seria distribuído na cidade, a única capital do país em que ainda não era. Isso parece ter mais a ver com o não cruzamento de certas redes do que com uma questão de isolamento ou distância regional, uma vez que outras capitais nortistas recebiam o jornal, seja por distribuidor (como Manaus), seja por assinante (como em Macapá

e Boa Vista). Porém, até a última edição do *Lampião*, em 1981, Belém não chegou a aparecer na lista de cidades em que ele era distribuído. Apareceu, porém, de outra forma.

Em um momento em que o jornal já estava em crise e em conflito com os grupos organizados, o escritor João Carlos Rodrigues contou revoltado um episódio que não tem recebido atenção dos muitos pesquisadores que vêm trabalhando com o periódico:

> Mário Franco, conhecida boneca paraense, pediu asilo ao consulado honorário da Bélgica em Belém, de onde acabou expulso e preso. Procurou parlamentares da oposição e restou longo depoimento onde confessou-se agente provocador do DOPS encarregado de criar falsos atentados terroristas para incriminar terceiros, etc. e tal. Denunciou uma série de pessoas como membros do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e coisa e tal. A polícia está "investigando"...[7]

E continua:

> Entre os atos confessados pela nossa Mata Hari tupinambá, está o de ter *criado no Pará um movimento gay a mando da polícia* para implicar políticos da oposição. Grave. Espera-se reações tão veementes [do movimento homossexual] quanto às supostas tentativas da Convergência Socialista em "arrebanhar" homossexuais para serem usados como "bucha de canhão" [..]. Há sintomas de que a direita e a extrema direita andam querendo manipular o movimento gay. Um tal Zanini de uma dessas Falanges direitistas que pululam por aí, disse no JB [Jornal do Brasil, diário carioca] "não ter nada contra os homossexuais, mas não aprova o uso de remédios para assumir formas femininas". Como um grande número de homossexuais não suporta travestis, não acho a frase desprovida de sentido divisionista e sorrateiro. Agora, esse movimento gay do DOPS paraense... (grifos do original)

O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) foi o principal órgão de repressão das ditaduras brasileiras ao longo do século XX, sendo extinto em 1983. O CCC, por sua vez, foi uma organização paramilitar de extrema-direita que estava atuando no país em 1980, ano do incidente. Ainda que seja uma história surpreendente, não tenho outros dados sobre ela, e por isso devemos ser cautelosos em sua leitura. Não cabe aqui analisar (mas posso registrar) a forma racista com que o autor ironizou o lugar em que o episódio aconteceu, e como ele argumentou que a tensão do movimento com a esquerda podia estar deixando de perceber uma estratégia política de direita de manipulação em nível nacional.

O episódio revela uma interessante ambiguidade: se, por um lado, a politização da "homossexualidade" circulava a ponto dos aparelhos de repressão ou grupos de direita a usarem estrategicamente onde não haveria grupos organizados de fato, por outro, a "homossexualidade" ainda não era tão levada a sério no contexto político local, o que serviu para abafar o caso. Segundo Rodrigues, Mário Franco foi descredibilizado, inclusive por uma das pessoas acusadas: Rubinete, que o chamou de "gay maluco". O secretário de segurança do estado afirmou que "isso é coisa de gay, não merece atenção" e o ministro da justiça colocou

[7] Lampião da Esquina, ano 3, n. 29. "Dando nome aos bois", por João Carlos Rodrigues. Caderno Opinião, p. 2.

em suspeita a sanidade mental de Mário. Não podemos deixar de lembrar, porém, que Franco já havia sido de fato preso por atacar e tentar incriminar Klaus Keller.

Se João Carlos Rodrigues queria levantar um debate para o movimento homossexual, seu texto não obteve respostas e não foi publicado mais nada no *Lampião* sobre o incidente em Belém. A essa altura, a AGB já não era mais uma realidade, mas permaneceu ao longo de vários anos como uma ideia estranha que reaparecia sempre que Franco tornava-se notícia. E ele foi, ao longo de toda a década de 1980, ao promover um espetáculo quando voltou do Rio de Janeiro (onde passou alguns anos) e ao ser acusado de golpes e estelionato inúmeras outras vezes.[8] Foi, inclusive, acusado de depredar a livraria do militante comunista Raimundo Jinkings e agredi-lo junto de Rubinete, e de espalhar notícias falsas sobre o assassinato do ex-deputado e defensor dos direitos humanos Paulo Fontelles. A algumas dessas notícias, até o ano de 1987, seria lembrado como aquele que se intitulava o líder do movimento gay de Belém, sempre com alguma ironia.

A circulação de ideias, porém, continuava. No estudo realizado por Telma Amaral Gonçalves entre 1987 e 88, a pesquisadora percebeu que um imaginário de diferença regional ainda colocava uma questão para a politização da "homossexualidade" em Belém:

> O grupo homossexual [...] estabeleceu uma relação entre os movimentos e o tipo de sociedade que é Belém, que, por ser pequena em comparação a outras metrópoles, é cheia de discriminação. Sendo assim, disse um dos entrevistados: "nenhum movimento jamais vai crescer aqui e todos os homossexuais que podem participar, eles jamais vão se abrir a público e não vai ter adeptos porque nenhum vai querer se escrachar...". Esta situação, segundo os depoimentos, se agravou com o surgimento da AIDS, que intensificou o preconceito que antes já existia (GONÇALVES, 1989, p. 25).

Embora essa pessoa achasse improvável que fosse criado um movimento como tal na cidade, seria criado um grupo no ano seguinte. A epidemia de HIV/Aids, a expansão de uma sociabilidade segmentada e o avanço da redemocratização do país foram fatores que direcionaram um esforço coletivo de mobilização. Foi no concurso Beleza Gay de 1990 que o Movimento Homossexual de Belém (MHB) teve o seu nascimento oficial. A vencedora daquela

[8] Em 1985, a Rádio TV Guajará publicou uma nota nos jornais informando (ao comércio, aos bancos e ao público em geral) que Mario Sergio Franco nunca foi funcionário da empresa e que não estava autorizado a fazer recebimento ou efetuar qualquer cobrança em seu nome. Em 1987, ele foi acusado formalmente por um detetive. Segundo ele, Franco agora se dizia professor de religião no Instituto Paraense, onde começaram a aparecer carnês de pagamento com carimbo falso, sendo Franco responsabilizado e fugindo do colégio. Ele teria ido, então, para o movimento jovem da capela de Lourdes (na rua José Malcher, centro da cidade), tornando-se presidente. Lá ele teria organizado festas sem prestar contas do dinheiro, além de ser responsabilizado pelo desaparecimento de objetos da capela. O detetive afirmou que estava sendo ameaçado por Franco, descrito em outros momentos como um conhecido estelionatário e aliciador de menores. O caso Fontelles foi no mesmo ano, sendo uma famosa execução política da qual Franco afirmou que a polícia paraense prendeu um bode expiatório e que os verdadeiros assassinos estavam em Goiânia.

edição, Jacqueline Chanel, era uma jovem estudante que se identificava como "um homossexual" e estava "montada" pela primeira vez. Ela aproveitou a ocasião em que foi cercada pela imprensa para clamar contra a onda de assassinatos de "gays" e "travestis" no centro da cidade, referindo-se a ataques armados e inclusive letais na Praça da República. O interesse público pela "homossexualidade", até então, parecia mais ligado ao debate estimulado pela epidemia de HIV/Aids, veiculado principalmente pela imprensa. Jacque entrou em contato com a maior referência pública do movimento homossexual brasileiro àquela altura (ou ao menos a que mais aparecia na imprensa), Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia. Mott a orientou a fazer um panfleto e espalhar em lugares de frequência de "homossexuais" da cidade, e entrar em contato com os outros movimentos locais já existentes. É interessante notar que o MHB logo se estruturou formalmente como uma organização da sociedade civil, seguindo o caminho aberto historicamente pelo Grupo Gay da Bahia, no início dos anos 1980, ao fazer uso do direito de associação e por outras organizações do movimento, no contexto dos anos 1990, quando se popularizou a ideia da adoção do formato institucional de ONG (FACCHINI, 2005).

O panfleto, comentado na imprensa, dizia o seguinte:

> Vivemos numa sociedade onde infelizmente só tem plenos direitos quem for macho ou rico. Os pobres, os negros, as mulheres e os homossexuais estão por baixo, são discriminados [...]. Daí a necessidade urgente de nos organizarmos para mudar esta situação opressiva. A Constituição Brasileira não diz nada contra a gente. A violência sim ela proíbe e condena. Não é pecado, e nem crime, amar e fazer amor com pessoas do mesmo sexo. A realidade, porém, é outra. Somos vítimas de intransigência, violência e repressão à prática do homossexualismo. Bichas e travestis são espancados por populares e pela polícia; os bofes matam impunemente homossexuais em seus apartamentos.[9]

O texto encerrava com um convite a homens e mulheres para a mobilização, que o jornalista duvidava ser nacional; o grupo também afirmava ter o apoio de grupos e movimentos homossexuais da Bahia, João Pessoa, Belo Horizonte e Niterói. O conteúdo e o tom do pensamento político já eram outros, integrados a um novo momento histórico. A forma como os sujeitos políticos eram definidos, porém, é a classificação que opõe "bichas" e "bofes".

Além de Jacque, compunham o grupo Midori Amorim, Luiz Carlos, Jocélio Rente e Carlos Neves, tendo todos também nomes femininos, ainda que se identificando como "homossexuais" (FRANCO, 2018). O MHB se reunia ao ar livre na praça em frente à Basílica de Nazaré, no centro da cidade. Ronaldo, que chegou a participar de algumas reuniões como visitante, lembra que as achou muito reflexivas e pouco práticas. O grupo iniciou suas atividades com parcerias com entidades como o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (Gapa-

[9] O Diário do Pará. "Movimento homossexual" por João Seixas. D, 18 de fevereiro de 1990.

PA), criado em 1987, e o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (Gempac), oficializado em 1990, que também trabalhava com a prevenção ao HIV. Além desses, também com o movimento República de Emaús, associado à teologia da libertação, e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa). Este último surgiu em 1980, em um momento de expansão do movimento negro brasileiro e como resposta à crença supracitada de que a presença negra era insignificante na Amazônia. O debate belenense sobre a negritude encontra-se aqui novamente com o gênero e a "homossexualidade": a Praça da República e a universidade também foram nesse caso espaços importantes de interação e o seu desenvolvimento se deu através das conexões com entidades nacionais ou de outras partes do país, como lembrou a ativista e pesquisadora Zélia Amador de Deus em entrevista para Alberti e Pereira (2007). O relatório de um evento organizado pelo Cedenpa traz o registro de debates que mostram a importância dada na época à "questão sexual" (tratava-se do que também podia ser chamado na época de "questão da mulher").[10] Jacque afirmou, em entrevista, que os dois movimentos realizavam projetos e atividades juntos, mas que não frequentavam as atividades um do outro separadamente. Não se tratava, portanto, do ideal político de interseccionalidade na forma como tem sido acionado atualmente, mas de alianças.

O movimento homossexual, nesse contexto, compunha parte de um processo mais amplo de articulação política de diversos setores da sociedade brasileira, especialmente estimulado pela reabertura política, pela teologia da libertação e pelo processo que desencadeou a Constituição Federal de 1988. Isso se expressava no cenário político de Belém e sua região metropolitana através da criação das primeiras associações de bairros, ribeirinhos, quilombolas, prostitutas, "homossexuais" e negros, dentre outros. Jacque conta também que o MHB foi muito bem recebido pelos demais movimentos sociais, o que sugere que talvez houvesse certa simpatia com essa causa política, e que um processo efetivo de politização da "homossexualidade" já estava em curso sem que houvesse um movimento organizado de "homossexuais" na cidade.

O que estou chamando de "politização" aqui não implica necessariamente em reconhecimento positivo. Por exemplo, em 1984, uma operação da polícia militar foi ordenada pelo governador do estado, Jader Barbalho, para "remoralizar" a Praça da República. Segundo uma notícia,

[10] CEDENPA. Relatório do 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste. Local: Centro de Treinamento de Recursos Humanos do Governo do Pará, Marituba. 1987.

> caíram nas mãos da polícia os t*ravestis* Josué Silva Costa, a Lana; José Maria Alves, a Márcia; Claudionor Soares de Lima, a Cláudia; Jorge Pereira da Silva, a Kátia e Luiz Carlos Lima Garcia, a Michelle.
> Os cinco, são *homossexuais* que fazem da praça seu habitat e seu "campo de batalha", onde caçam as suas vítimas a cada noite, não medindo o resultado das suas investidas. Se o escolhido para vítima recusa as propostas de sexo dos gays, é simplesmente surrado por eles, que sempre agem em grupo para intimidar mais as vítimas.
> Além dos *gays*, a polícia também prendeu alguns elementos conhecidos da polícia por fumo de maconha, por roubo e até assalto a mão armada, que também estavam nos arredores das escadarias do Teatro da Paz. e nas cercanias ao Bar do Parque.[11]

Os grifos são meus. No dia seguinte, o mesmo jornal, de propriedade da família do governador, veiculou uma matéria lamentando o encerramento da operação em função de clamores contra a sua violência. Essa nova matéria era intitulada "DVG encerra campanha de repressão ao Gay Power". É muito difícil saber o que aconteceu, mas é provável que as críticas à operação não tenham se dado por conta de uma preocupação política ou sensibilização com as travestis, e sim pela truculência com demais pessoas que frequentavam a praça, e que a edição do jornal tenha se esforçado em usar a ideia de "gay power" para depreciar os responsáveis pelo fim da ação política de seu chefe. Isso mostra, porém, que a ideia da "homossexualidade" como uma questão política não era nova, uma vez que estava sendo articulada, e permanecia sendo, depois da AGB. Outra questão importante aqui é a coincidência do que, atualmente, são concebidas como três categorias diferentes: "travesti", "homossexual" e "gay" para se referir às mesmas pessoas. Isso denota, assim, outras concepções sobre os limites entre o que pode ser definido hoje como gênero e sexualidade, mas também um contexto político específico no qual essas categorias poderiam ser mobilizadas de outra forma.

Nesse contexto de polissemia, é certo que o movimento homossexual organizado iria priorizar a sua categoria de denominação em detrimento de outras, para realizar suas ações em prol do grupo que se esforçava para representar:

> O movimento se reunia para reivindicar principalmente junto ao Ministério Público para que esse analisasse e avaliasse todos os processos de assassinatos de *homossexuais* em andamento nos fóruns no sentido de apresentar relatório de domínio público sobre a situação jurídica e as penalidades aplicadas nos tribunais aos assassinos de *homossexuais* [...] que necessitam do poder público para se defenderem de atitudes homofóbicas, como espancamentos, extorsões policiais, despejos de imóveis, impedimento no direito de ir e vir, além do ingresso na rede pública de ensino. Estavam sempre atentos às questões referentes à violência contra o "entendido", termo utilizado na época. Segundo pesquisas, nesse período, a violência contra *homossexuais* se elevava a cada ano. Nas estimativas do MHB, somente no período de 1983 a 1993 foram praticados 200 homicídios contra *homossexuais* em Belém (FRANCO, 2018, p. 76, grifos meus).

[11] O Diário do Pará. "Travestis são presos na Praça da República". Domingo, 5 de agosto de 1984. Caderno Polícia, p. 8.

A uniformização das categorias da sexualidade é algo que mudaria com o tempo no próprio movimento, na medida em que a diferenciação de identidades políticas foi se tornando mais rígida. Como Jacque Chanel me contou em entrevista, após a sua interessante experiência com o Beleza Gay de 1990, passaria a se reivindicar publicamente como um "homossexual", mas depois como "travesti", e hoje como uma "mulher trans". Naquela época, porém, estas distinções não seriam tão correntes. Além disso, categorias como "transexual" e "bissexual" não circulavam politicamente. Olhando retrospectivamente para as classificações circulantes, Jacque, afirmou que "era como se essas pessoas não existissem".

As demandas ao Estado pelo combate da violência contra "homossexuais" levaram a um diálogo com os partidos de esquerda. Em 4 de outubro de 1991, um vereador do PCB requereu a realização de uma sessão especial na Câmara Municipal para debater o que o *Liberal* descreveu como "a violência contra os gays"; outros vereadores se referiram à sessão como "sessão cor-de-rosa".[12] Transformado em PPS no ano seguinte, o partido passou a ceder suas instalações para as reuniões semanais do MHB. Também em 1992 foi criado o Grupo de Homossexuais do PT, por William Aguiar, que tinha por volta de dez militantes.

Quando eu entrevistei Jacque, em São Paulo, em março de 2022, ela já morava na cidade há vários anos. Sua narrativa é de um profundo contraste entre a capital paulista e a capital paraense, em que a primeira é uma grande cidade com mais espaços e oportunidades, e a segunda era um lugar em que o preconceito se fez sentir mais facilmente em sua vida. Segundo ela, é de conhecimento comum que a "bicha esperta" quer ir para São Paulo. Embora essa tendência de migração talvez não seja restrita à classe social, este parece ter sido o seu caso, e inclusive foi um conflito decorrente de desigualdade econômica o que levou a sua saída do MHB.

Há um aspecto importante na trajetória de Jacque que merece atenção: a sua quase candidatura ao cargo de vereadora municipal em Belém. Isso se deu após um episódio em que ela deu uma entrevista para a televisão local, falando do MHB, e recebeu uma ameaça de morte de um telespectador ao vivo. A produção ficou apavorada, mas ela afirmou que não tinha medo da ameaça, convidou a pessoa a assassiná-la e deu o endereço para onde seguiria após o programa. Ninguém apareceu, mas Jacque seria convidada por um partido de esquerda, impressionado com o acontecimento, a se filiar e se candidatar.

Aconselhada por Luiz Mott, ela recusou o convite, em um momento em que o movimento homossexual organizado e a política institucional eram encarados como duas

[12] O Liberal, "Declarada guerra aos 'gays'", por Lílian Leitão, caderno Cidade, p. 3. 8 de junho de 1993.

entidades de fronteiras bem definidas, como não é mais hoje: Jacque tornou-se pré-candidata a deputada estadual em São Paulo, com o caminho aberto por jovens candidaturas trans que foram bem-sucedidas recentemente. O conselho de Mott, na época, foi o de que eles não deveriam "misturar" o trabalho que faziam, mas sua questão não era com relação à eleição em si. Existem histórias conhecidas dos anos 1980 e 90 de pessoas identificadas como "homossexual" e "travesti", e mesmo "bissexual", eleitas para cargos públicos e que levavam à causa da sexualidade para sua agenda política. Tratava-se de atores políticos que, no momento de suas candidaturas, não estavam ligados a organizações do movimento, como era o caso de Jacque (NUNES, CLARINDO, 2012; GONTIJO, 2014; SCHMIDT, 2018; GREEN, 2018). Ela saiu do grupo após conflitos que envolveram a confiança na gestão de recursos para projetos, e, poucos anos depois, mudou-se para São Paulo. O MHB existiu e foi atuante até a década de 2000.

Para terminar, podemos estabelecer uma comparação entre as experiências da AGB e do MHB, separadas por uma década. Além das notórias diferenças em seus contextos históricos, a forma como mobilizaram categorias politicamente é muito interessante. Se a AGB respirava os ventos do movimento gay dos Estados Unidos e privilegiava a categoria "gay" em contextos formais (nome, panfleto), a categoria "entendido", de sentido próximo, era que realmente parecia circular nos ambientes e redes sociais de Mário Franco. No caso do MHB, seu panfleto clama pela segurança de "bichas" e "travestis", inclusive em relação aos "bofes", os "homens" que se relacionam e ameaçam a elas. A presença dessa classificação na virada para a década de 1990 é compatível com o discurso político sobre os assassinatos de "homossexuais" do Grupo Gay da Bahia, analisado em outro contexto por Carrara e Vianna (2004), como vimos acima. As categorias utilizadas na estreia pública do MHB mostram como não podemos supor uma determinada trajetória sobre as formas de classificação, inclusive no âmbito do movimento.

Ainda assim, a valorização seguinte da categoria "homossexual" se estabeleceu após anos de interação com outros movimentos e com o Estado. Seu reconhecimento público se tornou visível apenas com a realização das primeiras Paradas do Orgulho em Belém nos anos 2000 (FERREIRA, 2003). A relação com o Estado, por sua vez, demandaria um estudo à parte. A gestão de Edmilson Rodrigues, do PT, na prefeitura municipal entre 1997 e 2004 aproximou-se dos movimentos sociais com a elaboração de novos modelos de administração pública e cedeu uma sala para o MHB na casa do Cidadão (FRANCO, 2018). Antecipou no contexto local, em certo sentido, o fortalecimento das relações socioestatais que se seguiria com a chegada do seu partido aos governos estadual e federal ao longo da década de 2000.

4. De Foucault a Genet

Se Rubens Ferreira viu na década de 1980 o primórdio da "saída do armário homossexual" de Belém, sua afirmação dizia respeito também à universidade. Mais do que isso, indicava uma interessante circulação de alguns atores da universidade para outros espaços da cidade em um momento de intensos debates e mudanças. Em 1986, a cientista política feminista e crítica de cinema Maria Luzia Álvares escreveu em sua coluna para o *Liberal* em 1986, sobre "filmes que mostravam a relação sexual e/ou afetiva entre pessoas do mesmo sexo", chamada "O cinema e a homossexualidade" (FERREIRA, 2003, p. 111). No ano seguinte, o professor de filosofia Ernani Chaves participaria do polêmico espetáculo teatral *Genet, o Palhaço de Deus*, levando o debate levantado pela peça também aos jornais. Podemos seguir as pistas indicadas por Ferreira para pensar quais os debates que se travaram sobre sexualidade na universidade durante a redemocratização e como eles se relacionaram com outros espaços e suas classificações. Isso significa falar, novamente, de trânsitos e formação de redes.

Aproveitando uma oportunidade que teve como professor do Cesep, o jovem Ernani ingressou no mestrado em filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1981. Ao apresentar sua proposta de pesquisa para a orientadora Jeanne-Marie Gagnebin, sobre a relação entre poder e verdade em Foucault, ela o provocou a pensar um problema a ser tensionado na obra do filósofo. Ambos estavam sendo ousados; mesmo em um momento de crescente recepção do pensamento foucaultiano no Brasil, era considerado no mínimo estranho fazer uma tese sobre um pensador ainda vivo. Havia o que Ernani chamou de "reticências" a Foucault no campo brasileiro da filosofia da época, quando para muitos só existiam oito filósofos dignos de serem estudados: Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Descartes, Hume, Kant e Hegel ("salvo engano, essa era a lista").

A questão encontrada foi original e corajosa. Ernani lembrou-se de algumas passagens do livro *História da Loucura* que o haviam impressionado e que apontavam para um lugar que ele entendia como "ambíguo" de Freud e a psicanálise na obra de Foucault. Intitulado *Foucault e a Psicanálise*, o trabalho pensou essa relação ambígua de Foucault com o pensamento freudiano nos livros *História da Loucura* e *A Vontade de Saber*. Foi cursando uma disciplina de José Augusto Guilhon de Albuquerque na USP sobre Foucault que ele conheceu o doutorando Edward MacRae e passou a frequentar o grupo Somos, já em seus últimos momentos, bem diferentes daqueles descritos por MacRae em seu próprio trabalho sobre o grupo. A cidade de São Paulo, seus guetos e movimentos homossexuais viviam um efervescente momento às vésperas da epidemia de HIV/Aids. Enquanto o Somos se tornara menos ativo, o

Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) promovia as mais diversas atividades e a própria PUC-SP se destacava como um espaço de discussão dos costumes. As saunas, que não existiam em Belém, foram o que mais impressionou Ernani ao chegar lá.

O contato com o debate paulista nesse movimento de trânsito também originou frutos novos. A pesquisa de Ernani tomou um rumo diferente daquele que circulava em torno do movimento de que Freud e Foucault correspondiam a figuras opostas na liberação homossexual, sendo o primeiro ligado ao discurso patológico e o segundo à sua contestação, como no livro *O que é a homossexualidade*, lançado naquele momento por Fry e MacRae (1983). Como vimos, o esforço de desnaturalizar a "homossexualidade" que despontava no debate se valia das críticas a discursos científicos que introduziram novas formas de classificação da sexualidade. Embora estas críticas não tenham começado no Brasil por influência de Foucault, sua incorporação foi relativamente rápida no âmbito teórico (que nem sempre condizia com o dos militantes), como percebemos nos próprios textos de Fry ao longo de poucos anos. Ainda que a atuação desses antropólogos lhe tenha sido de certa forma inspiradora de um tipo de militância acadêmica, o trabalho de Ernani reagia a essa tendência que poderia não ser apropriada a toda a psicanálise. Afinal, mesmo os textos em que Freud se referiu à "homossexualidade" negativamente, como na hipótese da "bissexualidade", correspondem a trechos do desenvolvimento de um pensamento que se reformulou ao longo de sua obra e o levou a tomar outra posição com relação aos "homossexuais", inclusive de apoio (IANNINI, 2019a, 2019b). Ciente disso, Ernani se propunha a pensar como Foucault poderia, em vez de descartar a psicanálise, ajudá-la a "se tornar um foco de resistência nas malhas do poder", por exemplo, através de sua crítica da "hipótese repressiva". Como ele concluiu:

> Nenhuma pista nos parece (e possivelmente ao próprio Foucault) mais fecunda – e a própria tematização da sexualidade no percurso do pensamento foucaultiano a coloca – que a relação entre sexo, verdade e produção de sujeitos. Não é despropositalmente, nos parece, que Foucault afirmava bem recentemente: "não é pois o poder, mas o sujeito, que constitui o tema central de minhas pesquisas". Isto quer dizer que a própria tematização do poder faz parte deste projeto mais ambicioso e complexo que é o de compreender a maneira pela qual um ser humano se transforma em sujeito e, especificamente, de que maneira pode um homem reconhecer-se como sujeito de uma "sexualidade". É aqui, nos parece, que Foucault fornece à Psicanálise e aos psicanalistas muitos elementos para que se questione sua prática e o quadro teórico que a fundamenta (CHAVES, 1988, p. 144).

É curioso que até 1981, como afirmou em entrevista para Silva (2021, p. 419), Ernani sabia sobre Freud "o que todo jovem estudante entusiasmado com a filosofia e com a história da cultura no Ocidente sabia", um "pequeno conjunto de clichês" em torno do inconsciente, da sexualidade e do complexo de Édipo. Aquele era também o momento em que se dava uma

recepção da psicanálise nos cursos de filosofia no Brasil, através de alguns estudos pioneiros nessa área desde a década anterior. A pesquisa demandou o esforço de se apropriar de um campo que se enriquecia com a circulação de pessoas e ideias. O fim dos créditos do mestrado coincidiu com o concurso para professor auxiliar do departamento de Filosofia da UFPA em 1982, no qual foi aprovado e assumiu imediatamente. Até a defesa da dissertação em 1986, Ernani voltava para São Paulo nas férias para estudar, pesquisar e encontrar a orientadora. Belém não deixava de ser, também, um centro de formação, encontros e debates. Um curso de especialização em filosofia das ciências humanas, com vários professores convidados por Benedito Nunes, levaria Roberto Machado em 1982 a conhecer a mesma ilha de Mosqueiro visitada por Foucault, e a se impressionar com o rio que tinha ondas como se fosse um mar (MACHADO, 2017). Em 1984, foi a vez do filósofo francês Félix Guattari incluir a capital do Pará em seu roteiro de palestras pelo Brasil, sendo suas falas traduzidas por Suely Rolnik e Peter Pelbart.

Nesse período, Ernani passou a ministrar cursos sobre psicanálise, ainda muito focados em Freud, mas já com alguma introdução de Lacan e do *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari nos seus conteúdos, com o estímulo de uma colega professora de psicologia. Naquela época, havia poucas traduções de livros, sendo aquelas para a língua portuguesa já bastante criticadas pelos filósofos, e os trabalhos realizados circulavam em um ritmo relativamente mais lento que o atual. Ernani lembra que Joel Birman, que defendeu na USP uma pesquisa de doutorado intitulada *A Constituição Histórica Da Psicanálise*, lhe emprestou uma cópia de sua tese quando o visitou em São Paulo em 1984. Aquela era a única cópia que Birman tinha do próprio trabalho e ficou com Ernani em Belém por um ano. Já o curso sobre o sentimento de culpa em Freud que Luiz Roberto Monzani ministrou na PUC-SP em 1983, chegou até ele através de uma amiga de Belém, em uma transcrição feita à mão.

Com os novos interesses e experiências, voltar para Belém como professor da UFPA foi um “desafio”, como ele mesmo denominou. Especialmente por trabalhar com Freud e Foucault em um contexto de estudos filosóficos no qual estes autores causavam estranheza, ou ministrar cursos sobre Freud e Lacan sem ser psicólogo ou psiquiatra. Ele encontrou apoio nas poucas professoras interessadas em psicanálise nos Departamentos de Psicologia Social e Psicologia Clínica (que correspondem à atual Faculdade de Psicologia da UFPA). Segundo Ernani, o curso de psicologia havia sido criado e tinha predominância de behavioristas, formados nos grandes centros dessa perspectiva clínica e teórica: a UnB, a UFSCar e a USP. Embora pudesse ser encarada em alguns contextos como representativa de discursos normalizadores, a psicanálise

se tornou na UFPA uma alternativa para questionar determinadas noções de clínica e mesmo sexualidade.

Na Filosofia, a psicanálise estava mais distante no horizonte. Não por total desconhecimento, mas, por exemplo, pela leitura crítica que o influente professor Benedito Nunes (fundador do departamento) tinha da literatura psicanalítica e de alguns de seus usos na crítica literária, área na qual atuava. Mas Ernani afirma que o desconforto do debate que levantava nessa área tinha uma razão maior:

> A psicanálise trazia consigo a "impureza" da sexualidade. E eu, estudando Foucault e Freud ao mesmo tempo, era duplamente impuro. A ortodoxia filosófica, que existe em qualquer lugar, nunca viu com bons olhos meu "descaso" para com os "clássicos". Novamente entra em cena a "maestria" de Benedito Nunes, que me deu suporte e acolhida (2021, p. 425).

A ideia de "bissexualidade originária" tinha uma importância notória na teoria psicanalítica, ainda que pudesse provocar certo espanto aos ouvidos menos familiarizados. Ernani não lembra de haver discussões acirradas sobre essa questão naquele momento, mas essa noção se tornava um argumento teórico na crítica do que hoje pode podemos chamar de "binarismo", especialmente pela sua relação com o conceito freudiano de pulsão.

A atuação de Ernani como professor trouxe Freud e a psicanálise para as disciplinas da graduação em filosofia da UFPA (o programa de pós-graduação, inicialmente com um curso de mestrado, seria criado apenas em 2010). Em termos gerais, isso implicava um reconhecimento de Freud como pensador, e não apenas como clínico, e trazer um olhar crítico sobre suas traduções e apropriações. Mas as dimensões que essa circulação de ideias implicava eram ainda mais amplas, especialmente no que diz respeito a Foucault.

Ao longo da década de 1980, o jovem professor de filosofia ministrou uma série de cursos de extensão sobre a sexualidade no Ocidente e o pensamento foucaultiano, inclusive em programações de greves na UFPA e em seminários no Museu Goeldi. Em uma semana de história em novembro de 1982, seu discurso destoou radicalmente daqueles que debatiam no evento. O auditório estava cheio de estudantes marxistas e membros do movimento estudantil de várias vertentes, e o professor (então com 25 anos) criticou o partido, a ideia de revolução e a ideia de que a única causa seria a do proletariado, defendendo os "gays". Um estudante de história simpatizou com as suas ideias e o procurou. Formaram um grupo de três ou quatro pessoas que se consideravam anarquistas, e criaram um jornal, *Stultifera Navis*, que teve uma única edição. *Stultifera Navis*, ou "nau dos loucos" em latim, é uma pintura do renascentista holandês Hieronymus Bosch, analisada por Michel Foucault (2012) em sua *História da Loucura*, quando vê na obra uma representação de um costume primordial na invenção da

loucura na Europa. A pintura mostra um grupo de loucos em celebração, em um pequeno barco, no qual foram lançados para que deixassem sua cidade de origem. O barco vaga sem que seus passageiros se preocupem com qual das margens rumam, sendo rechaçados em ambas. É uma imagem de ambiguidade que serviu para nomear a "militância foucaultiana" (como Ernani nomeou para mim) que o grupo passou a exercer, reivindicando as causas sociais que não estavam na agenda dos movimentos locais. O jornal foi produzido com um mimeógrafo comprado pelo grupo e distribuído pelo campus da UFPA, reunindo textos que debatiam temas políticos realmente foucaultianos, como a "homossexualidade". O grupo fez uma pesquisa para salvar os documentos do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, desativado em Belém em 1982, intervenções em debates de saúde pública e esteve entre os primeiros na universidade preocupados com respostas para a aids.

A ampliação da agenda política durante a redemocratização chegava também na universidade e nos partidos com o esforço das feministas. Havia um grupo de professoras de ciências humanas preocupadas em discutir essa questão junto aos movimentos sociais, o que culminou na realização em 1985 do Seminário sobre a Mulher – Região Norte, na UFPA. O evento reuniu profissionais da saúde, pesquisadoras de diferentes áreas e ativistas do campo e da cidade. Duas mesas discutiram "sexualidade feminina" e "repressão", coordenadas pela atriz, professora universitária e ativista do movimento negro Zélia Amador. Ao analisar o relatório final do evento, a antropóloga Camile Barata (2022) observou um contraste traçado no debate entre um estímulo da sexualidade masculina por parte da sociedade e uma interdição da sexualidade feminina. Não há indícios, porém, de que noções como "homossexualidade" ou "bissexualidade" tenham aparecido, apesar da recorrência da noção de repressão. A relação mais evidente no discurso político sobre "a mulher" neste contexto parece ter sido com o marxismo e sua noção de trabalho, com certo espaço para as mulheres do campo. Vale notar que o próprio feminismo não era amplamente aceito na universidade e que nem todas as professoras ou mesmo pesquisadoras envolvidas com os "estudos sobre a mulher" se reivindicavam como tal.

Em 25 de junho de 1984, Michel Foucault morreu em Paris em decorrência da aids. Enquanto suas passagens por Belém passaram despercebidas pela imprensa, a repercussão de sua morte mostrou que os tempos haviam mudado. Uma coluna cultural afirmou que o mundo intelectual estava chorando a morte de "um dos mais importantes pensadores modernos" e que o Centro de Letras da UFPA teve o "privilégio de recebê-lo em 1978 quando proferiu palestra

a professores e alunos por três dias sobre sua obra".[13] Há nos jornais algumas narrativas estranhas, como a de que faltou luz na universidade naquela ocasião e o professor de um lugar ilustre como o Collège de France não se importou em dar aula sob a luz de velas. E há também uma expectativa sobre um lugar simbólico que Belém e sua universidade ocupariam enquanto espaços onde o filósofo lecionou. Se o Departamento de Filosofia da USP enviou um telegrama assinado por todos os seus professores para o Collège de France e programou conferências e mesas-redondas sobre Foucault, ao menos o exemplo do evento deveria ser seguido "aqui, já que o professor Benedito Nunes é um especialista no assunto". A imprensa ensaiava, assim, uma valorização da cidade pela presença de uma referência internacional, que a colocaria em pé de igualdade com um centro de produção de conhecimento reconhecido como São Paulo. A programação que a UFPA de fato organizou em homenagem ao antigo visitante teve uma repercussão considerável nos jornais.

A redemocratização do país tornava possível a veiculação na imprensa de debates e ideias que antes eram duramente restritas, como um longo ensaio de Ernani sobre a leitura que Foucault fez do *Banquete* de Platão no segundo volume de sua *História da Sexualidade*. Além de apontar a influência de Nietzsche na forma como Foucault analisou os clássicos gregos (o que por si só pode parecer inusitado para um texto que um jornal publicaria atualmente), Ernani chamava atenção para os valores implicados na possibilidade que os homens gregos antigos tinham de se relacionar com homens e com mulheres, e como a ideia de "homossexualidade" era insuficiente para compreender esses valores (CHAVES, 1987, p. 4).

Como Rubens Ferreira sugeriu, Ernani Chaves e Luzia Álvares foram dois nomes importantes na ampliação do alcance de ideias da universidade para outros espaços da cidade, ou ao menos do trânsito por entre diferentes espaços. Isso aconteceu em decorrência da conversão dos jornais de grande circulação (aos quais os professores universitários tinham acesso) em meios do debate público. Mas também devido ao engajamento e ao trânsito dessas pessoas. Luzia era uma das mais respeitadas críticas de cinema de Belém, uma cidade de muitos cinemas e de um circuito intenso de crítica e cineclubes. Foi em 1986 que, em sua coluna Panorama, publicou um levantamento de filmes que abordavam a "homossexualidade", desde o *Querelle* de Rainer Werner Fassbinder até *Os Rapazes da Banda* de William Friedkin, passando por *O Exército Inútil* de Robert Altman. Ainda que tenha se esforçado em incluir filmes que retratam a sexualidade de mulheres, claramente teve mais dificuldade em encontrá-

[13] O Diário do Pará. Um pensador moderno. Poliarno - Lana, Caderno Sociedade, p. 7.

los. Não cabe aqui analisar profundamente a sua lista, mas podemos pensar sobre qual sentido de "homossexualidade" estava sendo publicado.

Querelle, por exemplo, é um filme em que não se fala em categorias, mas no qual as práticas induzem uma tensão entre desejo e repulsa entre os personagens. Último filme do alemão Fassbinder, mas inspirado na obra do francês Jean Genet, se passa em uma cidade portuária onde o dono do bar joga dados com os marinheiros. Se eles ganham, podem transar com a sua esposa; se perdem, são penetrados por ele. A tensão entre os corpos masculinos é muito forte, e, em dado momento, a mulher se desespera ao ver que não há mais lugar para ela. A fluidez do desejo de alguns personagens e a recusa ou distinção do objeto de desejo de outros pode levantar muitas discussões sobre classificações. Mas não era isso que contava. *Querelle* foi considerado um filme sobre "homossexualidade" porque suas *práticas* foram classificadas através do levantamento de Luzia. Afinal, a recepção do filme na crítica local não se preocupou com a presença de determinadas práticas e insinuações no filme, pois se tratava de um público especializado que estava familiarizado com a obra de Genet. No máximo, outros críticos afirmaram que Fassbinder adaptou a obra de forma grosseira, reduzindo-lhe a uma "orgia fálica".

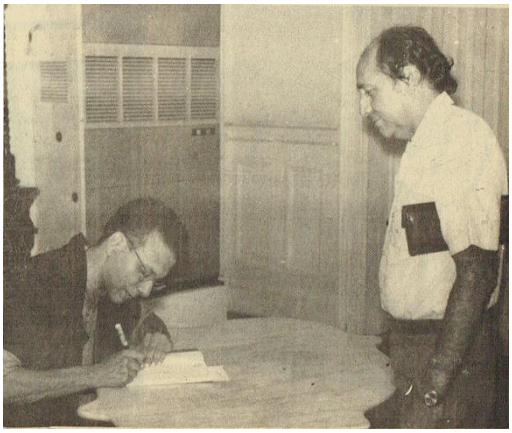
O texto de Luzia realmente estimulou algum debate, inspirando um ensaio de Ernani sobre *O Beijo da Mulher Aranha* de Héctor Babenco e uma reflexão do crítico Acyr Castro sobre as dificuldades de se falar sobre o tema. Castro era, na época, secretário estadual de cultura, desportos e turismo, e revelou que "quase apanhou" ao discutir abertamente o problema da "homossexualidade" em uma reunião do Fórum Nacional de Secretários de Cultura em Brasília, na qual era discutida a vindoura Assembleia Constituinte. Segundo ele: "Todos temem debater às claras a homossexualidade exatamente pelo fato, nu e cru, de que não existe homossexualismo estritamente falando e, em consequência, heterossexualismo. O que há são desejos hetero e/ou homossexuais, o que complica bem a situação".[14] Este seu foco nas práticas seria por uma impossibilidade de classificar o sujeito. Há um reconhecimento de uma fluidez da sexualidade que não poderia ser englobada em uma categoria, diferente das práticas. A categoria "bissexual", ainda que fosse lembrada, também seria certamente rechaçada.

Logo depois Castro afirma que, quando o mundo do cinema passasse a pensar seriamente o que Ernani chamava (segundo ele) de "questão da identidade homossexual", se poderia dizer que foi o cineasta Arthur Hiller quem abriu "uma fresta para ver dois homens (de verdade) fazendo o amor diante das câmeras". Castro se referia ao filme *Fazendo o Amor*, no

[14] O Diário do Pará, "Tema Tabu", por Acyr Castro, p. 2. 8 de abril de 1986.

qual um homem casado tem um caso com outro homem, sendo ambos masculinos. A ênfase que o crítico dava às práticas já era resultado de um acúmulo de referências nas quais a caracterização de uma "bicha" não era mais necessária para se falar em "homossexualidade". Ainda era, porém, preciso especificar que não estava falando de "bichas" em um contexto em que diferentes noções de sexualidade coexistiam.

Figura 6: Ernani Chaves autografa *Foucault e a Psicanálise* no lançamento do livro em Belém.



Fonte: *O Diário do Pará*, "Foucault, segundo Ernani Chaves", por Ana Araújo, p. D-2. 6 de agosto de 1988.

Categorias relacionadas à fluidez e à ambiguidade da sexualidade apareceram nesse momento como formas de classificar personagens no cenário artístico da cidade. Falarei delas no próximo capítulo. Pensando a circulação de atores e ideias da universidade, porém, vemos uma ideia de "homossexualidade" relacionada a práticas que parecia à vontade com uma valorização da ambiguidade ou um reconhecimento da fluidez, quando era o caso. O lançamento da dissertação de mestrado de Ernani em forma de livro, em 4 de agosto de 1988 no Museu da UFPA, foi noticiado como um evento badalado e disputado (Figura 6). Ele também virou notícia, dessa vez no caderno policial, junto de outros professores e estudantes após a realização de um seminário sobre a maconha na universidade. Mas sua maior intervenção pública foi a participação em *Genet* no ano anterior.

O professor era amigo de Luís Otávio Barata, dramaturgo conhecido na cidade e que trabalhara na década de 1960 com o cenógrafo Josef Svoboda na Tchecoslováquia. Segundo o historiador Kauan Nunes (2019), Barata e outros ex-alunos da Escola de Teatro da UFPA criaram o grupo Cena Aberta em 1976. Conforme ouvi, o grupo tinha uma proposta experimental e de contestação política desde seu primeiro espetáculo, *Quarto de Empregada*, em que Zélia Amador de Deus era uma patroa negra, Margaret Refkalefsky uma empregada branca e o público as assistia do palco enquanto as duas contracenavam na plateia. Barata era "homossexual" e tinha uma relação amistosa com as "travestis" da Praça da República,

deixando após a sua morte uma série de colagens e desenhos que reuniam temas como homoerotismo, aids e teatro. Foi ele quem recebeu, em 1976, uma amiga do Teatro Oficina, de São Paulo, que voltava trazendo um amigo dela dos Estados Unidos para o Brasil, o jovem James Green.

Ernani também havia sido aluno da Escola de Teatro da UFPA. Segundo ele, Barata era fascinado pelo prefácio escrito por Jean-Paul Sartre ao livro *Nossa Senhora das Flores*, de Genet, e o convidou para discutir o texto com a intenção de montar um espetáculo. Após ler o prefácio, Ernani afirmou que as ideias de Sartre no texto pareciam ultrapassadas, e que seria melhor pensar algo a partir de Foucault, sugestão que o amigo aceitou. O filósofo tornou-se um colaborador do projeto na preparação do elenco e na montagem, e acabou substituindo um dos atores.

Genet, o Palhaço de Deus foi um marco. O beijo de dois homens escancarava o cartaz. No interior do teatro, atores e atrizes nus, com uma dramaturgia desenvolvida em forma de laboratório. Em dado momento, formava-se uma orgia com corpos e frutas. Conta-se que algumas pessoas vomitaram quando assistiram ao espetáculo. Genet havia morrido em 1985 em decorrência da aids, sendo um importante intelectual "homossexual" e considerado um mártir marginal. O espetáculo tinha inspiração em cinco livros seus, consistindo em uma colagem de cenas independentes que refletiam sobre a relação do ser humano com as instituições, a religião, a sexualidade e o corpo (NUNES, 2019, p. 112). Foi acusado de ser pornográfico, panfletário e de fazer divulgação da "homossexualidade".

Wlad Lima não participou do espetáculo, mas lembra que acompanhou toda a "merda" que deu. Ela afirma que a cena das frutas consistia em um posicionamento dos atores (a maior parte homens) diante de uma cesta de frutas, nas quais começavam a se lambuzar. Depois, aparecia uma outra cesta de frutas, que eles ofereciam à plateia como um convite. As pessoas saltavam para trás, apavoradas e constrangidas. "Mas também era um elenco no-jen-to!", ela acrescenta. Não pude deixar de perguntar se os atores transavam de verdade, ao que ela respondeu: "Eu dizia pro Luís Otávio 'Esses filhos da puta tão trepando, Luis Otávio!', ele achava graça e dizia 'Deixa os meninos...'".

Figuras 7 e 8: Genet, o Palhaço de Deus

Fonte: *O Liberal*, matérias de 1988. Recortes do acervo pessoal de Chico Vaz.

O espetáculo estreou poucas semanas antes da extinção da censura no Brasil, e ainda precisou ser apresentado (com roupas e sem as cenas de sexo) para enganar a censora, que dormiu enquanto assistia e acabou liberando a sua estreia. Analisando a dramaturgia, Nunes viu entre os títulos das cenas "Procissão simbólica", "Punheta 1", "Enrabação", "Punheta 2", "Cena final – a celebração do corpo" e "Batizado de Genet – Padrinhos". Os padrinhos eram um cafetão, um "veado", um marinheiro e uma "travesti":

> "Eu te batizo, Genet, para a vida e para o mundo, e te ofereço a minha merda, para que tu aprendas com ela, que onde há fedor de merda há cheiro de ser", diz o cafetão, em uma referência a peça radiofônica, de 1948, do francês Antonin Artaud, *A busca da fecalidade*. O veado, para o batismo, o oferece o "orgulho de ser viado e a coragem suicida da exaltação desse orgulho", bem como a travesti oferece a "coragem de recusar este mundo à procura de novas regras de vida, para que através de um novo universo seja possível ver o outro mundo". Por fim, é o personagem do marinheiro que oferece sua lucidez para Genet, já que acredita que "através da abjeção, é possível construir o paraíso de uma nova santidade" (NUNES, 2019, p. 121, grifo do original).

Não é de surpreender que Nunes tenha escolhido analisar a sexualidade no conjunto da obra de Barata à luz da teoria queer. Acredito que as referências marginais, literárias e filosóficas na cena do batismo são de um pensamento radical em um momento de mudança, no qual se cruzam as noções de orgulho e abjeção (com a "travesti" que mais parece Foucault falando), mas também se cruzam categorias populares com convenções do movimento homossexual da época.

Ainda na descrição feita por Nunes da cena do batismo, o uso da categoria "veado" ou "viado" não parece ser pouco importante para Barata. Principalmente, a distinção que percebemos na sua dramaturgia entre "veado" e "travesti". Ouvindo Wlad Lima em entrevista, parece seguro supor que ele próprio se reconhecia nessa distinção. O mundo que encontramos na obra de Genet, afinal, é profundamente masculino, e provocou inclusive o estranhamento de Wlad, que afirmava para ele que, sendo lésbica, não conhecia esse mundo de michês e

marinheiros por dentro. Aquele era também o universo masculino da Praça da República, em seus marinheiros, boêmios e michês. Segundo ela, Barata ria e afirmava que ele conhecia muito bem.

Um texto publicado na revista Cuíra por Wlad em parceria com o estudante de filosofia Jonatas Filho, cruza declarações de Sartre e Genet sobre ser "pederasta" e "veado" com uma ideia de orgulho inspirada em *Genet*:

> A sociedade brasileira em geral tem um grande preconceito em relação às pessoas que vivem sua sexualidade sob esse prisma e por isso estigmatiza tais cidadãos com cognomes pejorativos: são bichas, veados, sapatões, maricas, mulher-macho, fresco, saboeira, etc... Com isso podemos ter uma ideia do grau de perseguição social e de humilhações de todo tipo, seja de ordem moral, religiosa, familiar, cultural e até mesmo física que envolve a vida dos classificados como homossexuais (aqueles que se relacionam eroticamente com seres do mesmo sexo). Isto faz com que mesmo entre os "homossexuais" haja autodiscriminação e auto-desprezo, pois reproduzem em seus julgamentos os padrões exigidos na sociedade[15].

A revista Cuíra era do Movimento Universidade Popular (Unipop), criado em 1987, no qual os autores do texto eram educadores populares. A desconfiança de ambos com as classificações da sexualidade os leva a utilizar uma categoria que parece mais neutra em relação às que corriam como ofensas a homens e mulheres, e assim a ideia de "homossexualidade" assumia um sentido bem abrangente.

Mesmo que a participação de Ernani como ator tenha sido curta, e ele não tenha seguido com o espetáculo para iniciar o seu doutorado na USP, a presença de um professor de filosofia da UFPA nu em uma peça sobre sexualidade tornou-se emblemática. Uma vez que a peça foi duramente criticada por um jornalista, Barata pediu para que Ernani fizesse a defesa intelectual do projeto na imprensa: "eu respondi com um texto super foucaultiano [risos]". O prosseguimento da polêmica exigiu que uma segunda resposta fosse publicada. *Genet* foi selecionado para representar a região Norte no Festival Brasileiro de Teatro Amador de 1988, em Brasília, onde também provocou polêmica, dividindo a opinião do público e da crítica. O texto de apresentação escrito por Ernani para o festival revelava a preocupação com os efeitos que a epidemia de HIV/Aids poderia ter no próprio sentido de sexualidade:

> Se ler Genet significa um constante combate com os preconceitos do leitor, encená-lo constitui um desafio maior: desafio estético existencial e político, numa circunstância histórica onde é necessário resistir para que o corpo, a sexualidade e o desejo não venham a significar apenas e exclusivamente uma caixa de preservativos[16].

[15] Cuíra – Revista do Instituto Universidade Popular, ano 2, n. 3. Os Palhaços de Deus. Cultura, p. 40-45, ago-dez, 1988. Acervo pessoal de Chico Vaz.
[16] Informativo do Festival Brasileiro de Teatro Amador – FBTA-88, n. 2. Genet, o Palhaço de Deus. p. 17, 1988.

A figura de um professor de filosofia, assim, tornava-se importante para legitimar o experimento artístico diante das críticas. Já a amizade de Barata com "travestis", às vezes convidadas para se apresentarem ou para assistirem os espetáculos, fez do Cena Aberta um espaço de ativismo também quando os atores se mobilizavam pela libertação de "travestis" presas pela polícia na Praça da República. Não é de causar surpresa que, como observou Franco (2018), integrantes do MHB tenham visto na cena teatral um precursor de seu movimento homossexual em Belém.

5. A nostalgia do "bofe"

O trabalho finalizado em 1982 sobre as "lésbicas" no Rampa's sob orientação de Anaíza Vergolino era de conhecimento de poucas pessoas, uma vez que se encontra perdido. As demais pesquisas feitas sobre "homossexuais" e outras categorias relacionadas à sexualidade até o fim do século foram também de circulação restrita até esforços recentes de elaboração de uma trajetória do campo, principalmente o trabalho de arquivo de Mílton Ribeiro (SILVA FILHO, 2012; RIBEIRO, 2017). O mais antigo trabalho ao qual temos acesso atualmente é o trabalho de conclusão de curso de Telma Amaral Gonçalves, então estudante de ciências sociais, *Homossexualidade: representações, preconceito e discriminação em Belém* (1989). Em entrevista, Telma recordou das dificuldades que teve para encontrar uma possível orientadora, de forma que o tema da "homossexualidade" não parecia tão relacionado aos estudos "sobre a mulher" às vésperas da recepção do conceito de gênero. Curiosamente, sua entrevista acabou por revelar algo que não aparecia nos levantamentos até então: duas colegas de turma suas defenderam trabalhos sobre o mesmo tema, embora com procedimentos metodológicos diferentes e cujos registros não existem no sistema de bibliotecas da UFPA: *Homossexualidade: uma discussão em torno do preconceito e da discriminação*, de Sandra Sueli Lobato Mendes e *Homossexualismo e o preconceito social em Belém*, de Jociléia Pereira Rendeiro. Àquela altura também, os termos "homossexualidade" e "homossexualismo" eram alternados pelas estudantes de forma quase indiscriminada. As três estudantes, entusiasmadas e curiosas com o tema após a realização e um trabalho em grupo, foram orientadas pela antropóloga Maria Angelica Motta-Maués.

Telma reuniu um grupo de "homossexuais" e um de "heterossexuais", sendo homens e mulheres, através de uma série de entrevistas individuais. Seu material nos permite perceber alguma tendência de aceitação da "homossexualidade" naquele momento, mas também uma inevitabilidade da oposição entre pessoas "homossexuais" e pessoas "normais" (uma vez que o

termo “heterossexual” era de circulação quase ínfima). Um interlocutor de Telma afirmaria em 1988 que não gostava de “ser visto perto de homossexuais porque todo mundo logo pensa que eu sou da mesma laia deles” (GONÇALVES, 1989, p. 23). Todas as pessoas que afirmaram para a jovem estudante de ciências sociais terem tido algum contato com “homossexuais” descreveram seus sentimentos de “incômodo”, “nervosismo”, “embaraço” e “tensão”. A própria pesquisadora, ao visitar a casa de um casal de mulheres para uma entrevista, sentiu um embaraço quando elas a levaram para o quarto e uma delas saiu do banho de toalha.[17]

A formação, não apenas de uma oposição binária, mas da inevitabilidade dela, estabelece dois lugares sociais definidos por entre os quais não haveria a possibilidade de fluidez ou mesmo de proximidade, como na Belém que admirou o colaborador do Lampião uma década antes. Cria também a necessidade de “assumir-se”, experiência especialmente dolorosa no ambiente doméstico, inclusive por pais e mães que mantinham em segredo para os filhos suas práticas sexuais. Foi com emoção que o casal de entrevistadas confessou à pesquisadora que tinham de manter o relacionamento em segredo para os próprios filhos.

Telma percebeu que ainda era bastante fortalecida uma ideia de “homossexualidade” norteada pelo que chamou de “padrão heterossexual”, isto é, uma relação entre uma figura cuja expressão de gênero era tida como feminina e outra como masculina. Assim, a “bicha” não se relacionava com outra “bicha”. É interessante notar que seu próprio estudo já promovia um encontro conflitivo de categorias ao definir esse padrão de classificação como “heterossexual”. Mas isso não quer dizer que outras convenções não estivessem circulando.

A categoria “bissexual”, por sua vez, não era pensada previamente para a pesquisa, e apareceu devido a conflitos êmicos de pessoas que se identificavam como homossexuais em uma miríade de sentidos:

> A questão da bissexualidade que recebeu quatro abordagens diferentes. A primeira, associada ao indivíduo que sempre teve relacionamentos heterossexuais e a partir de um determinado momento passa a ter um relacionamento homossexual. Na segunda análise, encara-se o bissexual como o indivíduo que alterna relações homossexuais e heterossexuais. Uma terceira abordagem é a que considera esta alternância de relacionamentos só que como uma forma de homossexualidade mais avançada ou mais ampla. Por fim, um dos informantes considerou o seguinte: “...eu acho que o bissexual ele não existe (...) ele é um homossexual camuflado. Eu acho que ele seja mais homossexual que heterossexual” (GONÇALVES, 1989, p. 26-27).

[17] “É preciso ter em mente que a superação da atitude preconceituosa e a assunção de uma prática social liberta dos preconceitos é um processo lento e conflituoso. Um exemplo disso é que eu, pesquisando acerca do preconceito, em alguns momentos me flagrei tendo atitudes de discriminação semelhantes àquelas que estava tentando analisar” (GONÇALVES, 1989, p. 67).

Essa grande inquietação com a ambiguidade, que ia desde uma valorização até uma negação completa, aparecia mesmo sem a provocação da pesquisadora durante suas entrevistas, mas não apareceu entre pessoas classificadas como "heterossexuais". A ideia de uma oposição entre dois grupos definidos, como um "nós" e um "eles" era mais perceptível entre pessoas "heterossexuais", fossem elas sujeitos pesquisados ou pesquisadores. O termo "heterossexual", porém, é empregado como um recurso analítico e não deve ter aparecido emicamente com frequência, como explicou-me Telma em entrevista.

Na universidade, como vimos, a "homossexualidade" não era um tema de interesse tão expresso para debate, razão pela qual Telma desistiu de realizar sua pesquisa sobre o tema com interlocutores presentes nesse espaço. Três anos depois, entrava no curso de história o jovem Ronaldo Trindade, que nos oferece uma descrição interessante de sua experiência como estudante em uma instituição que ainda começava a superar a moralidade da ditadura em muitos aspectos:

> Até 1992, tinha uma brincadeira absolutamente homofóbica, *LGBTfóbica* que era assim: o povo via quem que era gay e quem que era sapatão e tava na encolha e pegava o nome e fixava no bloco B, que era o bloco de História. Aí quando a pessoa via o seu nome, ficava desesperada, corria pra apagar o seu nome [...]. Aí essa tradição acabou quando nós entramos lá, porque colocaram o nosso nome, nós sentamos numa cadeira e começamos a fazer a festa [...]. Aí nós começamos a politizar isso, criamos uma chapa do centro acadêmico que a maior parte de nós éramos gays [...]. A questão da afirmação homossexual era muito forte naquele momento, porque a gente tava meio que arrombando portas" (Ronaldo, 2022, grifo meu).

A expressão "LGBTfobia", é claro, não existia, mas parece apropriada em sua narrativa para se referir à relação de violência do passado, em que a própria categoria "homofobia" ainda não circulava para muito além do movimento organizado de homossexuais. Ronaldo e a geração que entrava com ele na UFPA participaram de uma virada política na cultura universitária, em que a esquerda assumia um papel político e teórico definitivo após a redemocratização. O movimento estudantil, do qual ele participou, ajudou a levantar debates sobre feminismo e "homossexualidade" que iam desde a formação de chapas orientadas por essas questões para as eleições, até a exibição de filmes de Fassbinder nas semanas acadêmicas.

A virada para a década de 1990 tornou mais visíveis os avanços de determinadas mudanças na universidade e na cidade. Os esforços de pesquisa, a institucionalização de um campo "sobre mulheres e relações de gênero" e a formação dos primeiros programas de pós-graduação sinalizam isso. Antes de ser criado o mestrado em psicologia na UFPA em 2006, professores da psicologia como Ernani Chaves e Ana Cleide Moreira trabalharam na criação de dois cursos de especialização, ambos coordenados por André Barreto e sendo o primeiro em

1989. Os cursos contaram com a participação de professores de fora de Belém, como Neuza Santos Souza em uma disciplina sobre psicose. Moreira, que viria a fazer o doutorado na PUC-SP, ajudou a manter vivos o diálogo e a cooperação com a universidade paulista.

Estes cursos caracterizam um contexto curioso: o único centro de formação em psicanálise de Belém de que se tem notícia até então havia sido o Colégio Freudiano de Belém, que iniciou suas atividades em 1987 e teve uma vida curta. Segundo Jane Russo (2006), até 1987 só existiam sociedades psicanalíticas reconhecidas em Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, além de núcleos em Recife e Brasília. A década de 1980 foi um momento de expansão das instituições para outras capitais do sudeste e do nordeste, que coincidiu com a difusão da formação lacaniana, isto é, inspirada pelas releituras de Jacques Lacan sobre as teorias de Freud. Entre o fim da década de 1980 e a segunda metade da década de 1990, a formação em psicanálise em Belém seria principalmente através desses cursos de especialização com professores da UFPA e da Universidade da Amazônia (UNAMA), uma instituição privada. Em um momento no qual não havia escolas de psicanálise na cidade, as universidades cumpriram o papel de formação e divulgação qualificada da psicanálise para pessoas que já eram psicólogas. Como é sabido, a universidade e a estrutura de seus cursos de formação não são consideradas espaços adequados de formação de psicanalistas por esses profissionais, embasados na posição do próprio Freud, mas as circunstâncias históricas levaram essa instituição a contribuir para esse processo em condições temporárias e específicas no caso de Belém, como contou Ernani.

Em entrevista para Silva (2021), o professor de filosofia e psicologia afirmou que várias vezes teve que responder à pergunta “por que você continuou em Belém?”, que ele considera: “uma pergunta muito chata, porque expressa a ideia de que só existe vida intelectual no Brasil se você estiver no chamado sul-sudeste, ou ainda, para os mais ‘radicais’, no eixo Rio-São Paulo”. Para ele, Benedito Nunes foi um exemplo muito próximo que contrariou essa lógica. Ernani conta que recebeu alguns convites para se transferir da UFPA para universidades do “sul-sudeste”, quando era mais simples se transferir de uma universidade federal para outra, sem a necessidade de haver vagas disponíveis: “Não quis, por vários motivos, que vão da vontade de estar próximo de minha família ao fato de que eu me sentia comprometido, de um ponto de vista ético e político, a trabalhar na Amazônia, a devolver à minha gente o que eu havia aprendido”.

Outras áreas também passaram a colher os frutos dos trânsitos de professores provocados pelo amadurecimento da pós-graduação no Brasil. Entre 1990 e 1997, foi realizado na UFPA um curso de especialização em teoria antropológica, que ainda em 1994 daria origem

a um mestrado em antropologia. Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2019, p. 33), o fim da especialização em 1997 ampliou a demanda do mestrado, que alcançaria candidatos do Maranhão e do Amazonas, estados onde ainda não havia formação de pós-graduação nessa área do conhecimento (o mestrado seria extinto em 2003, quando passou a integrar um programa de pós-graduação em ciências sociais, junto ao departamento de sociologia).

A criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero "Eneida de Moraes" (Gepem) em 1994 permitiu a reunião e a formalização de um campo que remete às pesquisas de professoras da instituição desde pelo menos os anos 1970. Analisando as publicações originadas de seus seminários, percebemos uma produção que vinha principalmente das ciências sociais.

O Gepem foi formalizado já em um momento de debate em torno do conceito de "gênero", cuja recepção no Pará ainda não foi devidamente analisada. O estudo bibliográfico que Telma realizou sobre a recepção desse conceito na especialização em teoria antropológica (GONÇALVES, 1994), faz um esforço, ainda novo naquele contexto, de sistematizar o debate existente sobre o conceito na antropologia brasileira. O próprio Gepem mudaria seu nome com o tempo para sinalizar, em vez de um "grupo de estudos sobre a mulher", um "grupo de estudos sobre mulher e as relações de gênero". Essa coincidência cronológica entre a formalização do campo e a recepção do conceito de gênero levou a situações curiosas. Maria Angelica Motta-Maués publicou em 1993 o seu livro *"Trabalhadeiras" e "Camarados": Relações de Gênero, Simbolismo e Ritualização numa Comunidade Amazônica*, em que a palavra "gênero", presente no título, não é citada uma única vez. O livro era resultado de sua dissertação defendida em 1977 na UnB, e o termo foi incluído no título retrospectivamente após a autora concluir que o novo conceito condizia com as inquietações que trabalhou anos antes.

Assim, os trânsitos e as conexões de pesquisadores locais, cada um ao seu modo, foram fundamentais para o amadurecimento de pesquisas e contato com bibliografias e espaços de diálogo. Uma tendência nacional compartilhada em nível local foi o protagonismo da antropologia, como vimos, em um diálogo inter-regional que se estabelece principalmente a partir da VII RBA. As reuniões da ABA permaneceriam com este papel nas décadas seguintes, mesmo com a criação do curso de mestrado na UFPA na década de 1990, como contado na experiência de Izabela Jatene de Souza (1997) em sua dissertação de mestrado.

Além disso, o I Encontro Regional de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte/Nordeste, promovido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba) em Salvador em 1992, levou à fundação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (Redor). Esse evento foi um catalisador

para a formalização do Gepem em 1994, quando Luzia Álvares, uma das paraenses que participaram da fundação da Redor, tomou a iniciativa de criação de um grupo em Belém ao convidar pessoalmente uma série de pesquisadoras e pesquisadores para uma primeira reunião. Entre eles estava o jovem Ronaldo, que se lembra que participou e que a reunião foi realizada simbolicamente na Praça Eneida de Morais, em referência à escritora homenageada também no nome do grupo. As professoras feministas, que já há alguns anos tentavam articular um campo de estudos sobre a mulher na região Norte, investiam na ideia de criar uma rede e a edição posterior do encontro da Redor já seria realizada em Belém (ÁLVARES, 1996, 2010). "Era uma intenção declarada de instaurar o campo de estudos de gênero na Amazônia, nós tínhamos consciência do que estávamos fazendo", conta Ronaldo.

As pesquisadoras paraenses buscavam também assumir uma posição de pioneirismo e protagonismo ao criarem redes baseadas na ideia de "Amazônia", geralmente em torno de Belém. Isso se devia à necessidade de criar um campo local, expressa nos livros publicados dos seus seminários regionais, no esforço de mostrar que nessa região também há mulheres com realidades complexas para serem consideradas. Assim, se por um lado a mobilização dessa categoria geográfica buscava estimular o desenvolvimento dos estudos em toda a região, por outro, começava a colocar a capital paraense em uma posição de centralidade em um campo. Esse processo é explicado, para além da própria desigualdade regional (que se expressa, não apenas entre diferentes regiões do país, mas dentro de uma delas) pela longevidade da produção científica nessa cidade e pelo interesse institucional em tornar a UFPA, enquanto "universidade amazônica", um centro de referência representativo da região e equiparável aos de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro (MAUÉS, 1999; MENDES, 2007).

Como Ronaldo afirmou em entrevista, a Associação Nacional de História (ANPUH) seria menos receptiva, havendo uma resistência mais dura aos estudos de gênero em seus encontros, o que diferia, por exemplo, da ABA. Em entrevista, contou-me que as pesquisadoras e pesquisadores de gênero eram tratados muitas vezes com desprezo:

> As historiadoras estavam tornando relevante um tema que antes era chamado de perfumaria. Todo mundo que pesquisava gênero na minha época, o povo dizia assim, quando a gente tava participando da ANPUH e tal, "ah, o povo que pesquisa perfumaria, que pesquisa gênero, pesquisa sexualidade...", tinha um puta preconceito. E lá no Pará era tão pouca gente que pesquisava esse tema que todo mundo se conhecia. Mas eu lembro que apesar de ser muito pouco, eu sempre tive o incentivo de todos os professores.

As dificuldades de Ronaldo, então estudante de história, de conseguir acessar referências sobre sexualidade em sua própria área eram ainda maiores; uma viagem de sua orientadora a um congresso em São Paulo acabaria por acaso colocando-lhe em contato com o

trabalho ainda não publicado de James Green sobre a homossociabilidade no Vale do Anhangabaú, na capital paulista. Àquela altura, Green ainda se esforçava em *provar*, seja no Brasil, seja nos Estados Unidos, que a "homossexualidade" poderia ser estudada na história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, VERAS, 2018). Os planos de Ronaldo foram frustrados e seu trabalho de conclusão de curso acabou sendo sobre a história social das prostitutas de Belém. Isso denota diferenças que vão além do desenvolvimento institucional de cada região, mas também implica os campos de cada disciplina e o avanço do debate sobre sexualidade em cada um, inclusive em centros como Rio e São Paulo, ou mesmo Brown.

Outras diferenças que se somaram de forma relacionada a essas desigualdades, especialmente as de classe e gênero. Até então, o mestrado não era um requisito obrigatório para a docência universitária e esse estágio da formação permanecia frequentado pelos professores locais principalmente em outras regiões do Brasil. Se o acesso à graduação ainda era muito limitado para pessoas negras e pobres, a pós-graduação estava ainda mais concentrada nas redes de contato e possibilidades de estadia em outro estado por alguns anos. Exceções de estudantes graduados que conseguiam entrar em um curso de mestrado e se mudar (como o próprio Ronaldo ao ir para a Unicamp em 1996) eram encaradas com espanto.

Este processo contínuo de trânsito era limitado também para mulheres que se tornavam mães, e permaneceria até que os programas de mestrado, e depois de doutorado, começassem a ser abertos pelos próprios professores que voltavam no fim dos anos 1990. No caso das mulheres, maioria nos estudos que já então passavam a se associar ao conceito de "gênero", a necessidade local de migração para completar a pós-graduação provocaria descontinuidades na trajetória institucional do Gepem (ÁLVARES, 2009).

Categorias como "travesti" e "drag queen" emergiram como temas de interesse pelo crescimento de sua presença nos espaços da cidade, na segunda metade dos anos 1990. A primeira foi estudada com a formação de zonas de prostituição no bairro do Reduto, centro de Belém, na dissertação de Rubens Ferreira (2003), que percebeu a distância das travestis com relação ao movimento homossexual que começou a ganhar força na capital com a sua aproximação com o Estado, na virada do milênio. No caso das "drag queens", o desenvolvimento de um mercado de bares e boates voltado para o público de "gays" e "lésbicas" provocou o interesse de Izabela Jatene de Souza, já professora da UFPA, que concluiu o mestrado na instituição em 1997.

Souza viu nas "drag queens" uma figura nova na cena noturna de Belém, cuja maior evidência no contexto local a antropóloga datou em 1995. Décadas mais tarde, a artista e ativista

Sarah de Montserrat narrou o surgimento das “drag queens” em entrevista ao também artista e ativista Juliano Bentes:

> A diferença da transformista para a Drag Queen está principalmente nas questões visuais, hoje a drag, o que é a drag? É uma mulher exuberante, uma rainha exagerada. E o transformista não, o transformista tem aquela essência mais nostálgica [...], ele ressaltava e homenageava as grandes divas [...]. Quando surgiu esse segmento de Drag Queens, pra mim [...] elas eram loucas, elas jogavam sangue, se batiam, se quebravam, se jogavam lá de cima, isso tudo foi muito estranho [...]. São segmentos que nunca deixaram de andar juntos [...]. Eu nunca consegui perder essa essência [transformista]. Eu só me adapto (BENTES, 2020, p. 55).

A fala de Sarah nos mostra que a emergência de categorias não implica necessariamente na substituição ou no desaparecimento de outras, mas sim em novas diferenças (e combinações) produzidas e mudanças que se revelam nuançadas com o passar do tempo.

O trabalho de Souza, em especial, denota questões próprias daquele momento na abordagem de um tema novo como esse. Antes da publicação do livro *Problemas de Gênero* no Brasil e da difusão da teoria queer e do interesse acadêmico pelas drags, a solução encontrada por Souza foi pensar esse grupo como uma “tribo urbana” sob a ótica teórica da pós-modernidade. De forma geral, porém, ela seguiu, uma orientação teórico-metodológica de uma antropologia urbana inspirada na Escola de Chicago, como no trabalho de Telma quase uma década antes e como foi comum nos primeiros estudos sobre “homossexualidades” em outros lugares (FACCHINI, FRANÇA, BRAZ, 2014).

A politização da “homossexualidade” se fazia notar cada vez mais e estimulou aos poucos um reconhecimento da produção intelectual sobre o tema na UFPA. Por exemplo, o projeto de lei 1.151, da deputada federal Marta Suplicy (PT), que propunha o reconhecimento da união civil entre “pessoas do mesmo sexo”, levou a polêmica ao nível de serem consultados pesquisadores sobre o tema, quando Telma e Ernani publicam em 1997 um texto no lugar então emergente de “especialistas”. O debate sobre o “gene gay”, uma suposta origem genética da “homossexualidade”, também ganhava espaço nos debates e mobilizava jornalistas, pesquisadores e militantes. A cidade já estava se tornando outra.

Ernani lembra com humor de uma fala proferida em Berlim chamada “Sehnsucht nach einem bofe”. No ano 2000, em uma celebração dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”, uma extensa programação reuniu em determinado momento Ernani Chaves e Maria Angelica Motta-Maués em uma mesa sobre sexualidade, em que ele repetiu essa fala em português: “A nostalgia do bofe”. Nela, ele contava a trajetória de dois amigos brasileiros que migraram para a Alemanha. A experiência da migração os havia tornado diferentes, com uma maior consciência política e um convívio frequente com outros “gays”; um deles, inclusive, morava

em um “bairro gay” em Berlim. Segundo Ernani, os dois também tinham em comum a nostalgia do “bofe”. Nas férias, viajavam para o Brasil e faziam um tipo de roteiro turístico e sexual semelhante aos que os europeus faziam, com “homens”.

Os diferentes contextos locais assim expressavam uma diferença sexual, não apenas em uma relação de alteridade entre estranhos, mas também na saudade que uma mesma pessoa poderia ter de sua própria origem. A imagem que aparece nessa trajetória de mobilidade é um “Brasil” que conserva determinadas convenções e categorias. A apresentação dessa história por Ernani em um evento do “descobrimento” é uma provocação para pensarmos qual foi o Brasil que chegou ao século XXI. Olhando de mais perto para Belém, percebemos que diferentes visões de mundo contrastavam em um processo acelerado de mudança. A atuação de Ernani e de outros professores, a realização das primeiras pesquisas e a institucionalização dos estudos de gênero e sexualidade foram parte dessas mudanças.

A lógica classificatória que Peter Fry encontrou em Belém na década de 1970, que se estendia também às mulheres, estava já a se transformar quando realizado seu trabalho de campo. Essa transformação se intensificou a partir do fim da ditadura e parece ter uma relação próxima com o processo de redemocratização do Brasil. A politização da “homossexualidade” se deu se forma descontínua e dispersa, envolvendo diferentes atores, articulando diferentes formas de classificação e permitindo a ressignificação de espaços e eventos. Os grupos organizados que se propuseram a criar o discurso político de uma coletividade “homossexual” mobilizaram categorias mais ou menos diferentes e tiveram relações díspares com outros segmentos da sociedade, como outros movimentos sociais e o próprio Estado. Estas experiências ainda não foram suficientemente estudadas do ponto de vista coletivo e, especialmente no que diz respeito à AGB, permanecem pouco claras.

A principal expressão das mudanças classificatórias que se deram entre as décadas de 1980 e 90 é a segmentação de bares e boates, mesmo em seus públicos internos e em sua crescente visibilidade e aproximação com o centro da cidade. A universidade teve uma participação importante ao levantar debates que chegavam através de seus atores também ao teatro, à imprensa e ao cinema e à gestão cultural. As primeiras pesquisas que estão hoje acessíveis indicam tensões classificatórias e a emergência de novas e controversas categorias, dentre as quais está a “bissexualidade”. Mas, no que diz respeito a esta categoria, que controvérsias eram essas?

"Não tenho certeza se porque existem pessoas que se identificam como bissexuais existe uma identidade bissexual"

Eve Kosofsky Sedgwick, 1991

"Como existem grupos de gays, lésbicas e sei lá o quê, o próximo passo será arrumar um grupo de bissexuais, depois alguém formará uma associação dos heterossexuais que vai representar noventa por cento da humanidade".

Alceste Pinheiro para Claudio Roberto da Silva, 1995

"A questão da bissexualidade não é relevante apenas para auto-identificados bissexuais [...], é uma questão que deve ser colocada em qualquer estudo da sexualidade moderna no Ocidente".

Steven Angelides, 2001

"Só para aturdir os que, em se tratando do comportamento humano, são fanáticos da régua e compasso, poderia se colocar uma questão: o chamado 'bissexual' seria um heterossexual que transa com homem ou um homossexual que transa com mulher?"

João Silvério Trevisan, 2018.

Capítulo 3
O “bissexual” visto por entendidos: aids e ambiguidade

O conjunto geral de mudanças e surgimento de novas categorias da sexualidade em Belém privilegiou a complexa interação entre diferentes convenções sobre a “homossexualidade”, desde a sua classificação em relação às “bichas” até a sua politização. Como vimos, uma questão comum apareceu ao longo da articulação dos diversos atores que se envolveram nesses espaços e nessas discussões: a epidemia de HIV/Aids. Trata-se de um fenômeno que teve um efeito amplo sobre a cidade e que envolveu o surgimento de outras categorias, dentre as quais a “bissexualidade”. Existe, ainda hoje, uma carência de estudos sobre a história social da aids em Belém, seja nos campos disciplinares da história ou da antropologia, e o tema tem sido mais explorado localmente nas ciências da saúde e na psicologia. Neste capítulo, não deixo de apontar as relações entre a epidemia e os espaços, atores e processos que conhecemos no capítulo anterior, mas sua estrutura segue um caminho de gradual distanciamento.

Seu foco é o tensionamento de oposições classificatórias através da categoria “bissexual”. Como foi apontado em parte da bibliografia discutida no primeiro capítulo, a emergência dessa categoria tem uma relação importante com a epidemia de HIV/Aids, mas a analisarei para além dela. Começo apresentando a epidemia em um processo no qual ela foi ganhando sentido e forma através do tempo e como a “bissexualidade” se estabeleceu e depois se afastou de seu vocabulário. Problematizo, então, as noções de apagamento e de polissemia da “bissexualidade” e sua relação com abordagens mais difusas de ambiguidade, que envolvem outras categorias, como “andrógino” e “GLS”. Ao longo do capítulo, não deixo de considerar como essas questões são produzidas e percebidas no imaginário regional relacionado ao contexto belenense.

1. A aids e suas categorias

O advento da aids foi o principal deflagrador da circulação da categoria “bissexual” no contexto de Belém, incentivando certas formas de classificação da sexualidade em detrimento de outras, especialmente em espaços que se engajaram diretamente com a epidemia. Na imprensa, por exemplo, a categoria “bissexual” aparece pela primeira vez nas notícias sobre a nova doença nos Estados Unidos, em 1984. Na segunda metade da década, a epidemia também deslocou a “homossexualidade” do caderno policial, na qual se reproduziam conflitos das

camadas populares, e do caderno cultural, onde era anunciada a programação de shows e eventos, como vimos no capítulo anterior. Para pensar a produção de categorias da sexualidade em sua relação com a epidemia de HIV/Aids, porém, é necessário pensar a produção da própria epidemia e da própria aids.

As primeiras notícias apareciam em primeiras notas, algumas com teor de urgência, outras ainda com tom anedótico; não eram, portanto, consideradas de muita importância. Tratava-se de uma doença letal para a qual não havia cura ou vacina, e que inicialmente não se sabia que era causada pela infecção por um vírus. Ainda que inicialmente os "homossexuais" tenham sido apontados algumas vezes sozinhos como as vítimas da doença, a eles se juntou um arranjo de grupos, especialmente após a identificação do vírus que provocava a síndrome: "bissexuais", hemofílicos, viciados em drogas e imigrantes haitianos (estes últimos representativos do quanto as primeiras notícias reproduziam o contexto epidemiológico dos Estados Unidos). Se esses grupos eram descritos de forma enumerativa, sem qualquer aprofundamento, isso mudou à medida em que a epidemia avançou no Brasil nos anos seguintes.

Nesse primeiro momento, "homossexuais e bissexuais" pareciam corresponder a uma única e abrangente categoria. Se elas contrastavam com determinadas convenções e classificações da sexualidade que corriam em Belém, elas também não eram exatamente estranhas para muitas pessoas. Se os debates que se davam na universidade, nos movimentos sociais, no teatro e na imprensa desde o fim da década de 1970 já tratavam de noções de "homossexualidade" mais ou menos diferentes daquela das "bichas" femininas e das "saboeiras" masculinas, a "bissexualidade" ainda não parecia ter se deslocado do nível teórico da psicanálise. Isto não quer dizer, porém, que ocorreu uma incorporação de um discurso estrangeiro, que chegou na cidade já pronto e sem sofrer alterações. Em vez disso, a aids e sua epidemia foi e tem sido produzida discursivamente através do tempo, com o avanço do debate científico, as respostas governamentais e não governamentais, as mudanças no quadro epidemiológico nos contextos históricos que as acompanharam. Belém também foi uma cidade na qual se produziram pesquisas e se organizaram movimentos sociais e políticas públicas através das quais diferentes imagens da doença e da epidemia se formaram. Como as demais mudanças descritas nos capítulos anteriores, estas se deram também por meio da comunicação e do trânsito de pessoas por diferentes espaços e cidades.

A continuidade dessa formação discursiva está nas mudanças nas categorias operativas das respostas à epidemia, como na elaboração e posterior abandono da noção de "grupos de risco", mas também em dados científicos como os sintomas que compõem a síndrome. Tudo

isso por meio de debates e conflitos que envolveram atores dos mais diversos. As próprias formas de se referir ao quadro clínico foram várias em diferentes contextos por diferentes pessoas: síndrome da imunodeficiência adquirida, AIDS, aids, Aids, SIDA, AIDS/SIDA, SIDA/AIDS, HIV/AIDS e HIV/Aids. Todos os nomes implicam sentidos, posições e estratégias nos usos de maiúsculas e/ou minúsculas, em sigla e/ou extenso, em português e/ou inglês, na ordem em que essas escolhas se apresentam e diferenciando ou não a infecção em relação ao desenvolvimento da síndrome.

Quanto aos sintomas, os primeiros anos da epidemia levaram a alguns episódios nos quais o desconhecimento público parecia aumentar, em vez de diminuir, especialmente com o pânico moral incentivado pela imprensa. É o caso de uma nota de que a aids poderia ser diagnosticada erroneamente como esquizofrenia, pois o vírus em alguns casos poderia afetar células cerebrais, "fazendo o paciente perder o contato com a realidade e apresentar sintomas que vão desde alucinações passageiras até a demência". Isso teria sido constatado por um professor de psiquiatria de uma universidade na Califórnia, que constatou que um homem "bissexual" havia sido internado erroneamente em um hospital psiquiátrico. O psiquiatra estadunidense acrescentava que o aumento no número de casos de aids correspondia a um aumento no número de pessoas com sintomas psiquiátricos.[1]

A chegada da epidemia em Belém provocou pânico inicialmente nos espaços de sociabilidade segmentada e nos eventos, como no concurso Miss Pará Gay de 1985, que ocorreu na boate Xamego quase vazia; no ano seguinte, a "peste gay" não impediria mais o evento de lotar a casa (SANTOS, 2019, p. 51). Havia também uma preocupação potencial entre pesquisadores e gestores com a Amazônia brasileira, uma rota do comércio internacional de cocaína entre a América do Sul e os Estados Unidos, a Europa ocidental e mesmo a África ocidental. Para Richard Parker, a falta de controle sobre as fronteiras amazônicas do Brasil tinha um efeito direto sobre a epidemia no país:

> É possível rastrear, ano a ano e por rotas geográficas muito específicas, a propagação da infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis no Brasil durante o final da década de 1980 em relação a uma série de atividades destinadas a cortar o fluxo de cocaína da América do Sul (e especialmente da Bolívia) para o mercado dos Estados Unidos (PARKER, 1993a, p. 19, tradução minha).

Cabe lembrar que Belém, uma metrópole próxima da foz do Amazonas, é uma das principais saídas portuárias da região. Na imprensa da cidade, a atenção sobre o tema cresceu a partir de 1987, quando ficou mais clara a possibilidade de transmissão da doença entre

[1] O Diário do Pará, "Aids pode afetar células cerebrais", por Bernardino Santos, 21 de maio de 1987, caderno D, p. 3.

"heterossexuais" e o governo Reagan se pronunciou pela primeira vez nos Estados Unidos. Foi então que o imaginário da "ponte bissexual" ganhou força. Não por acaso, a própria temporalidade da doença mudou nesse momento: se no início não foi tratada com destaque e até restrita a notas, nas retrospectivas da década de 1980 publicadas no ano de 1990 o surgimento da doença já foi apresentado entre os grandes marcos históricos dos dez anos anteriores.

A "bissexualidade", então, passou a ser retratada como um agravante no risco de contágio, e os "bissexuais" descritos como figuras perigosas que estavam "espalhando" a doença para as pessoas que não pertenciam aos grupos originalmente associados a ela. É importante afirmar que os "homossexuais" não deixaram de ser apontados como supostos responsáveis pela transmissão do HIV e o crescimento da epidemia. Os homens "bissexuais" apareceram como uma "ponte", portanto, em determinados contextos discursivos, mas não todos. A emergência da "bissexualidade" no vocabulário da epidemia estava relacionada a uma associação entre "promiscuidade" e contágio.

Essa associação tem levado alguns autores a pensar a "bissexualidade" através das noções de poder e perigo de Mary Douglas (2010), seja no âmbito político em que se disputava a ideia de "opressão sexual" entre grupos gays, lésbicos, bissexuais e um governo de direita nos Estados Unidos (EADIE, 1993), seja no âmbito dos limites estabelecidos por convenções da sexualidade entre mulheres no Brasil (FACCHINI, 2008). Em ambos os casos, e de formas diferentes, a epidemia de HIV/Aids aparecia como disparadora de um contexto no qual a "bissexualidade" provocava uma tensão entre saúde pública e relações íntimas, entre política e corpo. Com a ambiguidade sugerida por essa categoria, como se poderia definir o "eu" e os "outros" sobre os quais se estava pensando a doença e a relação das pessoas com ela?

É interessante perceber que a categoria "bissexual" era uma dentre várias que ganharam evidência no contexto epidêmico como "impuras", e que essas diferentes categorias poderiam se relacionar entre si através deste imaginário. A "bissexualidade" poderia, inclusive, ajudar a "poluir" grupos e espaços já considerados "impuros", ou ajudar a explicar a causa de sua "impureza" por uma imagem sexual. Em 1987, por exemplo, foi noticiado que o advento recente dos "filmes bissexuais" estaria provocando um avanço da epidemia sobre a indústria pornográfica nos Estados Unidos, com o adoecimento de diversos atores e atrizes; a "bissexualidade", assim, levaria o perigo da aids que passava a ameaçar o próprio mundo da pornografia.[2] A moralidade exasperada dos discursos sobre a aids também chegou a colocar o

[2] O Diário do Pará. "Aids atinge indústria pornô", por Russell Kish, especial da UPI. Quarta-feira, 19 de agosto de 1987. Caderno D, p. 7.

"bissexualismo" como resultado negativo do uso de drogas, segundo um discurso público de um policial de Belém.[3] Essa relação entre uso de drogas e práticas sexuais seria, nesse caso específico, uma forma de salvaguardar a juventude.

Se havia um esforço político contrário nesse sentido, inclusive em Belém, era orientado pela categoria "homossexual", em um momento de concentração do vocabulário político (não sem as suas próprias descontinuidades e ambiguidades, como vimos no capítulo anterior), no qual a "bissexualidade" não era considerada. Isso levou ao cruzamento de duas ambiguidades no debate sobre a epidemia no Brasil: aquela que tensiona a oposição entre "homossexuais" e "heterossexuais" e aquela que tensiona as classificações da sexualidade. A primeira oposição se expressa na arbitrariedade da classificação pela imprensa apontada por Claudia Moraes e Sérgio Carrara:

> Conforme a ênfase que se queira dar ao assunto, a figura clássica do "pai de família que secretamente mantém relacionamentos homossexuais" será considerada como um homossexual que leva "vida dupla, oscilando entre a família tradicional e encontros clandestinos", um "bissexual" ou mesmo um "heterossexual" (1985, p. 24-25).

A segunda, também manifestada por Moraes e Carrara, na preocupação de autores como Néstor Perlongher e Richard Parker com o contraste das classificações da sexualidade presentes no vocabulário da epidemia de HIV/Aids em relação às demais descritas por Peter Fry. As leituras de Perlongher e Parker tinham tons diferentes quando eles afirmaram que as classificações de predominância popular deveriam ser consideradas nas atividades de comunicação, educação e prevenção. Ambas, porém, podem nos induzir a acreditar que havia um certo grau de "pureza" no Brasil no que diz respeito à circulação de categorias populares, e que o trinômio corrente no vocabulário da epidemia fosse um completo estrangeiro. Primeiro, devemos considerar que as categorias científicas não foram apenas incorporadas, mas também *produzidas* no Brasil ao longo do tempo. Além disso, ao observarmos de perto as mudanças nas convenções, classificações e mobilizações da sexualidade em Belém nos anos 1980 e 90, percebemos que já havia um processo em curso desde antes da epidemia, e que diferentes noções de "homossexualidade" circulavam por entre diferentes atores. A própria politização da "homossexualidade", que seguiu todo o processo de redemocratização na cidade, teve uma trajetória dinâmica em que uma categoria aparentemente nova e estranha como "gay" era mobilizada em 1979, uma década antes da relação entre "bichas" e "bofes" ser acionada para

[3] O Diário do Pará. "Traficantes perseguem estudantes diariamente", por Walder Pinho, da Editoria de Polícia. Segunda-feira, 22 de junho de 1987. Caderno Polícia, p. 7.

definir uma imagem política de violência já na entrada da década de 1990. A relação entre diferentes classificações era ambígua e múltipla, e não definida.

A categoria "bissexual" e o imaginário que se desenvolveu em torno dela também foram incorporados de forma dinâmica e não chegaram do contexto estadunidense com seus contornos prontos e sentidos definidos. Demorou alguns anos para que a "bissexualidade" ganhasse uma forma final no debate brasileiro sobre a aids, como vemos em uma nota publicada no *Diário* em 1990:

> Médicos debatem a conveniência de cirurgia em aidético
> Segundo Luiz Sérgio Leonardo, cirurgião paulista, pelo menos as operações de emergência em aidéticos devem ser feitas sem maiores delongas. As demais ficariam ao critério de cada cirurgião. Ele destacou que o maior problema de contaminação de Aids ocorre não no tratamento de homossexuais, que seriam logo reconhecidos pelo médico, mas com os transsexuais ou bisexuais, que não deixam transparecer ao cirurgião a vida que levam.[4]

A essa altura a categoria "aidético" já estava sendo criticada como uma forma de classificar as pessoas em função da doença, crítica que se estendia à noção de "grupos de risco" (GALVÃO, 2000). A definição e a denominação desses grupos, porém, ainda causava confusão. A nota não sugere um uso comum do termo "transsexual" – com dois "s" - para se referir a pessoas com práticas sexuais consideradas ambíguas, mas sim a falta de conhecimento de um profissional de saúde que precisava agora lidar com esse tema e responder sobre ele com algum tipo de autoridade. Por sua vez, o uso do termo "bisexuais" com apenas um "s" mostra o quão pouco familiar ou usual poderia ser essa categoria nesse contexto. Essa não foi a única vez em que a grafia do termo variou: "bissexual", "bisexual", "bi-sexual", "transsexual" e "polissexual" foram diversas vezes escritos sem constrangimento, em português, para descrever a mesma coisa.

Mais do que uma reprodução de fontes diversas e difusas, essa confusão ocorreu também no contexto belenense. Os primeiros casos na cidade foram registrados em 1985, levando às primeiras respostas por parte da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa), que realizou uma campanha de prevenção no fim do mesmo ano em parceria com o Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa). Em fevereiro de 1986, o chefe da Divisão de Controle de Doenças Crônicas Degenerativas da Sespa informou para a imprensa que não havia sido diagnosticado mais nenhum caso de aids na capital, pois a campanha "atingiu principalmente os elementos que fazem parte do chamado grupo de risco, que são os

[4] O Diário do Pará, "Médicos debatem a conveniência de cirurgia em aidético", Caderno Cidades, p. A-2. 28 de novembro de 1990.

homossexuais ou bi-sexuais, como os hemofílicos que estão sujeitos a contrair a doença".[5] A diferença na escrita com que "homossexuais" e "bi-sexuais" revela um estranhamento com a segunda categoria, e a sua enumeração lado a lado faz parecer que os gestores de saúde viam (ou tentaram ver) nessas pessoas um grupo social definido e possível de ser alcançado de forma satisfatória por uma campanha de prevenção.

O médico também afirmou naquela ocasião que o descontrole nos índices de contágio da doença estava nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, devido à sua concentração populacional e ao elevado deslocamento de pessoas para elas. Lá "a doença pode ser facilmente adquirida". Essa declaração, por parte de um gestor, indica um imaginário regional que relaciona população, urbanidade e sexualidade, além de uma influência desse imaginário sobre as políticas de saúde no contexto da epidemia. A comparação entre diferentes centros do país permitia a classificação entre cidades maiores e menores, nas diferentes condições supostamente articulavam sexualidade e saúde. A expectativa de que Belém, como uma cidade menor que São Paulo e Rio de Janeiro, não estaria vulnerável ao mesmo problema ou com a mesma intensidade é a materialização de uma ideia de região que veio a atingir diretamente a vida das pessoas. Antes do fim do mesmo ano, o Ministério da Saúde reconhecia o risco de não dispor de recursos para evitar a expansão da epidemia, "devido ao aumento de casos verificados entre bissexuais – antes restritos aos homossexuais".[6] Nos anos seguintes, Belém chegou a ser a terceira cidade do país com maior número proporcional à sua população em diagnósticos de infecção pelo HIV, e o estado do Pará assumiu desde então a liderança no número de casos na Amazônia brasileira. As expectativas originadas da comparação, afinal, deixavam de ver a real complexidade que a condição de Belém como centro regional demandava.

O Hemopa também realizou em 1989 um seminário de conscientização e prevenção sobre a aids. Falando para a imprensa, seu diretor fez referência a uma pesquisa sem maiores detalhes que pudessem identificá-la, que apontava que o principal meio de ser infectado "é [...] nas pessoas"[7] que usam drogas endovenosas, seguidas dos "bi-sexuais" masculinos e das prostitutas. No texto do jornalista, a categoria "bi-sexual" revela seu estranhamento e sua relativa indefinição; nas palavras do médico, o meio de transmissão e a classificação das pessoas se confundem a tal ponto que a frase se torna confusa. Os "homossexuais" não foram sequer citados nesse momento, o que sugere que os "bi-sexuais" e as prostitutas não foram mencionados como grupos vulneráveis, mas como os possíveis transmissores.

---

[5] O Liberal, "Campanha controla casos de AIDS", p. 16. 28 de fevereiro de 1986.
[6] O Diário do Pará, "AIDS: não há como evitar expansão", Caderno Nacional, p. 4. 21 de outubro de 1986.
[7] O Liberal, "Doadores afastam fantasma da Aids", p. 12. 7 de maio de 1989.

Como a descrição dos "grupos de risco" era carregada de moralidade, havia também uma distinção entre vítimas passíveis ou não de solidariedade e compaixão, como em duas mortes que ocorreram no mesmo dia no Ceará:

> A doméstica Maria Concebida e o operário Getúlio. Ela morreu em um sítio de sua família, para onde foi após descobrir que estava com a doença e sensibilizar a população do estado ao se dizer "preparada para enfrentar as consequências da Aids". Getúlio, por outro lado, era um "bissexual alcóolatra", e "não sensibilizou tanto por causa do seu passado", deixando tristes apenas os médicos e enfermeiros do hospital, que o viram perder 20 quilos em menos de quatro meses.[8]

É no ano de 1987 que o número de crianças infectadas começa a provocar maior preocupação. Informações dos Estados Unidos e do Brasil se confundiam e às vezes eram veiculadas de forma entrelaçada nas mesmas notas e matérias. As informações dos Estados Unidos geralmente apareciam como a vanguarda dos dados técnicos e científicos sobre a epidemia. Nesse momento específico, o relacionamento com um marido "bissexual" era frequentemente indicado como o terceiro "fator de maior risco", estando atrás do uso de drogas injetáveis pela mãe e da "promiscuidade sexual e prostituição", ainda que esta suposta ordem variasse. Outra notícia que vem dos Estados Unidos no mesmo ano é o do uso jurídico da aids para o divórcio, requerido por mulheres que descobriam que o marido era "homossexual ou bissexual". Em alguns casos, as mulheres conseguiam que os maridos fossem impedidos de ver os filhos do casal. O que a notícia não mencionava é que o mesmo estava sendo feito por homens contra suas esposas, como aconteceu com uma nora da atriz hollywoodiana Elizabeth Taylor, que teria sido infectada por um "bissexual já falecido", seria viciada em cocaína e promoveria orgias em seu apartamento. Essas acusações foram usadas contra ela pelo marido no processo de divórcio em 1988, quando ele conseguiu a custódia dos filhos para si após acusar a esposa de manter relações sexuais com ele depois de saber que estava com aids.

A exposição de celebridades foi, por si só, um fenômeno importante na construção de um imaginário sobre a doença e na circulação de categorias da sexualidade em torno dela. Um exemplo emblemático foi o cantor carioca de rock Cazuza. Os primeiros boatos de que ele estaria com a doença circularam ainda em 1985, descritos na imprensa de Belém como uma "especulação maldosa". Já em 1987, outro jornalista foi menos bondoso ao comentar a declaração de Cazuza sobre a influência que a cantora "lésbica" Ângela Rô Rô tinha sobre sua carreira: "Aí, ficou a dúvida: ninguém sabe se Ângela teve uma recaída ou se Cazuza trocou de time, arrependeu-se, não dava mais para voltar e assumiu uma eventual terceira dimensão". A relação sugerida entre os dois provocava uma dúvida acerca da própria sexualidade do cantor,

[8] O Diário do Pará, caderno Política Local, p. 5. 4 de julho de 1987.

no qual a ambiguidade correspondia a uma certa confusão. Foi nesse mesmo ano que um internamento misterioso provocou novas especulações sobre a doença que o artista teria, embora negadas por amigos, familiares e supostamente pelo lançamento de mais um disco.

Foi em 1989 que, ao retornar de Nova York, o cantor assumiu publicamente que estava infectado. Sua entrevista para a *Folha de São Paulo* foi republicada do *Diário do Pará*, na qual ele afirmava que estava com o "vírus da aids", mas que não tinha doença alguma e que estava inclusive melhorando. Em dado momento da entrevista, a conversa prosseguiu da seguinte forma:

> CAZUZA: Tenho relações muito íntimas com as pessoas. Além do meu pai e da minha mãe, tenho meu namorado que me adora e eu amo ele e um monte de mulheres que também me amam.
> FOLHA: Você é bissexual?
> CAZUZA: Sempre falei isso. E tem até muitas mulheres que já me falaram que nunca tiveram um amante como eu.
> FOLHA: E o que você vai fazer logo que chegar no Brasil?
> CAZUZA: Cuidar da minha vida. Tem disco, show, um monte de coisa.
> FOLHA: Você ainda faz planos?
> CAZUZA: Claro, muitos planos. Esse é que é o segredo para ficar vivo. Toda minha família é muito forte. Eu tenho certeza que vou viver pelo menos até uns 70 anos.[9]

Cazuza foi ostensivo com relação a sua sexualidade, ao mesmo tempo em que impôs um limite à curiosidade do jornalista. Mas deixar explícita a sua sexualidade não garantiu que sua "bissexualidade" fosse reconhecida, uma vez que ele seguiu sendo descrito como "gay" de forma generalizada, inclusive quando o tema em questão era a aids (na qual as categorias "homossexual" e "bissexual" supostamente tinham seu lugar). Cazuza morreu em decorrência da aids em julho de 1990. Sendo este um caso de enorme projeção, ele nos mostra como a circulação de determinadas categorias da sexualidade não conferia o mesmo grau de legitimidade a todas elas. Isso não tem a ver apenas com o fato de uma categoria "homossexual" já circular mais no país e uma categoria "bissexual" circular menos, como foi sugerido por Perlongher, por exemplo. A diferença na legitimidade conferida a cada categoria também está relacionada a convenções associadas a cada uma, especialmente de "gay" e "homossexual" como gerais englobantes e de "bissexual" como algo que não existe, ou como um descritor de práticas e não de pessoas (SEFFNER, 2016).

Como observado na pesquisa de Telma no contexto de Belém, a inevitabilidade de uma oposição entre "homossexualidade" e "heterossexualidade" parecia cada vez mais marcada na forma como as pessoas compreendiam o mundo. Diferentes noções de "bissexualidade", desde

[9] O Diário do Pará, "Cazuza confirma que tem o vírus da Aids", por Jose Carlos Camargo, D-8, 15 de fevereiro de 1989.

a negação total a uma idealização futurista, convergiam para reação geral de estranhamento da ambiguidade. Se o surgimento da epidemia provocou uma maior circulação da categoria "bissexual" na cidade, o princípio de que as pessoas "bissexuais" não existem também passou a circular com maior intensidade, seja na imprensa, seja em espaços de sociabilidade. A presença da categoria parecia provocar uma certa tensão que às vezes escapava das classificações fechadas propostas na forma de "grupos de risco".

Mesmo que às vezes distantes, a influência dessas notícias foi contundente. O pânico gerado sobre a sexualidade em decorrência da epidemia levou ao que foi descrito em algum momento como "AIDS psicológica" por profissionais da unidade de referência especializada em aids da Sespa. Ainda na primeira metade da década de 1990, o resultado de um teste demorava de 20 a 25 dias após a coleta do sangue, o que provocava crises de ansiedade e pânico em algumas pessoas. Essa unidade, que atendia principalmente pessoas de baixa renda, chegou a oferecer apoio psicológico durante o período de espera, quando se manifestavam "sintomas" e as pessoas assumiam que estavam com a doença, inclusive desacreditando dos testes negativos e solicitando novos. Uma assistente social que trabalhava na unidade chegou a afirmar em 1993 que: "algumas pessoas que se submetem ao teste não aceitam o comportamento sexual que têm e querem que o resultado dê positivo, para que a AIDS funcione como uma punição".[10]

Como argumentou Catherine Waldby (1996), o teste assumiu um papel fundamental nas mudanças classificatórias estimuladas pela epidemia. Apontado por Waldby como uma tecnologia biopolítica, sem deixar de reconhecer a sua enorme importância, o teste antirretroviral se tornou um momento de exame da verdade sobre a sexualidade de um indivíduo, no sentido foucaultiano. A autora acrescenta que a ênfase em determinados grupos levou à formação de uma relação entre a identidade "gay" e a prática repetida do teste. Olhando para o contexto que analiso aqui, podemos pensar como a aplicação gratuita do teste em unidades públicas de saúde pode ter permitido um aceleramento na aproximação de pessoas menos escolarizadas com classificações que até então eram de circulação mais restrita. Os resultados do teste e o questionário aplicado em forma de consulta clínica produzem ou fortalecem determinadas classificações. Por sua vez, a cobertura midiática demandava a revelação de números e diagnósticos de famosos e anônimos, que eram duplamente dados sobre saúde e sobre sexualidade. O próprio Cazuza parece ter percebido isso ao enfatizar que não era um homem "gay", quando foi cobrada a sua classificação por um jornal de ampla distribuição.

[10] O Liberal, "AIDS psicológica estigmatiza", Caderno Cidade, p. 4. 28 de março de 1993.

Para além do teste e da imprensa, as atividades de pesquisa também provocaram uma intensificação na utilização de determinadas classificações, especialmente entre os próprios médicos pesquisadores. Como vimos, categorias como "bissexual" não necessariamente eram familiares para pessoas mais escolarizadas, e o surgimento da epidemia pressionou a adoção de uma classificação em termos técnicos, ainda que às vezes confusos ou ambíguos. A aproximação de movimentos sociais engajados no combate da epidemia com a linguagem médica e a maior autoridade pública de alguns médicos estimulou uma interação em nível local. Em 1989 foi realizada a Reunião Científica da Sociedade de Virologia – Região Norte, com uma programação de três dias, no auditório da Faculdade de Medicina da UFPA. A aids era o tema do encontro, no qual foram apresentados aspectos da estrutura e replicação do vírus, aspectos clínicos, diagnóstico laboratorial, formas de prevenção e controle de doença. Participaram representantes do Ministério da Saúde, da Sespa, do Hemopa e do Gapa-PA.

A produção de conhecimento sobre HIV/Aids também se deu em Belém, em relação e comunicação com centros de pesquisa de outras partes do país. Ricardo e Marluísa Ishak, professores da UFPA e pesquisadores de saúde coletiva, publicaram naquele ano um artigo com outros colegas na *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo*, no qual apresentaram a testagem para a presença do HIV em amostras de soro de grupos populacionais dos estados do Pará e Goiás (ISHAK, et al, 1989). As amostras haviam sido coletadas entre 1974 e 1980, e o objetivo do estudo era verificar a ocorrência do HIV pelo Brasil antes da detecção da epidemia. A conclusão do artigo foi negativa. No mesmo número da revista, os mesmos pesquisadores estavam entre os autores de um artigo sobre a biossegurança em laboratórios, contribuindo para um debate que já durava toda a década de 1980 sobre os procedimentos que poderiam prevenir infecções no interior desses espaços (ISHAK, LINHARES, ISHAK, 1989). O artigo apontava o surgimento da aids como um fator importante que estimulou esse debate; a epidemia levou, por exemplo, a uma reconsideração sobre a frequência considerada aceitável de acidentes de perfuração no manuseio de seringas, agulhas e vidros quebrados, além da maneira correta de descarte destes objetos. A experiência do casal Ishak é importante por mostrar como a ciência se mobilizou com relação à epidemia em nível local e a epidemia teve um efeito sobre práticas e debates científicos.

Esse processo se intensificou quando, em 1987, o Hospital Universitário João de Barros Barreto passou a reservar 6 dos seus 220 leitos para pacientes com aids, o que o tornou a única grande referência de atendimento na região, atraindo diversas ações e intervenções por parte de atores diversos. "Homossexuais" e "bissexuais" entram no horizonte de pesquisa de professores e estudantes da saúde, não como objetos de pesquisa, mas como duas dentre várias categorias

no cada vez mais complexo vocabulário da epidemia, em estudos que se debruçaram sobre aspectos de contágio, quadro clínico e tratamento no âmbito do hospital universitário. O TCC de Ana Ribeiro, Maura Soares e Victor Cascaes, defendido no curso de medicina da UFPA em 1994, é um exemplo interessante de como essas categorias foram incorporadas. Os estudantes identificaram bactérias isoladas em amostras de fezes nos casos de diarreia de pacientes internados com HIV/Aids no Barros Barreto, classificando os pacientes. Em vez de "grupos de risco", as categorias foram apresentadas como "fatores de risco":

Quadro 1: Pacientes com HIV/Aids e diarreia por "fator de risco"

FATOR DE RISCO Categoria Simples	Nº	%
Homossexual	14	36,9
Bissexual	5	13,2
Heterossexual	10	26,3
Utilizador de Drogas Endovenosas (UDEV)	5	13,2
SUBTOTAL	34	89,6
Categorias Múltiplas	Nº	%
Homossexual/Transfusão de sangue	1	2,6
Homossexual/UDEV	1	2,6
Bissexual/Transfusão de sangue	1	2,6
Bissexual/UDEV	1	2,6
SUBTOTAL	4	10,4
TOTAL	38	100

Fonte: Ribeiro, Soares e Cascaes (1994)

A ordem das categorias de "fator de risco" no Quadro 1 começa pela sexualidade, partindo do "homossexual", seguido pelo "bissexual", ainda que "heterossexual" estivesse em número maior que a segunda categoria. A ordem parece seguir algum índice de risco que permanece subentendido. Um dos pacientes foi descrito como um "bissexual HIV positivo com a atividade sexual ativa" e em suas fezes foi isolada a *Salmonella paratyphi A*, bactéria causadora da febre tifoide. Isso levou os autores a especular que o paciente foi infectado em uma relação sexual, corroborando um argumento no qual se baseavam na literatura: "Os indivíduos com intensa atividade sexual promíscua e prática sexual oral-anal, podem por esta via adquirir vários patógenos" (RIBEIRO, SOARES, CASCAES, 1994, p. 67). A atividade

sexual ativa, por sua vez, foi associada à transmissão das bactérias do gênero *Shigella*, que, segundo os autores, "é comum entre homossexuais e isso já se sabia antes da AIDS" (p. 68). Essa relação entre práticas sexuais e categorias de pessoas, assim, se renovava e se naturalizava nos exames das amostras e no debate com a literatura médica.

A influência da naturalização dessas diferenças pelos discursos médicos não pode ser menosprezada, se considerarmos como a autoridade científica era importante para uma epidemia que mobilizava diversos movimentos sociais, órgãos do Estado e veículos de comunicação em massa. A "homossexualidade" já estava em um processo de crescente visibilidade em Belém relacionado à sua politização durante a redemocratização do país e ao crescimento e multiplicação do circuito de bares e boates segmentados. Por sua vez, a emergência da categoria "bissexual" como intermediária entre dois grupos distintos se dava também em um momento no qual a própria "heterossexualidade" passava a ser descrita com maior frequência.

2. Cruzando a "ponte bissexual"

Uma questão foi levantada em 1989 no jornal *O Liberal*, reproduzindo uma matéria de um jornal de Boston, nos Estados Unidos: "Uma moça e um rapaz heterossexuais encontram-se pela primeira vez em um bar, vão juntos para casa e têm relações sexuais. Qual a probabilidade de um deles estar sendo contaminado com o temível vírus da AIDS?"[11]. Para responder a essa questão, foram consultados pesquisadores, entre eles o líder de uma equipe da Universidade da Califórnia em San Francisco que calculou que "o risco de uma pessoa contaminar-se com o vírus da AIDS em uma única relação sexual com alguém que ela tenha certeza de que não faz parte de algum dos grupos de risco – ao que se saiba um bissexual ou um usuário de drogas endovenosas – é de cerca de um em 5 milhões".

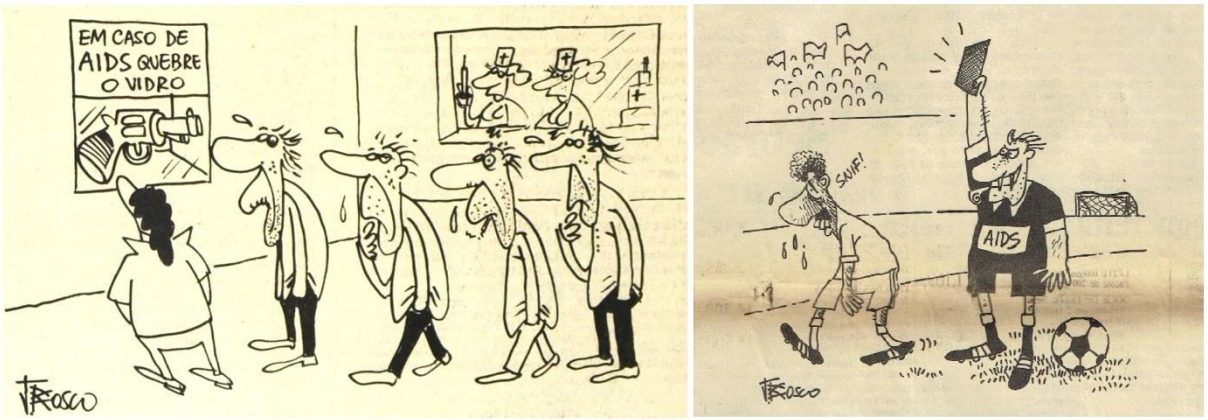
Este seria a mesmo o mesmo "risco" de morrer em um acidente de automóvel cada vez que se dirige por 30 quilômetros, segundo o cientista. A declaração terminava apontando o "problema" de que muitas pessoas não conheciam seus parceiros o suficiente para ter total certeza de que eles não faziam parte dos "grupos de risco". Nesse mesmo ano o Ministério da Saúde no Brasil já tentava combater a noção de "grupos de risco", adotando a ideia de "práticas de risco" em pronunciamentos oficiais e documentos. Mas essa noção ainda era usada com muita frequência nos jornais. Algo muito importante na definição desses grupos é a forma como

[11] O Liberal, "Especialistas avaliam risco da AIDS para heterossexuais", Caderno Internacional, p. 25. 19 de março de 1989.

eles eram definidos por gênero: as prostitutas eram mulheres, mas os "drogados", "homossexuais" e "bissexuais" eram figuras representadas sempre como homens.

A aids, como uma doença fatal e masculina (Figura 9), passou a ser percebida como de contágio segmentado e moralizado. Ser ou não infectado sugeriria uma série de classificações sobre a pessoa, que iam além da sexualidade, mas nas quais a sexualidade definitivamente era importante. As campanhas de prevenção usaram de diversas estratégias de tornar generalizados os cuidados na população, como a participação de celebridades. Uma delas, o jogador de futebol Pelé, era praticante de um esporte profundamente relacionado à masculinidade. A entrada da aids no mundo do futebol foi controversa na medida em que um diagnóstico poderia ser mobilizado para indicar qual tipo de homem alguém era, ou, de certa forma, até mesmo se era um homem ou não. Em 1992 foi noticiado que o jogador de futebol Gerson, do clube Internacional, de Porto Alegre, testou positivo para o HIV.

Figuras 9 e 10: Charges que remetem ao pânico em torno da aids



Fontes: J. Bosco, para *O Liberal* (1990 e 1992).

A notícia repercutiu muito e causou certa comoção. A informação circulou sem sequer passar pelo próprio jogador, e o assédio da imprensa levou um colega de time a agredir um jornalista. O rosto do atleta era estampado em diversas matérias ao longo de vários dias, às vezes mais de uma no mesmo dia, além de charges e notas. Em uma das charges, um árbitro monstruoso com um uniforme de "AIDS" levantava um cartão vermelho expulsando Gerson, que deixava o campo de futebol triste diante da torcida (Figura 10). Mesmo antes de qualquer confirmação, ele foi substituído. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) anunciou que passaria a exigir testes dos jogadores convocados para jogar pelo Brasil e um jogo amistoso para arrecadar fundos para o tratamento começou a ser organizado. Os comentários desolados de colegas de outras partes do país lamentavam por ser um problema sem resolução, mas também, eventualmente, por ser uma consequência de uma "vida desregrada" que muitos

jogadores supostamente tinham. A notícia acabou sendo desmentida no mesmo ano e Gerson voltou ao campo para disputar uma partida em Belém, contra o time paraense Paissandu, do qual ganhou de 1 a 0. A derrota do time local foi percebida pela imprensa belenense como uma "prova" de que Gerson não estava doente, pois teve uma participação importante no jogo. A suposta pureza do futebol masculino estava, também, a salvo.

Essa história expressa bem como a circunscrição de "grupos de risco" ajudou a definir a aids como uma "doença dos outros", como elaborou a antropóloga Daniela Knauth (1997, 1998). Através de uma pesquisa sobre mulheres infectadas em Porto Alegre que não se prostituíam ou utilizavam drogas endovenosas e que tinham parceiros fixos, Knauth argumentou que a imagem de "doença dos outros" se estabelecia e se renovava mesmo na experiência das mulheres infectadas. Nesse caso, a transmissão do HIV aparecia associada a um suposto universo masculino, o que levava as mulheres a não culpabilizarem seus parceiros por terem sido infectadas por eles, uma vez que não viam nisso um ato proposital. Essas condições permitiam que elas se diferenciassem das demais pessoas infectadas, reforçando um limite em relação aos "outros", como as prostitutas, os "homossexuais", as pessoas promíscuas e os usuários de drogas. Ao reagir dessa forma aos diagnósticos, essas mulheres se escandalizavam e criticavam as perguntas feitas nas consultas de serviços de saúde e assistência, o que esclarece sobre a interação destes procedimentos classificatórios com os usuários dos serviços. Se havia agência nesse processo, ela se dava também pela resistência e pela negociação.

Knauth observou que isso provocava também uma inversão nas expectativas sobre os papeis de homens e de mulheres no casamento, quando as mulheres infectadas assumiam para si uma responsabilidade de cuidar de maridos vulneráveis. Segundo ela:

> Contrariando as representações do senso comum, apesar de identificarem o companheiro como sendo o "vetor" de contaminação, as mulheres não se vêem como vítimas dessa situação. Primeiro, porque consideram que os "comportamentos de risco" (relações extraconjugais e mesmo bissexuais e uso de drogas injetáveis) que estão na origem da contaminação fazem parte da própria natureza masculina (KNAUTH, 1997, p. 294).

A autora não estava generalizando a possibilidade de um comportamento ou relação "bissexual" ser compreendida dessa forma pelas mulheres. Mesmo que os números da epidemia tenham indicado desde o início que os homens eram muito mais infectados do que as mulheres, uma certa apreensão parecia manifestada também desde os seus primeiros anos: em que condições específicas uma mulher pode ser infectada? Enquanto a doença era mais fortemente identificada com grupos, a resposta mais direta foi a das relações sexuais com um parceiro

"bissexual". Especulou-se inclusive que a vagina tinha um ambiente relativamente ácido, o que poderia não favorecer o contágio, além de serem raras lesões na mucosa vaginal se comparadas com aquelas provocadas pela penetração anal. Assim, as lésbicas pareciam estar em segurança quando se considerava a transmissão sexual e as mulheres infectadas talvez tivessem muitas relações anais (resposta que não deixa de relacionar uma ideia vaga de "promiscuidade" com a infecção).

A associação entre a aids e um universo masculino, que deixava as lésbicas a uma distância supostamente segura, acabou por criar também entre elas uma preocupação com os limites estabelecidos com esse mundo, nos quais as mulheres "bissexuais" apareceram como margens perigosas (LEÃO, 2018). Em Belém nos anos 1980 e 90, é muito difícil falar desse imaginário entre as mulheres que se relacionavam entre si, até porque os índices de infecção entre elas nesse contexto foram realmente ínfimos. Na imprensa local, a ênfase na infecção de mulheres por homens era definitivamente recorrente. Uma mulher transmitir o HIV para um homem por relação sexual soava como algo muito raro, e a hipótese do parceiro "bissexual" era sempre a primeira das possíveis razões para a infecção de uma mulher. Apenas depois vinham a transfusão de sangue e o uso de drogas injetáveis, pelo menos do que se depreende da abordagem de jornais.

Notícias que vinham de longe repercutiram a discussão sobre a sexualidade de mulheres, em especial artistas conhecidas, que acabavam por se relacionar com os discursos sobre a epidemia. Em 1990, a cantora sueca Neneh Cherry lançou uma música sobre a aids, inspirada pelo luto de uma amiga que morreu em decorrência da doença; ao participar de um projeto de jazz, sua própria pessoa (chamada de "gentinha" [12]) seria desqualificada. O jornalista Paulo Francis comentou que sua amiga só poderia ter sido infectada com o consumo de heroína, supostamente a única forma pela qual uma mulher desenvolveria a doença, a não ser que desse "o azar de ter um parceiro bissexual", o que ele considerava muito raro. Se Francis considerava ter um parceiro "bissexual" um azar, o adoecimento da amiga de Cherry bastava para desmoralizá-la enquanto artista digna de estar em determinados espaços de reconhecimento.

A expressão "ponte bissexual" ficou conhecida por designar essa associação entre "bissexualidade" e contágio, na qual homens casados estariam supostamente provocando uma mudança no perfil da epidemia (FACCHINI, 2005). Ainda que eu não tenha encontrado essa expressão nos jornais locais (mesmo com a intensa reprodução de textos de outras cidades do país e do mundo), esse imaginário realmente circulou com força na cidade de Belém. Mesmo

[12] O Diário do Pará. "Cascatas", coluna de Paulo Francis (Nova York). Domingo, 28 de outubro de 1990. Caderno B, p. 14.

em entrevistas e conversas informais, percebi que a enunciação de um perigo nas práticas "bissexuais" de homens foi muito recorrente, especialmente na segunda metade da década de 1980 e na passagem para a década de 1990. É então que os jornais locais começam a anunciar o crescimento no número de infecções de pessoas "heterossexuais", categoria ainda menos corrente.

Estas categorias não apareciam isoladas nas dimensões morais da doença. A associação entre diferentes "desvios" morais foi tão intensa nos primeiros anos da epidemia de HIV/Aids que muitos comportamentos e atitudes pareceram se confundir. A associação entre a liberação sexual, uso de drogas e outras atitudes condenadas não era nova, mas a aids foi descrita frequentemente como algum tipo de resposta a esse arranjo de posturas que já ganhavam contornos de enunciação política. Controvérsias em torno de figuras como a cantora Madonna ilustram bem isso. Em 1990, a passagem da turnê da estadunidense pela Itália provocou uma expectativa pela reação da Igreja Católica, com quem a artista vinha entrando em conflito pela sua abordagem de temas como aborto, "homossexualidade" e prevenção à aids. A reação nesse episódio específico foi descredibilizar a artista por supostamente estar deixando a música de lado para "pular" no palco, simulando atos de masturbação e "bissexualismo".[13] Apesar do sucesso comercial, Madonna foi descrita assim também pela imprensa de Belém nos anos seguintes, inclusive na divulgação local de seus discos, livros e filmes: sua reunião de música e performance, de sexualidade e política, estaria esvaziando a sua arte e fazendo dela uma figura vazia, rasa e vulgar.

Era questão de tempo até que corressem rumores de que Madonna estava infectada pelo HIV, o que correspondia no imaginário da época a ter desenvolvido um quadro de aids. A cantora estaria muito magra e saindo menos no começo de 1992, além de contribuir com grandes quantias para instituições de pesquisa engajadas com o desenvolvimento de tratamentos e vacinas contra a aids. Isso bastava para os boatos, que ela negou veementemente. Declarações como a de que gostava de mulheres e que achava o "homossexualismo" normal eram escavadas de filmes e entrevistas suas. Rumores como esse funcionavam naquele momento como uma forma de acusação e, no caso de celebridades, podia ser apontado como condizente ou não com a sua imagem. No caso de Madonna, sua aproximação com os "gays" e seus relacionamentos com artistas polêmicos colocava em questão sua própria saúde. Se ela negou o diagnóstico ao ser confrontada por repórteres, a notícia pulicada em Belém chamou atenção para o lugar em que respondeu à pergunta: uma exposição póstuma de um artista plástico que morreu em

[13] O Diário do Pará. "Vasco derrota Madonna por 3 x 1 na Itália", por Marcos Augusto Gonçalves. Sexta-feira, 13 de julho de 1990. Caderno B, p. 7.

decorrência da aids (provavelmente tratava-se do seu amigo Keith Haring). As amizades, os valores, a imagem pessoal e profissional e as opiniões assim bastavam para aproximar alguém de um arranjo moral no qual "homossexualidade" e "bissexualidade" apareciam em oposição à normalidade. Estas categorias não apareciam, porém, da mesma maneira.

A imagem da ponte é importante nesse contexto porque remete ao rompimento de uma separação entre dois espaços, o que nesse caso é entendido como algo negativo. Quando uma ponte é "bissexual" ela transpõe um limite entre um lado "homossexual" e um que começava a ser descrito como "heterossexual". Nesse contexto, essa transposição significava uma ameaça para a saúde, e, em certa medida, para a própria vida. Os homens chamados de "bissexuais" tinham uma suposta verdade em sua sexualidade que permanecia em sigilo, transitando por limites morais e corporais pelos quais impurezas fluíam. Além disso, eles não eram vistos como um grupo visivelmente definido, como os "homossexuais" eram cada vez mais percebidos. Na oposição entre o "eu" e os "outros" que Knauth percebeu na linguagem da doença, os homens "bissexuais" eram figuras ambíguas e potencialmente perigosas. Como observou Mary Douglas (2010), o gesto de purificação que responde a essas imagens é criativo. Sua apropriação por muitas "lésbicas" e mesmo "gays" nas décadas seguintes indicou que a "ponte bissexual" não se restringiu a um princípio de que o lado "homossexual" estava carregado de impurezas. Em vez disso, um limite da própria classificação da sexualidade em categorias opostas era tensionado.

3. Contra o Apartaids

As respostas à epidemia em Belém foram muitas e diversas. Uma das primeiras e mais originais a atingir notoriedade foi um show do cantor Eloi Iglesias chamado "Liberô Geral contra o Apartaids", lançado em 1986 e com o qual o artista atingiu o sucesso na cidade. O nome beira uma celebração da anarquia que combinava com o seu estilo eclético e irreverente e criticava a oposição que se formava entre grupos definidos com base no imaginário da doença. Não por acaso, o nome da banda que o acompanhava era Grupo de Risco. O repertório não falava diretamente sobre aids ou sobre a sua relação com a sexualidade e a discriminação. As músicas versavam sobre amores, férias, festas e drogas, e hoje pode ser surpreendente a variedade de espaços que o show atingiu, desde a Feira Universitária da UFPA ao aniversário da Associação Paraense dos Artesãos Autônomos de Belém, no Ver-o-Peso, em 1987. No mesmo ano, Iglesias também foi a principal atração da Feira dos Municípios, organizada pela primeira-dama do estado, Therezinha Gueiros.

Figura 11: Eloi Iglesias em foto de divulgação do show *Liberô Geral contra o Apartaids*

Fonte: Jorge Klautau Filho para *O Diário do Pará*, coluna de Cleodon Gondim, p. D-7. 9 de abril de 1987.

Entre os movimentos sociais a reação à classificação de grupos no debate epidemiológico foi menos radical que a do artista. Essa reação acompanhou o passar dos anos que levou a uma recusa da noção de "grupos de risco", mas que manteve e reivindicou uma certa ideia de grupos, como no caso das prostitutas e dos "homossexuais". Neste sentido, a epidemia foi importante para fortalecer o processo de politização dessas categorias até que a experiência social da doença começou a se transformar e as ações de prevenção passassem a focalizar práticas em vez de grupos. Este foi um processo relacionado à redemocratização do país, mas também aos trânsitos e à formação de redes e alianças.

O governo do estado criou em 1986 uma unidade de referência especializada em aids, a Ureaids, que viria a se tornar a Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas e Parasitárias (Uredipe). No interior da unidade, formou-se um grupo de técnicos e voluntários que se reuniam para discutir a doença e levar apoio e informação aos pacientes e suas famílias. Em 1989, este grupo passou a se chamar Para Vidda. A sigla, de Grupo pela Valorização, Integração e Dignificação do Doente da Aids, é uma clara referência ao Pela Vidda, ONG criada no Rio de Janeiro em 1989, mas sinalizando agora o nome do estado. O Paravidda, como ficou conhecido depois, se formalizou como ONG em 1992 e se tornou uma pioneira casa de apoio no ano seguinte, quando também morreu o seu primeiro presidente, Augusto Marques (LAURINDO-TEODORESCU, TEIXEIRA, 2015).

Mas foi o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Pará (Gapa-PA) o primeiro a se formalizar em maio de 1987 e a atingir um grau de visibilidade. Segundo Laurindo-Teodorescu e Teixeira, o Gapa-PA teve seu embrião no desmembramento da composição original do Paravidda, reunindo um grupo de estudantes, médicos e outros profissionais mais próximos da universidade. A primeira presidente era bióloga e o vice, psiquiatra, mas ambos sentiram a

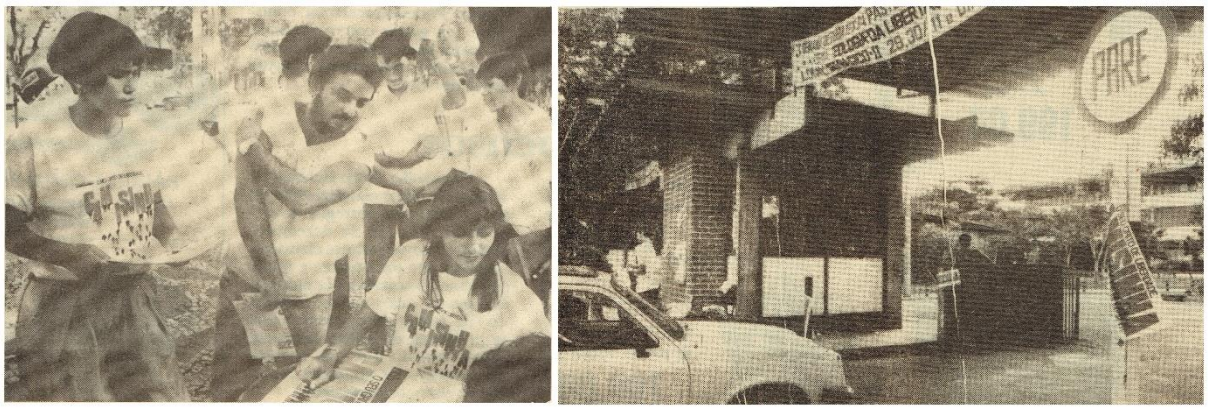
necessidade de ter mais conhecimento sobre a doença, o que conseguiram junto à Sespa. A estrutura administrativa e o modelo de atuação eram os mesmos do Gapa criado originalmente em São Paulo em 1985, tendo a sua criação contado com a participação de um dos fundadores do Gapa paulista, Wagner do Carmo Fernandes, que havia sido transferido para o Pará (CONTRERA, 2000). O Gapa-SP tornou-se rapidamente uma referência nacional, com uma projeção significativa na imprensa, e o Gapa-PA atingiu um grau de incidência e visibilidade consideráveis em Belém. A proposta primária do grupo era a prevenção e o apoio ao "aidético", categoria usada com frequência naquele momento. Embora criado no ápice da associação entre aids, "homossexualidade" e "bissexualidade", a atuação do Gapa-PA não era restrita nesse sentido. Em seu primeiro ano de atividade, realizou eventos abertos ao público geral, atendimentos em hospitais, monitoramento dos números de casos e mortes, cobrança de políticas mais eficientes, distribuição de material no carnaval e palestras em dezenas de escolas e divulgação da campanha nacional em órgãos e empresas públicas. A noção de "grupo de risco", ainda assim, estava presente no discurso inicial desse tipo de ativismo.

Em uma campanha realizada pelas Centrais Elétricas do Pará (Celpa) para os seus funcionários, a presidenta do Gapa-PA, Maria Auxiliadora Santos da Silva, falou para a imprensa sobre o cuidado de não assustar os portadores do vírus ao trazer o tema para seu ambiente de trabalho. Ela acrescentou que o maior problema no controle da doença era a subnotificação, pois muitos médicos fechavam diagnósticos e não informavam a Sespa, muitas vezes por um medo que o próprio "aidético" manifestava do preconceito: "Basicamente, a Aids veio trazer à tona o sub-desenvolvimento cultural do país, toda a questão do tabu sexual e do preconceito em torno das opções sexuais, só para citar o problema de um dos grupos de risco, os homossexuais"[14]. As categorias empregadas, como "grupo de risco" e "opção sexual", estavam sendo debatidas naquele momento, inclusive esta última nas articulações do movimento homossexual carioca para a Assembleia Constituinte Federal. Além disso, a ideia de um "sub-desenvolvimento" é usada em um sentido cultural no que diz respeito às convenções da sexualidade do país em relação a outros, não nomeados. O Brasil seria culturalmente subdesenvolvido porque a sexualidade seria um tabu e o preconceito contra "homossexuais" estaria disseminado, o que pode soar curioso para ativistas e pesquisadores que pensaram o Brasil como um país culturalmente menos rigoroso com a oposição entre "homossexual" e "heterossexual".

[14] Diário do Pará, AIDS: Funcionários da Celpa ouvem tudo sobre a doença. Cidades, p. A-11, 20 de setembro de 1988.

O Gapa-PA organizou uma programação com apoio da Sespa para o primeiro Dia Mundial de Combate à Aids foi determinado pela OMS em 1º de dezembro de 1988, parceira que seguiria nas campanhas anuais desde então (Figuras 12 e 13). A campanha incluía a distribuição de material educativo em 57 escolas públicas e privadas, transportes coletivos e cinemas de Belém. Esta também era uma oportunidade de angariar recursos para o tratamento de doentes com a venda de *bottons* e camisetas referentes à campanha. Auxiliadora acreditava que a população estava muito desinformada e até descrente da existência da doença, por isso a importância daqueles eventos.

Figuras 12 e 13: Ações de prevenção na Praça da República e na UFPA.



Fonte: *O Diário do Pará*, "No Dia mundial da Aids Belém se mobilizou", p. A-1, 2 de dezembro de 1989.

Esse movimento de prevenção, realmente, provocou incômodos e reações diversas e acabou, também, por ajudar a tornar a epidemia real e a promover mudanças em convenções da sexualidade em âmbito individual e coletivo. As campanhas expunham o debate sobre a sexualidade pela cidade, apontando uma relação com a saúde que seria fundamental para a vida. Segundo uma jovem voluntária, o Gapa-PA tinha uma receptividade muito boa por parte dos pacientes porque tinha um atendimento sem preconceitos, o que fazia muita diferença quando um dos "grupos de risco" era o dos "homossexuais". A Sespa, instalava 16 postos de distribuição de material informativo na capital. Na universidade (Figura 13), onde se esperava que o público fosse mais informado, algumas pessoas achavam a situação engraçada, e muitas estudantes riam timidamente e coravam diante do preservativo.

O Gapa-PA teve uma sede provisória da Unidade de Referência de Dermatologia Sanitária da Sespa, em frente ao Hospital Barros Barreto, mas mudou-se em novembro de 1989 para o Vadião, um prédio no interior do campus da UFPA, onde os estudantes realizam festas, já iniciando uma campanha para a compra de medicamentos para pacientes mais pobres (Figuras 14 e 15). A principal fonte de gastos era para a compra de preservativos e livretos

informativos, que eram distribuídos gratuitamente para a população pois visavam o público de baixa renda. Essa boa relação com a universidade se deu em um momento em que a instituição já reconhecia a doença como um problema de saúde pública, e no qual estava disposta a realizar campanhas de prevenção, inclusive com apoio de parceiros estrangeiros. Cabe notar que, no início da epidemia, Ernani Chaves (ainda no grupo que editou o *Stultifera Navis*) procurou a associação dos docentes para sugerir um posicionamento após o falecimento de dois professores e ouviu do presidente que "esse não era um problema do sindicato", entendendo as mortes como de responsabilidade individual.

Figuras 14 e 15: Gapa-PA se reúne no Vadião e realizando uma campanha na rua.

Fontes: *O Diário do Pará* em 6 de maio de 1990 e *O Liberal* em 2 de dezembro de 1989.

Foi após a entrevista em que um estudante de ciências sociais afirmou que estava infectado que começou uma movimentação no sentido de debate da doença, na qual as contribuições de paulistas e cariocas eram acompanhadas de perto, como na publicação de um número especial dos *Cadernos do ISER* sobre a epidemia. Ernani lembra de participar de um programa na rádio Cultura ao lado de Maria Angelica Motta-Maués sobre aids e sexualidade em 1986 ou 87. A conversão da universidade em um espaço importante na articulação da prevenção ao longo do tempo não se deu em todos os seus setores nem através de todos os seus atores, mas foi uma mudança sensível, que certamente acompanhou o agravamento da epidemia e foi estimulada pelos movimentos.

A formação de redes, especialmente a dos Gapas que se multiplicaram pelo Brasil, foi intensa nesse momento. O Gapa-PA fazia visitas a balneários famosos em outras cidades, especialmente nas férias, como Marudá, Soure, Algodoal e Salinas; em 1989, distribuíram muitos preservativos e cartilhas enviados pelo Gapa-SP. Pouco tempo depois, porém, deixaram de fazer campanhas no interior por falta de fundos. Mesmo com as dificuldades financeiras e a

falta de apoio, membros do grupo conseguiram participar de encontros nacionais em lugares distantes como Porto Alegre. Em 1990, o Gapa paraense participou do III Encontro Nacional de Entidades Não-Governamentais que trabalham com a Aids, realizado em Santos. Sua presença já estava confirmada no Congresso Nacional de Sociólogos, que seria realizado pela primeira vez em Belém naquele ano, e no qual preservativos e material informativo seriam distribuídos para todos os congressistas, em convênio com a coordenação do evento. Mesmo com eventos longínquos e de acesso improvável, a mobilização local existiu. Em 22 de junho de 1990, 15 membros do Gapa-PA distribuíram panfletos em frente ao consulado norte-americano e na avenida Presidente Vargas, no centro de Belém, com uma nota informando a população sobre a lei aprovada nos Estados Unidos que obrigaria estrangeiros portadores do HIV a terem um registro da "doença" carimbado no passaporte. Segundo um membro, a lei era "fascista, preconceituosa" e impedia o "direito de sigilo ao portador da doença" [15]. A nota distribuída tinha o apoio de partidos políticos, da UFPA, da Sociedade Paraense de Hemofílicos e outras entidades. Contava também da Conferência Internacional sobre a Aids, que seria realizada entre 20 e 24 de junho em San Francisco, e seria diretamente prejudicada pela nova lei. Como eles relatavam, segundo o *Diário,* o presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), "Bentinho" (na verdade o apelido de Herbert de Souza era "Betinho"), era hemofílico e portador do vírus e não iria para o evento em protesto.

A Sociedade Paraense de Homofilia, ou Sociedade de Hemofílicos, também tinha uma atuação importante, ainda que paralela ao Gapa-PA. Além de grupos como esses, a mobilização de outros setores da sociedade foi importante e interessante. No 1º de dezembro de 1989, o Conselho Municipal de Direitos da Mulher promoveu o lançamento do vídeo "Aids" e a distribuição da cartilha "Conhecer para prevenir" na Escola Municipal de 1º Grau Rotary. Ambos eram instrumentos didáticos, e o vídeo de 20 minutos foi produzido pelos alunos da escola, fruto de um trabalho de educação sobre sexualidade e drogas que o Conselho havia iniciado ainda no ano anterior. Em agosto de 1990, foi a vez do Colégio Freudiano de Belém promover um encontro chamado "Aids e o mal-estar na Cultura", com uma mesa presidida por Hebert Daniel reunindo um psicanalista, uma filósofa, uma socióloga e uma médica. Um interessante exemplo de articulação entre diferentes atores e regiões, o evento contou com representantes da Sespa e do Gapa-PA e uma conferência de encerramento sobre "A Mulher e a Aids" ministrada por Carmen Dora Guimarães, que na época atuava na Abia.

[15] O Diário do Pará. AIDS: protesto contra a discriminação. Cidade, p. A-10, 23 de junho de 1990.

O ativismo de combate à epidemia acabou por evitar a associação entre a aids e os "homossexuais", comprometendo-se com diferentes grupos e públicos de forma abrangente. Porém, há uma relação entre o tipo de classificação social baseada na sexualidade e relacionada ao contexto de saúde e as respostas articuladas coletivamente. Os grupos de "homossexuais" e de mulheres prostitutas que se formaram em 1990 traziam como principais pautas a violência e a discriminação que sofriam enquanto grupos sociais e as condições de saúde, nas quais a prevenção ao HIV/Aids se consolidou como objetivo de muitos projetos ao longo dos anos seguintes. Como a prostituta Lourdes Barreto afirmou certa vez: "a influência [da epidemia] foi muito grande porque, a partir do momento em que fomos consideradas grupo de risco, pudemos nos organizar para lutar contra a aids, contra o preconceito, a discriminação e pela valorização do ser humano" (LAURINDO-TEODORESCU, TEIXEIRA, 2015, p. 178). A organização das prostitutas remonta à ditadura militar no "Quadrilátero do Amor", como é conhecida a zona de prostituição no bairro da Campina, centro de Belém. A epidemia, porém, representou um ponto de virada fundamental em seu processo de organização.

Nas décadas de 1960 e 70, a polícia interditou a zona por ordem do governador, sendo diversas casas fechadas e desapropriadas também pela prefeitura. Era uma clara intervenção da ditadura no âmbito da sexualidade ao tentar "moralizar" um espaço, transformando-o em uma "área de família". Enquanto algumas trabalhadoras eram "deportadas" para o conjunto habitacional Cidade Nova, que estava sendo construído em Ananindeua, outras eram mantidas presas nas casas, vulneráveis a estupros, torturas e prisões, nas quais eram obrigadas a lavar os salões policiais (SOUSA, 1998). O principal aliado na resistência das prostitutas naquele momento foi o padre Antonio Cuoco, pároco da Igreja do Rosário, na Campina, que acabou sendo preso pelo DOPS e transferido pela Arquidiocese de Belém para outra paróquia, fora da cidade. Na década de 1980 foi a Pastoral da Mulher Marginalizada que se sensibilizou e se aproximou da zona, agora profundamente deteriorada, doando máquinas de costura e oferecendo cursos com a intenção de fomentar um trânsito das mulheres para outra atividade; as prostitutas estavam mais interessadas, porém, em melhores condições para o trabalho que já exerciam (SARAIVA, 2009).

Foi através dos encontros nacionais da Pastoral que começou a se formar uma ampla rede de contatos de prostitutas em todo o Brasil, e aconteceu o encontro, em 1984, de Lourdes Barreto, paraibana que atuava em Belém, com Gabriela Leite, paulista que atuava no Rio de Janeiro. As duas idealizaram o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, realizado em 1987, no Rio com apoio do ISER e que levou à fundação da Rede Brasileira de Prostitutas (BARRETO, 2022). Como afirmam Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015), em 1988, Lourdes

Barreto passou a compor comitês assessores do Ministério da Saúde relacionados à aids, representando a Rede. A criação do Gempac, em 1990, foi um avanço para uma organização autônoma das prostitutas na cidade (e no país) sem a interferência da Igreja. O apoio do Ministério da Saúde também seria importante para que o grupo de Belém assumisse uma posição de liderança em escala regional, especialmente ao patrocinar uma estrutura para que Lourdes conscientizasse e mobilizasse as prostitutas do Norte e Nordeste na prevenção do HIV/Aids, enquanto Gabriela se responsabilizava pelo Sul e Sudeste. Ainda em 1988 foi promovido o primeiro Encontro Norte e Nordeste de Prostitutas, no qual se distribuiu o recentemente criado jornal *Beijo da Rua* (DIAS JÚNIOR, 2013).

Assim como o MHB, o Gempac preocupou-se em organizar um lançamento público. Fundadoras do grupo, Dilma Veloso, Maria de Lourdes Barreto, Terezinha Gonçalves e Suzana Santos, procuraram a imprensa para divulgar o evento de lançamento da entidade no dia 1º de maio daquele ano, no Teatro Waldemar Henrique, na Praça da República (quase em frente ao Quadrilátero do Amor)[16]. Segundo Barreto e Ribeiro (2021), o teatro decorado com faixas sobre os direitos da mulher prostituta tinha sua plateia lotada por políticos, populares, "homossexuais", prostitutas e movimentos sociais quando duas universitárias apresentavam a comissão que dirigiria o grupo, composta por cinco prostitutas e alguém que foi descrito pela imprensa como um "homossexual": Antônio Pereira da Silva, a Dolores.

A categoria usada pelo jornal nesse contexto é imprecisa, e é difícil hoje dizer se Dolores se identificava como uma "bicha" ou uma "travesti", ou se havia uma distinção clara entre essas duas categorias para ela. Ainda que eu tenha tentado diversas vezes incluir a participação de uma prostituta neste estudo, o campo se deu em um momento de dificuldade pelo qual o Gempac passava no fim da pandemia de Covid-19, e a abordagem de pesquisadores em busca de informações já se tornara cansativa para muitas delas após anos e anos de pesquisas. Era um grupo que me demandava um esforço mais prolongado de aproximação e negociação, incluindo um comprometimento com as necessidades e atividades cotidianas do Gempac, o que não fui capaz de incluir em meus procedimentos de pesquisa, que exigiam a consulta de um alto número de publicações diversas e outros atores dispersos pela cidade e pelo país.

Em um primeiro momento de negociação, Lourdes Barreto sinalizou algum interesse em participar da pesquisa porque "trabalhou como bissexual por muito tempo", mas não tive a oportunidade de convencê-la. Ela fazia referência às demandas de clientes, homens, mulheres e casais, ao longo de seu período de atividade, o que não correspondia a uma identificação e

[16] O Diário do Pará. Mulheres vão lançar movimento contra a discriminação. Cidade, A-10, 28 de abril de 1990.

nem necessariamente correspondia a uma categoria empregada por elas na época da criação do Gempac. Essa afirmação indicava, por outro lado, uma profusão de práticas, relações e sentidos da sexualidade em uma zona de prostituição de uma importante cidade portuária na qual se concentravam prostitutas, "gigolôs" e clientes de todo o mundo e que chegou a reunir mais de 2.000 prostitutas pela cidade quando o cerco ditatorial foi imposto na Campina (BARRETO, RIBEIRO, 2021). A dimensão e a importância deste espaço para a sexualidade em Belém não têm sido ignoradas, mas os esforços de pesquisa ainda não foram suficientes para pensarmos as mudanças nas convenções e classificações da sexualidade em seu interior e em sua relação com outros espaços da cidade, a não ser no âmbito dos movimentos sociais e das respostas ao HIV/Aids. A variada bibliografia que existe sobre a zona de prostituição do centro de Belém, feita por pesquisadores locais e de outras partes do país e do mundo, ainda tem priorizado a organização do Gempac e a elaboração ou ausência de políticas, e pouca análise ainda tem sido feita sobre as práticas, categorias e convenções que permeavam os cotidianos dessas mulheres.

O Gempac foi registrado inicialmente como "Grupo de Mulheres da Área Central" para que a prostituição ficasse subentendida e se possibilitasse a formalização. Isso aconteceu em 1991, quando foi realizado o Primeiro Encontro Estadual de Prostitutas e elaborado um estatuto. A força do grupo e de sua articulação com técnicos, profissionais e outros movimentos é visível na abrangência que os projetos do Gempac atingiram ainda na década de 1990, com financiamento do Ministério da Saúde: a proteção das prostitutas e a prevenção da aids chegou a outras partes do Pará e incluiu o Amapá, enquanto diversas atividades itinerantes foram realizadas para além de Belém, em áreas portuárias, garimpos, cidades e estradas por toda a Amazônia brasileira, chegando até a fronteira com a Bolívia (LAURINDO-TEODORESCU, TEIXEIRA, 2015, p. 173-174).

A força das ONGs de Belém que se engajaram com a prevenção do HIV/Aids foi contrastada pelo antropólogo Frédéric Bourdier (2004), não com Rio de Janeiro ou São Paulo, mas com Macapá. Para Bourdier, mesmo que a epidemia tenha chegado primeiro à capital paraense, a mobilização e a pressão por respostas qualificadas avançaram mais rápido ali do que na capital amapaense, na qual a responsável pelo programa de aids da secretaria municipal era uma nutricionista ainda na passagem do milênio. Porém, podemos pensar com as observações de Bourdier que a desigualdade estava na estrutura estatal que corresponde ao tamanho das duas cidades e dos dois estados, e a maior incidência dos movimentos sociais de Belém se deve a processos históricos mais longos em um centro regional importante que

remontam pelo menos à ditadura, como a estrutura da universidade e a maturidade do movimento de prostitutas.[17]

O MHB também teve o combate à epidemia como uma de suas primeiras e principais pautas. Ir a um mercado e ver as pessoas se afastando, com medo de contrair a "peste gay", foi uma experiência compartilhada por muitos "homossexuais" nos primeiros anos, ao que levou a uma variedade de estratégias, como lembrou um dos membros do grupo em entrevista:

> Muitas vezes a gente bem pilantra usava isso, a fila do mercado era muito extensa, e nós falávamos: há eu esqueci de tomar o AZT, na fila que estava cheia, não ficava ninguém, então a gente caminhava até o caixa, passava a compra e ia embora, por uma questão de preconceito das pessoas, nós usávamos isso a nosso favor (FRANCO, 2018, p. 74).

O medicamento AZT passou a ser administrado no tratamento da aids em 1987, e a ser distribuído gratuitamente no Brasil em 1991, já após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas o preconceito permanecia enraizado, o que direcionou muitos dos esforços que o MHB desenvolveu em forma de palestras, oficinas em escolas, distribuição de preservativos e até mesmo fazendo assepsia de pacientes internados com aids no Barros Barreto, uma vez que muitas dessas pessoas eram abandonadas pelas famílias. A doença e o pânico gerado em torno dela levavam, assim, a uma distinção exaltada entre as pessoas, que acabou também a estimular o amadurecimento dessa forma de classificação da sexualidade com a reivindicação de um grupo social definido e com demandas e estratégias de educação definidas com base nessa distinção. A delimitação entre "homossexuais" e "heterossexuais" parece ter se estabelecido em termos mais claros com a circulação desta segunda categoria na década de 1990, através de uma aparição repentina e pouco duradoura da categoria "bissexual" no processo histórico da epidemia. Como vimos, porém, o MHB também articulou parcerias com outros movimentos sociais. Adilson, o "Fafá", militava no MHB até que em 1994 foi convidado pelo Gempac para formar prostitutas que atuariam na prevenção ao HIV/Aids em áreas de garimpo no Tapajós, região sudoeste do Pará (LAURINDO-TEODORESCU, TEIXEIRA, 2015, p. 175).

Foi em março de 1996 que se inaugurou em Belém o Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS) "Claydson Rodrigues", seguindo um modelo do Ministério da Saúde e cujo

[17] A bibliografia tem indicado os projetos de prevenção ao HIV/Aids do Estado, apoiados pelo Grupo Gay da Bahia, como a origem dos primeiros grupos organizados de prostitutas e "homossexuais" em Macapá: a Associação das Mulheres Prostitutas do Estado do Amapá (Antessap) em 2002 e o Grupo de Homossexuais Thildes do Amapá (Ghata) em 2001, mesmo ano da realização da primeira Parada do Orgulho Gay do estado (LAURINDO-TEODORESCU, TEIXEIRA, 2015; SANTOS, VILHENA, BARBOSA, 2011). A formação dos grupos está relacionada à epidemia, como em Belém, mas parece ter acontecido uma década depois na capital amapaense. Ainda existe uma grande carência de estudos sobre sexualidade e sua relação com mudanças históricas naquele estado que possam ajudar a ampliar um balanço comparativo e aprofundar a discussão sobre desigualdades regionais nesse campo no interior da própria região Norte.

nome era uma homenagem à primeira criança que morreu em decorrência da aids na cidade. A nomenclatura dos COAS foi alterada para Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) em 1997 (BRASIL, 2008, p. 22), mudança que ocorreu formalmente em Belém apenas em 2010. O Centro tornou-se um meio comum de encaminhamento, testagem e distribuição de preservativos para os grupos da cidade, inclusive para os grupos homossexuais e depois LGBT que sucederam ao MHB, no fim da década de 1990 em diante. A distribuição gratuita a partir de 1996 dos "coquetéis", como ficou conhecida a terapia antirretroviral e a possibilidade de viver com o vírus sem desenvolver a doença levou a uma mudança na experiência social da aids por "homossexuais" (SIMÕES, 2018) e o esforço preventivo de circunscrever práticas em vez de grupos levou à adoção gradual da categoria "homens que fazem sexo com homens" ou HSH (CALAZANS, FACCHINI, 2022). Esses processos, porém, não foram imediatos e demoraram vários anos para se concretizar, sendo que a adoção dessa categoria no Brasil e em Belém se deu a partir da segunda metade da década de 1990. Diferente de HSH, a categoria "bissexual" permaneceu circulando para além desses ambientes. Sua emergência no Brasil, em vez do que sugeriram Parker (1991, 1994) e Perlongher (1987), talvez não estivesse restrita ao fenômeno da epidemia.

Ainda que olhando para um problema que não tem muito a dizer sobre as classificações da sexualidade nesse processo, é preciso dizer que a relação de grupos ativistas com as instituições do estado nem sempre foram pacíficas e nem sempre se deram sob o modelo de atuação das ONGs. O Paravidda se tornara uma casa de apoio em 1993, com o intuito de atender pacientes e familiares, e chegou a reunir algumas dezenas de membros e atender 350 famílias no final da década, sendo atuante até a atualidade. Em 1995, o início de um novo governo estadual ampliou as possibilidades de articulação com as secretarias de saúde e assistência social, que passaram a ceder 700 reais (o real foi instituído como moeda no Brasil no ano anterior), alimentos, medicamentos e materiais de limpeza e higiene para as pessoas atendidas pela ONG. Assim como o governo municipal passaria a se aproximar, depois de 1996, dos movimentos de prostitutas e "homossexuais" e de manifestações como a Festa da Chiquita, o governo estadual acabou por tentar incorporar o Paravidda à sua estrutura estatal em sua agenda. O grupo precisou deixar sua instalação no bairro da Marambaia, na periferia da cidade, quando os vizinhos descobriram que se tratava de um espaço que atendia pessoas infectadas pelo HIV e fizeram um abaixo-assinado exigindo sua mudança. A nova sede era um prédio do Estado, que tentaria transformar o espaço em uma unidade de referência em 1999. O episódio provocou um debate em público em que os ativistas afirmavam para a imprensa que o Paravidda perderia o seu estatuto de organização da sociedade civil com a parceria proposta ou seria expulso, e

representantes das secretarias questionavam que o grupo já agia como se fosse uma entidade estatal.[18]

Um dos principais aliados do Paravidda nessa disputa foi o Comitê Arte Pela Vida, um grupo de artistas e jornalistas criados em 1996, quando foi realizado um espetáculo teatral para arrecadar fundos para a viagem do ator e diretor Beto Paiva, que precisaria ser atendido pelo Hospital Emílio Ribas, em São Paulo. Ali foi iniciada uma agenda de atividades culturais para arrecadação de fundos e assistência social que se tornariam uma das iniciativas mais duradouras no combate à epidemia em Belém, e que optaria pela não formalização até 2020, quando tornou-se uma ONG. Muitas das atividades do Arte Pela Vida também são orientadas para unidades de referência em saúde da cidade, realizando diversos shows ainda em seus primeiros anos que reuniam centenas de artistas voluntários, dentre grupos de palhaços, companhias de teatro, cantores, bailarinos e escolas de samba.[19]

Chico Vaz, um dos criadores do Arte Pela Vida, foi anteriormente membro do grupo Cena Aberta de Luís Otávio Barata e da Banda Bagaço de Babeth Taylor, o que certamente revela a proximidade do grupo com a cena artística e os espaços de discussão e aceitação da "homossexualidade" em Belém. Porém, tanto a atuação do Arte Pela Vida quanto a do Paravidda parecem ter se concentrado principalmente em uma diferença de classe, em vez de um debate sobre sexualidade que poderia ser considerado mais próximo da ideia de "grupos de risco", da qual esse ativismo esforçou-se por se afastar desde o início. O Arte Pela Vida iniciaria uma longa tradição de campanhas de solidariedade natalina, celebrando um mês que se inicia com o dia de combate à aids e termina com o Natal. Essa preocupação com a vulnerabilidade social também acompanha uma tendência epidemiológica que ganha destaque a partir da década de 1990, em que a doença parecia migrar para os "mais pobres".

Entre 1992 e 1993, por exemplo, o público leitor do *Liberal* se sensibilizou com o drama de um casal infectado pelo HIV, morando em uma "invasão" longe do centro de Belém com seis filhos, o mais velho de 14 anos e a mais nova de 2 anos[20]. O homem foi identificado como P.M. A mulher, apenas como sua esposa. Já debilitado, P.M. vendia raspa-raspa (provavelmente como ambulante) quando seu estado melhorava. A família não tinha assistência e morava a 18 quilômetros do Hospital Barros Barreto, o único de referência para pessoas com aids na região. Após saberem da infecção, os vizinhos começaram a jogar pedras no quintal do barraco de dois

[18] O Liberal, "Paravidda rechaça intervenção". Caderno Atualidades, p. 11. 29 de janeiro de 1999.
[19] O Liberal, "Os shows do Arte Pela Vida", Cadernos Variedades, recorte do acervo pessoal de Chico Vaz, 22 de dezembro de 1999.
[20] O Liberal. Família atingida pela AIDS tenta recomeçar sem o pai. Cidades, p. 7. 27 de janeiro de 1993.

cômodos em que a família morava e a ofender a mulher e principalmente as crianças. Ao jornalista, o casal afirmou que o que mais queriam era se mudar para a zona urbana de Belém, para ficar mais perto do hospital e para que seus filhos deixassem de sofrer preconceito. P.M. morreu após uma diarreia súbita que o deixou gravemente desidratado.

Por intermédio do Paravidda, a Sespa enviou uma ambulância que o levou ao hospital. A esposa, cujas iniciais não foram dignas de serem mencionadas pelo jornal, conseguiu trabalhar como doméstica na casa de uma mulher que se sensibilizou com o seu drama e de sua família desamparada, levando a filha mais nova para o trabalho e deixando os mais velhos em casa. Uma das crianças afirmou que ainda tinham o que comer, mas não sabia até quando; o jornalista se solidarizava ao não revelar o local em que moravam, para não aumentar a discriminação. Esta e outras matérias traziam ao público os novos e alarmantes dados do Ministério da Saúde, que pareciam indicar que se preocupar com o futuro das crianças, cada vez mais atingidas pelo impacto da epidemia em suas famílias, era mais relevante do que apontar grupos supostamente propensos à infecção. A superação da noção de "grupos de risco" do HIV/Aids foi muito lenta e nunca se deu por completo, mas os anos 1990 já sinalizavam um abandono de certas categorias da sexualidade nesse debate. De fato, podemos especular que a sexualidade de P.M. virou motivo de escárnio para os seus vizinhos, mas ela não é mencionada ou questionada em nenhum momento na publicação. Os "órfãos da aids" tornavam-se os novos sujeitos de uma urgência social por solidariedade e políticas públicas e as principais figuras do drama ensaiado nos jornais. Na virada do milênio, já não havia mais esse espaço na imprensa para "bissexuais".

4. Ser "bissexual" ou estar "homossexual"

Néstor Perlongher defendeu que as dinâmicas de classificação da sexualidade eram nômades, contextuais e múltiplas. A raiz de sua preocupação com as categorias utilizadas nos discursos de prevenção ao HIV/Aids não estava apenas nas categorias em si, mas na possibilidade de legitimarem um dispositivo de controle biomédico que o debate sobre "homossexualidade" começava a tentar superar. O antropólogo considerava essa possibilidade como certa, e seu perigo não estaria apenas na ineficácia de uma classificação fechada e imposta à prevenção no contexto brasileiro, mas também na ignorância analítica dessa classificação sobre a fluidez que ele encontrou em sua pesquisa.

Porém, não podemos considerar a classificação trinomial entre “homossexuais”, “heterossexuais” e “bissexuais” como totalmente estranha no Brasil na década de 1980, pois a circulação dessas categorias (com diferentes sentidos e relações) já acompanhava mudanças sociais em diferentes espaços, inclusive em Belém. A divulgação da psicanálise, a politização da “homossexualidade”, a ampliação de espaços segmentados de sociabilidade e as estratégias de subversão de artistas se fortaleceram e difundiram ao longo da redemocratização do Brasil. Assim como fortaleceram essa própria redemocratização.

Com relação ao problema específico de Perlongher com a categoria “bissexual”, que ele acreditava estar à vontade apenas nas “alcovas” de jovens liberados em cidades como San Francisco, também podemos ponderar até que ponto essa categoria não era estranha também nos Estados Unidos. Isso pode ajudar a pensarmos que o estranhamento com relação à “bissexualidade” existe para além de fronteiras e convenções geográficas, e que talvez esteja no próprio sentido ambíguo atribuído a essa categoria. Em seu livro sobre a “epistemologia do armário”, Eve Sedgwick (1990) dedicou o último capítulo para pensar como a imagem da saída do armário estava sendo convertida em um espetáculo na cobertura jornalística da epidemia de HIV/Aids. Para ela, isso estava acontecendo principalmente através da imagem dos “homens bissexuais”, acusados de promover a difusão da doença, sendo ainda sujeitos obscuros. Mesmo as referências a um “especialista em bissexualidade”, como foi descrito Fritz Klein pela imprensa estadunidense, soaram para Sedgwick como algo estranho.

Seu argumento era que, em um contexto de demanda epistemológica pela revelação da sexualidade, a “bissexualidade” provocava apreensão e evocava imagens de segredo. Foi apenas em um debate online sobre o tema, em 1991, que uma declaração de Sedgwick provocou polêmica: embora se falasse muito sobre “bissexualidade”, não tinha certeza se realmente existia uma “identidade bissexual”. Tratava-se de uma proposta de pensar se aquela era uma categoria criativa, o que provocou alguns pesquisadores, como Steven Angelides (2001), a argumentar nesse sentido.

Isto não significa desconsiderar as reflexões de Perlongher. Se a “bissexualidade” é uma forma englobante de capturar a fluidez, a sua defesa era de um tipo de fluidez no qual a variedade de práticas, papéis e preferências poderia ser afirmada, negada ou negociada pela mesma pessoa conforme o local, a situação e o interlocutor. Em sua pesquisa prostituição masculina no centro de São Paulo da primeira metade da década de 1980, mesmo categorias como “michê-gilete” e “michê-panqueca” eram utilizadas e incorporadas de forma nômade, como ele definiu em seu conceito de “códigos-território”.

O início da epidemia de HIV/Aids foi, sim, muito importante para a circulação da ideia de "bissexualidade" em Belém. Se as primeiras menções apareceram junto à noção de "grupos de risco" em meados da década de 1980, elas também se tornaram menos comuns quando essa noção passou a ser gradualmente abandonada, especialmente na segunda metade da década de 1990. Este processo não parece ter tido um efeito muito amplo na identificação das pessoas como tal, que não se tornou mais comum nesse período. Mas a circulação da categoria "bissexual" não se restringiu aos discursos enunciados em torno da epidemia.

Embora eu não tenha conseguido entrevistar ninguém que se identificasse como "bissexual" na cidade daquele período, a estratégia de realizar entrevistas com pessoas que tinham uma atuação chave permitiu perceber que pessoas que se identificavam como "bissexuais" existiam, sim, em Belém. E não apenas na capital. Cheguei a conhecer, no Arte Pela Vida, um rapaz que se identificava como tal quando vivia no interior, até se reconhecer como "gay" quando se mudou para Belém. Mas então por que não houve um nível perceptível de organização de "bissexuais", mesmo que incentivado pela epidemia, como aconteceu aos "homossexuais" e às prostitutas?

Há duas razões prováveis e complementares. A primeira é que o processo de politização da "homossexualidade" e da prostituição já estava em curso, de forma dispersa e descontínua, cada um ao seu modo, e que o combate à epidemia garantiu uma estrutura que apoiou a sua organização. A segunda é a própria relação entre "bissexualidade" e ambiguidade, que constrasta com o apelo do discurso político de esquemas de oposição binária, especialmente no que diz respeito à visibilidade da questão "homossexual". A antropóloga Regina Facchini (2005, 2020) observou em momentos diferentes que a categoria "bissexual" remete a um sentido de experiência que tensionou determinados discursos que o movimento homossexual desenvolvia para suas reflexões e atividades, seja na oposição entre o "homossexual" e a "sociedade mais ampla", seja na oposição entre o "homossexual" e o "heterossexual". Vale lembrar que os primeiros grupos de "bissexuais" organizados surgiram no país apenas na década de 2000, quando avançou a institucionalização do movimento e se formalizou a sua segmentação (em GLBT e daí por diante) frente a convenções internacionais e a negociações com o Estado.

No que pode parecer, no fim da década de 2010, um esforço inusitado de estudar as gramáticas emocionais de pessoas "bissexuais" sem contato ou com pouco contato com o discurso político do movimento bissexual, Diego Calmon (2019) percebeu tensões provocadas pela identidade "bissexual" nas dúvidas em ambientes familiares e no desinteresse e ciúme em relações amorosas. Essas queixas por parte dessas pessoas não desaparecem no discurso do

movimento bissexual contemporâneo, mas deixam de ter uma dimensão individual e passam a ter uma dimensão coletiva. Olhando para a cobertura jornalística da epidemia de HIV/Aids nos Estados Unidos, Calmon (2022) encontrou no imaginário da "ponte bissexual" um sinal de uma posição de ambiguidade que a categoria "bissexual" teria acumulado ao longo de sua trajetória científica. Havelock Ellis, como citado por ele, teria afirmado que "o grupo bissexual introduz incerteza e dúvida". A proposição teórica de Maria Pramaggiore (1996) de uma "epistemologia do muro" (Calmon traduz *fence* literalmente, como "cerca"), em oposição à "epistemologia do armário" e à ênfase na "homossexualidade" de Eve Sedgwick, faz da ideia de que os "bissexuais estão em cima do muro" uma imagem para reivindicar a ambiguidade politicamente e se contrapor a uma classificação binária do indivíduo, da sociedade e da vida.

Devemos ponderar, porém, que Pramaggiore estava escrevendo em um contexto no qual a "bissexualidade" já estava sendo politizada, especialmente pela longevidade dos movimentos gay e lésbico nos Estados Unidos. A reivindicação política da ambiguidade passava por fases distintas nos contextos brasileiros. Em Rio de Janeiro e São Paulo, a literatura antropológica sobre o movimento homossexual já apontou grandes debates nesse sentido entre o fim da década de 1970 e o início de 80. Neste contexto, se por um lado práticas libertárias (em alguns momentos descritas como "bissexuais") eram valorizadas, a categoria "bissexual" como identidade era fonte de controvérsia e a própria relação entre "homossexualidade" e fluidez colocava a questão sobre ser ou estar "homossexual". O processo de pragmatização, institucionalização e de elaboração de convenções para as primeiras relações socioestatais começou a se fazer notar ao longo da década de 1980, como no Grupo Gay da Bahia.

Em Belém, vimos que o processo de organização no final da ditadura tinha uma relação menos clara com o regime autoritário e certos parâmetros do movimento gay estadunidense eram uma influência notória. Com o surgimento do MHB, a distinção entre a categoria "homossexual" e a classificação cultural de "homens" e "bichas" (com uma visível ênfase na sexualidade masculina) não estava estabelecida a princípio, mas o grupo acabou seguindo um modelo de atuação e enunciação semelhante ao do Grupo Gay da Bahia. A uma primeira vista, os debates iniciais sobre "bissexualidade", fluidez e ambiguidade parecem ter passado despercebidos pelo movimento organizado no Pará. Mas a circulação de ideias e questões ia além disso no campo político.

Os movimentos sociais de Belém, com grande interação naquele período, tiveram na politização da "homossexualidade" um ponto de debate que atingia maior ou menor centralidade em cada caso. Ativista do movimento negro e fundadora do Cedenpa, Nilma Bentes publicou em 1993 um livro intitulado *Negritando*, em que abordava algumas discussões

presentes no movimento negro naquele momento. Uma delas era a relação desse movimento com os de mulheres e de "homossexuais". O livro foi escrito em forma de "autoentrevista", em que Nilma tem três vozes: uma pergunta sem enunciador, um entrevistado e uma entrevistada. Em dado momento, o entrevistado afirma:

> Muitas entidades do Movimento Negro discriminam os homossexuais, principalmente masculinos. Em alguns Estados, os homossexuais negros tentaram ou tentam se organizar separadamente, para trabalhar essas duas questões. Acho que muitos homossexuais são na realidade ou, na maioria das vezes, bissexuais, por isso prefiro falar num estado transitório: "está homossexual". Creio que um homossexual negro (que "está homossexual"), quando é discriminado o é, em princípio por ser uma pessoa negra – muitos preconceituosos dizem "além de preto, é bicha!" ou, "Aquela negra, sapatão!". Mas interessante é que muitos conseguem se assumir homossexuais, mas não conseguem aceitar que são negros" (BENTES, 1993, p. 142)

O enunciador das perguntas responde a essa fala com um "Esse negócio de estar homossexual...", o que mostra que não se tratava de uma discussão estranha naquele contexto. A posição de Bentes era a de que as pessoas poderiam deixar uma identidade em evidência conforme o contexto de organização: se um "homossexual negro" estivesse em um espaço do moviemnto negro, sua "homossexualidade" deveria ficar no lado de fora, e ser colocada em evidência no movimento homossexual. Mas mais importante do que discutir sua opinião naquele momento específico é entender que ela fazia parte de um debate em curso, no qual havia pessoas reivindicando mais de uma identidade política para si. Além disso, é importante considerar que o Cedenpa era uma organização de grande articulação que teve uma atuação importante na elaboração e na defesa de demandas dos movimentos negro e quilombola para a Constituição Federal na década de 1980. As questões que Bentes trazia eram também resultado dessa intensa circulação pelo cenário nacional do movimento negro.

No trecho destacado acima, ser "bissexual" e estar "homossexual" parecem corresponder à mesma ideia, a fluidez da sexualidade. Os trejeitos atribuídos a homens e mulheres "homossexuais" eram vistos por ela como uma tendência cultural, que poderia ser evitada:

> Entrevistado: Entendo que isso está ligado a questões culturais. A discriminação é maior quando se tem muitos "trejeitos", por isso caberia evitá-los, até para facilitar o exercício da bissexualidade – não se "queimar de vez", "irreversivelmente".
> *Discutível essa posição...*
> Entrevistada: Tudo aqui é discutível... (BENTES, 1993, p. 142, grifos do original, que indicam a voz de enunciação das perguntas)

A ativista ainda estava tentando chegar a uma conclusão. É certo, porém, que a categoria "bissexual" aparece no livro mais como uma proposta, e não como uma experiência já concreta de enunciação política:

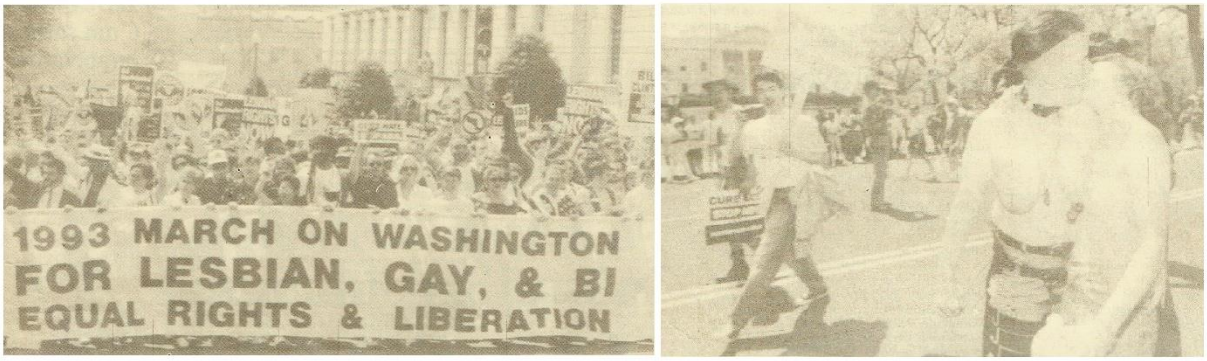
> É, para muitos não existe isso. Mas não se deve creio, deixar de reconhecer o "instinto"; boa parte dos homossexuais tem filhos. Talvez fosse melhor se falar em bissexualidade. Por outro lado, os termos "sapatão", "bicha", são extremamente agressivos, mas considerando que estamos em uma conversa aberta, não cabe empavonar a linguagem (BENTES, 1993, p. 142).

A "bissexualidade" seria, assim, uma verdade ainda a ser assumida. A oposição entre "homossexuais" e "heterossexuais", no livro de Bentes, aparece também como mais uma forma de estratificação social que acaba por enfraquecer os grupos discriminados. Em contrapartida, as categorias populares parecem perder reconhecimento em sua fala, que não pode ser generalizada, pois se trata de uma evidência de um debate então em curso, e não de uma convenção. As reflexões de Bentes repercutem debates existentes no movimento homossexual de outras partes do país no fim da ditadura, mas são elaboradas de uma forma que só fez sentido em seu contexto uma década depois.

Mesmo assim, aquele ainda era um momento no qual politizar a "bissexualidade" parecia um desafio. O sequestro em Alagoas em 1993 de Renildo José dos Santos, que segundo o *Diário do Pará*, havia declarado que ele e o prefeito de Coqueiro Seco eram "bissexuais", não foi comentado em mais do que uma nota na imprensa local. Como sabemos, a repercussão e a politização dos crimes contra Renildo foram resultado de um esforço do Grupo Gay da Bahia, que o apresentou como o "maior mártir gay do Brasil". Na definição que o grupo baiano utilizava na época, "gay" era uma categoria específica que formava, junto de "lésbicas" e "travestis", a categoria mais abrangente "homossexual".

A politização da "bissexualidade", tal como estava sendo feita nos Estados Unidos naquele momento, chegou aos jornais de Belém de uma forma que desapontaria os ativistas naquele país, o que pode ter passado despercebido pelos leitores locais. Uma marcha de "lésbicas", "gays" e "bissexuais" em Washington, em 1993, foi noticiada com grandes imagens e um texto empolgado com o título "Marcha 'gay' agita EUA" (Figuras 16 e 17). Aquele foi um evento muito importante para o movimento bissexual estadunidense, quando pela primeira vez o termo "bi" foi incluído no nome de um evento como aquele, e também pela primeira vez alguém representando "bissexuais" falou para uma multidão na capital federal (HUTCHINS, 2016). O discurso da ativista Lani Ka'ahumanu, que ficou conhecido como *It Ain't Over Until The Bisexual Speaks* (Não acabou até a bissexual falar), atraiu para o evento ativistas de diversas cidades do país e inspirou outros encontros e eventos.

Figuras 16 e 17: Marcha pelos direitos de gays, lésbicas e bissexuais em Washington



Fonte: O Liberal, "Marcha 'gay' agita EUA", caderno Mundo, p. 7, 26 de abril de 1993.

Em Belém, mesmo que as fotos das faixas indicassem uma mudança, aquela ainda era uma manifestação de "gays" e "lésbicas". O contexto político em que as proposições de valorização da ambiguidade como a de Maria Pramaggiore desembocavam na elaboração do conceito de "apagamento" era diferente daquele em que as de Nilma Bentes soavam como fora de lugar. Como Ka'ahumanu afirmou em comunicação por e-mail, a epidemia de HIV/Aids e sua ênfase na "homossexualidade" foi fundamental para estimular essa interpretação da marginalização da categoria "bissexual". Porém, agora sabemos, ela sozinha não é capaz de explicar esse processo de enunciação política.

5. Apagamento

As diferenças entre o contexto no qual foi elaborada a noção de apagamento e o que analiso aqui nos provocam a problematizar essa noção e a sua viabilidade como instrumento analítico em campos empíricos diversos. Os estudos bissexuais têm valorizado cenários políticos dotados de (ou aos quais se atribui) uma classificação estabelecida da sexualidade. Este trabalho vem demostrando que discursos políticos e certas imagens de "bissexualidade" ou mesmo sua negação se desenvolvem localmente sem que uma determinada forma de classificação esteja estabelecida ou ordenando a organização da sociedade. Se estou interpretando aqui o processo de surgimento de uma categoria, podemos dizer que ela era apagada e que esta é uma característica geral de sua circulação e recepção?

O conceito de apagamento da "bissexualidade" tem sido desenvolvido e apropriado de diferentes maneiras nas últimas décadas. Originado no ativismo da década de 1980, nos Estados Unidos, ele permitiu uma visão crítica da inevitabilidade atribuída à oposição entre "homossexuais" e "heterossexuais" como definidora da humanidade. A literatura queer, então emergente, questionava a possibilidade de que o terceiro termo, "bissexual", pudesse oferecer

algo de crítico e preferiu valorizar categorias que desestabilizassem as classificações binárias por dentro (EDELMAN, 1994; FUSS, 1989). Isso impulsionou a elaboração teórica do conceito de apagamento, que se relaciona criticamente com essa perspectiva teórica (PRAMAGGIORE, 1996; DU PLESSIS, 1996; ANGELIDES, 2001; YOSHINO, 2000; EISNER, 2021). Vale a pena elencar duas das mais importantes dessas elaborações e confrontá-las com o processo de emergência da categoria "bissexual" em Belém.

Mia du Plessis (1996) defendeu que a "bissexualidade" tende a ser excluída do tempo presente e situada em um futuro utópico ou em uma imagem do passado: um estado transitório, uma origem ou no que podemos chamar de um espaço anacrônico. Steven Angelides (2001) aprofundou esse argumento ao examinar a formação da categoria "bissexual" na história das teorias e políticas da sexualidade, vendo a sua elaboração em um momento de grande evidência e valorização no auge do evolucionismo e na obra de Freud, até cair em descrédito para especialistas e ativistas interessados em legitimar a patologização ou a despatologização da "homossexualidade" por argumentos de fronteiras naturais. Mesmo com a incorporação da perspectiva pós-estruturalista, que questionou a oposição entre natureza e cultura, a "bissexualidade" seria descrita como desinteressante e irrelevante, a despeito de uma variedade de relações históricas que seu apagamento ilustrava. Apesar da ênfase na teoria, a análise de Angelides é de um processo histórico situado no espaço, presumindo que a relação foucaultiana entre poder e verdade está estabelecida quando repercutem as obras de biólogos, psicanalistas, historiadores e filósofos.

Como vimos, a circulação dessa categoria em Belém se deu a partir de um momento histórico específico. Com o fim de uma longa ditadura, a universidade ainda se estabelecia como um espaço de produção de conhecimento nas áreas que desenvolveram as primeiras pesquisas sobre sexualidade. Os primeiros estudos eram trabalhos de graduação em ciências sociais que não circularam imediatamente, ou pesquisas de mestrado que tinham dificuldade em encontrar localmente interlocutores teóricos. A recepção de Foucault (e seu próprio seminário na UFPA) envolveu o tensionamento de sua crítica a uma área que não se encontrava totalmente estabelecida no contexto intelectual da cidade: a psicanálise. A formação de psicanalistas demorou para se estabelecer e sua abordagem teórica da noção de "bissexualidade originária" tinha menor evidência que suas preocupações sociais com as instituições psiquiátricas e os efeitos nefastos da aids, por exemplo.

Mas foi, provavelmente, pela ideia de "bissexualidade originária" que categoria começou a circular em Belém, em textos eruditos e de circulação limitada. A permanência dos trânsitos e a formação de redes nas universidades certamente foi importante nesse sentido.

Segundo Clare Hemmings (2007), outro uso semelhante da categoria "bissexual" é aquele que a situa em um determinado espaço geográfico, cujas diferenças regionais se confundem com as diferenças cronológicas. Hemmings argumenta que, se por um lado a "bissexualidade" pode ser atribuída externamente a uma região com passado colonial, no interior dessa região a categoria "bissexual" tende a ser encarada como estranha e representativa de uma permanência das relações de imposição cultural. Assim, categorias como "gay" e "lésbica" poderiam ser recebidas como possibilidades políticas em contextos coloniais ou pós-coloniais, mas a categoria "bissexual" sofreria uma resistência maior pela sua associação à descontinuidade e a uma "falha" de um processo classificatório. Uma vez que a noção de "bissexualidade latina" tinha o apelo de situar a "bissexualidade" em um espaço anacrônico, olhando para uma cidade situada no interior desse suposto espaço essa imagem acaba se dissipando. Em vez de uma de "bissexualidade latina" par aludir aos "homens", o que vemos em Belém é, no máximo, uma associação entre a "latinidade" e as "bichas", como no livro de Nilma Bentes.

O jurista Kenji Yoshino (2000) elaborou uma outra definição de apagamento, que ele distingue da invisibilidade. Essa definição é mais próxima do discurso político do movimento bissexual e tem sido apropriado pelo movimento internacionalmente (EISNER, 2021) e mais recentemente no Brasil por pesquisadores e ativistas (LEÃO, 2018; VAS, 2021). Em sua concepção, a invisibilidade seria como um cenário no qual os indivíduos se encontram, e o apagamento seria um processo em que há algum nível de agência e que causa a invisibilidade. O apagamento da "bissexualidade" se daria através de um conjunto de atitudes de negação, repúdio e discriminação por parte de "homossexuais" e "heterossexuais", aos quais Yoshino se refere como "monossexuais". Haveria um interesse político em manter a viabilidade dessa classificação binária, apagando a imprecisão e a instabilidade representadas pela "bissexualidade" e mantendo o sexo como uma base da organização do mundo e das ações políticas de cada lado. O pensamento de Yoshino é ponderado em seu texto por uma questão: a polissemia da "bissexualidade", definida contextualmente como uma identidade, um conjunto de práticas, rituais, ou mesmo um enquadramento cultural, quando em contextos não ocidentais.

Este é um ponto importante. Belém é um destes contextos, incluída na enorme região definida pela "bissexualidade latina", noção que Yoshino associa a "culturas mediterrâneas" (p. 371). A noção de "orientação sexual" preferida pelo autor é culturalmente situada e suas observações se restringiam aos Estados Unidos. Essa oposição entre "eu" e os "outros" pode ser nuançada quando olhamos para uma cidade em que diferentes convenções e classificações da sexualidade se encontram. A circulação de categorias como "heterossexual", "homossexual" e "bissexual" em Belém se intensificou ao longo das décadas de 1980 e 90 e as relações políticas

entre elas se reconfiguraram. A ideia de “monossexualidade”, utilizada por Yoshino como uma categoria analítica, não aparece ali naquele momento apesar de sua antiguidade na literatura científica. Essa ideia não corresponde a uma negação das diferenças entre “homossexuais” e “heterossexuais”, mas sim reconhece essas diferenças como constitutivas de um processo de classificação.

A formação dessa oposição, porém, não é tão definida no caso de Belém, e talvez também não seja nos demais. A ideia de “heterossexualidade” nesse processo aparece de maneira difusa, pouco definida e só enunciada em contextos discursivos muito específicos. Introduzida principalmente na cobertura jornalística e nas ações de gestão e combate à epidemia de HIV/Aids, a categoria “heterossexual” se confundia facilmente com a figura dos “homens”, que corria mais popularmente. A figura do “homossexual” masculino ainda passava a ser reconhecida e valorizada na década de 1980, o que facilitou alguma correspondência entre as “bichas” e os “homossexuais”, entre os “homens” e os “heterossexuais”. Mesmo em meu trabalho de campo, as pessoas que eu entrevistava ou conversava traduziam como “heterossexuais” os homens com quem os “gays” ou as “bichas” se relacionavam. Entre as mulheres, a figura da “sapatão” masculina parece ter sobrevivido com mais força no imaginário.

É complicado dizer que houve uma associação entre o homem “bissexual” que trai a esposa, por um lado, e o “homem” que se relaciona com a “bicha”, por outro. Embora possa parecer que houve algum tipo de continuidade nesse sentido, ambos correspondem a formas de classificação que se baseiam em oposições binárias. A pessoa “bissexual” é uma figura ambígua, não um padrão. Mesmo nas observações de Fry, o que pude perceber também nas entrevistas e nos jornais, a relação do “bofe” com a “bicha” não era encarada socialmente como normal. De uma maneira mais abrangente, podemos pensar que havia homens e mulheres, e que as “bichas” e “sapatões” eram figuras ambíguas que reproduziam e torciam essa oposição de forma criativa. O “bissexual”, como apontou Fry, era uma figura emergente que não encontrava correspondente direto nessa classificação. Se até pouco tempo atrás a categoria “gilete” pode ter soado retrospectivamente como muito próxima (FRY, 1982c, FACCHINI, 2009), seus sentidos no passado foram além da definição de um sujeito pelo desejo, assim como a categoria “bissexual” ganhou depois sentidos para além do desejo por homens e mulheres.

Podemos, então, falar aqui, em relação a Belém, em um apagamento da “bissexualidade”, conforme a elaboração de Yoshino? Consideremos que, no contexto estudado, tal categoria ainda ganhava sentido e evidência, e a própria oposição entre “homossexuais” e “heterossexuais” se estabelecia de forma contextual e se confundia com outras formas de classificar e de se relacionar com a sexualidade. O conjunto de comentários

que entrevistados “homossexuais” fizeram a Telma em sua pesquisa em 1988 sugere uma variedade de definições que convergem nesse sentido. A primeira definição era a de quando um indivíduo sempre teve relacionamentos “heterossexuais” e em um determinado momento passa a ter um relacionamento “homossexual”. A segunda é alguém que alterna relações homossexuais e heterossexuais. A terceira respondeu que é a alternância de relacionamentos, mas como uma forma de “homossexualidade” mais avançada ou mais ampla. A quarta acreditava que o “bissexual” não existe, e que seria “mais homossexual do que heterossexual” (GONÇALVES, 1989, p. 26-27).

Em todos os casos, os relacionamentos e a própria concepção de sexualidade são englobados pelas noções de “homossexualidade” e “heterossexualidade”, e a categoria “bissexual” é enquadrada como uma especificidade. Quando remetia a uma alternância, os próprios relacionamentos são classificados conforme a oposição binária. Quando foi vista como superior ou mais ampla, ainda é um desdobramento da “homossexualidade” e a própria afirmação de que a “bissexualidade” não existe estava relacionada a um ímpeto de definir a qual dos dois lados ela mais corresponde. De uma maneira geral, há uma variedade de concepções contraditórias que remetem à ambiguidade e negam um estatuto de “condição” equiparável à “homossexualidade”.

Vimos acima, porém, que a “bissexualidade” não era enunciada nesse momento como uma identidade em termos coletivos, e que sua individualização contrastava com a elaboração de uma definição coletiva de “homossexualidade” que garantisse um repertório político. Esta é a principal diferença entre os contextos nos quais autores como du Plessis, Angelides e Yoshino escreviam, nos quais, também, seus próprios textos podem ser considerados como parte das disputas pelo reconhecimento da “bissexualidade”. A principal semelhança, por sua vez, está na polissemia atribuída a essa categoria. Se para Yoshino a variedade de definições de “bissexualidade” pode soar quase como um obstáculo para uma análise precisa de seu apagamento, e para du Plessis e Angelides a polissemia pode ser parte de um longo e complexo processo histórico que leva a seu apagamento, podemos olhar para essa profusão de sentidos como parte da própria constituição dessa categoria.

6. Polissemia

Uma vez que a noção de apagamento pressupõe que determinadas concepções de "bissexualidade" lhe negam a existência como uma forma de sexualidade madura, a polissemia implicada por essas concepções tem sido pouco explorada pelos estudos bissexuais. Podemos pensar essa característica tão recorrente da categoria "bissexual" pode ser tomada como produtiva e importante para compreendê-la. O antropólogo Victor Turner (1974), ao apresentar sua noção de "liminaridade", citou entre os exemplos a "bissexualidade". É muito difícil, porém, saber do que ele estava falando exatamente. O debate científico sobre a bissexualidade, sua posição e relação com as classificações da sexualidade tem apresentado uma variação de sentidos que se substituem em uma escala quase evolutiva (ANGELIDES, 2001; LEWIS, 2012). Como vimos no primeiro capítulo, reflexões históricas têm nos mostrado que essa noção, realmente, tem sido comum ao longo do tempo para denominar posições em um lugar liminar entre oposições binárias de sexo, gênero ou sexualidade (MacDOWALL, 2009). Primeiro, "bissexual" seria um sinônimo de "hermafrodita", depois um estágio preliminar de desenvolvimento da psique, e enfim uma orientação sexual. A esta última, uma nova alteração poderia ser somada a partir dos anos 2000 com a transição da definição de "atração pelos dois sexos" para a "atração por mais de um gênero", quando pessoas trans do espectro não-binário passam a se tornar figuras importantes para o movimento bissexual (EISNER, 2021). Essa forma de pensar a trajetória da categoria "bissexual" parece estar alinhada com o interesse político do movimento de defender uma definição "verdadeira" para ela.

Olhando para um contexto anterior à formação de um repertório político, no qual essa categoria ganhava evidência, é difícil definir um estágio no qual ela se encontrava. Fernando Seffner (2016), estudando a masculinidade "bissexual" no Brasil na segunda metade da década de 1990, concluiu que havia quatro grandes representações: a masculinidade mal formada, que remetia à ideia da fase transitória e da falta de força para se "assumir" seja para a "heterossexualidadade", seja para a "homossexualidade"; uma sexualidade mais avançada, relacionada ao futuro e à superação de barreiras classificatórias; a intensidade da masculinidade, da libido e da sexualidade; uma relação "verdadeira" de homens conduzida por uma relação sexual, masculina e igualitária. Seffner não apontou nenhuma dessas representações como correta ou incorreta; em vez disso, argumentou que cada uma delas podia ser enunciada de forma positiva e, também, negativa. A origem dessas representações em seu campo era tão variada como a astrologia e a psicanálise, a epidemiologia do HIV/Aids e as fábulas de Esopo.

Como temos visto ao longo deste trabalho, a circulação da "bissexualidade" e de outras categorias da sexualidade se deu através do trânsito de atores e mudanças históricas em espaços que não se encontravam isolados. Contradições, discordâncias e imprecisões nos seus sentidos e a confusão entre diferentes formas de classificação refletiam a intensa interação de pessoas, grupos e instituições. A polissemia da "bissexualidade" pode ser vista como um reflexo deste processo mais amplo em que fenômenos recentes se cruzam com referências antigas, que passam também a assumir novos sentidos. Um ponto muito importante refletido aqui é que a aids, assim, não engloba todo o processo de emergência da "bissexualidade" em Belém, como pode parecer pela sua centralidade na imprensa.

Mas, se a emergência da categoria "bissexual" não dependeu estritamente do surgimento da epidemia de HIV/Aids, por que ambos os fenômenos coincidem historicamente em Belém? Afinal, as primeiras menções a essa categoria são aquelas que remetem aos "grupos de risco", e uma procura prévia pelo termo "bissexual" e suas variações em um sistema de busca em OCR como o da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional não oferece resultados anteriores a 1984 nos jornais de Belém. Venho argumentando ao longo deste trabalho que houve um conjunto de processos em curso na cidade que coincidiram com a redemocratização, no qual mudanças mais gerais nas convenções e classificações da sexualidade se encontram. Além disso, como sugeriu Jane Galvão (2000), a própria epidemia pode ser pensada como um fenômeno da redemocratização do Brasil por excelência, pela forma como ganhou sentido no país e foi combatida ao longo das décadas de 1980 e 90. Especificamente na imprensa, o fim gradual da censura e a preocupação com o alcance público do debate sobre sexualidade por parte de pesquisadores, gestores e ativistas também levaram categorias como "homossexualidade" e "bissexualidade" para os jornais com maior frequência, ainda que nem sempre com o mesmo sentido e a mesma intenção.

Cabe lembrar que a minha análise foi feita em dois jornais de grande circulação em Belém, e que mesmo em recortes de acervos públicos e pessoais encontrei material que também era de grande circulação, como de outros jornais. Pode ser que uma análise das mudanças nas classificações da sexualidade encontre informações e evidências novas se tomar como material jornais alternativos, como o Resistência, criado pela Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) no fim da década de 1970 e proibido pela ditadura na mesma época, ou o *PQP*, tabloide muito comparado ao carioca *Pasquim* e editado por Raymundo Mário Sobral entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 2000. Ainda assim, a emergência da "bissexualidade" nos grandes veículos de comunicação pode ser tomada como um sinal de maior evidência e circulação em termos mais amplos.

Não por acaso, a "bissexualidade" adentrou os cadernos culturais como forma de dar sentido à caracterização de personagens ou fazer piadas e observações com temas diversos. Assim o escritor Klaus Mann, autor de *Mefisto*, é descrito como "bissexual", como também é o compositor Piotr Tchaikovski, sobre quem Mann escreveu um livro. Em um texto de Acyr Castro, de 1986, vemos como a vontade política de falar sobre temas mais abrangentes abria espaço para novas formas de descrever a sexualidade:

> William Shakespeare desmente a imagem pedantesca, de baile de convenção, que a burguesia tem dele. Seu teatro nega toda e qualquer espécie de absoluto, principalmente o que rejeita o popular, o vulgar, o cotidiano. Os moralistas jamais poderão compreender Shakespeare: passam a vida a enquadrar o comportamento humano sob esquemas infantis. Em "Romeu e Julieta", por exemplo, existem tons polissexuais que o próprio cinema fez que não entendeu até Franco Zeffirelli [...]. Deixaram de fora os ostensivos sentimentos que, para exemplificar, unem Romeu e Mercutio: o que fica claríssimo no filme de Zeffirelli, a partir da maravilhosa interpretação dos dois atores[21].

A "polissexualidade" da obra de Shakespeare é neste texto uma forma de subverter determinadas leituras e a sua apropriação por valores que o dramaturgo inglês talvez desprezasse. Ainda bem longe de ganhar contornos de identidade política da atualidade, essa categoria começava a circular de forma rara e difusa, praticamente como sinônimo de "bissexualidade". Outras referências à categoria "bissexual" na mídia também a associam a comportamentos e sentidos confusos ou contraditórios, ou a comparavam a políticos corruptos e mentirosos, que "só diziam uma parte da verdade". Uma definição emblemática, porém, é a que aparece em uma entrevista com Pai Serginho de Oxóssi, após o seu aniversário, em 1989, no *Diário*. Ele era da Associação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará, onde Anaíza Vergolino realizara a sua pesquisa mais de dez anos antes. Quando o jornalista visitou o seu terreiro, perguntou sobre um dos orixás que estava sendo homenageado:

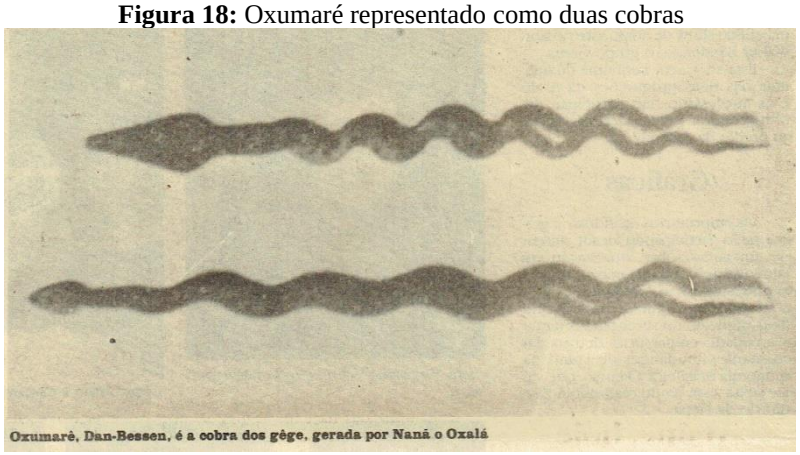
> Diário: Quem é Oxum Abê?
> Pai Serginho: Um Orixá bissexual. Passa seis meses como masculino (arco-íris) e seis meses como feminino (cobra). Simboliza o movimento, a transformação constante, perene, à semelhança de Yin-Yang de que falam os chineses. Seus filhos refletem tal conceito nas mudanças de vida radicais e cíclicas; além disso, apresentam-se orgulhosos e exibicionistas, traços temperados pela generosidade e desprendimento. Conta-se que Oxumarê come cobra, é bastante agressivo, o que o levaria às vezes a morder a própria calda, gerando um movimento circular que representa a rotação da Terra e o próprio movimento no espaço. Se essa ação terminasse, o caos destruiria o universo [...]. A dança deste Orixá apresenta a sua dualidade quando seus filhos apontam uma vez para o céu e outra para a Terra[22].

[21] Diário do Pará, "Vinho e Água", por Acyr Castro. Caderno Cinema, p. 2. 15 de fevereiro de 1986.
[22] O Diário do Pará, "Umbanda e Candomblé festejam Exu e Oxumarê", Caderno D, p. 6. 24 de agosto de 1989.

A fala de Pai Serginho indica que a fluidez (e não exatamente ambiguidade) de Oxumaré tem uma relação simbólica com a mudança enquanto princípio fundamental da ordem do mundo. Sua origem parece bem definida na relação ancestral com o povo africano Gêge, que cultua os voduns, às vezes identificados com os orixás (CAMPELO, LUCA, 2007), mas o rico simbolismo que envolve a divindade se cruza nesse contexto com o distante princípio taoísta do yin-yang e com a categoria "bissexual", consagrada nas releituras de mitos por europeus no século XIX. A dualidade que essa categoria encarna aqui não é a de uma sexualidade enquanto forma de subjetividade baseada no desejo, mas na relação entre feminino e masculino. Este é o exemplo de uma sobrevivência de sentidos mais antigos de "bissexualidade" em um momento em que emergia um novo uso ligado à epidemia de HIV/Aids. Em vez de apenas persistir, este sentido de "bissexualidade" se articula a elementos de outras origens culturais, neste caso uma religião de matriz africana em um contexto de globalização e circulação de ideias variadas em Belém.

Percebemos, também, como essa polissemia se reconfigura com o encontro de diferentes referências culturais: uma divindade originária de um contexto de valorização da mudança e de uma temporalidade cíclica, e uma categoria que surge para designar a ambiguidade como um problema de classificação em um contexto de valorização da temporalidade linear moderna. Se, no século XIX, Samuel Taylor Coleridge se referia a religiões de civilizações antigas com categorias como "bi-sexual" e "andrógino", a distância que o poeta estabelecia entre elas e o seu próprio contexto cultural poderia ser reelaborada.

Figura 18: Oxumaré representado como duas cobras



Fonte: *O Diário do Pará*, "Umbanda e candomblé festejam Exu e Oxumaré", caderno D, p. 6, 24 de agosto de 1989.

Anaíza havia definido a fluidez de Oxumaré como uma "androgenia" na década de 1970, provavelmente porque essa categoria fazia mais sentido em suas referências culturais. No fim

da década de 1980, quando alguém poderia pressupor que a única definição de "bissexual" a se expandir seria sempre aquela enquadrada pelo vocabulário da epidemia de HIV/Aids, um outro sentido de "bissexualidade" parecia atingir maior circulação. Mesmo no interior, um convite seria enviado para o *Diário*, em 1990, para uma celebração em Soure, na ilha do Marajó, ao "bissexual orixá 'Oxumaré' [...] no Terreiro de Mina-Nagô 'São Jorge'"[23].

Ainda em 1990, Pai Serginho publicou um pequeno texto reapresentando Oxumarê ou Dan-Bessen, que é descrito novamente como "bissexual" por passar "metade do ano como masculino e a outra metade como feminino". Segundo ele: "em Belém, o maior nome de Oxumarê é o Pai Arteanaxi, o popular Prego e também o meu irmão que está com três anos de iniciado, o Yaô Braga"[24]. Astianax, antigo interlocutor de Peter Fry, tinha no orixá ao qual era consagrado uma questão que poderia ser descrita e compreendida de diferentes maneiras e através de classificações mais ou menos diferentes. Se a mitologia de Oxumaré era a de valorização da fluidez e da mudança, sua descrição também mudava. Seja no sexo, no gênero ou na sexualidade, ou mesmo nos interstícios nos quais essas ideias se encontravam, havia uma liminaridade recorrente e imprecisa.

Podemos agrupar os diferentes sentidos em que a categoria "bissexual" aparece definida no material de campo que pôde ser reunido em relação a Belém entre as décadas de 1980 e 90 da seguinte forma: como uma classificação de pessoas com base em suas práticas sexuais, como uma confluência de elementos masculinos e femininos e como tendências culturais de valorização da ambiguidade e de borramento de fronteiras. A primeira certamente aparece na forma de identidade, mas também como uma classificação arbitrária nos discursos sobre a aids e na descrição de artistas e personagens, como em piadas e afirmações de que alguém com práticas e desejos múltiplos não existe; foi a que teve maior alcance através da imprensa, da epidemia e de certos debates políticos, como vimos. A segunda é a que está presente na teoria psicanalítica e em suas várias interpretações, nas descrições de divindades e espíritos, embora esta pareça ter sido a de circulação mais restrita. A terceira é a menos clara, exatamente porque condensa de forma mais profunda uma característica presente em todas as outras: a liminaridade. Haveria, em algum lugar, um interstício entre "homossexuais" e "heterossexuais" no qual a oposição entre ambos se fazia menos relevante. Essa suposta inclinação cultural poderia ser situada na forma de um imaginário regional, como em uma América Latina ou em um Norte do Brasil, mas também em tendências de mercado global que incorporavam elementos de contracultura, como a música pop, o punk, a cultura clubber.

[23] O Diário do Pará, "Homenagem a Exu na cidade de Soure". Caderno Cidades, p. A-4. 24 de agosto de 1990.
[24] O Diário do Pará, "Os Búzios Respondem", por Pai Serginho de Oxóssi, p. B-6. 32 de outubro de 1990.

Diferentes modos de pensar a sexualidade e suas classificações estavam presentes em Belém, e sua distinção nem sempre era tão clara. Não se tratava de um cenário de uma simples substituição de determinadas categorias por outras e não acredito, portanto, que os "homens" de outrora tornaram-se os "bissexuais", mas sim que as formas de classificação mudam de uma maneira mais complexa e nuançada, dependendo de cada sujeito, contexto e mesmo ocasião. A mudança que se dava não estava necessariamente em uma negação ou em uma substituição, mas também na confusão e na relação.

Afinal, se a pressuposição de uma correspondência fechada entre significante e significado era um fenômeno historicamente situado, como defendeu Foucault em *As Palavras e As Coisas* (1999), os limites dessa correspondência nos mostram como é dinâmica a história das ideias. A categoria "bissexual" transformou-se de acordo com mudanças e trânsitos que escapam a um espaço geográfico definido, de forma que sua trajetória não foi uniforme e levou a uma rica polissemia. No caso de Belém, a ambiguidade aparece em sua definição e em sua recepção.

7. Sentidos de ambiguidade

A descrição de Oxumaré como "andrógino" e como "bissexual" não é uma mera questão de termos. A polissemia da "bissexualidade", como uma categoria que assumiu uma posição liminar na formação relacionada de diferentes formas de classificação, a aproximou de outras categorias da fluidez e da ambiguidade. Como vimos anteriormente, um imaginário regional influenciou políticas de saúde, recepção de teorias e discursos políticos em Belém. Ainda resta analisar como os valores de fluidez e ambiguidade (capturados principalmente pela categoria "bissexual", mas não apenas) se relacionavam com um processo de redemocratização em um contexto frequentemente descrito como "regional". No caso da epidemia de HIV/Aids, a imagem da ponte e o perigo de poluição "bissexual" já se tornou bastante claro. Ao longo das décadas de 1980 e 90, outras e diferentes tendências culturais ora negativaram, ora positivaram esses valores.

Figura 19: Gudrun Landgrebe e Mathieu Carrière beijam-se em *Uma Mulher em Fogo*

Fonte: *O Diário do Pará*, "No universo da prostituição", por Acyr Castro, Caderno Cinema, p. 6. 25 de dezembro de 1985.

Acyr Castro escreveu em 1985 uma crítica sobre o filme *Uma Mulher em Fogo*, o primeiro do alemão Robert van Ackeren a chegar ao circuito comercial brasileiro (Figura 19). Contando sua história, descreve como uma universitária burguesa que se entendia com a monotonia de seu casamento e resolve se tornar prostituta. Ela se apaixona por um "cafetão bissexual", também de nível universitário: "Ele aplicará seus conhecimentos na administração da empresa sexual que logo estabelece com Eve. Todas as noites, eles se encontram sexualmente esgotados, mas felizes"[25].

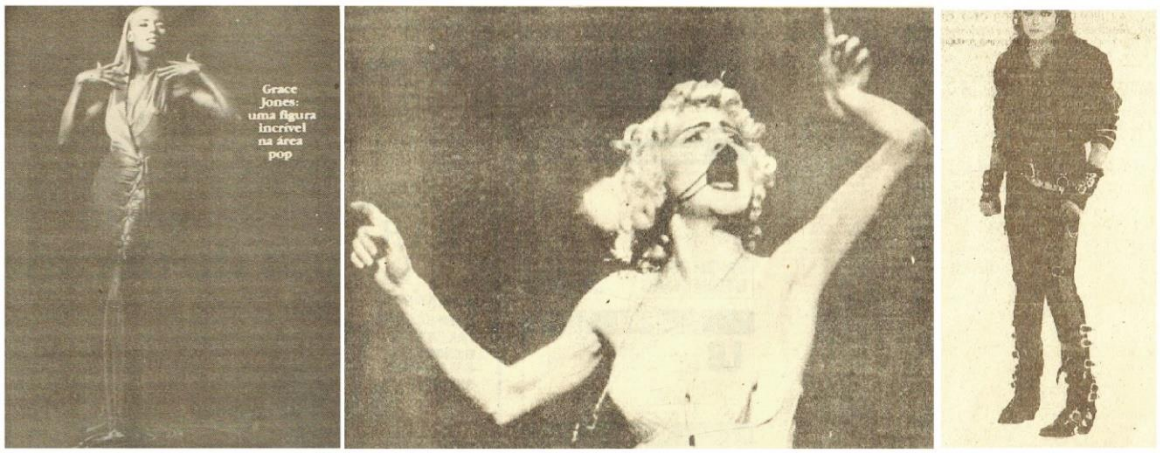
A reprodução desses filmes e dessas personalidades foram as primeiras representações visuais de "bissexuais", ainda que aqueles descritos como tal (quando existiam) certamente não se identificassem como tal. Mesmo alguns daqueles que eram "bissexuais assumidos", como o compositor russo Wladimir Horowitz, provavelmente eram pessoas com práticas e desejos fluidos que eram classificados retrospectivamente.

A reprodução de notícias de outros lugares também era intensa nesse sentido, como no caso da aids. Para além da epidemia, porém, o vocabulário e suas apropriações eram bem mais abrangentes. Em 1989, foi o pugilista Adilson Maguila que declarou que não tinha medo da aids porque era "bissexual". Curiosa com a revelação, a repórter pediu para ele falar mais e sua resposta foi: "É porque eu só transo com a minha mulher. E a minha mulher só transa comigo". O episódio circulou na imprensa belenense em notas, nos quais os jornalistas brincavam que Maguila "quase derruba uma repórter, de susto" e que quando ele "abre a boca, só sai golpe baixo". Já a categoria "andrógino" aparecia mais em contextos artísticos, seja em textos literários, seja em críticas (positivas ou negativas) a artistas estrangeiros, como Michael

[25] Diário do Pará, "No universo da prostituição", por Acyr Castro, Caderno Cinema, p. 6. 25 de dezembro de 1985.

Jackson, Grace Jones, Prince, Madonna e Ziggy Stardust, alter ego de David Bowie (Figuras 20, 21 e 22).

Figuras 20, 21 e 22: Grace Jones, Madonna e Michael Jackson

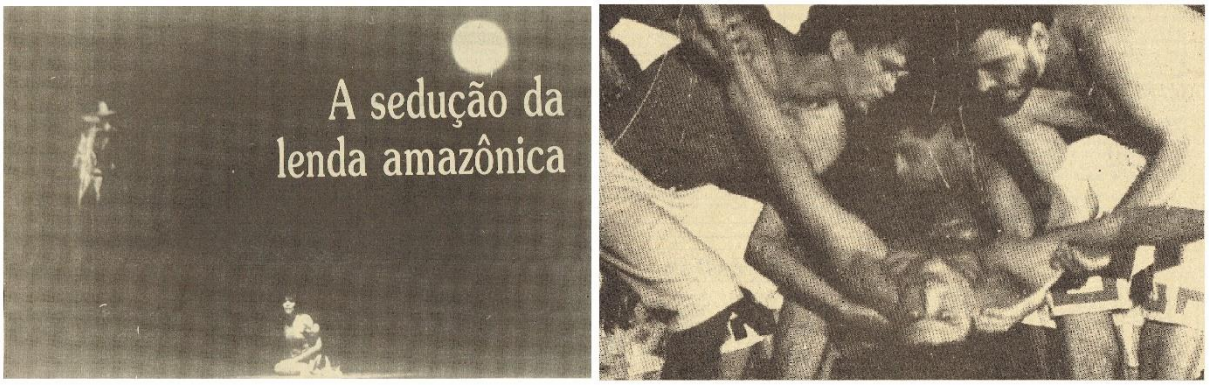


Fontes: *O Diário do Pará*, entre 1987 e 1989.

Madonna e Michael Jackson pareciam ser muitas coisas. Para o francês Jean Baudrillard, o sucesso dos cantores e a sua relação com revolução sexual, kitsch e pós-modernidade eram reflexos de uma qualidade "transexual" em todos nós, sendo essa categoria para ele quase um sinónimo de "andrógino". Para o já citado carioca Paulo Francis, Madonna não tinha nada de "andrógina", categoria que ele via sendo utilizada positivamente para apontá-la como expoente de um neo-feminismo. Publicado diariamente em Belém, Francis fazia da sexualidade uma forma de desmoralizar personalidades das quais não gostava, e preferiu compará-la a uma "puta francesa" que jogava calcinhas no palco para "pamonhas". Pela mesma inclinação pessoal e estilística de Francis, ele descreveu Lord Byron como um "bissexual e incestuoso" que teve que sair da Inglaterra no século XVIII por causa de um garoto.

Para além de discussões sobre temas e figuras consideradas modernas ou atuais, esse tipo de ambiguidade provocava tensões ao encontrar um imaginário regional que define em Belém um espaço do "específico" e do "local", ou mesmo do "não moderno". A controvérsia mais simbólica nesse sentido foi em torno da categoria "andrógino" que, como "bissexual", não se limitava necessariamente a uma distinção entre gênero e sexualidade. Uma peça de teatro de Edyr Augusto, que tinha o título original de *A Lenda do Boto Andrógino*, estreou ainda na década de 1970. Reencenada com o título *Foi Boto, Sinhá* em 1989, ela foi apresentada em Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília pelo grupo Experiência (Figuras seguintes). O diretor Geraldo Salles afirmou que aquela nova versão era a melhor. Ele havia sido muito criticado na primeira estreia por brincar com a ambiguidade do Boto.

Figuras 23 e 24: Divulgação do espetáculo *Foi Boto, Sinhá*



Fonte: *O Liberal*, "A sedução da lenda amazônica", Caderno Dois, p. 1. 29 de janeiro de 1989.

Os botos são mamíferos aquáticos, semelhantes aos golfinhos, que vivem nos rios da Amazônia. O tamanho de seu corpo e a forma de seus órgãos sexuais são muito semelhantes aos dos humanos. Há uma crença indígena, de grande circulação popular, de que ele se transforma em um belo homem à noite e seduz as mulheres, seja em festas ou quando os maridos deixam a casa para pescar. Muitas pessoas, em comunidades rurais da região, foram e são até hoje consideradas filhos do boto. Na dramaturgia de Edyr Augusto, o boto era novamente essa figura emblemática, mas descobria um surpreendente gosto por rock e acabava se envolvendo com um homem. Mesmo que parte da imprensa o classificasse como um "boto gay", esse personagem desestabilizava expectativas sobre as abordagens culturais e sexuais de um símbolo natural e social da região. A ambiguidade de sua sexualidade expressava uma ambiguidade entre "tradição" e "modernidade" na composição do personagem. Para muitas pessoas em Belém, esse foi um apelo exagerado e de mal gosto, e mesmo a crítica de teatro de São Paulo não gostou da ideia. O diretor se defendeu no *Liberal* citando um texto do escritor mineiro Affonso Romano de Sant'Anna intitulado *Nós e o Boto*, que afirma:

> Diz-se que o boto é homem e mulher juntos. Duplamente irresistível. Por isso, a gente sucumbe ao seu ataque. É hermafrodita. Pode ser homem ou mulher ao mesmo tempo. Sendo homem, diante de outro homem, pode se fazer de mulher; e sendo mulher, diante de outra mulher, pode se fazer de homem. Por isso é um animal ambiguamente desejante e desejoso[26].

Ele tentava argumentar, assim, que não estava desrespeitando a lenda, mas explorando uma característica própria e profunda dela. Não se tratava, porém, de uma leitura comum da história. Existem referências a botos virando mulheres para seduzir e levar homens à morte, no litoral paraense e nas imediações de Belém, mas isso aconteceria quando o boto era classificado como uma fêmea (MAUÉS, 2006; SALDANHA, 2018). A maior parte das histórias e

[26] O Liberal, "A sedução da lenda amazônica", Caderno Dois, p. 1. 29 de janeiro de 1989.

representações são de botos machos seduzindo mulheres. É uma imagem que, definitivamente, parece encerrar a lenda dentro de uma oposição binária que contrasta com a ambiguidade do boto encantado e da relação dos homens com ele. Como contou o antropólogo Heraldo Maués:

> No caso dos homens – embora haja relatos esparsos de relações "homossexuais" com o boto macho –, o verdadeiro objeto de desejo é representado pela "bota", não havendo, neste caso, aparentemente, uma explícita conotação mística ou sobrenatural. Há muitos relatos a respeito de pescadores que, casualmente, apanham fêmeas de boto em suas redes e, em algumas situações, copulam com elas. Esses relatos enfatizam o enorme prazer experimentado pelo homem, a ponto de ser necessário às vezes afastá-lo à força daquele ato, caso contrário ele corre o risco de morrer de prazer e exaustão (MAUÉS, 2006, p. 19).

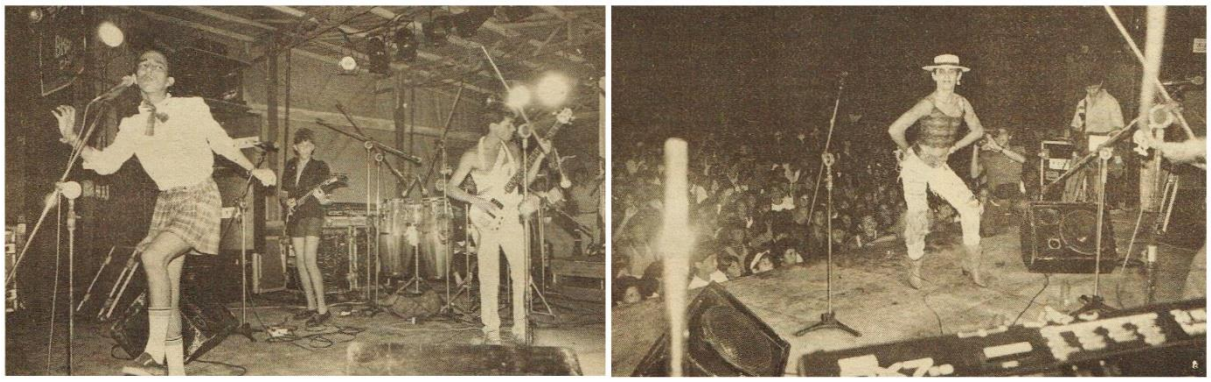
O boto encarnaria a ambiguidade entre homem e natureza, através da sexualidade, mas, segundo Maués, é uma ambiguidade que pode ser entendida através do conceito de poluição de Mary Douglas, em que o homem corre perigo ao entrar em contato com o animal. Mesmo que em uma prazerosa relação sexual, o boto poderia trazer adoecimento, morte e enfraquecimento. Esse tipo de polêmica nos mostra como as categorias que remetem à ambiguidade, como "bissexual" e "andrógino", pareciam estar melhor relacionadas à modernidade. A negação de um imaginário amazônico que as compreendesse parece ser enunciada com base na caracterização da Amazônia como uma "terra virgem", nos quais os temas estranhos da sexualidade, quando apareciam, eram dentro de parâmetros "naturais". Representar uma figura folclórica como um símbolo de ambiguidade sexual seria para muitas pessoas um verdadeiro desrespeito. Isso porque essa representação regional não se tratava apenas de uma imposição de origem externa, mas parte constitutiva da relação das pessoas com a sua região e com a sua identidade.

Se o gosto do boto pelo rock era um dos elementos dessa polêmica, era porque o gênero musical estava em franco fortalecimento na capital do Pará. O cantor Eloi Iglesias é uma figura importante para compreendermos como a ambiguidade era compreendida de maneira diferente quando associada à modernidade. Com o sucesso de seu show *Liberô Geral Contra o Apartaids*, ele lançou o seu primeiro disco *Liberô Geral* pela gravadora Continental, com o seu grande sucesso *Pecados de Adão* e a censurada *Rock da Matinha*, permitida só em ambientes fechados. Na época, ele cantava desde brega até metal, segundo o próprio: rock, blues, lambada, brega, reggae e até samba. Para a imprensa local, era uma referência do "rock no tucupi".

Em 1987, Iglesias passou a apresentar o show *Passional*, cujo nome faz referência à criminalidade de Belém e ao "crime passional". Era descrito nos jornais como "piradão" pelo seu estilo debochado e provocador. Mesmo que tenha se tornado futuramente uma espécie de ícone "LGBT" no Pará, principalmente após assumir a organização da Festa da Chiquita na

década de 1990 e acompanhar seu processo de reconhecimento e politização, Iglesias não era descrito com categorias que remetessem à "bichice" ou à "homossexualidade". Sua postura era reconhecida na cena cultural e nos escritórios jornalísticos principalmente como *estilo*. Era considerada emblemática de um momento de contestação e liberação que seguia o fim da ditadura e atraía um público variado. Fotografias de 1989 mostram Iglesias e a banda de rock Mosaico de Ravena cantando em um festival de verão na Praia do Farol, na ilha de Mosqueiro. Era a primeira vez que *Rock da Matinha*, que aludia ao uso de drogas, era cantada ao ar livre após a liberação pela censura. O vocalista Edmar, da Mosaico de Ravena, estava vestido como uma colegial e apresentou um repertório que hoje pode parecer inusitado para aquele tipo de evento, incluindo até mesmo The Smiths. Este interessante momento de ambiguidade paródica era uma forma de irreverência que, a certa altura da década de 1980, teve algum grau de valorização.

Figuras 25 e 26: Mosaico de Ravena e Eloi Iglesias se apresentam em um festival de verão na Ilha de Mosqueiro



Fonte: *O Liberal*, "O Deboche delirante do Mosaico e de Eloy", Caderno Al Mare/Al Fiume, 29 de julho de 1989.

A Mosaico de Ravena tinha uma postura que misturava punk e irreverência; sua música era descrita como um tipo de funk-swing. Naquele ano, eles retornaram de uma turnê de 13 shows fora do estado (em Distrito Federal, Goiás, Tocantins e Minas Gerais) com um novo show chamado (na grafia do *Liberal)*: "Eu Chuparia a Sua B*", com músicas novas como *Amiga Vacilona (Síndrome Andrógino Idaliana)*, que tinha em seus versos "Sem papo furado e sem brincadeira/A minha bazuca na tua trincheira". A ideia de "androgenia" e as brincadeiras com a sexualidade pareciam, assim, estarem à vontade entre elementos de contestação. É curioso que, logo antes de ir para a turnê, a banda participou de uma homenagem a Mestre Lucindo, cantor de carimbó. A valorização de temas e valores considerados modernos não excluiria necessariamente a valorização da tradição e de referências regionais, o que os membros da banda parecem ter percebido e se proposto a explorar.

Mas o mais completo exemplo de articulação entre imaginário regional e emergência de categorias de ambiguidade que remetem à sexualidade está na categoria "GLS". A sigla para "gays, lésbicas e simpatizantes" foi criada pelos organizadores do Festival Mix Brasil, em São Paulo, uma edição de um festival de cinema experimental de temática "gay e lésbica" de Nova York. Segundo a jornalista Erika Palomino (1999), a edição brasileira foi resultado de um convite ao publicitário André Fischer pela organização do festival em 1993, quando foi adotado o termo "mix" e a diversidade racial e geográfica passou a ser valorizada. A curadoria de cinema e vídeo trouxe temas então considerados novos no Brasil, como o body piercing, o que levou à sua proibição em um espaço cultural do Rio de Janeiro, quando uma diretora do local afirmou que o evento "era avançado demais para a cidade: o Rio não é Nova York", início de uma polêmica que levou até o antropólogo Darcy Ribeiro a defender o festival na revista *Veja* (PALOMINO, 1999, p. 150).

> "No ano seguinte, em 1994, resolvemos produzir o festival todo aqui, já que as questões apresentadas eram americanas e experimentais demais", recorda o diretor. O programa de abertura foi chamado de Mundo Mix, reunindo vários núcleos que faziam parte do conceito: skinheads gays, roqueiras punks, tatuadores, clubbers [...]. No segundo ano do festival, a preocupação era viabilizar o evento comercialmente e havia ainda a necessidade de um material que posicionasse o público do Mix Brasil. "Sabíamos que, diferentemente dos festivais gays americanos, tínhamos um público mais misto, muito menos radical", conta Fischer. ["] Daí começamos (completavam a equipe Suzy Capó, Camila Rabello, André Gordon) a procurar um nome tipo 'gay friendly', e apareceu 'simpatizante'. Mas queríamos que gays e lésbicas também fizessem parte da denominação. Durante mais de um mês falávamos em gays, lésbicas e simpatizantes. Em uma reunião a Camila apareceu com uma pasta escrito 'GLS' contendo tudo o que se referia à discussão. Quando eu vi a sigla achei que estava ali. Cheguei a pensar em chamar tudo que era 'Mix' de GLS, mas achamos que era um conceito com vida própria. Colocamos a sigla no folheto de lançamento do 2º 'Mix Brasil', com sua explicação. O povo adorou e começou a usar imediatamente, até pela relação com a sigla dos automóveis versão luxo. Decidimos não registrar a marca, como fiz com Mix Brasil e Mundo Mix, justamente para que fosse usada por todos. Depois disso a coisa virou um monstro e até no interior de Pernambuco tem bares gls. Hoje, prefiro usar a sigla em letras minúsculas para gritar menos..." diz Fischer (PALOMINO, 1999, p. 150).

A ideia de GLS, assim, faz referência a um público, e por isso sua forma extensa é grafada no plural. A história de sua concepção foi contada várias vezes e com versões mais ou menos diferentes, mas a destacada no trecho acima chama atenção para um elemento importante. A inclusão dos "simpatizantes" teria se originado da percepção de uma diferença na constituição desse tipo de público no Brasil em relação aos Estados Unidos. Podemos dizer que se trata de uma visão semelhante àquela de uma descrição regional na qual não se expressa uma segmentação rígida da sociedade com base na oposição entre "heterossexuais" e "homossexuais", que discuti no primeiro capítulo. Frequentadores de espaços, expectadores de

cinema e consumidores de moda não seriam tão segmentados. A própria Palomino, ao dar o título para o tópico de seu livro em que conta esta história, chama a categoria "GLS" de "um fundamento da cultura gay brasileira". Foi, porém, o apelo de modernidade e cosmopolitismo que marcou a recepção dessa categoria em Belém.

Como vimos no capítulo anterior, em meados da década de 1990, a capital do Pará experimentava o resultado de um rico processo de segmentação de espaços de sociabilidade e crescente visibilidade desses espaços na cidade, que se aproximavam cada vez mais dos bairros centrais. Apareceram as primeiras saunas e o mercado começou a chamar a atenção da imprensa. O principal expoente dessa tendência foi o bar Go Fish, fundado pelo casal Alberto Guimarães e Antônio Carlos Ribeiro, aos quais se uniu a jovem jornalista Adelaide Oliveira. O Go Fish funcionava na avenida Rui Barbosa, no bairro de Nazaré, entre as avenidas Braz de Aguiar e Nazaré, talvez o endereço mais nobre que um estabelecimento do tipo já tivera até então na cidade. O nome era ume referência a uma expressão que Alberto, comissário de bordo, ouviu em uma viagem a Nova York. Também eram para o sonho de conhecer Nova York as economias que Adelaide gastou ao se tornar sócia. Em entrevista, ela contou da ansiedade que tinha toda madrugada ao usar o seu primeiro provedor de internet, quando conseguia acessar o site do Museu de Arte Moderna de Nova York.

A proposta do bar não era voltada especificamente para o público "gay". Em vez disso, havia uma programação variada que atraía diferentes públicos em diferentes dias da semana, indo do jazz e do rock ao pop e à MPB. A grande atração da semana era a drag queen Babeth Taylor, com sua Banda Bagaço, que lotava o pequeno espaço e atraía os públicos mais diversos. Os jovens empresários acompanhavam de perto as novas tendências do mercado, no qual a coluna Noite Ilustrada, escrita por Erika Palomino na *Folha de São Paulo*, era lida com os poucos dias de atraso com que o jornal chegava em uma banca na Praça da República. As matérias de Palomino sobre a cena clubber paulistana foram provavelmente as introdutoras da categoria "GLS" na cidade, à qual o Go Fish foi associado quase imediatamente. Na imprensa local, a sigla que foi elaborada para apontar uma particularidade do público brasileiro foi descrita como uma "revolução mundial".

"GLS", nesse momento, estava associado a novas tendências e ao tom de modernidade implicado no estilo e na música que circulavam por bares e boates focalizados em "gays". Um amigo que viajava frequentemente para São Paulo passou a revender peças de roupa "descoladas" compradas no Mercado Mundo Mix, o braço comercial do Festival Mundo Mix. A diversificação da programação e a realização de feiras fez do Go Fish o que Adelaide chama hoje de "centro de economia criativa". Adelaide afirma que tem até hoje uma saia de Alexandre

Herchcovitch, estilista que na época estava interessado em explorar o tema das caveiras. Entre as peças que chegavam, estavam as camisetas com a estampa "GLS", em que uma das letras era maior conforme a identificação da pessoa (no caso de Adelaide, era S de "simpatizante").

A etnografia de Souza (1997) foi especialmente próxima do cotidiano de Babeth Taylor e sua Banda Bagaço. Babeth era um jovem de São Paulo, mas que começou a se montar na Camaleão, em Belém. Posso acrescentar, a partir de meu próprio convívio com "drag queens" em Belém no fim da década de 2010, que Babeth se notabilizou na memória dessa cena ao borrar os limites do público habitual dessa categoria, apresentando-se em eventos familiares como casamentos e aniversários.[27] Como descrito em alguns jornais da época, Babeth estava indo além do "gueto". Souza também mostra em sua pesquisa uma vibrante circulação de referências culturais nas inspirações das "drag queens", como a atriz Marlene Dietrich e a cantora Mariah Carey, que davam nomes a duas delas. Como contou Adelaide em sua dissertação de mestrado quase 20 anos depois, Marlene era a modelo preferida de André Lima, jovem estilista paraense que se mudou depois para a capital paulista e passou a apresentar suas coleções na São Paulo Fashion Week (OLIVEIRA, 2012). Em um relato recente, Souza lembrou da dificuldade com que conseguia acessar em Belém referências importantes desse universo: precisou de um contato em São Paulo para comprar o livro recém-lançado da "drag queen" estadunidense RuPaul (COMPÓSITA, 2021).

Ronaldo Trindade, em entrevista, fala em um "ar bissexual" que então estaria "na moda". Mais precisamente, isto quer dizer que a delimitação entre a ideia de um "lugar heterossexual" e um "lugar homossexual" era tensionada aqui. Para Ronaldo, essa distinção entre os espaços não era comum até então (como vimos no guia publicado no *Lampião* dez anos antes da chegada de Ronaldo à "noite"), mas naquele contexto assumia pela primeira vez na cidade um sentido político. Ronaldo afirma que havia pessoas que se identificavam como "bissexuais", mas em número bem menor que o daquelas que se relacionavam com homens e mulheres sem se definir como tal. As práticas ambíguas, então, seriam comuns nestes espaços desde antes da abertura do Go Fish, mas ainda não como uma forma de reivindicação classificatória ou política. Izabela Souza (1998) descreveu que o Go Fish não tinha, inclusive, identificação de gênero em seus banheiros. As memórias de Ronaldo, porém, indicam que a mobilização da identificação como "bissexual" era colocada como suspeita, correspondente a

[27] Este foi um caminho que ficou aberto a partir de então. Até recentemente, artistas trans como Leona Vingativa e "drags" como as do movimento artístico de "themônias" tiveram nesses eventos uma opção de renda em Belém. Presenciei o que parece ter sido uma crise no tensionamento desses limites a partir das eleições presidenciais de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro e a animosidade conservadora contra a ocupação de espaços públicos e privados por parte dessas pessoas. Para mais informações, ver Bentes (2020) e Saldanha (2021).

um “gay enrustido” ou um “gay que transava com mulher”, mesmo em um espaço onde determinadas formas de ambiguidade eram valorizadas. Isso indica como a valorização da fluidez ou da ambiguidade não necessariamente correspondia a um reconhecimento de uma identidade “bissexual”.

De certa forma, o espaço e seus frequentadores acabavam sendo classificados em termos binários. Às vezes, quando o volume da música ficava mais alto, moradores de um prédio vizinho arremessavam ovos. Algumas pessoas que passavam de carro eventualmente gritavam “Ei, bicha! Bando de fresco!” e jogavam objetos para atingir os frequentadores. Havia um certo tipo de discriminação por parte dos fornecedores de bebida, que demoraram a enxergar o local como dotado de um público economicamente atraente ou lucrativo.

Figura 27: Adelaide Oliveira no Go Fish

Fonte: *A Província do Pará*, “Negócios cor-de-rosa atraem gays de todos os lados”, por Ulisses Campbell, Caderno 1, p. 8. 22 de agosto de 1996.

A categoria “GLS” aparecia na imprensa em uma relação com a fluidez da sexualidade. É curioso notar que a imagem de Adelaide (Figura 27), encarnava para os jornais a formação de um mercado segmentado, quando o Go Fish jamais teve essa proposta. Em uma fotografia publicada na *Província do Pará* (o jornal em que esse mercado teve maior repercussão na época) ela aparece sorrindo com o que foi definido como um “lucro”, embora todo o dinheiro fosse gasto na própria manutenção do negócio. Os “gays” pareciam ter sido descobertos enquanto público consumidor (o que, como já vimos, estava longe de ser algo novo), mas a definição desse público era nuançada e múltipla.

Esse processo de circulação da categoria "GLS" mostra como uma tensão entre o cosmopolita e o regional é, em vez de contraditória, constituinte da produção de classificações da sexualidade. Seja na comparação entre Brasil e Estados Unidos, entre Rio de Janeiro e Nova York, seja no trânsito entre São Paulo e o interior de Pernambuco (como exemplificou André Fisher), entre Belém e São Paulo, as formas de abordar a sexualidade se tornaram formas de classificar a região. Esta relação certamente se dá de formas diferentes a depender da imagem atribuída a cada região, e lembro que o mesmo local pode ser regionalizado mais de uma vez, como Belém é quando colocada como América Latina, Brasil ou Amazônia, e que cada região implica uma série de diferenças. No caso da Amazônia, a imagem da terra virgem parece ser incompatível com o cosmopolitismo contemporâneo, e tendências de valorização da ambiguidade tendem a provocar tensões quando incorporadas, ainda que haja meios criativos de adaptá-las. Belém, uma cidade cada vez mais populosa, contradizia em suas rápidas transformações a imagem de um lugar menor, se não pequeno, que seria incompatível com o cosmopolitismo e suas características sexuais.

Se na passagem para os anos 2000 a sigla "GLS" deixaria de ser associada a algo especificamente "descolado" e se tornaria um descritor mais geral de tudo o que diz respeito a esses grupos comercialmente (FRANÇA, 2007), seu princípio como culturalmente representativo se confundiu com um apelo de cosmopolitismo e adesão a tendências globais. Como observou Regina Facchini (2005), contudo, a ambiguidade de sua definição estava principalmente na noção de "simpatizantes", aqueles que não eram "gays" ou "lésbicas", mas tinham algum tipo de trânsito cultural por entre eles. Algum nível de oposição binária, ainda assim, era mantido. A valorização de uma "bissexualidade", que Palomino usou para contextualizar a noite paulistana dos anos 1990 em que surgiu a categoria "GLS" e que Ronaldo usou para descrever uma característica própria da noite belenense, não implicava em um reconhecimento da categoria "bissexual" como relativa a uma condição em si. Seja como cosmopolita ou como regionalista, este e outros sentidos de ambiguidade eram fonte de tensão. Em lendas indígenas, na relação entre música e estilo e em estratégias de mercado, de *onde* seria a ambiguidade através das mudanças históricas?

8. No escuro do quarto

Para Peter Fry (1982c) e Edward MacRae (2018), a categoria "bissexual" foi uma forma de indicar uma tensão em um processo de classificação que baseava um discurso político novo, que se propunha a defender uma ordem do mundo sobre a qual operar uma mudança, indo de

encontro a outras formas de classificação. Néstor Perlongher preocupou-se com os efeitos que esse conflito teria, especialmente com o advento da aids e a incorporação rápida (mas, como vimos acima, não automática) de um vocabulário que parecia para ele rígido e limitado demais para pensar uma sexualidade nômade e negociável. Com o passar de alguns anos, tornou-se gradualmente perceptível alguma adoção cotidiana dessa categoria.

No fim de 1995, foi publicado em uma revista erótica de circulação nacional o seguinte anúncio:

> Continuamos procurando casal que transe com cachorro para nos iniciar na zoofilia; homens bissexuais (ativos e passivos) vasectomizados; mulheres bi (ativas e passivas); travestis com seios grandes e firmes; e pessoas não promíscuas para amizades ou transas com sigilo e respeito mútuo. Somos morenos, 43/45 anos e estamos abertos para trocar ideias. Caixa postal 1.031, Belém-PA, Cep 66017-970.[28]

Há uma série de coisas escritas aqui. Tratava-se de um homem e de uma mulher, e por isso a "bissexualidade" era relevante no parceiro. Descrevendo os seus interesses dessa forma, podemos acreditar que ambos se compreendessem como "bissexuais", em um ou outro nível. Parece ser clara, para ambos, a diferença entre orientação sexual e a oposição entre passividade e atividade, mas também é possível que tenham feito algum tipo de relação entre a ambiguidade atribuída às "travestis" e uma ambiguidade da sexualidade. A abreviação na expressão "mulher bi", como percebeu anos mais tarde Regina Facchini (2009) em São Paulo, aponta uma informalização de uma categoria que normalmente se entende na literatura especializada como de origem biomédica. A categoria "bissexual" parecia agora introduzida no cotidiano de um casal de classe média para além dos discursos sobre a aids, ainda que a ressalva contra a "promiscuidade" nos possíveis parceiros sugira uma preocupação com a epidemia.

Foram recebidas mais de 120 respostas, inclusive de vários outros estados do país. De Belém, o casal entrou em contato com três "travestis" e dez pessoas que transavam com animais, mas tiveram contato físico apenas com três casais. Uma das pessoas que entrou em contato foi um jornalista da *Província do Pará*, curioso com o interesse de ambos nos animais. Após conversar com o homem, uma vez que a esposa não quis comparecer à entrevista, ele resolveu consultar especialistas no tema para entender até onde pode ir a sexualidade: psicólogos, proctologistas, pediatras e ginecologistas. Segundo eles, parecia que uma mudança no comportamento sexual estava em curso na cidade. Uma psicóloga falava que tentou ajudar um jovem paciente com fobia social que lutava contra o "impossível", tentava se auto possuir.

[28] A Província do Pará, "Entre o prazer e a loucura", por Ullisses Campbell, Caderno 2, p. 1. 6 de dezembro de 1995.

O que a profissional definia como uma “neurose”, tentar introduzir o seu pênis no seu próprio ânus, a levou a encaminhar o jovem a um psiquiatra.

Nos consultórios de ginecologistas, as mulheres chegavam cada vez mais com hemorragias internas, resultado de relações com homens de pênis longos ou em posições que permitiam uma introdução mais profunda, como o “torno” (sentada sobre o homem sentado, como em uma cavalgada) e o “frango assado” (deitada para cima diante do homem em pé). Já um proctologista comentava assustado como estavam se tornando comuns os homens se masturbarem com objetos, assim como os acidentes nos quais os objetos eram aspirados para o intestino e causavam ferimentos. Os que ele mais retirava dos ânus de pacientes eram os recipientes de xampu, os desodorantes e perfumes cujas pontas pareciam com glandes, vidros de Vick Vaporub e até pedaços de madeira. Essa mudança de atitude sexual, especialmente em homens entre 25 e 30 anos, não correspondia necessariamente a um comportamento público, e a vergonha destes acidentes em momentos íntimos levava os homens a contar mentiras nos consultórios; relatos de assaltos e dificuldades súbitas de sentar-se acabavam deixando para os exames de raio-x *revelarem* os objetos que estavam dentro de seus corpos, dos quais pediam segredo aos médicos, principalmente com relação a suas esposas.

Reunindo suas reflexões de pesquisa sobre identidade “bissexual”, uso de dildos e pegging, Elizabeth Sara Lewis (2020) concluiu que a adoção de práticas consideradas ambíguas não leva a rupturas de padrões identitários, podendo mesmo reforçar a definição de alguém como “heterossexual” ou “homossexual”. A prevalência de uma classificação binária, nestes casos, parece seguir uma tendência cultural mais geral de definição da sexualidade. A circulação de determinadas categorias, como, no campo que analiso aqui, a “bissexualidade”, acompanha mudanças que vão além das classificações: convenções, atores, saberes e valores novos emergem também. Neste caso, dois saberes especificamente pareciam ser apropriados nos discursos científicos elegidos para a matéria do jornal: uma certa antropologia indicava a prática do sexo anal entre “índios da Amazônia” desde antes do contato com a “civilização” e uma certa psicanálise era evocada por psicólogos, pediatras e proctologistas para aludir à prática de prender as fezes para sentir prazer durante a fase anal das crianças, entre dois e três anos. Aquele era um momento de profundo amadurecimento para ambas as áreas do conhecimento em Belém, que produziam e se esforçavam politicamente em fazer circular perspectivas críticas sobre a sexualidade e as relações de poder implicadas nos saberes biomédicos.

Havia um embate entre estas diferentes perspectivas, principalmente nos debates científicos sobre as supostas causas genéticas da “homossexualidade”, nos quais apareceu como principal figura pública Ernani Chaves. Mesmo que ainda hoje atuais, estes debates eram

também característicos daquele período, quando novas "evidências" chegavam a revistas acadêmicas como a *Science*, onde também recebiam respostas críticas de autores como Anne Fausto-Sterling. Em Belém, a repercussão parecia indicar uma maior visibilidade do saber produzido por biólogos em uma perspectiva essencialista respaldada pelo que parecia ser a ciência do novo milênio (a genética), e apoiada publicamente por "especialistas" de instituições como o Museu Goeldi, que nem sequer pesquisava sobre "homossexualidade".

Havia uma tensão entre os sentidos que as pessoas davam a suas trajetórias e a forma como passavam a ser classificados por profissionais. Em um livro escrito sobre sua experiência atendendo pacientes internados com aids no Barros Barreto no fim da década de 1990, a psicóloga Ana Cleide Moreira (2002) lembra que tentou analisar a melancolia de um jovem que chamou de Marcos. Ele vivia com outro homem, cuja morte precoce nunca fora superada e que o levou a ter uma frequência de práticas sexuais das quais passou a se sentir culpado. Para Moreira, a doença parecia para Marcos uma forma de se punir. Se a autora julgava o "lado do desejo homossexual" de sua sexualidade fundamental para ajudá-lo a lidar com esse sofrimento, ele jamais se abriu nesse sentido e sempre preferiu falar sobre a namorada, ou ex-namorada, que o visitava no hospital. O cuidado da psicoterapeuta e pesquisadora de fazê-lo sentir à vontade para compartilhar essas coisas com ela foi interrompido pelo falecimento do já debilitado e inconsolável Marcos.

Não quero dizer com isso que Moreira tentava exercer algum tipo de controle, ou que representa um processo mais geral de estabelecimento de controle biomédico. A esta altura do trabalho, podemos reconhecer a diversidade no caminho trilhado por esses saberes sobre a sexualidade e a agência politizada por trás da institucionalização de alguns deles em Belém, como a própria psicanálise. O que é interessante aqui é entender como algumas ansiedades classificatórias se estabeleceram e ganharam contornos de política, verdade científica e atualidade comportamental.

Demoraria algum tempo até a institucionalização da pós-graduação se estabelecer definitivamente nas áreas do conhecimento que se engajaram com perspectivas construcionistas e que olharam para a sexualidade para além da saúde. Certamente acompanhando o desenvolvimento do próprio movimento LGBT, como ficou conhecido na década de 2000, as pesquisas incluíram lentamente a categoria "bissexual" em sua agenda de interesse. Uma pesquisa realizada na Parada LGBT de Belém, em 2008, foi provavelmente a primeira, em âmbito local, a levantar dados quantitativos que permitissem identificar questões relacionadas à violência de pessoas autoidentificadas como "bissexuais" junto de outros grupos (CLAM, 2009). Coordenada por Sérgio Carrara, da UERJ, e Cristina Cancela, da UFPA, seu relatório

não chegou a ser publicado. Mais de dez anos depois, a psicóloga Beatriz Cruz conseguiu enfim reunir pessoas identificadas como tal em Belém para refletir sobre essa categoria a partir de suas experiências (CRUZ, LIMA, CARNEIRO, 2022). Os sentimentos de incompreensão e falta de confiança ou reconhecimento que apareceram em sua pesquisa já são de um contexto histórico no qual a categoria "bissexual" passa a ser concebida como uma identidade política e a ideia de *bifobia* passa a indicar a noção de uma experiência social específica.

As mudanças comportamentais apontadas em meados da década de 1990 foram intensamente disputadas, mas como um dentre vários elementos que mudavam desde a década anterior. Quando entrevistei Wlad Lima, ela parecia estranhar a última década do século como um esfriamento se comparada ao calor e à "loucura" da década anterior, da redemocratização e da abertura de novos horizontes. Quando se trata de Belém, uma cidade envolta pela imagem de um "espaço anacrônico", como expressou Anne McClintock, as mudanças podem parecer incongruentes. Mas a esta tensão simbólica são elaboradas respostas criativas e as oposições imaginárias são torcidas. O tema da sexualidade e a valorização ou desvalorização da ambiguidade são exemplos de como essa relação se dá, e a emergência da "bissexualidade" define essa preocupação. Seja como lugar ou como sujeito, a definição entre o "eu" e os "outros" parece ser importante para as pessoas e para as instituições.

A aparição da categoria "bissexual" no vocabulário epidemiológico na década de 1980 não resistiu ao progressivo abandono da noção de "grupos de risco", que teve um efeito sobre a mobilização política da sexualidade em Belém. Se a tensão da imagem da "ponte bissexual" não foi a única que associou essa categoria à ambiguidade, debates políticos e tendências culturais a levaram para novas disputas por novos atores. A sua liminaridade e polissemia, que para alguns autores podem ter soado como obstáculos analíticos, são características fundamentais das formas pelas quais a "bissexualidade" ganha sentido e evidência, é afirmada ou negada, é prática ou identidade.

Considerações finais: Somos fatalmente dualistas?

No dia 1 de dezembro de 2022, eu estava no Comitê Arte Pela Vida em Belém participando de uma programação em apoio ao CTA, vizinho de quadra da ONG, e esperando para entrevistar seu organizador e fundador, Chico Vaz. Chico precisou comparecer a um programa de televisão em alusão ao dia mundial de combate à aids. Eu e outros membros do grupo esperávamos um almoço que nos havia sido prometido, e que acabou chegando tarde e encaminhado para doação. Foi quando começou a chegar uma mensagem em alguns celulares com o recém-publicado boletim anual do Ministério da Saúde, com dados atualizados sobre a epidemia de HIV/Aids no Brasil. O ranking dos 100 municípios com maior índice composto nos deixou chocados. Se já se havia acostumado a afirmar que Belém era a terceira capital no ranking, agora era a primeira cidade. Além dela, outros municípios de sua região metropolitana: Castanhal em 2º, Marituba em 6º e Ananindeua em 15º, além de outras cidades paraenses (BRASIL, 2022, p. 68).

Aquele foi um momento duplamente importante para o meu processo de pesquisa. Primeiro, porque compartilhar as sensações instantâneas de aflição, derrota, revolta e espanto com os ativistas sobre a posição das cidades em que vivemos em uma epidemia que era tão significativa para nós (enquanto pessoas que vivem com HIV, LGBTI+ e membros do movimento de prostitutas) foi um dos momentos de maior imersão que tive em campo. Vi o mundo em que eu vivia, um tema com a qual eu atuava e um campo que pesquisava mudarem repentinamente diante de meus olhos. Aquele foi um dia de muitas conversas, encontros e aprendizados. Segundo, porque ali era confrontada uma questão que me fora cobrada desde o início do mestrado pela posição de meu campo no debate e pela minha posição em meu campo. Que expectativas estão sendo quebradas quando Belém e sua região metropolitana são apontadas como o epicentro de uma preocupação epidemiológica que já se recusou a associar à sua região? Lembro que certa vez, quando cheguei ao estado de São Paulo, me aconselharam a não deixar de usar camisinha porque eu não estava no Pará. O que isso quer dizer?

Seja como pesquisador ou como sujeito, meu trabalho de campo e meu diálogo com pares foram marcados pelo desafio que é pensar mudanças classificatórias da sexualidade para além das oposições formadas por imagens regionais. Em vez de superá-las, agora, defendo que elas sejam reconhecidas como parte dessas mudanças, uma vez que imaginários regionais são produzidos por imaginários sexuais, e vice-versa. Não me propus a conferir se há ou não uma realidade por trás das recorrentes comparações, sendo elas múltiplas, torcidas ou reforçadas de

forma a materializar convenções, espaços, classificações e sujeitos. A complexidade que uma cidade como Belém nos oferece, em um incômodo lugar de centro regional, ajuda a tensionar as oposições entre a cidade grande e a cidade pequena, entre o cosmopolita e o regional, entre o centro e a periferia. Em vez de procurar a sua posição nessa oposição, pudemos considerá-la como um objeto de tensão que borra esse tipo de classificação e caracteriza as ideias relacionais de "centro" e "periferia" como contextuais e discursivas, sem que essa discursividade deixe de adquirir materialidade em políticas, doenças, instituições e manifestações culturais.

Essas comparações e expectativas através das quais se materializa o imaginário regional não são apenas atribuições externas e não podem ser encarados como leituras equivocadas de uma "realidade" interior que se opõe totalmente a elas. Estes discursos circulam também por dentro, e a reivindicação regionalista da qual fala Bourdieu faz mais do que reagir e contra-argumentar. Mesmo de dentro, as imagens são produzidas e reinventadas. Se alguns moradores de Belém acreditavam que a cidade era pequena demais para ter um movimento homossexual no fim da década de 1970, e novamente no fim das duas décadas seguintes, ou para ser afetada pela epidemia de HIV/Aids, se muitos viam em tendências culturais modernas algo estranho a representações folclóricas e tradicionais, era porque a ideia de Amazônia fazia sentido dessa forma para elas e era importante para que se compreendessem no mundo e em sua própria subjetividade. Esse processo não acontecia, porém, sem conflitos. Como observou Clare Hemmings (2007), a descrição exterior de uma "bissexualidade" que se encontraria em determinado contexto cultural poderia contrastar com a recepção controversa dessa categoria como forma de identidade. A razão para isso não estaria apenas no contexto em que ela emerge, mas em sua própria associação com as falhas e rupturas de certas continuidades classificatórias.

Se a Amazônia é um "outro" do Brasil, estaria nela uma outra sexualidade? Essa relação de alteridade só parece se sustentar quando as classificações e convenções da sexualidade são pensadas como estáticas e uniformes. Entre as décadas de 1980 e 90, a cidade de Belém viveu mudanças intensas em diversos âmbitos da vida social, dentre as quais estavam as convenções e classificações da sexualidade e seus meios de circulação. A classificação que privilegia a oposição entre passividade e atividade, observada por Peter Fry e Anaíza Vergolino e contrastada com os trabalhos de outras pesquisadoras que se engajavam em um debate coletivo na época, aludia a homens e mulheres e circulava para além de espaços populares, ainda que fosse associada a eles. A introdução de novas categorias e o estabelecimento de diversas relações entre diferentes formas de classificação já estavam em curso quando os antropólogos estudaram os terreiros de Belém na década de 1970. Uma importante expressão dessas mudanças classificatórias está na ampliação territorial dos espaços de sociabilidade

segmentada, e um fenômeno de importante estímulo nesse sentido foi a politização da categoria "homossexual" durante a redemocratização do país.

Este processo de politização foi mais do que a formação de grupos, correspondeu à elaboração de um discurso político e de uma consciência que circulava por muito atores, envolvendo diferentes formas de classificação de forma descontínua e pulverizada. A politização da "homossexualidade" em Belém se deu desde a ditadura e seus pormenores e ainda estão por ser mais bem elucidados, especialmente no que diz respeito à AGB e a seu contexto político e cultural. O diálogo com o Estado, por sua vez, envolveu a eclosão da epidemia de HIV/Aids e o surgimento do MHB em 1990 com um modelo de atuação enquanto entidade formalizada e que demandava políticas públicas. Ainda que isso desestabilize a cronologia seguida inicialmente para esta pesquisa, de fato houve um fortalecimento das relações socioestatais a partir da segunda metade da década de 1990, não apenas com a aproximação do governo municipal do PT com os movimentos sociais e seu controverso apoio à Festa da Chiquita, mas também com a gestão da epidemia pelo governo estadual. Em nível local, essas gestões iniciaram um processo que se intensificou com os governos do PT nos âmbitos estadual e federal na década de 2000.

A universidade, seus atores e debates também foram fundamentais nesse sentido, especialmente por proporcionarem a circulação de ideias para diferentes espaços da cidade. A própria universidade se fortalecia como um espaço de discussão da sexualidade através dos trânsitos de pesquisadores e da institucionalização da pós-graduação no Brasil e da pesquisa em ciências humanas na UFPA. Nesse sentido, a mobilidade não representou apenas uma contribuição unilateral, mas permitiu também a troca de ideias e a contribuição por parte dos pesquisadores que se deslocavam para completar a sua formação. A contribuição de Ernani Chaves (1988) ao tensionar o lugar da psicanálise entre os saberes científicos associados à patologização da "homossexualidade", e a perspectivas que a situavam em oposição às teorias críticas de Foucault, é um exemplo disso. A partir de reflexões como essa e de outras, mobilizadas a partir da universidade e para além dela, espaços artísticos como a crítica de cinema e o teatro elaboraram debates originais e politicamente corajosos sobre convenções e classificações que envolviam a sexualidade. As primeiras pesquisas locais, especialmente nas ciências sociais, já indicavam mudanças e tensões classificatórias que se relacionavam a mudanças espaciais, políticas e novas figuras e tendências culturais.

Ao pensar as diferentes formas de classificar a sexualidade, o que fez contrastando diferenças regionais no Brasil, Fry se perguntou se somos fatalmente dualistas (1982c, p. 109). A sexualidade também pode, sim, ser pensada para além de oposições binárias, mas em suas

mudanças, tensões e categorias ambíguas. Em Belém entre as décadas de 1980 e 90, a "bissexualidade" foi a categoria que expressou de forma mais marcante a ansiedade classificatória com a ambiguidade, mas também a persistente presença da ambiguidade como constitutiva das classificações. A epidemia de HIV/Aids e as tensões encontradas pela sua noção inicial de "grupos de risco" ilustra muito bem a preocupação com a ambiguidade da sexualidade e sua relação com outros temas sociais, como a política, a família e a saúde. A imagem da ponte serviu para responder às mudanças nos quadros da epidemia, quando o número de pessoas "heterossexuais" (categoria que circulou de forma relativamente vaga) provocou a preocupação com pessoas que estariam rompendo uma linha pressuposta entre o "eu" e o "outro" sobre a qual se formou o imaginário da aids. Porém, para além da imagem da ponte, a polissemia, as diferentes apropriações políticas e a tensão de imaginários regionais também apontam nessa direção. A categoria "GLS" e sua leitura dúbia expressa essa tensão em sua idealização na capital paulista e em sua recepção na capital paraense.

O conceito de apagamento, muito importante para a interpretação dos processos que tangem essa categoria e que afetam as pessoas que se identificam como "bissexuais", tem sido desenvolvido principalmente a partir de pressupostos contemporâneos do movimento bissexual, e sua abrangência deve ser ponderada. A polissemia, ainda pouco considerada teoricamente, pode ser tomada como produtiva e eficaz. Isso não significa necessariamente abandonar a ideia de apagamento e assumir que qualquer sentido de "bissexualidade" pode ser aceito. Em vez disso, um maior conhecimento desse trânsito polissêmico pode contribuir para os esforços que têm se orientado para um reconhecimento e um tratamento justo de pessoas identificadas como "bissexuais" ou a partir de outras categorias associadas à ambiguidade e à fluidez. A emergência de novas formas de classificações e convenções sobre a sexualidade não significa a superação de outras. Esta é a origem de tensões, confusões e conflitos em torno da "bissexualidade" que terão um agente consciente nessa disputa apenas com o surgimento de um movimento bissexual no Brasil. Os sentidos de "bissexualidade" como uma categoria liminar entre homossexual-heterossexual, masculino-feminino ou como uma tendência cultural se multiplicam e elucidam suas mudanças históricas, através da qual gênero, sexo e sexualidade se produziram de forma relacionada. Seu limitado reconhecimento como uma identidade, por sua vez, contrastou com tendências culturais que valorizaram outras categorias contextualmente.

Referências

(A)SEXUAL. Direção: Angela Tucker. Produção: Michelle Wang. son. color. 76 min. 2011.

ABELÉM, Auriléia Gomes. A formação para pesquisa e planejamento em ciências sociais. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (org.). **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: EDUFPA, 2007.

ABRACE. **Visibilidade assexual**: inspirado na carta pública criada pelo Coletivo Abrace. São Paulo, s/e, s/d.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado"**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018.

AGUIAR, Flávio. Homossexualidade e repressão. In: MANTEGA, Guido (org.). **Sexo e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALBERTI, Verena. De "versão" a "narrativa" no Manual de história oral. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do "falo"** – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VERAS, Elias Ferreira. Um historiador fabuloso: entrevista com James Naylor Green. **Revista História, Histórias**, v. 6, n. 12, p. 155-175, 2018.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Introdução. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). **Mulheres e gênero**: as faces da diversidade. Belém: GEPEM, 2009.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Introdução. In: GEPEM (org.). **Perfil do II Encontro Amazônico sobre Mulher e Relações Sociais de Gênero**. Belém: UFPA, 1996.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias, saberes, práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. **Rev. NUFEN**, v. 2, n. 1, p. 105-133, 2010.

ANGELIDES, Steven. **A history of bisexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Amnesty International Report 1994**. Londres: Amnesty International Publications, 1994.

AS FILHAS DA CHIQUITA. Direção de Priscila Brasil. Produção: Greenvision, Belém, son., color. 51 min. 2006. Disponível em: https://vimeo.com/20730182. Acesso em: 05 de out. 2020.

ASSIS, Eneida de. Vivendo a UFPA: 1965-1973. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (org.). **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: EDUFPA, 2007.

BANDEIRA, Thaynan Phellipe da Rocha. **Bissexualidade masculina, imprensa e representações**: a produção de sentidos estigmatizantes na primeira epidemia de Aids no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

BARATA, Camile Gouveia Castelo Branco. **Trajetórias feministas na UFPA**: luta, violência e memória entre mulheres. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BARBOSA DA SILVA, José Fábio. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BARRETO, Leila; RIBEIRO, Mílton. Transas sociais e institucionais no "quadrilátero do amor": um panorama do movimento de prostitutas em Belém/PA na década de 1990. In: NAUAR, Ana Lídia; SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz e; QUINTELA, Rosângela da Silva (orgs.). **Gêneros, corpos e sexualidades e contextos contemporâneos**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2021.

BARRETO, Lourdes. Puta autobiografia. Belém: Paka-Tatu, 2022.

BEEMYN, Brett. Bisexuality, bisexuals and bisexual movements. In: STEIN, Marc (org.). **Encyclopedia of lesbian, gay, bisexual, and transgender history in America**. Nova York: Charles Scribner's Sons, 2004.

BENTES, Juliano. **Ekoaoverá**: um estudo sobre a territorialidade nos processos identitários das drags demônias. Salvador: Devires, 2020.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. **Negritando**. Belém: Graphitte Editores, 1993.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador: Devires, 2017.

BOURDIER, Frédéric. **Migration et sida en Amazonie française et brésilienne**. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. **Produtividade dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil 1975**. Brasília: CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), 1976.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico – HIV/AIDS 2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Contribuição dos centros de testagem e aconselhamento para universalizar o**

diagnóstico e garantir a eqüidade no acesso aos serviços. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BRIGEIRO, Mauro. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 14, p. 253-283, 2013.

CALAZANS, Gabriela; FACCHINI, Regina. "Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade": HSH, classificações e disputas na política de aids. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3913-3922, 2022.

CALMON, Diego. Bissexualidade e ambiguidade: relações metafóricas e processos metonímicos em produções discursivas sobre a bissexualidade. **Anais das Jornadas de Antropologia John Monteiro de 2021**. Campinas: Unicamp, 2022.

CALMON, Diego Sousa Schiavo. **Personalidades foscas**: sexualidade e roteiro em jovens universitários no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CAMPELO, Marilu Márcia; LUCA, Taissa Tavernard de. As duas africanidades estabelecidas no Pará. **Aulas**, n. 4, p. 1-27, 2007.

CAMPOS, Marcelo Siqueira. O brasileiro é, antes de tudo, um bissexual?: uma tese explosiva atinge o alvo do machão verde-amarelo. **Manchete**, Comportamento, n. 2106, p. 54-58, 1992.

CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis. Apresentação. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). **Raça, etnicidade e gênero**: em perspectiva comparada. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cad. Pagu**, n. 47, p. 1-38, 2016.

CARRARA, Sérgio; et al. **Política, direitos, violência e homossexualidade**: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cad. Pagu**, n. 28, p. 65-99, 2007.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. "As vítimas do desejo": os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCTELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARRIER, Joseph M. Mexican male bisexuality in Mexico. In: KLEIN, Fritz; WOLF, Timothy (orgs.). **Two lives to lead**: bisexuality in men and women. Nova York: Harrignton Park Press, 1985.

CASTRO, Alana Albuquerque de. **Sexualidades dissidentes em prosa**: as representações das homossexualidades masculinas e das travestis na década de 1970 nos jornais de Belém/PA. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis**: práticas e identidade bissexual. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CHARMANTIER, Isabelle. Linnaeus and race. **The Linnean Society**, 3 de set. 2020. Disponível em: https://www.linnean.org/learning/who-was-linnaeus/linnaeus-and-race. Acesso em: 25 de jun. 2021.

CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CHAVES, Ernani. Foucault e as armadilhas do desejo no banquete de Platão. **Diário do Pará**, Belém, 25 dez. 1987. Caderno D, p. 4-5, 12.

CLAM. **Violência silenciada**. Brasil, 15 set. 2009. Disponível em: http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?infoid=5855&sid=7. Acesso em: 04 jan. 2023.

COELHO, Geraldo Mártires. Histórias: a academia e as cadeias do vivido. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (org.). **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: EDUFPA, 2007.

COLERIDGE, Samuel Taylor. **Aids to reflection**. Londres: William Pickering, 1848.

COMPÓSITA. **#5 - Sob vestes drags**: arte, cultura e política. Podcast. Episódio com Ramon Reis, Izabela Jatene e Adelaide Oliveira. 55 min. Belém, 2021.

CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAs**: uma resposta comunitária à epidemia da AIDS no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

CORRÊA, Mariza. Antropologia & medicina legal: variações em torno de um mito. In: EULALIO, Alexandre, et al. **Caminhos cruzados**: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CORRÊA, Mariza. **As reuniões brasileiras de antropologia**: 50 anos (1953-2003). Brasília: ABA, 2004.

CORRÊA, Mariza. **Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

COSTA, Anacely Guimarães. **As (im)possibilidades do desenvolvimento**: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CRUZ, Beatriz; LIMA, Maria Lúcia Campos; CARNEIRO, Larissa Raiza Costa. Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 38, p. e22207, 2022.

CUNHA, Alexandre. UFPA: o ano que levou uma década. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (org.). **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: EDUFPA, 2007.

DANIEL Herbert; PARKER, Richard. **AIDS, a terceira epidemia**: ensaios e tentativas. São Paulo: Iglu, 1991.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Edipro, 2018.

DARWIN, Charles. **A origem do homem e a seleção sexual**. São Paulo: HEMUS, 1974.

DARWIN, Charles; WALLACE, Alfred. On the tendency of species to form varieties; and on the perpetuation of varieties and species by natural means of selection. **Journal of the Proceedings of the Linnean Society of London. Zoology**, v. 3, n. 9, p. 45-62, 1858.

DIAS JÚNIOR, José do Espírito Santo. **Entre cabarés e gafieiras**: um estudo das representações boêmias em Belém (1950 a 1980). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

DIRKS, Nicholas B. **Autobiography of an archive**: a scholar's passage to India. Nova York: Columbia University Press, 2015

DOMÍNGUEZ, Arnaldo. O sexo do futuro... um breve ensaio sobre a bissexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 8, n. 1, p. 35-45, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DU PLESSIS, [Mia] Michael. Blatantly bisexual; or, Unthinking queer theory. In: PRAMAGGIORE, Maria; HALL, Donald E. (orgs.). **RePresenting bisexualities**: subjects and cultures of fluid desire. Nova York: New York University Press, 1996.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EADIE, Jo. Activating bisexuality: towards a bi/sexual politics. In: BRISTOW, Joseph; WILSON, Anglia R (orgs.). **Activating theory**: lesbian, gay, bisexual politics. Londres: Lawrence & Wishart, 1993.

EISNER, Shiri. **Bi**: notas para uma revolução bissexual. São Paulo: Linha a Linha, 2021.

EPPLE, Carolyn. Coming to terms with navajo nádleehí: a critique of berdache, "gay," "alternate gender," and "two spirit". **American Ethnologist**, v. 25, n. 2, p. 267–290, 1998.

EU SOU ACE. Direção: Isabella Sanches. Produção: Everton Rossatto. São Paulo, son., color., 18 min. 2020.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). **Direitos em disputa**: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras**: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FACCHINI, Regina. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009. **Latitude**, v. 7, n. 1, p. 13-32, 2013.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. **Cad. Pagu**, n. 42, p. 99-140, 2014.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. **Sexualidade, cidadania e homofobia**: pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006. São Paulo: APOGLBT, 2007.

FARA, Patricia. **Sex, botany and empire**: the story of Carl Linnaeus and Joseph Banks. Londres: Icon Books Ltd, 2003.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

FERREIRA, Rubens da Silva. **As "bonecas" da pista no horizonte da cidadania**: uma jornada no cotidiano travesti em Belém (PA). Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

FORD, Clellan S; BEACH, Frank A. **Patterns of sexual behavior**. Nova York: Harper & Brothers, 1951.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT EM BELÉM. Direção: Ivânia dos Santos Neves, Maurício Neves Corrêa e Nassif Jordy. Brasil: GEDAI (Grupo de Estudo: Mediações, discursos e sociedades amazônicas), 2015. Online (21 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_FZuv0OvAas. Acesso: 26 jul. 2022.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes**: o movimento GLBT e o mercado GLS a cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre "guetos" e "rótulos": tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cad. Pagu**, n. 28, p. 227-255, 2007.

FRANCO, José Luiz Moraes. **Cores e dores do movimento LGBT de Belém do Pará**: trajetória, participação e luta. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FREUD, Sigmund. Cartas sobre a bissexualidade. In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6**: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FRY, Peter. Apresentação: O tambor das flores, de Anaíza Vergolino e Silva. In: SILVA, Anaíza Vergolino e. **O tambor das flores**: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará (1965-1975). Belém: Paka-Tatu, 2015.

FRY, Peter. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: EULALIO, Alexandre; et al. **Caminhos cruzados**: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982a.

FRY, Peter. História da imprensa baiana. **Lampião da Esquina**, ano 1, n. 4, p. 4, 1978.

FRY, Peter. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas. In: EULALIO, Alexandre et al. **Caminhos cruzados**: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982b.

FRY, Peter. Male homosexuality and spirit possession in Brazil. **Journal of Homosexuality**, v. 11, n. 3-4, p. 137-153, 1986.

FRY, Peter. Nature and culture: some thoughts on race, sexual orientation and science. **Quaderns**, n. 27, p. 65-80, 2011.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982c.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GARBER, Marjorie. **Vice-versa**: bissexualidade e o erotismo na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Telma Amaral. **Antropologia, mulher e gênero**: alguns olhares, um olhar – uma revisão de trabalhos sobre mulher e gênero. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teoria Antropológica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

GONÇALVES, Telma Amaral. **Homossexualidade**: representações, preconceito e discriminação em Belém. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.

GONÇALVES, Telma Amaral; OLIVEIRA JÚNIOR, Edyr Batista. Gênero(s), corpos e/ou sexualidade(s): um balanço da produção acadêmica em programas de pós-graduação da região Norte. In: LEMOS, Flávia Cristina Oliveira et al (orgs.). **Psicologia, história cultural e governamentalidades**: racismo, etnicidade, gênero, sexualidades e corpos. Curitiba: Editora CRV, 2020.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2019.

GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cad. Pagu**, n. 43, p. 299-319, 2014.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James N. **Revolucionário e gay**: a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2019.

GRUPO DIGNIDADE. **Uma história de dignidade**. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HACKING, Ian. **The social construction of what?** Cambridge: Harvard University Press, 1999.

HAECKEL, Ernest. **Maravilhas da vida**: estudos de filosofia biologica, para servirem de complemento aos Enigmas do Universo. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1946.

HALPERIN, David M. **How to do the history of homosexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

HALPERIN, David M. **Saint Foucault**: towards a gay hagiography. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HALPERIN, David. The normalization of queer theory. **Journal of Homosexuality**, v. 45, n. 2-4, p. 339-343, 2003.

HALPERIN, David. Thirteen ways of looking at a bisexual. **Journal of Bisexuality**, v. 9, p. 451-455, 2009.

HAVELOCK ELLIS, Henry; SYMONDS, John Addington. **Sexual inversion**: a critical edition. Nova York: Palgrave MacMillan, 2008.

HEMMINGS, Clare. **Bisexual spaces**: a geography of sexuality and gender. Nova York: Routledge, 2002.

HEMMINGS, Clare. What's in a name? bisexuality, transnational studies and western colonial legacies. **The International Journal of Human Rights**, v. 11, n. 1-2, p. 13-32, 2007.

HUMPHREYS, Laud. **Tearoom trade**: impersonal sex on public places. Chicago, Aldine Transactions, 1975.

HUTCHINS, Loraine. Making bisexuals visible. In: SPRINGATE, Megan E. (org). **LGBTQ America**: a theme study of lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer history. Washington: national Park Service, 2016.

HUTCHINS, Loraine; KA'AHUMANU, Lani (orgs.). **Bi any other name**: bisexual people speak out. Boston: Alyson Publications, 1991.

IANNINI, Gilson. Da bissexualidade à permutação. In: IANNINI, Gilson (org.). **Caro Dr. Freud**: respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

IANNINI, Gilson. Os destinos de uma carta são muitos. In: IANNINI, Gilson (org.). **Caro Dr. Freud**: respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

INSAUSTI, Santiago Joaquin; FERNÁNDEZ, Máximo Javier. De chongos y mayates: masculinidades y sexo heterosexual entre hombres en Argentina y México (1950-1990). **Historia Crítica**, n. 77, p. 133-156, 2020.

IPHAN. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Artístico Nacional, 2006.

ISHAK, Ricardo; et al. Soroepidemiologia retrospectiva do HIV-1. **Rev. Inst. Med. trop. São Paulo**, v. 31, n. 2, p. 80-83, 1989.

ISHAK, Ricardo; LINHARES, Alexandre da Costa; ISHAK, Marluísa de Oliveira Guimarães. Biossegurança no laboratório. **Rev. Inst. Med. trop. São Paulo**, v. 31, n. 2, p. 126-131, 1989.

JAEGER, Melissa Bittencourt. **Experiências de minas bissexuais**: políticas identitárias e processos de marginalização. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

JAGOSE, Annamarie Rustom. **Queer theory**: an introduction. Melbourne: Melbourne University Press, 1996.

KATZ, Jonathan. **The invention of heterosexuality**. Nova York: Penguin Books, 1995.

KINSEY, Alfred C; POMEROY, Wardell B; MARTIN, Clyde E. **Sexual behavior in the human male**. Filadélfia: W. B. Saunders Company, 1948.

KLEIN, Fritz. **The bisexual option**. West Hollywood: American Institute of Bisexuality, 1993.

KLIDZIO, Danieli. **Será que realmente existe isso?** mulheres bissexuais e pansexuais e a luta por visibilidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

KNAUTH, Daniela Riva. Morte masculina: homens portadores do vírus da AIDS sob a perspectiva feminina. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

KNAUTH, Daniela Riva. O vírus procurado e o vírus adquirido: a construção da identidade entre mulheres portadoras do vírus da AIDS. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 2, p. 291-301, 1997.

KRAFFT-EBING, Richard von. **Psychopathia Sexualis**: the classic study of deviant sex. Nova York: Arcade Publishing, 2011.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURINDO-TEUDORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 2**: a sociedade civil se organiza pela luta contra a aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

LAURITSEN, John; THORSTAD, David. **The early homosexual rights movement (1864-1935)**. Nova York: Times Change Press, 1974.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris**: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Não é uma fase”**: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica-RIO, Rio de Janeiro, 2012.

LEWIS, Elizabeth Sara. Por uma linguística cu(-ir). **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 329-349, 2020.

LOBERT, Rosemary. **A palavra mágica**: a vida cotidiana do Dzi Croquettes. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LOVEJOY, Arthur O. **A grande cadeia do ser**. São Paulo: Palíndromo, 2005.

MacDOWALL, Lachlan. Historicizing contemporary bisexuality. **Journal of Bisexuality**, v. 9, p. 3-15, 2009.

MACEDO, Eric Silva. A invenção do progresso: Bye Bye Brasil e o espaço-tempo colonial. **Mana**, v. 28, n. 2, p. 1-33, 2022.

MACHADO, Roberto. **Impressões de Michel Foucault**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MacRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Memória da antropologia da Amazônia ou Como fazer ciência no “paraíso dos etnólogos”. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia**: religiões, histórias, identidades. Belém: Edições CEJUP, 1999.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. O simbolismo e o boto na Amazônia: religiosidade, religião, identidade. **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 11-28, 2006.

MAUSS, Marcel. Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

McINTOSH, Mary. The homosexual role. **Social Problems**, v. 16, n. 2, p. 182-192, 1968.

MEAD, Margaret. Bisexuality: what’s it all about? **Redbook**, v. 144, n. 3, p. 29-30, 1975.

MEAD, Margaret. Patterns of sexual behavior (Resenha). **American Anthropologist**, v. 54, p. 75-76, 1952.

MECCIA, Ernesto. **Los últimos homosexuales**. Buenos Aires: Ediciones UNL/Eudeba, 2021.

MECCIA, Ernesto. **De las catacumbas al ágora**: teorías sobre el yo y la organización social después de la homosexualidad. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

MENDES, Armando Dias. A pré-história da UFPA à luz do argumento da sua visceral amazonidade. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: EDUFPA, 2007.

MONACO, Helena Motta. **"A gente existe!"**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020a.

MONACO, Helena Motta. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços "monodissidentes". **Simbiótica**, v. 7, p. 228-251, 2020b.

MONACO, Helena Motta; KLIDZIO, Danieli. O digital é político: ativismo bissexual e apropriações das mídias digitais. **REIS - Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 5, p. 153-168, 2021.

MORAIS, Claudia; CARRARA, Sérgio. Um mal de folhetim. **Comunicações do ISER**, ano 4, n. 17, p. 20-27, 1985.

MOREIRA, Ana Cleide Guedes. **Clínica da melancolia**. São Paulo: Escuta, 2002.

MOTT, Luiz. **100 desviantes sexuais mais célebres da história do Brasil**. Folheto. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MOTT, Luiz. **A cena gay de Salvador em tempos de AIDS**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

MOTT, Luiz. As amazonas: um mito e algumas hipóteses. **LPH: Revista de História**, v. 1, p. 13-35, 1990.

MOTT, Luiz. **Boletim do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora GGB, 2011.

MOTT, Luiz. **Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MOTT, Luiz. Ventura e desventuras de um mercedário sodomita em Belém do Pará pós-filipino. **Politéia: História e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 81-103, 2011.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **"Trabalhadeiras" e "camarados"**: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA, 1993.

NEIVA, Giórgia de Aquino. **"Já experimentou para saber se gosta?"**: assexualidades na sociedade sexualizada. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

NEWTON, Esther. **Mother Camp**: female impersonators in America. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

NOLETO, Rafael da Silva. **Estrelas juninas**: gênero, raça e sexualidade no São João de Belém. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

NUNES, Larissa Fontes; GALINDO, Laura Teresa Barbosa. **Homofobia letal**: um panorama do preconceito que mata em Alagoas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

OLIVEIRA, Adelaide Oliveira de. **Imagens do corpo e da sensualidade na arte contemporânea paraense**: o erotismo masculino nas fotografias de Sinval Garcia e Orlando Maneschy. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de. **"Minha vida de ameba"**: os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PALOMINO, Erika. **Babado forte**: moda, música e noite na virada do século 21. São Paulo: Mandarim, 1999.

PARKER, Richard. AIDS in Brazil. In: DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **Sexuality, politics and AIDS in Brazil**: in another world?. Londres: The Falmer Press, 1993a.

PARKER, Richard. Bisexuality and HIV/AIDS in Brazil. In: AGGLETON, Peter (org.). **Bisexualities and AIDS**: international perspectives. Bristol: Taylor & Francis, 1996.

PARKER, Richard. Male prostitution, bisexual behavior, and HIV transmission in Brazil. In: In: DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **Sexuality, politics and AIDS in Brazil**: in another world? Londres: The Falmer Press, 1993b.

PARKER, Richard. Quando o americano cai no samba ou A cultura sexual brasileira e a AIDS. In: DANIEL Herbert, PARKER, Richard. **AIDS, a terceira epidemia**: ensaios e tentativas. São Paulo: Iglu, 1991.

PARKER, Richard. Sexo entre homens: consequências da AIDS e comportamento sexual entre homens homossexuais e bissexuais no Brasil. In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO. Jane; PEDROSA, José Stalin (orgs.). **A AIDS no Brasil (1982-1992)**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PARKER, Richard; TERTO JR, Veriano (orgs.). **Entre homens**: homossexualidade e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 1998.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de confete**: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal - MS. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERLONGHER, Néstor. **O que é Aids**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. **Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos**: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRAMAGGIORE, Maria. BI-ntroduction I: epistemologies of the fence. In: HALL, Donald E; PRAMAGGIORE, Maria (orgs.). **RePresenting bisexualities**: subjects and cultures of fluid desire. Nova York: New York University, 1996.

QUEIROZ, Luiz Morando. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **REBEH**, v. 1, n. 4, p. 62-76, 2018.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à população LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REIS, Ramon Pereira dos. **Cidades e subjetividades homossexuais**: cruzando marcadores da diferença em bares nas "periferias" de São Paulo e Belém. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REIS, Ramon Pereira dos. Sobre espaços e sociabilidades homossexuais entre Belém e São Paulo. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). **Raça, etnicidade e gênero**: em perspectiva comparada. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

RIBEIRO, Ana Pacheco; SOARES, Maura Denize Mendes; CASCAES, Victor Maciel. **Bactérias isoladas em casos de diarréia em pacientes com HIV/AIDS, internados no Hospital Universitário João de Barros Barreto, no período de janeiro a setembro de 1994**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Medicina) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

RIBEIRO, Leonídio. Ciência homossexualismo e endocrinologia. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, v. 13, n. 3, p. 498-511, 2010.

RIBEIRO, Leonídio. **Homosexualismo e endocrinologia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.

RIBEIRO, Milton. "E a quadrilha toda grita... viva a filha da Chiquita!" notas etnográficas da Festa da Chiquita em Belém-PA. **Ponto Urbe**, n. 16, 2015.

RIBEIRO, Mílton. Homossexualidades e questões LGBT: pesquisas e produção de conhecimento na Amazônia paraense. In: FREITAS, Marlene Rodrigues Medeiros. (org.). **Direitos humanos e educação básica**: vivências e perspectivas. Belém: UFPA, 2017.

RIBEIRO, Mílton; FRANCO, José Luiz de Moraes. Quatro décadas de resistência queer: artivismo LGBT na Amazônia brasileira. **Cahiers des Amériques Latines**, n. 98, n. 3, p. 103-132, 2021.

RIBEIRO, Salma Nogueira. **Cine Ópera – Belém-PA**: arquitetura como microcosmo de memórias subterrâneas. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFPA, Belém, 2019.

RIEGGER, Gerulf; CHIVERS, Meredith L; BAILEY, J. Michael. Sexual arousal patterns of bisexual men. **Psychological Science**, v. 16, n. 8, p. 579-584, 2005.

RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. **Impressões de identidade**: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RODRIGUES, Nelson. **O beijo no asfalto**: tragédia carioca em três atos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. GAAG Duque de Caxias: a emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

ROSÁRIO, Victor Lean do. **"Nesse terreiro tem axé e tem viado"**: experiências homoafetivas e sexualidade num terreiro de umbanda no nordeste paraense. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2023.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

RUSSO, Jane Araújo. O movimento psicanalítico brasileiro. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006.

SALDANHA, Inácio dos Santos. A constituição de um campo de pesquisa sobre bissexualidade no Brasil (1991-2021). **I EDICS (Encontro Discente das Ciências Sociais - UFSM)**, 2022, Santa Maria. Anais [recurso eletrônico]. Santa Maria: UFSM, p. 76-78, 2022.

SALDANHA, Inácio dos Santos. "Eu preciso por o corpo na rua": arte, medo e disputa nas eleições presidenciais de 2018 em Belém (PA). **Arteriais**, v. 7, n. 12, p. 170-186, 2021.

SALDANHA, Inácio dos Santos. **Viver em Igarapé Grande**: cotidiano e história em narrativas ribeirinhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva**: o Museu Paraense entre o império e a república (1866-1907). Brasília: IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

SANTA BRÍGIDA, Jessé Andrade. **De moços alegres a LGBTs**: Explorando memórias e história sobre os homens homossexuais na produção enunciativa dos jornais Folha do Norte e O Liberal (1901-2011) em Belém, Pará. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, Ana Manoela Primo dos. Ser mulher Karipuna e outras subjetividades em contexto de deslocamento entre a aldeia em Oiapoque e o espaço urbano belenense. **Equatorial**, v. 7, n. 12, p. 1-23, 2020.

SANTOS, Ana Paula Silva dos; VILHENA, Liliane Brito de; BARBOSA, Patrícia Soares. **A homossexualidade feminina**: um estudo de caso sobre o Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá – GHATA. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

SANTOS, Paulo Henrique Souza dos. **As construções discursivas sobre AIDS no jornal Diário do Pará (1985-1996)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, Roberg Januário dos. Do Pará à Amazônia: a região como problema e promessa danação a partir do discurso parlamentar nortista (1840 - 1867). **Revista de História Regional**, v. 25, n. 2, p. 522-546, 2020.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Univ. Federal do Pará, 1971.

SARAIVA, Luis Junior Costa. **O renascer de Vénus**: prostituição, trabalho e saúde em tempos de SIDA (Belém-Brasil e Lisboa-Portugal). Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

SCHWARCZ, Lilia. Prefácio: quando todos os caminhos levam de Belém a São Paulo e vice-versa. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). **Raça, etnicidade e gênero**: em perspectiva comparada. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. "João ama Pedro! Por que não?": a trajetória de um militante socialista em tempos de redemocratização. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da bissexualidade masculina. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SHAW, Julia. **Bi**: the hidden culture, history and science of bisexuality. Nova York: Abrams Press, 2022.

SILVA, Anaíza Vergolino e. **O tambor das flores**: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará (1965-1975). Belém: Paka-Tatu, 2015.

SILVA, Claudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Ronildo Deividy Costa da. Uma história da filosofia da psicanálise em Belém do Pará: com Ernani Chaves. **Eleuthería – Revista do Curso de Filosofia**, v. 6, n. especial, p. 418-427, 2021.

SILVA FILHO, Mílton Ribeiro da. **Na rua, na praça, na boate**: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2012.

SIMÕES, Júlio Assis. Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 29, p. 313-339, 2018.

SIMÕES, Júlio Assis. O Brasil é um paraíso sexual - para quem? **Cad. Pagu**, n. 47, p. e164715, 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOLIVA, Tiago Barcelos. Sobre o talento de ser fabulosa: os "shows de travesti" e a invenção da "travesti profissional". **Cad. Pagu**, n. 23, p. e185314, 2018.

SOMMERVILLE, Siobhan. Scientific racism and the emergence of the homosexual body. **Journal of the History of Sexuality**, v. 5, n. 2, p. 243-266, 1994.

SOUSA, Silvia Lilia Silva. Na batalha e na militância: o cotidiano de prostitutas no bairro da Campina, Belém-PA. **Iluminuras**, v. 19, n. 47, p. 278-290, 2018.

SOUZA, Izabela Jatene de. **"Tribos urbanas" em Belém**: drag queens – rainhas ou dragões? Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

SOUZA, Jamilie Santos de. **Tecendo identidades nas fronteiras**: o vestir em narrativas de mulheres bissexuais. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

STOLER, Ann Laura. **Race and the education of desire**: Foucault's History of Sexuality and the colonial order of things. Durham: Duke University Press, 1995.

STORMS, Michael D. Theories of sexual orientation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, n. 5, p. 783-792, 1980.

STORR, Merl (org.). **Bisexuality**: a critical reader. Londres e Nova York: Taylor & Francis e-library, 2002.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAMAGNE, Florence. **A history of homosexuality**: Europe between the wars. Nova York: Algora Publishing, 2006.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TURNER, Victor. Liminaridade e communitas. In: TURNER, Victor. **Processo ritual**: estrutura e anti-estrutura, Petrópolis: Vozes, 1974.

UMBANDA: a new religion with ancient roots (temporada 1, ep. 22). **Disappearing World**. Direção: Stephen Cross. Produção: Colour Production. Reino Unido: Tracks – The Travel & Culture Channel, 1977. Online (51 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3yogWbTugAg. Acesso em: 16 de jul. 2022.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995.

VAS, Dani. **Militância como convite ao diálogo**: o caso da militância monodissidente. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

VERGOLINO, Anaíza. ABA, Biota e Goeldi 100 anos: pelos fios da lembrança. In: LEITÃO, Wilma Marques; MAUÉS, Raymundo Heraldo (orgs.). **Nortes antropológicos**: trajetos, trajetórias. Belém: UFPA, 2008.

WALDBY, Catherine. **AIDS and the body politic**: biomedicine and sexual difference. Nova York: Routledge, 1996.

WEEKS, Jeffrey. **Making sexual history**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

WELD, Kristen. **Paper cadavers**: the archives of dictatorship in Guatemala. Durham: Duke University Press, 2014.

XAVIER, Francisco Cândido (pelo Espírito de Emmanuel). **Vida e sexo**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1971.

YOSHINO, Kenji. The epistemic contract of bisexual erasure. **Stanford Law Review**, v. 52, n. 2, p. 353-478, 2000.